

O FIM DE UMA FARSA

BOMBA NO RIOCENTRO

BELISA RIBEIRO

**A imprensa esteve certa desde o primeiro dia:
os terroristas que erraram o golpe eram parte do Governo Militar.**

**O Presidente da República sabia do atentado que podia ter matado 20 mil jovens
Chico Buarque, Elba Ramalho e outros artistas consagrados de nosso país.**

**Os bastidores da cobertura que se tornou emblema da luta contra a Censura
e a Ditadura na revelação exclusiva dos maiores jornalistas do Brasil.**



DEPOIMENTOS: Carlos Castello Branco, Chico Caruso, Domingos Meirelles, José Casado, Merval Pereira, Milton Coelho da Graça, Villas-Boas Corrêa e Zuenir Ventura entre outros.

Bomba no Riocentro

O fim de uma farsa

Belisa Ribeiro

A BOMBA NO RIOCENTRO

Copyright 2014 Belisa Ribeiro

Diretos desta edição reservados à Belisa Ribeiro

É vedada reprodução total ou parcial desta obra sem a prévia autorização da editora.

Capa

Ana Letícia Carbone

Revisão

Penha Dutra

Fotografia

Vidal Trindade

Diagramação

Vinícius Melo

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros - RJ

Ribeiro, Belisa.

045b A Bomba no Riocentro / Belisa Ribeiro. - Rio de Janeiro: Codecri, 1999

1• Atentados políticos - Brasil 2 • Imprensa e política - Brasil I. Título

CDD - 322-40981

CDU - 323.2(81)

Aos estudantes de jornalismo

Sumário

O fim de uma farsa - Nota à terceira edição

1981

Prefácio

Introdução

Parte I

Aconteceu: A Grande Corrida

Da apuração às bancas: tempo curto e espaço certo

Dia 1º: nas bancas, a primeira vitória

Parte II

Suíte: o dia a dia

Tudo que for apurado será divulgado

1999

Recordar e viver – refletir

O que aconteceu desde que você nasceu?

Dezoito anos

2014

Um garimpo histórico

O fim de uma farsa - Nota à terceira edição

A manchete de O Globo de 30 de março de 2014 me surpreendeu. Nem tanto quanto a foto do Puma que trazia um cadáver quase inédito na primeira página do saudoso Jornal do Brasil, mais de três décadas atrás, exatamente no dia 2 de maio de 1981, tratando ambas as notícias do mesmo caso – a bomba no Riocentro.

A espetacular matéria do jornalista José Casado, no domingo em que o jornal continuava sua série “50 Anos do Golpe”, revelou o quase inacreditável: O Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, sabia do atentado que poderia ter matado 20 mil jovens e Chico Buarque, Elba Ramalho, Gonzaguinha e outros artistas consagrados de nosso país naquele 1º de maio de 1981. No prosseguir da reportagem, não pude conter um sorriso irônico e um olhar ao nada, recordando tanto e tantos. Trinta e três anos depois, temos a confirmação do que a Imprensa revelou desde o primeiro dia: os terroristas que erraram o golpe eram parte do Governo Militar.

É disto que este livro trata. De como a cobertura da Imprensa foi fundamental para, não só desvendar quase que de imediato a verdade sobre as bombas, sua origem e motivação, como para, com esta revelação, contribuir para garantir o futuro da redemocratização do país, afastando novas ações da ultradireita militar.

Foi, com certeza, um dos momentos mais importantes do jornalismo no Brasil. E é por isso que tive a honra de ter um prefácio de Barbosa Lima Sobrinho, na época Presidente da ABI, a Associação Brasileira de Imprensa que tinha um grande peso como instituição na luta pela redemocratização do país. Os depoimentos – que revelam, mais que a cobertura, um verdadeiro embate entre os que queriam não deixar saber de um lado e os que queriam informar do outro – são dos que estiveram no local, repórteres que corriam para implorar para telefonar de madrugada de um motel na Barra da Tijuca (sim, nessa época não existiam telefones celulares!) e fotógrafos escondendo da Polícia o filme na meia (sim, naquela época as máquinas fotográficas usavam filmes!). E são também dos chefes de reportagem e de editores chefes que decidiram colocar as matérias nas primeiras páginas à revelia, às vezes, de generais. A abrangência aumenta com a participação de colunistas, chargistas, diretores de sucursais. Muitos deles, grandes mestres do jornalismo brasileiro, infelizmente alguns já falecidos.

Em 1999, quando os repórteres Chico Otavio, Ascânio Seleme e Amaury Ribeiro Jr., de O Globo, reabriram ao caso com uma série de reportagens, fiz uma segunda edição do livro com os capítulos que estão no final desta terceira edição. Em um deles, faço um apanhado das mudanças na vida política, econômica e social naqueles 18 anos, lembrando o triste significado de palavras como casuísmo e distensão. Em outro, relato a pesquisa que fiz em uma Universidade sobre o que os jovens de 18 anos sabiam sobre o ano em que tinham nascido. Sabiam pouco, a ponto de alguns acharem que Getúlio Vargas era o Presidente da República e que Senador Biônico poderia ser apenas um político que frequentasse com assiduidade a academia de ginástica. Infelizmente, este desconhecimento de História e de sua própria história tão recente levou uma parcela nem tão pequena destes jovens a uma resposta triste – a de que viver em uma ditadura ou em uma democracia não fazia diferença para a sua vida pessoal.

Espero que estas páginas, que são quase como fragmentos do roteiro de um filme de ação – em que o mocinho vence – contribuam para afirmar o contrário.

A informação, hoje, está em toda parte e, os depoimentos dos Inquéritos Policiais Militares que Casado conseguiu nos arquivos do Superior Tribunal Militar e em uma pesquisa exaustiva e abrangente, agora estão acessíveis para a verdade, não apenas em comissões. Mas é preciso, ainda, lembrar o quanto é

terrível o não poder saber.

Escrevo essas linhas no dia em que uma juíza tomou a decisão, histórica, de mandar ao banco dos réus gerais e o capitão – arrogante e mentiroso – que foi àquele local de show em que tantos jovens e artistas queridos estavam reunidos em mais um ato em que se lutava pela reconquista da plena democracia em nosso país. Ele e todos que participaram desta sinistra e temerosa conspiração que pôs em risco milhares de vidas podem ir para a cadeia. Tomara que sim. Mas isto, agora, e é isto o que este livro demonstra, é apenas um desfecho necessário. A sentença foi dada muito antes, por nós. Na primeira das primeiras páginas.

A preservação da memória desse momento histórico, em que a atuação do chamado “Quarto Poder” foi fundamental no combate à Censura e na luta contra a Ditadura em nosso país, bem pode ajudar a que novas gerações venham a dizer, a quaisquer tentativas de atentados contra a democracia e a liberdade, um fundamentado e consciente “nunca mais”.

1981

Introdução

Toureiro, paraquedista, mergulhador, astronauta e ainda se pode lembrar outras para compor a lista das profissões sedutoras, fascinantes. São sempre a dos que trabalham no limite entre a vida e a morte. Como médico, também, embora a vida e a morte não sejam as dele. E jornalista.

Quem nunca mexeu com as pretinhas*, no dia a dia de uma redação, imagina no repórter a figura impossível, quase mágica, que de manhã cobriu acidente de ônibus na Penha, cheirando cadáver, registrando choro de viúva, e ao final da tarde esteve interpelando crítica e agudamente o governador do Estado sobre algum grande escândalo administrativo. Aquele que decididamente está em todas e leva a melhor. Fora as fantásticas viagens ao exterior – sequestro de embaixador, copa do mundo, queda de Allende, Vietnã, front Sandinista, eleições de Reagan, Mitterrand, que mais? – e denúncias sensacionais, os grandes furos, a fama. Uma vida encantadora para quem fantasia de longe e nos vê personagens, tão caracterizados como borboletas venturosas e atrevidas, nos filmes ou na TV.

Mas não é bem assim. Afinal, em que pode ser tão atraente trabalhar dez horas por dia, escrevendo mais ou menos umas três matérias, com um mínimo profissional de Cr\$ 24.241,62 – executando-se os grandes jornais a maioria paga isso mesmo – e pouquíssimas possibilidades de influenciar na pauta ou na edição; lutar, quando não com a Censura externa, com a interna ou a autocensura e ainda viver, hoje mais do que nunca, sob a mira constante do desemprego, que deve ter tragado, nesses dois últimos anos, quase metade da categoria profissional.

Lendo os jornais daquela sexta-feira, 1º de maio de 1981, desconfiei. Os de sábado trouxeram a confirmação. Deu coceira, deu calor, satisfação. Deu – e cada matéria realmente boa sempre dá – aquela certeza de que vale a pena. Nas cervejas da vida, repetem-se velhas fórmulas de lamento – “por que que eu não fui ser bancário?” – mas no fundo a gente gosta. Muito. E sabe, de alguma maneira, que jornalista brasileiro não é exceção à regra. O encanto, o fascínio estão também em trabalhar no limite entre a vida e a morte. A nossa, até que bem raras vezes. Mas cada repórter, na loucura dessa carreira, de vez em quando mergulha fundo, salta no ar, explora o desconhecido, e, geralmente, toureira.

A cobertura das explosões no Riocentro deixou exposto, nu, o limite específico e aparentemente tão simples da imprensa: informar. Explodiu a bomba, os “borboletas” voaram em cima, bics azuis correndo nos caderninhos, cumpriram o dever social: no dia seguinte, em cada banca, a sociedade pôde exercer seu direito à informação. O que tinha sido apurado virou matéria, foto, manchete. Segundo dia – e foi surpresa sim – estavam lá nos jornais as notas oficiais, as entrevistas do poder constituído, nem sempre consonantes com o que tinha sido apurado no dia, no local das explosões, e que foi publicado e reiterado, oferecendo-se ao leitor – por que não? – também as contradições.

Por que sim? Se pode pensar: porque era véspera de feriado, madrugada, e não havia versão oficial disponível, sobrando mesmo apenas a apuração dos repórteres. Ou ainda que o assunto foi noticiado com destaque porque a repulsa ao terror é também compartilhada pelos proprietários dos jornais. Mas a dimensão é outra, mas funda, melhor: informar e ser informado faz parte daquela lista famosa dos direitos do homem. O “quarto poder” veio ressurgindo das cinzas pesadas e já antigas com os sopros de abertura democrática, antes do feriado, e não só por vontade dos donos dos jornais.

Não interessa apenas aos jornalistas esse novo ânimo. O que não se sabe, não existiu. Más notícias e ainda assim não é difícil adivinhar alguma satisfação. Porque era isso – o exercício de fazer saber de um lado e de saber do outro – que também brotava de cada palavra impressa sobre aquelas explosões.

A vida e a morte literais foram só o começo. A morte do sargento, a vida em perigo do capitão, a ameaça sobre as vidas daquelas 20 mil pessoas no Riocentro colocaram em jogo não só o papel da imprensa.

Mas muito mais. Porque contar e conhecer a verdade – não importa que verdade – era, naquele momento, o limite entre a vida e a morte não só da liberdade de informação, mas de outras tantas duras conquistas. Era um peso, certamente, e pesou – em um grau que talvez nunca possamos exatamente medir – na definição do limite entre a vida e a morte do futuro de cada brasileiro como cidadão.

As informações sobre as explosões no Riocentro foram apuradas, divulgadas, conhecidas. Contar um pouco desse combate, em que a vida ganhou já da morte ao menos essa batalha, foi o que tentamos fazer. Jornal do Brasil e O Globo foram o universo de trabalho possível. Queríamos relatar o comportamento da grande imprensa, da reportagem à edição, através de alguns exemplos significativos e estávamos no Rio de Janeiro. Inicialmente, a ideia era incluir nesta amostra também a televisão. Mas, na TV Globo – a ser pesquisada obrigatoriamente pelo seu peso no mercado específico –, por algumas razões de origem interna, não foram possíveis os depoimentos.

Certamente pressões pesaram, não só sobre a televisão – que não foi a única, naqueles primeiros dias de cobertura do Caso Riocentro, a receber a visita de representantes do I Exército –, como sobre os demais veículos e cada um seu empregado, direta ou indiretamente.

Eram dias de batalha e a todos os jornalistas que, com empenho, honestidade e coragem, dela saíram vitoriosos, por sobre as pressões, dirigimos em primeiro lugar este trabalho. Eles são muitos e estão por aí, nos outros jornais, nas revistas, rádios e TVs do Rio, em São Paulo, nas capitais e em cada redaçãozinha do interior. Que se sintam incluídos nessa dedicatória que vai, nominalmente, aos companheiros que tornaram este livro possível:

Antero Luiz, Antônio Carlos Fon, Chico Caruso, Carlos Castello Branco, Carlos Peixoto, Domingos Meirelles, Darcy Moreira da Silva, Ely Moreira, Fritz Utzeri, Hedyll Valle Jr., Heraldo Dias de Oliveira, Iran Frejat, José Casado Luiz Mário Gazaneo, Marcelo Pontes, Milton Coelho da Graça, Paulo Cezar Guimarães, Ubirajara Moura Roulien, Vidal da Trindade, Villas-Bôas Corrêa, Wilson Figueiredo, Zuenir Ventura

***Pretinhas era como os jornalistas se referiam às teclas das máquinas de escrever**

Parte I
Aconteceu: a grande corrida

Da apuração às bancas: tempo curto e espaço certo

Quem? Onde? Quando? Como? O quê?

As cinco perguntas fundamentais de toda reportagem – norma básica adotada pela maioria dos jornais e inspirada nos manuais de redação norte-americanos – estavam respondidas no lead (primeiro parágrafo) das matérias sobre as explosões no Riocentro, nas edições de 1º de maio de 1981.

A grande corrida não foi a primeira. Desastres de trem, naufrágios, crimes e mesmo outras bombas aconteceram, antes e sempre, numa história que é, todo dia, a de um corre-corre que vai virando jornal.

Anos de experiência, muito trabalho, tensão e uma cadeia de decisões baseadas numa ética rígida – mais interna a cada profissional do que escrita em regulamentos ou normas – estão por trás de cada linha, título, foto feitos pelos que, em algumas poucas horas, construíram o noticiário daquela sexta-feira.

Dias mais tarde, o depoimento desses jornalistas detalhava, minuto a minuto, a trajetória de seu trabalho. Eram dias em que não só a imprensa, mas o país inteiro se preocupava com uma sexta pergunta, que os manuais nem sempre aconselham e que é tão difícil, na maioria das vezes, aos jornais de responder: por quê?

**“Corremos certo, em cima.
Fizemos um grande trabalho”.**

Nome: Ely Moreira

Idade: 41 anos

Tempo de profissão: 22 anos

Função atual: Chefe de Reportagem de **O Globo**

Experiência Profissional: *Diário Carioca* (repórter e colunista); *Última Hora* (repórter); *Rádio JB* (repórter); *Tribuna da Imprensa* (repórter); *Rádio Bandeirantes de SP* (repórter esportivo de campo); *Rádio Guanabara* (locutor esportivo, chefe de reportagem); *sucursal do Jornal do Brasil em Niterói* (repórter); *TV Globo* (repórter); chefe de reportagem, produtor); *O Globo* (repórter, coordenador de correspondentes dos municípios, coordenador da reportagem policial, chefe de reportagem).

Ely Moreira é um repórter que virou chefe. Um repórter de polícia que deu certo, “subiu na vida”, escalando aos poucos os degraus da profissão.

O jargão das delegacias anda em qualquer conversa, Ely mantém o gosto pela corrida atrás da notícia. Repórter ao velho estilo, ele já foi de tudo – de redator da coluna social “Brotos na Pista”, no caderno de domingo do antigo Diário Carioca, até repórter esportivo de campo, na Rádio Bandeirantes de São Paulo, passando pela produção de programas para a TV (Dercy Gonçalves, Chacrinha, Ibrahim Sued).

“Pé quente”, segundo os colegas, Ely foi o único jornalista brasileiro que noticiou, à primeira hora, a morte de Che Guevara. Tinha ido cobrir a guerrilha para a TV Globo, acabou fazendo amizade com um dos militares comandantes de área do interior da Bolívia, que o levou exatamente na expedição em que foram presos Régis Debray e Ciro Bustos e, pouco depois, morto Guevara.

Ele mesmo conta, rindo muito, como por acaso acabou registrando, também em primeira mão, a libertação do embaixador brasileiro sequestrado no Uruguai, Aloísio Gomide: “Faltava uma semana para o carnaval e eu fiquei muito puto de ser mandado para o Uruguai cobrir o sequestro. Logo nos meus primeiros dias lá perdi em um cassino todo o dinheiro que a TV tinha me dado para pagar estada e alimentação. Não dava para pedir mais grana e a sorte foi que encontrei um amigo meu de infância trabalhando na Embaixada do Brasil. Ele arrumou um cantinho e eu passei a dormir lá. Foi assim que um belo dia, logo depois de minha chegada, eu estou falando com a Alice Maria (chefe de jornalismo da TV Globo) pelo telefone da embaixada e me entra quem? O Gomide. Elezinho, na minha frente. Era dia de desfile das escolas de samba, naquela época, uma segunda-feira de carnaval. A TV rompeu o pool com as outras estações e eu entrei direto, naquele mesmo telefonema, noticiando a libertação do embaixador, a entrada dele na embaixada, tudo no ar. Foi a glória. E ainda cheguei a tempo de pegar o Monte Líbano na terça-feira”.

“Eram pouco mais de dez horas da noite. Acho que eram 22h10min quando eu soube, pelo Darcy (Darcy Moreira da Silva, repórter). Nós não tínhamos ninguém lá. À tarde, tínhamos decidido, eu e o Frejat (Iran Frejat, editor da reportagem local), não mandar ninguém para o Riocentro. Era um show patrocinado pela TV Bandeirantes, mas não foi só isso. Quer dizer, não deixamos de cobrir só porque era um show da concorrente da TV Globo. Era muito tarde também e a verdade – a gente viu depois – é que não tinha ninguém lá, nenhum outro jornal teve interesse em mandar cobrir. Além de tudo, estamos com pouca

gente”.

(Pouco mais de um mês antes de 30 de abril – segundo informações do Boletim do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro – o jornal O Globo havia demitido 43 jornalistas. Só na reportagem geral, o corte significou uma redução de 20% sobre o total dos repórteres. Demissões em massa – justificadas como contenção de despesas – já haviam sido feitas anteriormente na maioria dos jornais e sucursais do Rio de Janeiro).

“Normalmente, o jornal fecha cedo. Naquele dia, uma quinta-feira, véspera de feriado, tinha fechado mais cedo ainda, por volta das 22h. Os repórteres e redatores já tinham ido embora. Além de mim, estavam na redação o Frejat, o Marcelo Pontes (repórter) e o Milton Coelho (Milton Coelho da Graça, editor-chefe). O Marcelo já estava dispensado, estava indo embora. Tinha também o Darcy, que tinha chegado mais cedo por acaso, e o Paulo Cezar (repórter), que estava na rua cobrindo um tiroteio em Bangu.

Assim que o Darcy me gritou lá de cima (a seção de polícia do jornal O Globo fica em um jirau sobre a redação, bem acima da mesa da chefia de reportagem), mandei o Marcelo e o Phillot (Aníbal Phillot, fotógrafo*) correrem com um carro para o local. Nem pensei muito. O Darcy tinha confirmado, a polícia tinha ido para lá e eu sabia que umas 20 mil pessoas estavam assistindo ao show. Nessa hora não tem conversa, a gente tem que correr e conferir.

Mesmo assim, depois que o Marcelo já tinha saído, eu comecei a tentar confirmar, saber melhor o que tinha havido, a extensão do negócio. Liguei para o Borges Fortes (Delegado Borges Fortes, então titular do DPPS – Departamento de Polícia Política e Social). Ele estava lá, no trabalho, e falou comigo. A gente se conhece de outros carnavais, quer dizer, de uma porção de outras coberturas. Ele me disse que ainda não sabia bem o quê, mas que tinha acontecido alguma coisa. Disse que tinha deslocado um grupo de policiais do DPPS e que o DGIE (Departamento Geral de Investigações Especiais) também tinha corrido.

Assim que eu desliguei, liguei uma mulher. No Globo tem muito disso, dos leitores ligarem para o jornal avisando as coisas ou até pedindo providências para tapar buraco de rua e acabar com festas barulhentas. Às vezes enche o saco, mas tem esse outro lado, das pessoas fazerem chegar as informações, que é muito positivo. Eu não sei como é que essa mulher sabia, mas ela estava perguntando se tinha muitos feridos, se tinha morrido muita gente. Então achei melhor mandar mais gente nossa para o local. Foram o Darcy e mais um fotógrafo em outro carro.

Pouco depois, tenho certeza que não eram ainda 23h, o Madalena (Osmar Madalena, setorista do Globo no Hospital Miguel Couto) ligou dizendo que tinha entrado um cara arreventado, com as vísceras saindo da barriga. Na mesma hora eu chamei o Paulo Cezar (contato com o carro de reportagem por sistema de rádio próprio). Disse para ele largar o tiroteio e correr para o Miguel Couto.

O Darcy também saiu e eu fiquei como repórter. Resolvi ligar para o Miro (Deputado Federal Waldomiro Teixeira, PP-RJ). Ele é um cara bem informado, normalmente tem acesso a todas as informações que chegam ao governo do Estado. Nessas horas é que a gente saca como é fundamental o caderninho de telefone. Eu tenho o meu, muito cuidadinho, cultivado há anos, tem de tudo. Deu certo, porque o Miro já sabia mesmo. Me disse que havia realmente explodido uma bomba no Riocentro, que havia alguns feridos, que tinha sido um atentado.

Eu ia tentar ligar para mais pessoas e aí aconteceu uma dessas cagadas da vida porque, graças a Deus, o Fausto (Fausto Netto, pauteiro**) me entra na redação. Eram pouco mais de 23h e ele normalmente só chega à meia-noite. Aí foi ótimo, porque o Fausto ficou de apurador, de redator, ligando para as pessoas, pegando matéria pelo telefone, quebrando todos os galhos.

De repente – eu não me lembro da hora porque a gente tinha entrado em um ritmo de loucura, com a

primeira página aberta, todo mundo aflito para não atrasar muito o jornal e sem saber ainda direito o que estava de fato acontecendo – o Marcelo Pontes me chamou pelo rádio. Disse que o Phillot estava fotografando o carro, um carro do tipo Puma, que havia no carro um morto e um ferido, tinha ido para o Hospital Miguel Couto. O Marcelo me disse também que diziam lá no local que o ferido e o morto eram gente do Exército.

Um pouco mais tarde, o Paulo Cezar me ligou lá do hospital e confirmou que o ferido era um capitão. Ele nos deu só o primeiro nome. Logo depois o Marcelo Pontes nos passou o nome todo lá do local.

Quando recebemos o nome completo do morto, nos lembramos de uma dessas coisas que não são do dia a dia, mas, sei lá, acho que ficam no subconsciente de cada jornalista e, nessas horas, viram um negócio fundamental, feito o caderninho de telefone. Nós nos lembramos do Almanaque do Exército. É um livrão grosso, que fica guardado na gaveta da minha mesa e que a gente não usa quase nunca. O Fausto foi lá e levantou a vida toda do cara. Deu um trabalhão porque é tudo escrito numa espécie de código, tudo muito abreviado. Tem todas as informações sobre os oficiais. A data do nascimento, os cursos que fez, onde já foi lotado, essas coisas.

Com as primeiras informações checadas, soltamos o primeiro clichê. Saiu uma nota pequena na primeira, ainda sem foto, mas já com o nome dos dois caras, o ferido e o morto, a placa do carro, alguns dados sobre a movimentação de policiais no local.

A essa altura, o Fausto já estava falando pelo telefone com o pessoal da OAB e redigindo uma matéria com o que tinha recebido do Marcelo Pontes pelo rádio. Nós mandamos o Marcelo voltar com o que ele tivesse, trazendo o filme para soltar logo a foto no 2º clichê*. Mandamos ele voltar porque o Darcy já tinha chegado lá e também porque o Marcelo mesmo tinha nos avisado que alguém da polícia ou do Exército, não sei bem, estava querendo apreender os filmes e não estava mais deixando fotografar.

O Marcelo chegou e assim que as fotos foram reveladas soltamos o 2º clichê, intermediário entre aquele primeiro clichê só com a chamada na primeira e um outro clichê completo, com a foto na primeira e uma matéria bem maior dentro. O Marcelo deu uma olhada no primeiro clichê, fez rapidamente uma matéria com tudo que ele tinha apurado, juntamos as informações tiradas do Almanaque e as repercussões com a OAB e o Miro e o último clichê começou às 23h35min. Às 3 horas fui embora para casa com o jornal na mão. Acho que fizemos um grande trabalho. Corremos certo, em cima, e fizemos tudo com base exclusivamente na apuração dos nossos repórteres”.

Ely Moreira saiu do jornal O Globo e foi para a Rede Globo, onde trabalhou como editor dos programas Globo Repórter e Globo Cidade. Trabalhou também na assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça do Governo do Estado do Rio de Janeiro (gestão Moreira Franco). Depois de 30 anos de jornalismo, decidiu estudar direito e se formou em agosto de 1996 pela Faculdade Nacional de Direito. Em 1999, era advogado cível e trabalhista no Rio de Janeiro, profissão que continua exercendo.

“Não largo totalmente o jornalismo, porque tenho o jornalismo no sangue. Mas foi importante voltar a estudar e me formar em direito. Pensava que não ia conseguir competir com toda aquela garotada e acabei passando no vestibular em segundo lugar. Não faço crime, apesar de ter sido repórter de polícia. Já estou com neto e não quero me meter nisso. Bandido eu sei como é. Os dois amigos que se formaram comigo e foram fazer direito criminal foram assassinados.

Na época, apesar de eu não ter ligação política com nenhum partido – eu não me envolvia –, eu tinha a consciência de que o negócio não estava bom. Abafavam a gente em tudo, na intelectualidade, na música, no teatro. Uma censura terrível na imprensa. Aquele caso foi um dos primeiros que furou o

esquema. Eu me lembro que foi mandando pelo I Exército um coronel para dentro de O Globo. O José Augusto Ribeiro era o redator-chefe, mas mandaram o coronel pra cima de mim. Esse coronel ficou do meu lado durante um mês. Quando conseguimos o furo, com o fotógrafo Paulo Moreira entrando escondido no hospital Miguel Couto e fotografando o capitão eu tive que esconder as fotos. Escondi e publicamos na primeira. Com meu papo eu consegui muita coisa, na malandragem. Era eu que conversava com o coronel e desviava a matéria por trás para o Frejat sem ele ver. Nos comunicávamos na redação por sinais. Um ligava pro outro pelo ramal para saber se eu estava conseguindo enganar bem o homem. Ele via algumas coisas na minha mesa, mas na hora da diagramação, colocávamos outras.

Quando soube que iam reabrir o caso eu confesso que chorei, pensando – até que enfim. As lágrimas começaram a cair e eu pensando, a gente estava certo naquela época e deu alguma contribuição para aquele fato vir à tona. Hoje o que mais me impressiona é que a Justiça militar para mim era apática e, de repente, a Justiça militar volta com o fulgor de esclarecer, levantando aquele manto da escuridão. Eu acredito que ainda tenha mais coisas por aí que vão aparecer e tem que aparecer. Aquele tempo me parece o tempo mais negro que o Brasil já passou e que decresceu. Acabou com líderes, com a intelectualidade. Fomos muito cerceados. Eu queria protestar e não sabia. Agora eu já sei: na faculdade, através do convívio com meus colegas e professores, decidi participar politicamente e agora eu sou militante do PT, além de advogado trabalhista que é para poder acompanhar mais a pobreza e as sacanagens que o trabalhador recebe do patrão”.

Ely Moreira

Outubro de 1999

**Edição extraordinária de um jornal, tirada logo após a primeira, com modificações em uma ou mais páginas, para inclusão de uma notícia importante, sobre fatos ocorridos durante ou depois da impressão da edição original. Alguns jornais colocaram, no cabeçalho das páginas modificadas, a expressão “segundo clichê”, “terceiro clichê”, “quarto clichê”, etc. (Dicionário de Comunicação, Carlos Alberto Rabaça, & Gustavo Barbosa - 2ª ed. Codecri, 1980).*

***Aníbal José Phillot morreu assassinado com um tiro na têmpora aos 46 anos, em 5 de março de 1996. O corpo do fotógrafo esportivo foi encontrado em um riacho da Fazenda Botafogo, no Rio de Janeiro.**

****Fausto Neto, um cara que gosta tanto de jornal que chega uma hora mais cedo, fez e faz de tudo na profissão. Depois de O Globo, trabalhou sempre oficialmente como redator, mas sempre exercendo várias funções, no Jornal do Brasil, redigindo a primeira página ou no Caderno Cidade, em O Dia e A Notícia. Foi redator em algumas campanhas políticas, secretário de Comunicação e Cultura da prefeitura de Porto Seguro, Bahia, e assessor de imprensa até de militares da linha dura: “Quando fui trabalhar com o coronel Pamplona, presidente do IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool, ele disse que estava me colocando lá porque sabia que comunista trabalhava muito bem”. Em 1999 era redator (e faz tudo) na Folha dos Lagos, jornal diário que circula em Cabo Frio e cidades vizinhas, no litoral norte do Rio de Janeiro. Foi seu último trabalho antes de falecer.**

“Era pauteiro, mas entrei na loucura. Virei repórter e dei a sorte de descobrir em primeira mão o nome todo do sargento, porque tive a ideia de procurar no Almanaque do Exército. Aquela foi uma cobertura extraordinária. O Riocentro foi o estopim do fim da ditadura. Ficou aquela ferida aberta,

sangrando. E todo mundo queria beber daquele sangue.

Assim como o Riocentro, muita coisa precisava ser reaberta, principalmente em função de uma juventude que foi obrigada à cegueira e à surdez, já que a nossa história, principalmente a didática, faz com que um cara de 30, 35 anos não saiba direito o que se passou, quanto mais os mais jovens. Sabem que houve um movimento comunista, mas não sabem o que foi o golpe da direita contra toda uma geração, uma varredura que enfim atingiu a América do Sul inteira, destruindo governos democráticos, e que ainda foi seguida de uma verdadeira tentativa de lavagem cerebral.

Agora estamos escutando de novo o grito do Riocentro em um eco nem tão distante. A abertura agora do caso foi na hora, para justificar. Não é só a verdade de um caso, é a verdade de uma época”.

Fausto Neto

Outubro de 1999

“Nunca tinha visto a polícia com tanto medo”.

Nome: Darcy Moreira da Silva

Idade: 28 anos

Tempo de Profissão: 7 anos

Função atual: Repórter da Editoria local/madrugadas de O Globo

Experiência profissional: *O Dia* (repórter); *Última Hora* (repórter); *Luta Democrática* (repórter); *O Globo* (repórter).

Darcy Moreira da Silva trabalha em jornal há 9 anos, mas é repórter há 7. Sua primeira função, na redação de O Dia, foi de contínuo, levando mensagens do telex aos editores às vezes quebrando o galho na “escuta” (ouvir informações nos noticiários das rádios). Aos poucos, Darcy foi passando a quebrar galhos também ouvindo pessoas pelo telefone, e, um dia, surgiu a oportunidade da primeira “saída”, a primeira apuração de matéria no local. Era um crime, o assassinato de um menino em Três Rios. Darcy lembra: “Não tinha ninguém na redação. Só eu, que nunca sonhei em ser jornalista e nem percebia que, de alguma forma, lá estava sendo, fazendo uma materiazinha aqui outra ali, pela escuta, pelo telefone. O chefe me mandou sair com carro e fotógrafo e lá fui eu. No fim deu tudo certo; com a ajuda do fotógrafo e até do motorista apurei a matéria. Tremia muito, mas acabei conseguindo fazer tudo direitinho”.

O horário – ele agora trabalha em O Globo, das 22h às 6h – sacrifica, mas dá ao repórter a experiência de cobertura dos grandes casos inesperados. Foi assim com a reportagem sobre o cerco a um assaltante na Ilha do Governador, quando a polícia praticamente destruiu um edifício a tiros, no bairro dos Bancários. Darcy acha que foi essa a matéria mais impressionante de todas, mesmo lembrando que, na crueza da madrugada, já viu até – durante o resgate das vítimas de um acidente de ônibus no rio Acari – uma equipe de bombeiros chorar.

Apesar dos tiroteios, naufrágios, sangue, muita morte, medo pessoal ele diz que nunca teve. Medo do que poderia surgir de uma matéria Darcy conta que só teve uma vez: - Exatamente quando viu que também era medo o que sentiam os policiais naquela madrugada do dia 30 de abril.

“Tinha chegado uns quinze minutos antes do meu horário. Às 22h10min, telefonou uma senhora. Disse que morava no Jardim Curicica, em Jacarepaguá, e perguntou se a gente tinha notícia de alguma explosão no Riocentro, porque ele acabava de deixar o filho lá e havia esse boato, de uma bomba explodindo perto de um carro, talvez da morte de um homem. Três ou quatro minutos mais tarde, ligou um colega de O Dia. O pessoal da apuração da madrugada troca muita informação, normalmente. Ele me disse: ‘tem uma merda lá no Riocentro, explodiram duas bombas, tem dois presuntos, tou indo pra lá’.

Aqui no O Globo nós temos como sistema só avisar: a chefia depois de uma confirmação segura. Então é a saída de sempre: a gente se agarra no “macaco”. Telefonei primeiro para o CCOS (Centro de Comando de Operações de Segurança), que confirmou que tinha acontecido alguma coisa lá, mas não sabia bem o quê. Liguei para a radiopatrulha em Bangu - é a seção da PM que cobre a área – e um soldado me confirmou. Na mesma hora gritei para o Ely (Ely Moreira, chefe de reportagem de O Globo), que mandou o Marcelo Pontes correr.

À noite ficamos só com dois carros. Marcelo saiu com um e o outro estava com o Paulo Cezar num

tiroteio. O Ely decidiu me manter no “macaco” porque o Frejat queria logo umas dez linhas para a primeira página do 1º clichê. Fiquei no telefone e liguei ainda para a 16ª Delegacia, da Barra, onde não me falaram nada. No Lourenço Jorge, a telefonista confirmou: “Um morto no local e um ferido, que passou por aqui mas seguiu muito mal para o Miguel Couto”. Quase na mesma hora, o Madalena, setorista no hospital, ligou dando o primeiro nome do cara.

Tentei falar com os telefones que tínhamos do Riocentro, mas não atendiam. Foi no autódromo que alguém me deu um telefone a mais do Riocentro, que finalmente respondeu. Um cara, com muito medo, me disse que tinha explodido uma bomba no pátio e outra na casa de força, mas que não tinha atingido o alvo, estava tudo bem e o show em andamento.

Às 23h15min entreguei uma nota de dez linhas ao Ely com essas primeiras informações. O Paulo Cezar estava chegando de Bangu. Peguei o carro, larguei o Paulo no Miguel Couto e fui para o Riocentro. Cheguei lá por volta da meia-noite. Encontrei o Marcelo Pontes, mas praticamente nem falei com ele, que voltou trazendo os filmes. Lá no Riocentro já estava o Bira (Ubirajara Moura Roulien, repórter da seção de polícia do Jornal do Brasil), um repórter de O Dia e equipes da TV Globo e TV Bandeirantes.

A primeira coisa que eu notei no local foi uma tensão geral. O carro estava isolado por cordões e já estavam lá a PM, o pessoal da Secretaria de Segurança, do DGIE e do DPPS. Aos poucos foram chegando mais policiais e também os peritos. O isolamento do carro foi sendo aumentado aos poucos, os cordões sendo cada vez mais afastados. O primeiro sinal de que aquilo não era apenas mais uma explosão de bomba era o comportamento dos próprios policiais. Nunca vi a polícia com tanto medo em toda a minha vida. Trabalho como repórter há sete anos e sempre fiz muita cobertura policial. Têm policiais que a gente está acostumado a encontrar por aí, nas coberturas. Lá no Riocentro eu vi alguns que tinha conhecido durante aquele tiroteio nos Bancários, na Ilha do Governador. Lá eles conversavam com a gente, davam algumas informações, mas no Riocentro a gente fazia menção de se aproximar e eles fingiam que não conheciam, viravam a cara. No máximo iam dizendo: ‘tá ruim, hoje é ruim.’

Ficamos juntos praticamente o tempo todo, eu e o Bira, e da polícia não saía mesmo nada. As informações que conseguimos foram dadas por duas garotas e um rapaz que tinham ouvido a explosão e chegado perto do carro pouco depois. Eles conversaram com a gente, contaram o que tinham visto. Mas o pessoal do DGIE e do I Exército a toda hora colava na gente, querendo saber o que a imprensa estava fazendo. Houve uma hora que estávamos comentando outras coisas que não a explosão e eles se aproximaram para saber por que a gente estava rindo.

Na hora em que foram tirar o corpo do sargento foi um tal aparato, com a PM fazendo um cordão para ninguém ver a remoção, que também naquela hora pensei que a precaução estava muito maior do que nos outros casos de explosão de bomba. Ali já dava para perceber que tinha acontecido um negócio muito grave. A PM, que normalmente é acusada de barbarizar, impedir o trabalho da imprensa e tal, estava em segundo plano. Quem ameaçou os repórteres e principalmente os fotógrafos foi gente à paisana. Eu notei também que o nervosismo dos policiais era tão grande que, embora eles tivessem se preocupado em isolar cada vez mais o carro, a área em volta ficou meio descoberta. Tanto que, lá pelas duas horas da manhã, foi achado, por acaso, um dedo do sargento morto em cima de uma Brasília e recolhido por chefes de equipe do DGIE.

Às 3h40min eles liberaram o carro. Muita gente que estava saindo do show foi ver. Era uma garotada. Me lembro que passou um grupo e saiu gritando: ‘É a alma da Dona Lyda que voltou para se vingar.’ Mas a grande massa saiu em ônibus, que estavam estacionados do lado contrário ao acidente. Acho que a maioria também, mais ou menos como eu, custava a acreditar. Acho que essa não foi minha reportagem mais emocionante, mas foi o pior caso, em matéria de se conseguir uma informação, que já apurei na minha vida”.

Darcy Moreira da Silva saiu de O Globo para o Jornal do Brasil, onde chefiou a reportagem do Caderno Cidade. Foi para O Dia, primeiro como repórter especial e em seguida como chefe de reportagem. Trabalhou também na Rede Globo, na editoria Rio, e na TV Bandeirantes, na chefia de reportagem. Foi assessor de imprensa da prefeitura de Caxias e da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. Em 1999, Darcy estava desempregado. Seu último trabalho foi como assessor de imprensa da LIESA (Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro). Darcy faleceu em 2000.

“Para mim era rotina mandarem eu correr. Hoje vejo que qualquer coisa que se diga ou escreva a respeito da explosão daquela bomba não parece desarquivar totalmente um assunto daquela época que continua muito atual. Depois que a imprensa "reabriu" o caso – principalmente O Globo – o que vemos hoje lembra muito as matérias que se seguiram à suíte da explosão. Quem deu a ordem? Até onde a investigação pode ir?

Particpei de dois dias de cobertura noturna, mas deu para acompanhar: quando os colegas descobriam o que consideravam ser uma pista, as fontes tinham medo de falar. E hoje algumas se apresentam contando que foram vigiadas, sabotadas em seu trabalho, etc. De "vítima" do episódio o capitão Wilson Machado acabou sendo promovido a indiciado do novo inquérito. Dezoito anos depois?

Pessoalmente, uma satisfação: havia mais de uma bomba naquele Puma. O Globo bancou o que apurei na época (embora tivesse que publicar um desmentido do Exército no dia seguinte) e os novos depoimentos de hoje ratificaram aquela informação. Vamos esperar mais quantos anos para saber de quem partiu a ordem? Os personagens estão vivos, basta que queiram contar o que sabem...”

Darcy Moreira da Silva

Outubro de 1999

“Dias depois, fiquei até com raiva de ter desprezado alguns detalhes.”

Nome: Marcelo Pontes

Idade: 34 anos

Tempo de Profissão: 16 anos

Função Atual: Repórter-assistente de editor de O Globo

Experiência Profissional: *O Povo*, jornal diário de Fortaleza (repórter); *Rádio e TV Verdes Mares*, Fortaleza (repórter); *Vera* (correspondente em Fortaleza e repórter da sucursal de Recife); *O Globo* (repórter da edição política, repórter da editoria local).

Marcelo Pontes ia ser padre. Com mãe viúva, 8 irmãos, natural de Arocoiaba, no interior do Ceará, ele entrou para o seminário aos 12 anos. Uma repetição de ano, considerada injusta, o levou a se distanciar de vez da perspectiva de uma vida religiosa. “Um ano depois de muita ‘pelada’, a mãe – ele conta – praticamente me empurrou para fazer um curso de jornalismo na Associação Cearense de Imprensa. E eu acabei virando jornalista por causa da primeira cascata de minha vida. Na entrevista, a responsável pelo curso perguntou por que eu queria trabalhar em jornal. Eu, que nunca tinha pensado nisso, disse que desde menino tinha dois sonhos: ser padre ou jornalista. E completei, dramático: estou acabando de largar o seminário. Fui aprovado na hora.”

Entre as boas lembranças do repórter, duas matérias “impossíveis”: em Recife, para a revista Quatro rodas, Marcelo Pontes comprou uma carteira de motorista para um cego. No Globo, já no Rio, passou um dia inteiro dirigindo um táxi para contar as agruras de um dia na vida do motorista. Textos mais bem cuidados, “fontes” cultivadas, dribles para que se possa “passar um recado” foram apreendidos durante anos na editoria política, também em O Globo. Marcelo lembra um dos trabalhos que mais gostou de fazer: “Não sei bem se era 1976 ou 1977, mas o movimento estudantil estava de novo fazendo passeatas, recomeçando a esquentar. Não dava para fazer uma matéria especificamente sobre o assunto porque não era essa a linha de cobertura do jornal. Mas acabei fazendo uma matéria que tocava no assunto e cumpriu o papel que eu queria. O título era mais ou menos assim: ‘Eles eram incendiários, agora são bombeiros’ – e contava o passado de líder estudantil contestador de figuras como Petrônio Portella, Ulysses Guimarães, Célio Borja, Marco Antônio Maciel e outros.”

Marcelo Pontes diz que não tem nostalgia da cobertura política. Como quase todos os repórteres com muito tempo de profissão, ele também deve passar pelos ciclos de desilusão, em que pesam o sobrecarga de trabalho, a desvalorização do cargo de repórter na hierarquia dos jornais e a pouca participação no resultado final do trabalho. “Mas de repente – diz – uma matéria como essa do Riocentro reacende aquela chama e a gente se sente útil, importante, e pensa em como seriam as coisas se a imprensa não estivesse lá.”

“Eu estava vendo televisão na sala do Milton, doido para dar 23h, horário de entrada do pessoal da madrugada, para ir embora, quando o Ely gritou. Corri com o Phillot para o Riocentro e quando cheguei lá só encontrei um jornalista, um repórter do Dia. Eram mais ou menos 23h30min, o local do carro já estava cercado e havia muitos policiais e gente com pinta de perito. Minha primeira preocupação foi ver o local, anotar a placa do Puma. Falei com um policial de uma patrulhinha da PM, que aparentemente era quem tinha feito o início da ocorrência. Ele deu algumas informações sobre a hora, mas uns dados meio

insignificantes. Falei pelo rádio imediatamente para a redação porque sabia que o pessoal lá estava com a impressão de que a bomba tinha explodido dentro do Riocentro. Eu estava impressionado porque ninguém no local sabia a identidade do morto. O pessoal achava que era militar e da redação, uns 15 minutos depois, é que me confirmaram que os dois eram do Exército, ainda sem saber os nomes.

A gente do lado de fora do isolamento do carro não tinha muita condição de saber se o pessoal que estava lá dentro era da Polícia Federal, do Exército, do DPPS ou do DGIE. Reconhecíamos a Polícia Civil porque seu pessoal ia e vinha dos camburões da Secretaria de Segurança. De repente saiu um senhor do isolamento. Era o tal de Tatá (Humberto Guimarães, detetive-inspetor, lotado no DPPS), como dias depois a gente conseguiu identificar. Resolvi me aproximar porque ele dava a impressão de ser perito e estar comandando a operação: estava com uma prancheta na mão onde ia anotando se ele sabia quem era o morto. Ele disse que não, mas notei que ele sabia. Eu disse que sabia que o morto e o ferido eram do Exército. Ele riu e não falou. Perguntei o tipo de bomba e ele disse: ‘Isso é coisa de bomba-relógio.’

Fiquei por perto do isolamento e logo em seguida fiz uma segunda tentativa com esse mesmo perito, quando ele ia voltar para junto do Puma. Nem cheguei a fazer nenhuma pergunta porque ele pediu – a mim e aos outros jornalistas que haviam chegado ao local – que nos afastássemos. Ele disse: ‘Se afastem porque pode ter outra bomba aí dentro.’ Essa advertência coincidiu com a ampliação do cordão de isolamento. A essa altura uma porção de PMs cuidavam do isolamento da área. O próprio comandante do 18º BM, coronel Ille Marlen, estava lá e falou comigo: ‘Assumi o batalhão hoje à tarde. Não sei de nada.’ Ele informou também que tinha pedido reforços – mais quatro choques de 25 homens cada (já havia um na área) e mais tarde uma companhia de 90 homens, porque ele temia que no final do show houvesse tumulto, com uma concentração de curiosos que poderia atrapalhar a perícia. Chegaram policiais de choque, preparados para enfrentar a multidão. Alguns com 4 ou mais bombas de gás lacrimogêneo na mão.

Lembro-me que depois, quando vi no ‘Fantástico’, domingo, dia 3, o filme da TV Globo, feito no Riocentro, na madrugada da explosão, pensei: ‘Fizeram uma cagada.’ A bomba que aparecia no filme, aqueles cilindros de metal, era uma bomba de gás lacrimogêneo; igual àquelas eu tinha visto nas mãos dos PMs.

Agora, é bom esclarecer o seguinte: lá no Riocentro, naquela madrugada, ficou muito claro que havia outra bomba no Puma. Não foi só por causa daquela advertência do Tatá. Quando eu estava saindo para a redação, levando o filme com as fotos que um cara da polícia ou do Exército quase apreendeu, o Bira do JB me falou que havia um boato de outra bomba no carro. Bem nessa hora estava passando o Tatá de novo e eu disse para o Bira esperar que ia tentar confirmar. Esse perito, esse mesmo que não quis me dar o nome, o Tatá, ia se dirigindo para um camburão. Eu cheguei perto dele e perguntei: ‘É verdade que vocês desativaram outra bomba?’ E ele respondeu: ‘Acabamos de desativar. Cai fora, me deixa em paz.’ Parecia até que ele era um cara que queria nos ajudar, dar algumas informações, mas que estava muito patrulhado por outros policiais.

Ainda lá no local, para os colegas que estavam trabalhando, o capitão e o sargento estariam conduzindo a bomba. Era especulação do local: a bomba que explodiu no carro se juntava com a que explodiu perto da casa. De força. A outra, ou as outras do carro, que foram desativadas, completariam o atentado. Naquela hora, a nossa preocupação, de todos nós, era correr para pegar a edição do dia 1º; não tínhamos condição de avaliar bem a repercussão da explosão. Mas eu sabia que aquilo ia ter uma repercussão política: dois militares ligados ao DOI, em um local onde uma entidade de esquerda estava fazendo um show, e de repente uma bomba explode dentro do carro deles. Não dava ainda para sentir o tamanho, a extensão do negócio, mas dava para sentir que era um assunto muito grave.

Quando cheguei à redação, tinha um clichê rodando, com uma matéria que já falava nessa outra bomba

desativada. Eu escrevi uma matéria maior, com o nome do sargento morto e com uns pedaços que aproveitei do 1º clichê. Minha matéria se juntou com o material que o Fausto tinha catado no Almanaque do Exército e mais as repercussões que fizeram com o presidente da OAB e com o Miro Teixeira.

Nessa minha matéria, procurei botar o máximo de informações, tudo muito factual. A conclusão dos jornalistas e também a das pessoas que estavam por lá, procurando saber o que tinha acontecido, era a de que a intenção das bombas era causar pânico, todo mundo falava como teria sido um horror se as bombas tivessem explodido com aquelas 20 mil pessoas lá. Agora, essa especulação eu nem escrevi. Não foi autocensura e nem porque eu trabalho no Globo, quer dizer, não foi só por causa da linha do jornal. Eu mesmo decidi só escrever o que tivesse como afirmar com muita segurança. Quer dizer, numa hora de fechamento o texto tem que sair definitivo e eu não ia jogar especulações em um assunto de tal gravidade. Minha matéria saiu exatamente como eu escrevi, depois de ser lida pelo Frejat e pelo Milton.

Saí da redação às 3h30min. A sensação de grande trabalho jornalístico não pintou. Pintou foi a certeza de que aquele era um assunto muito grave. Em nenhum momento eu pensei que o jornal não fosse publicar a matéria, porque desde que saí da redação para o Riocentro estava todo mundo fazendo tudo para dar a maior quantidade de informação possível, todo mundo preocupado em fazer a notícia. Mas fui para casa meio descrente, achando que no dia seguinte ia sair uma explicação oficial para o acidente e que as autoridades militares iam tentar justificar aquilo como um episódio normal, para parecer que o capitão e o sargento tinham sido vítimas. É claro que eu achei que algumas informações, como a da segunda bomba desativada no local, poderiam dificultar essa versão, mas depois desses anos todos que a gente está vivendo e também depois de não vermos nenhum atentado esclarecido achei que com esse dia acontecer o mesmo.

Dias depois fiquei com raiva até de ter desprezado alguns detalhes que na hora pareciam insignificantes, mas que depois veio que teriam uma importância enorme. Por exemplo, todos nós, os coleguinhas, e eu também, desprezamos o detalhe do PM da patrulhinha que fez o 1º registro da ocorrência. Desprezamos porque tinha gente muito mais importante na área. Só que exatamente este PM deve ter a cronologia da chegada de todas as equipes. Pelo menos ele deve saber qual polícia – se a federal, a do Exército, o DGIE, o DPPS o DOI – chegou primeiro e assumiu a condução da perícia. Isso seria importante para definir o seguinte: a gente sabe que tinha pessoas do DPPS no local acompanhando o show, quer dizer, fazendo a polícia política. A gente sabe também que, quando chegou a equipe do DGIE, especializada em desativar explosivos, já encontrou o DOI. Inclusive, na segunda semana depois da explosão, li a informação de um segurança do Riocentro que falou que três carros do Exército iam sair do estacionamento e resolveram ficar no local. Quer dizer, falar com esse PM da patrulhinha, naquela hora, era fundamental para saber essas coisas: quem já estava lá quando a bomba explodiu?, quem chegou e em que ordem?

A gente sabe que a perícia da Polícia Civil, o pessoal do Carlos Éboli (Instituto de Criminalística Carlos Éboli), sempre chega com atraso em todos os locais. É comum a gente ir cobrir casos em que o corpo fica lá 5 ou 6 horas esperando a perícia. Isso deve ter acontecido no Riocentro. O pessoal do Carlos Éboli deve ter chegado muito depois. Se a gente tivesse certeza da cronologia podia, por exemplo, explicar, porque – e isso é muito provável – o laudo do Instituto Carlos Éboli só vai falar da bomba que explodiu e não vai citar a outra bomba desativada.

No dia seguinte à explosão me chamaram em casa às 8 horas. Eu tinha saído do jornal às 3h30min e não tinha conseguido dormir até às 5h. E aí, quando cheguei à redação, tive uma surpresa porque o que pintou foi um entusiasmo muito grande do pessoal todo, dos colegas, pelo fato de o jornal ter publicado mais informações do que os outros. Fui cobrir o enterro do sargento e aí já sabia a importância da matéria que tinha feito na véspera.”

Marcelo Pontes saiu em 1984 de O Globo para o Jornal do Brasil onde, durante 14 anos, foi editor de política, titular do Informe JB e da Coluna do Castello, diretor das sucursais de São Paulo e de Brasília e editor-chefe. Em 1999, era chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Fazenda, em Brasília.

*“O entusiasmo de ter lido no dia seguinte no Globo a minha reportagem sobre a explosão da bomba no Riocentro exatamente como a escrevi é um bom retrato do ambiente político que se vivia na época. Estávamos vindo de anos de dolorosa convivência com a ditadura militar e com as suas marcas trágicas de prisão, tortura, perseguição, censura e assassinato de inimigos do regime. Ainda havia medo e muita pressão e ameaça sobre a imprensa. Mas havia também um esforço gigantesco das redações para romper definitivamente esse cerco. Antes, escrevíamos nas entrelinhas o que não poderia ser dito às claras. Lembro-me ainda da reportagem citada na primeira edição do livro, da vez em que consegui publicar uma página inteira sobre a retomada do movimento estudantil, em 1977, em **O Globo**, com um grande artifício. Entrevistei os líderes estudantis das décadas de 40 e 50 e início dos 60, como Ulysses Guimarães, Petrônio Portela, Célio Borja, Paulo Egydio Martins e Marco Maciel. Contava como eles tinham agitado a vida política do país em seu tempo – Ulysses, por exemplo, foi um grande orador no Centro Acadêmico 11 de Agosto, nas Arcadas, em São Paulo; Petrônio vivia atacando o governo numa revista chamada ‘Reforma’, na Faculdade Nacional de Direito, no Rio; e Marco Maciel liderou uma greve geral estudantil em Recife, no governo Jânio Quadros, obrigando o ministro da Educação a ir lá, negociar com ele. No final dos anos 70, quase todos eles tinham filhos na universidade. Quando lhes dava a palavra, na reportagem, eles em geral diziam, com a exceção óbvia do doutor Ulysses, que o papel do estudante é estudar, e o seu lugar é a sala de aula. Tinham sido incendiários. Eram, então, bombeiros. A grande vitória dessa reportagem foi usar uma página inteira para dizer em duas ou três linhas perdidas no meio dela que os estudantes estavam voltando às ruas para defender a liberdade, como antigamente. Com o episódio do Riocentro foi bastante diferente. Ali, deu para sentir com muito prazer um gostinho da liberdade de imprensa com que sonhava desde março de 1964, quando aos 16 anos de idade me iniciei na profissão de repórter. Desde aquela época, não há dúvida de que as bombas do Riocentro tinham um objetivo: impedira volta da liberdade. Mas, por terem exposto com o clarão de uma explosão os subterrâneos do regime, acabaram ajudando a apressar o fim das trevas. Ao longo desses 18 anos, em que, mesmo ocupando cargos de chefia em redação jamais perdi a consciência de que sou, em primeiro lugar um repórter, tive, entre as certezas absolutas de todo repórter, uma muito especial: o mistério do Riocentro não sobrevive à democracia”.*

Marcelo Pontes
Outubro de 1999

“Reportagem não é só o que se faz, é também o que se tentou fazer.”

Nome: Paulo Cezar Guimarães

Idade: 28 anos

Tempo de Profissão: 4 anos

Função Atual: Repórter da editoria local de *O Globo*

Experiência Profissional: *O Globo* (estagiário do 2º Caderno, repórter da editoria local).

Paulo Cezar Guimarães seguiu os caminhos naturais de um formando em jornalismo: durante os últimos períodos de faculdade estagiou – o que quer dizer aprender trabalhando e ganhando muito pouco (Cr\$ 600,00 na sua época) – na redação de um grande jornal. Começar no 2º Caderno é exceção que, Paulo Cezar lembra, tinha alguns privilégios: “Ainda não era contratado e já tinha assinado a minha primeira matéria de página inteira.” Além do prestígio da assinatura, o ritmo de trabalho em segundo caderno é bem mais lento do que o da reportagem geral. Quando foi contratado, Paulo Cezar resistiu à ideia de ir trabalhar na editoria local, mas hoje não se arrepende: “A geral é pauleira. Não é como no 2º Caderno, onde a gente faz um texto mais elaborado e se não estiver com saco pode deixar para o dia seguinte. Mas vivendo o dia a dia do local é que se ganha malandragem, experiência, rapidez.”

*A possibilidade de assinar matéria é mais rara, mas a notoriedade também acontece e Paulo Cezar teve, há pouco tempo, a satisfação de se ver, pelo mérito de um trabalho, personagem de matéria da *Veja*. Ele havia feito uma reportagem sobre um assalto à casa de um banqueiro inglês. Poucos dias mais tarde, leu na redação outra matéria sobre a prisão de um grupo de assaltantes. Uma mesma caixinha de joias – relacionada entre os objetos roubados ao banqueiro e apresentada pela polícia em meio ao material encontrado com os assaltantes presos – permitiu que Paulo Cezar e Ernesto Rodrigues (repórter de *O Globo*) justificassem os dois casos e desvendassem o mistério antes da polícia, para absoluto espanto do banqueiro, acordado por Paulo Cezar em casa às 2 horas da manhã para o “reconhecimento” da caixinha. Os assaltantes eram os mesmos e já estavam presos. No dia seguinte, *O Globo* foi o único jornal a vincular as duas matérias. Um “furo”, que é sempre uma compensação para a dureza do cotidiano. Como os demais repórteres da editoria local, Paulo Cezar trabalha dez horas por dia, escrevendo de uma a três matérias com folgas em fins de semana alternados, de 15 em 15 dias. Paulo Cezar ganha o salário médio de repórter em *O Globo*: cerca de Cr\$ 70 mil mês.*

Um Passat dirigido por assaltantes, que estavam sendo perseguidos pela polícia, se acabou em uma árvore da Av. Brasil. O Ely me gritou pelo rádio e eu voltei correndo, ainda sem saber de nada. Na redação, acabei de apurar a matéria de Bangu pelo telefone. Bati rápido umas 30 linhas e fui para o Miguel Couto totalmente no ar. Sabia que tinha explodido uma bomba no Riocentro, que tinha um ferido no hospital e mais nada. Isso acontece às vezes e é sempre ruim – o repórter sair da redação sem saber direito o que vai fazer.

Cheguei ao Miguel Couto por volta da meia-noite. Já estavam lá uns quatro ou cinco repórteres e foi chegando mais gente. Quando vi que o Zuenir (Zuenir Ventura, chefe da sucursal da revista *Veja* no Rio) estava por lá, tentando apurar também, eu saquei que a barra era pesada. Muitos jornalistas que não

estavam trabalhando também apareceram e ficaram tentando ajudar o pessoal. Todo mundo na portaria, vigiando o elevador. Ficamos trabalhando juntos, trocando as informações que eram quase nenhuma, porque ninguém falava nada. Qualquer médico, qualquer enfermeira que descia a gente atacava, mas não saía nada.

Estava um clima de tensão muito grande. Tinha muita gente rondando o hospital e pintou uma desconfiança total em todo mundo. Qualquer pessoa estranha que chegava perto das rodinhas que formávamos para conversar a gente ficava pensando que estava vigiando o nosso trabalho, que era da polícia ou do SNI. Isso porque a gente já sabia que o ferido era um capitão. E mais, antes de eu chegar ao hospital um capitão – o Capitão Souza Lima, como ele mesmo se identificou – tinha falado com os coleguinhas e dito que o ferido trabalhava com ele no DOI-Codi. Nessa hora, quer dizer, numa hora em que tudo está difícil, em que a gente sente que aconteceu mais do que um simples acidente e pinta até um certo medo, não tem mais essa de furo. O que acontece é uma solidariedade entre todos os jornalistas numa busca desesperada pela informação.

Me lembro que uma repórter do JB ficou rondando o Miguel Couto, por ali na portaria, fingindo que tinha atropelado uma pessoa, que estava muito nervosa, querendo saber notícias do seu “atropelado”. Ela chegou com essa conversa perto do pessoal da família do capitão ferido. Ninguém se aproximou, todos os outros jornalistas entraram no jogo, mas mesmo assim ela não conseguiu nada.

Lembro também que a gente estava na portaria do hospital quando tocou o telefone. A recepcionista falou em voz alta que era alguém procurando um familiar do capitão ferido. O Zuenir foi atender o telefone, tentando conseguir alguma coisa. Mas não deu mesmo e ele acabou subindo para buscar um parente ou um amigo do cara. Na volta, ele ainda ficou colado no homem que veio atender o telefone, tentando pescar alguma coisa da conversa, mas também não conseguiu.

Passei algumas coisas pelo telefone para a redação, basicamente a informação do Capitão Souza Lima de que o ferido, como ele, trabalhava no DOI-Codi. Mas continuei no Miguel Couto até às 4 horas da manhã. Depois, ainda dei uma passada na redação e saí com o jornal na mão. Mesmo naquele dia, eu já sabia que estava acontecendo um negócio importantíssimo. Não escrevi matéria nenhuma, mas estava satisfeito de ter entrado na cobertura. Afinal, uma reportagem nem sempre é o que você traz, mas também aquilo que você tentou fazer.”

Paulo Cezar Guimarães saiu do jornal O Globo em outubro de 1985 para trabalhar na assessoria de imprensa da Souza Cruz. Foi assessor de imprensa de Marcos Villaça, presidente da LBA e repórter da Revista Imprensa. Em 1999, já lecionava há treze anos Faculdade Hélio Alonso, no Rio de Janeiro, e comemorava uma década de fundação de sua empresa, Portfolio Comunicação. Atualmente trabalha no Jornal do Brasil online e tem um blog sobre o Botafogo.

“Todos os anos dou uma aula na faculdade baseada no livro Bomba no Riocentro, porque ele é uma aula sobre as grandes coberturas jornalísticas. E estar no livro por ter participado como profissional daquele episódio, ao lado de feras como Milton Coelho, Zuenir, Marcelo Pontes – que na época era o meu ídolo como repórter – é uma honra. O Globo não participava na época, por algum problema interno, da disputa do prêmio Esso, mas acredito que se participasse teria levado. De qualquer forma, foi um dos fatos que mais marcou a minha carreira. Inesquecível. Quando me lembro fico até em dúvida se fiz bem ao deixara reportagem investigativa pelo jornalismo empresarial, mas depois me lembro que saído Globo como assistente de editor para ganhar três vezes mais na assessoria. Era e é uma realidade de mercado.

Acho muito importante a reabertura do caso porque até hoje existem militares com um ranço de

autoritarismo que se estende até a um simples policial. É preciso que a verdade vire história oficial para que quem veste farda tenha total consciência de que a ditadura acabou”.

Paulo Cezar Guimarães

Outubro de 1999

“No dia seguinte constatamos: O Globo de um banho nos outros jornais.”

Nome: Milton Coelho da Graça

Idade: 50 anos

Tempo de Profissão: Editor-Chefe de O Globo

Experiência Profissional: *Diário Carioca* (redator); *Shopping News* (redator, editor); *Hoje* (redator); *O Dia* (redator); *Última Hora, sucursal de Pernambuco* (chefe de redação); *Jornal do Commercio* (colunista político); *Diário da Noite* (secretário); *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste* (chefe da divulgação); *Diário Carioca* (redator); *Correio da Manhã* (subsecretário); *Jóia, revista da editora Bloch* (chefe da redação); *Editora Abril* (repórter da revista *Realidade*, chefe da sucursal do Rio de Janeiro, diretor e chefe de redação de *Realidade*, *Quatro Rodas*, *Documento Abril*, *Intervalo*); *Rio Gráfica Editora* (editor-chefe); *Placar, revista da editora Abril* (diretor); *O Globo* (editor-chefe).

Ele começou a trabalhar como servente faxineiro do CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – aos 12 anos. Depois fez mala direta vendendo equipamento agrícola, foi tradutor de inglês, ajudante de cozinha num restaurante de Cascadura, garçom em Marechal Hermes, auxiliar de escritório em fábrica de bebidas, chefe de departamento em produtora cinematográfica, vendedor de fio de nylon, roupas em geral, meias; técnico em crédito rural, auxiliar de contabilidade. Nas horas vagas, se formou em Economia, que chegou a exercer durante algum tempo; e em Direito: advogado de uma só causa, ganha e não paga. Da decepção, veio o jornalismo. E de copy desk de coluna social no Diário Carioca – primeiro emprego – acabou virando editor-chefe de um dos maiores jornais brasileiros. No caminho, a primeira reportagem sobre Cuba publicada no país depois de 1964, entrevista com Papa Doc (Haiti) e com Al Fatah (Organização pela Libertação da Palestina), publicadas em Realidade. E uma dezena de projetos transformados em novas revistas e jornais.

A história certamente explica o chefe, exigente professor.

Hoje, no Globo – e o testemunho é dos repórteres –, existem três jornais: o da pauta, o dos acontecimentos inesperados de cada dia e o “jornal do Milton” em que, de cada matéria é exigido um “algo mais”, que pode vir da apuração mais apurada ou da complementação de uma pesquisa, passando sempre pela participação mais efetiva de cada jornalista no resultado final. Mas tem que vir. Milton Coelho é o último a sair e só vai embora para casa levando este terceiro jornal na mão.

“Normalmente, quando surge uma notícia local inesperada, em hora de fechamento, o Eloy avisa ao Frejat e o Frejat avisa a mim. Mas o Ely deu um berro e todo mundo que estava na redação ficou sabendo: bomba no Riocentro.

A primeira decisão foi esperar para botar uma nota no 1º clichê, que tinha que rodar, de qualquer maneira, entre 11 e 1h15min. No 1º clichê rodam os exemplares que vão para o interior do Rio e outros estados. E é uma norma permanente: temos que rodar o primeiro clichê até 1h30min no máximo; senão, atrasamos tanto as remessas que não vale a pena.

Quando chegaram as primeiras informações, resolvemos dar o título e mais umas 10 linhas na primeira. Essas informações foram as do Marcelo lá do local e mais as das pessoas que procuramos. Antes de o Marcelo chegar ao Riocentro, nós já tínhamos telefonado para a TV Globo, para o Miro Teixeira e tínhamos tentado falar com o Riocentro, que não atendia.

Procuramos o Miro para saber se o gabinete do governador tinha alguma informação e ele confirmou que unidades policiais tinham sido deslocadas para o local, que a bomba tinha mesmo ferido alguém e possivelmente matado uma pessoa. A TV (Globo) tinha as mesmas informações que nós, quer dizer, também não sabia a extensão do que tinha acontecido. Esse contato entre redações existe. A regra do jornal, para repórteres, é proibir que sejam pedidas ou dadas informações a outros jornais. Mas eu sei que na área de polícia é comum os repórteres trocarem o que apuram. Para editor existe também uma espécie de consulta, quando temos um assunto que um de nós considera muito delicado. Mas é raro, porque há normas de edição, há uma orientação básica em cada jornal. Por exemplo: no Globo nós temos uma norma que é não publicar ameaças, porque achamos que é um estímulo aos malucos para ficarem ligando e passando alarmes falsos. São duas coisas que O Globo não publica: suicídio e alarme falso.

Antes mesmo de o Marcelo voltar, quando tivemos mais informações apuradas no local por ele, fizemos um clichê intermediário, que eu costumo chamar de “troca rápida”, e, além da chamada na primeira, jogamos uma matéria pequena dentro, na página 9. Quando o Marcelo voltou com o filme, paramos as máquinas para rodar o terceiro clichê, o último. O assunto foi para o alto da primeira página, com a foto do Puma substituindo uma foto de perseguição a assaltantes em Bonsucesso. À última hora, conseguimos o primeiro nome do sargento e mais a informação de que ele era motociclista da Polícia do Exército.

Lembro que aquela noite tentei avisar ao Evandro (Evandro Carlos de Andrade, diretor de jornalismo de O Globo) sobre as explosões, mas não consegui. Depois ficou muito tarde e não tentei falar com ninguém. Era madrugada e o jornal ficou por nossa conta e risco. Mas não vi nenhum problema, porque o jornal não deixa de publicar o que é fato, o que é informação. E normalmente, em nenhum jornal, se fica avisando à direção o que está acontecendo de madrugada. Tínhamos informação – e todo o nosso cuidado foi o de não publicar nada que não tivesse o testemunho do nosso próprio repórter – e informação o jornal não omite.

Publicamos tudo que foi apurado pelos nossos repórteres, o que não significa que não tenhamos selecionado as informações. “Censura” não houve nenhuma. Mas tem um tipo de coisa que não dá para transformar em matéria. Alguns parlamentares, por exemplo, quando souberam das explosões, começaram a ligar para a redação e a dar declarações sobre o assunto. Não publicamos nenhuma, porque o jornal também não vai deixar que fiquem tirando casquinha.

Eram mais de 3 horas quando fomos embora. E no dia seguinte constatamos: O Globo deu um banho nos outros jornais.”

“Sei que era a cobertura de um fato histórico. E o jornal acreditou inteiramente no relato que fiz.”

Nome: Ubirajara Moura Roulien

Idade: 40 anos

Tempo de Profissão: 21 anos

Função Atual: Repórter da seção de polícia do *Jornal do Brasil*

Experiência Profissional: *Diário Carioca*, edição brasiliense (repórter); *A Noite*, *Luta Democrática*, *O Fluminense*, *O País*, sucursal do Rio do *Diário de São Paulo*, *O Globo*, *O Dia*, *Última Hora* (repórter da editorial local e da seção de polícia); *Jornal do Brasil* (repórter).

Repórter de polícia. Poucos jornalistas escolhem a função que é a dos que pegam o trabalho mais pesado, os piores horários e permanecem, na maioria dos casos, no total anonimato, ganhando os salários mais baixos.

Ubirajara Moura há mais de 20 anos trabalha basicamente na cobertura dos “casos de polícia”. Mas não se arrepende. “Se aprende a racionar, a ter agilidade, a apurar bem. Não é como cobrir uma conferência, onde você fica lá sentado ouvindo um cara falar e ainda recebe um release. O repórter de polícia chega sempre com uma hora de atraso no mínimo, porque ninguém vai marcar hora e te chamar para assistir um assassinato, um desastre de trem. Então é emocionante, você tem que investigar.”

Além do trabalho de investigação e de uma convivência diária nada agradável com o que Bira chama de “a escória da sociedade”, o repórter de polícia muitas vezes se depara com outro problema: como publicar a notícia que envolve pessoas importantes, autoridades, em crimes escandalosos e casos de alta corrupção? Trabalho perdido, em alguns casos, quando o próprio jornal decide que esse tipo de notícia não vale a pena publicar. A sensação da missão cumprida quando, ao contrário, se consegue a divulgação de uma denúncia importante.

Até hoje, exatamente por uma dessas missões cumpridas, Ubirajara enfrenta problemas: “Nunca tive um desmentido na minha carreira e nem censura às minhas matérias por parte do JB. Mas até ameaça de morte eu já recebi por causa de um grande furo, que ainda dá bode, sete anos depois.”

O grande furo foi uma reportagem que denunciava o envolvimento de tementes, coronéis, generais do Exército, detetives e delegados em operações de contrabando. Publicada, a matéria deu origem a um Inquérito Policial Militar que indiciou 84 pessoas.

“Eu tinha começado a trabalhar às 17h daquele dia e ia largar à meia-noite. Mais ou menos às 22h30min o Gaza (Luiz Mário Gazaneo, seu editor local) gritou lá da sala dele: ‘Explodiu uma bomba no Riocentro. Bira, vê isso aí.’ Eu liguei o 244-2020 (telefone do CCOS). Uma cara me disse que tinha recebido essa informação, que tinha avisado ao DPPS e mandado uma equipe para lá. Saí quase imediatamente para o Riocentro, com o Vidal (Vidal da Trindade, fotógrafo). No meio do caminho o Gaza já estava me chamando pelo rádio para eu passar alguma coisa para o 1º clichê. Eu ia até dar uma gozada nele, porque ainda nem tinha chegado lá, quando a merda: meu rádio só recebia. O Gazaneo não ouvia nada do outro lado.

Quando eu cheguei, já estavam lá O Dia, O Globo a TV Globo e a Veja. Os jornalistas estavam todos juntos, rodando que nem peru por fora do isolamento do carro, feito com umas cordas a 8 ou 10 metros.

Os policiais estavam dentro do cerco e eu vi gente que conhecia de vista, gente do DPPS e do DGIE. Uma cara da TV Globo me disse que achava que os caras do Puma eram militares. Nessa hora saiu do isolamento um senhor de cabeça branca, aquele de prancheta na mão que saiu depois em foto nos jornais, o Tatá: Eu fui em cima para confirmar se o ferido e o morto eram militares. Me apresentei e perguntei se ele tinha o nome do morto. Ele abanou que não disse: ‘Essa história é muito séria. Um negócio muito sério aconteceu aqui.’ Eu perguntei por que e ele respondeu: ‘Tinha outra bomba dentro do carro e vocês já estão sabendo que tem um ferido no hospital. Não sei se esse que está aí é o sargento ou o capitão.’ Ele me disse também que a outra bomba tinha sido desativada e depois não quis responder mais nada.

Eu fiquei maluco, chamei os outros jornalistas e contei o que o cara tinha me dito. Nessas horas não tem essa de furo. Isso não existe. Existe é a solidariedade de socorrer um colega que chegou mais tarde. Furo é válido se você pega a informação sozinho, mas se está todo mundo no local o que conta é a solidariedade e, num caso como esse, conta também a preocupação de dividir a responsabilidade.

Logo depois dessa conversa, com o Tatá, veio andando na nossa direção um outro policial, um moreno baixinho de japona de couro com uma pistola no cinturão, segurando um walkie-talkie e uma metralhadora. Depois, me disseram, ele ameaçou quebrar as máquinas e mandou apreender os filmes e os fotógrafos trataram de correr. Eu conhecia esse cara porque ele estava naquele tiroteio da Ilha (captura de um assaltante escondido em um conjunto residencial no bairro dos Bancários, Ilha do Governador). Fui chegando perto dele e perguntei: ‘O que você achou do noticiário lá da Ilha?’ Ele respondeu: ‘Apesar dos pesares, a imprensa trabalhou bem.’ E eu disse: ‘Ainda bem porque agora vem a reciprocidade. Quero saber o nome do morto.’ Ele falou: ‘Nem de brincadeira, nesse caso não há reciprocidade, não tem condição.’

O Gazaneo estava desesperado, se esgoelando no rádio do carro e eu tinha que passar essas informações. Era mais ou menos meia-noite. Tentei ainda o rádio do carro, mas não funcionou mesmo. Aí sai procurando um telefone no Riocentro. Implorei para um segurança de lá me deixar falar, mas o telefone não dava linha de jeito nenhum. O Gazaneo parecia que ia morrer de gritar pelo rádio. Resolvi pegar o filme com o Vidal e sair do Riocentro. Mandeí o motorista ir na direção de Jacarepaguá, porque sabia que tinha uns motéis pelo caminho. No primeiro motel, que era longe paca, a uns 15 km, paramos. Aí salto eu na portaria do motel, com o carro do JB, e o cara não queria deixar eu entrar de modo algum. Pensava que era para fazer matéria de denúncia, eu acho. Foi um sacrifício para o gerente me deixar usar o telefone. Mas à meia-noite e meia eu finalmente passei o que tinha para o Gaza. Na volta, o carro me deixou no Riocentro e seguiu com o filme para a redação.

Lá no Riocentro não adiantava muito ficar tentando falar com a polícia, que já tinha afastado ainda mais o isolamento do carro. Eu e o Darcy do Globo fomos falar com um vendedor de churrasquinho, que tinha ouvido a explosão e visto o capitão andando, ferido. O cara estava morrendo de medo e eu e o Darcy ficamos comendo o churrasquinho dele para ver se saía um papo. Ele acabou contando o que sabia – que viu o cara muito ferido sendo levado por um casal em um Passat, que o cara gemia muito e perguntava pelo amigo.

Ficamos andando por ali e localizamos três jovens que tinham visto o carro explodir. Foi um sufoco para falar com uma delas, porque o pessoal da polícia chegava junto e ficava tentando escutar. Tivemos que acabar a conversa dentro do carro do JB. Ela disse que ouviu a explosão. Olhou e viu fogo e depois uma cortina de fumaça. Saltou do carro dela e foi para perto do Puma. O capitão já estava andando, cambaleando, na direção da entrada do Riocentro e gritava pelo amigo. Ela disse também que quando chegou junto do carro tinha um rapaz que apanhou uma carteira no chão. Abriu e disse: ‘Ih, rapaz, sujou, o cara é cana. O nome dele é Guilherme. É melhor a gente sair daqui.’ E largou a carteira no chão.

Eu já sabia um nome e tinha que falar com o jornal de novo. Aí pedi ao cara do Dia. Ele passou as

informações para o jornal e pediu ao Santa (Eduardo Santa Maria, chefe de reportagem de O Dia) para ligar para o JB. Finalmente eu tinha identificado o morto: o tal do Tatá tinha dito que não sabia se o morto era um sargento ou um capitão. Mas no jornal, com informações do Miguel Couto, eles já tinham me dito que o capitão era o ferido. A garota contou a história e aí eu juntei – Sargento Guilherme. Acho que não deu tempo, porque o JB não deu o nome dele no jornal do dia seguinte.

Fiquei lá pelo local e peguei mais alguns detalhes da movimentação dos policiais, da expansão da área de isolamento. Acharam um dedo do sargento em cima de um carro e eu queria falar com a redação de novo. Chamei um segurança do Riocentro que me ajudou. Me disse que na administração tinha um telefone direto funcionando, porque os da mesa eu já tinha visto que estavam desligados. Para chegar à administração eu tive que passar por dentro do show. Na porta passei por um grupo de policiais do DPPS, que eu conhecia de vista. Um cara desse grupo me disse: ‘Você sabe que negócio é esse Podes crer que é coisa do Coronel Zamith.’ Coronel Zamith é um cara que dizem que é torturador e trabalha na Baixada. Lá dentro do Riocentro estava lotado, centenas de jovens estavam deitados no chão. Eu pensei na bomba da casa de força. Imaginei a bomba explodindo e aquilo tudo no escuro. Ia ter gente que não ia ter tempo nem de se levantar antes de morrer pisado.

Falei pelo telefone com o Gazaneo. Disse tudo que eu tinha. Eram mais ou menos duas horas. Quando eu voltei para o lugar do Puma tomei um susto porque o isolamento estava descomunal. O rabecão já estava lá tirando o corpo do sargento. E a perícia continuava trabalhando em volta, pegando pedaços de carne do morto e recolhendo dentro dos telefones que tiravam dos maços de cigarros. Às três horas tiraram o corpo e nem deu para fotografar.

O boato de que havia mais duas bombas no carro persistia. O tal do Tatá já tinha me confirmado uma e eu queria esclarecer esse negócio. Foi quando vi o Petrônio (Delegado Petrônio Romano Henrique, da 16ª Delegacia Policial, Barra da Tijuca). Ele estava indo embora. Eu fui em cima dele e parei perto do Chevette dele, que eu já conhecia, e fiquei de um jeito que ele não podia abrir a porta do carro sem falar comigo. Os outros jornalistas ficaram por perto – me lembro que estavam o Antero, do “Estadão” (Antero Luiz, repórter da sucursal do Rio de Janeiro de O Estado de São Paulo), o Darcy do Globo e o Riva (Artur Rivadávia, repórter de O Dia). Eles não foram em cima do homem porque a gente sabe se que se chegar uma turma grande eles não falam. Mas ficaram a uma distância que dava perfeitamente para ouvir a minha conversa com o delegado.

O motorista dele entrou no carro e um outro policial da 16ª entrou no banco de trás. O Petrônio parou na porta e me disse: ‘Quando eu saí da delegacia por volta das 22h falei com o Gilberto (inspetor Gilberto Francisco Lessa) e ele disse estava tudo calmo. Me surpreendi quando tomei conhecimento da bomba, pela TV. Quando voltei para a delegacia uma equipe já tinha vindo para cá e eu resolvi vir também. Não posso dizer nada porque não fiz nada aqui, só dei apoio aos colegas.’ Eu perguntei ao Petrônio o nome do rapaz morto, porque queria confirmar a história da garota que tinha assistido à explosão. Ele me mandou procurar o Gilberto, que tinha feito a ocorrência e sabia o nome. E aí eu perguntei: ‘E as duas bombas?’ Perguntei assim porque queria esclarecer se uma ou mais duas bombas tinha sido encontradas no Puma e desativadas. Foi aí que o Petrônio me esclareceu. Ele disse: ‘Não tem duas bombas. Foi arrecadada uma bomba. Havia duas bombas no carro, uma explodiu e a outra foi arrecadada.’ Eu perguntei: ‘Arrecadada por quem?’ Ele disse: ‘Pelo DGIE, que inclusive expediu a guia de remoção do corpo.’ Eu me lembro que ainda insisti: ‘Quer dizer que não tinha duas bombas.’ E aí o policial que estava no banco de trás no carro debruçou sobre o banco da frente, arriou o vidro para falar comigo e disse: ‘Só arrecadaram uma bomba.’ Os jornalistas que estavam perto ouviram essa conversa e depois a gente conferiu tudo que o Petrônio tinha me dito, para anotar tudo certo.

Às 3h30min abriram o isolamento e o Puma ficou à nossa disposição. Descobrimos, eu e o Maurício

(Maurício Menezes, repórter da sucursal do Rio de Janeiro de O Estado de São Paulo), que o arame da placa estava violado e pensamos que aquela devia ser uma placa fria. O Maurício, na hora que eu ia saindo, me passou umas informações que ele tinha pagado com um cara chamado João de Deus. Esse cara tinha estacionado perto do Puma e chegou a dar boa-noite para o sargento. Ele disse que o sargento estava com o braço apoiado na janela do Puma e nós pensamos que o sargento ainda devia estar assim quando a bomba explodiu. Deve ser por isso, por essa posição do braço, em cima da janela, que o braço dele foi amputado e ele ficou só com um cotoco, quase na altura do ombro.

Saí do Riocentro pouco depois das 4 horas e fui para a redação. Aí escrevi a matéria detalhada que saiu no sábado dia 2 de maio, porque àquela altura o jornal já estava fechado. A minha preocupação foi a de fazer um relato o mais fiel possível, com tudo o que eu tinha apurado. Acho que é a minha obrigação como repórter. Sabia que era uma matéria perigosa, com militares envolvidos, mas não “censurei” nada. Eu faço sempre assim – escrevo tudo, se o jornal achar que a minha matéria contraria seus interesses eles é que têm que decidir não publicar.

A matéria que eu escrevi foi publicada sem alterações. Quer dizer, houve umas correções naturais do copy (copy-desk, corpo de redatores do jornal), que reduz um pouco para caber na página, mas não tirou nenhum dado que eu tivesse apurado, não cortou informação nenhuma. Agora eu também não fiz nenhuma especulação. É claro que, como repórter, formei o meu juízo do que teria ocorrido, porque todas as informações que eu obtive não me convencem que o capitão e o sargento tivessem ido lá para arrecadar uma bomba. Porque se eles fossem lá com o objetivo de arrecadar explosivos teriam ido com material apropriado e em um carro mais apropriado do que um Puma. Até hoje na minha carreira não sei de ninguém que perdeu a vida desativando uma bomba. Além disso, pode quem quiser apresentar sua versão sobre o que aconteceu porque, pelo que eu apurei, formei a minha convicção. E essa convicção parte do princípio de que, nos meus 20 anos de jornal e na história dos atentados, eu sempre soube que quem é mobilizado para desativar bomba é a polícia. Nunca vi oficiais do Exército irem desativar bomba. Nunca soube que um popular telefonasse para o Exército e o chamasse para vir desativar uma bomba. Eu tenho o meu juízo, a minha avaliação, mas na matéria que escrevi naquela madrugada do dia 30 só escrevi os fatos. E eu saí do jornal sabendo da importância daquilo, que eu tinha feito a cobertura de um fato histórico. Importante também, nos dias seguintes, foi ver que, embora surgissem declarações de altas autoridades falando o contrário, o jornal acreditou inteiramente no relato que fiz, com toda a minha sinceridade e baseado apenas em informações”.

Ubirajara Moura Roulien saiu do Jornal do Brasil pouco tempo após o caso Riocentro e atribui sua demissão a uma discordância sobre a divisão do dinheiro do prêmio Esso de reportagem, ganho pela equipe. Desistiu do jornalismo e estudou advocacia, que exercia em 1999 e continua exercendo no Rio de Janeiro.

“Meu contentamento é pelo reconhecimento, 18 anos depois, de que tudo que apuramos e publicamos era a verdade. Principalmente a existência da segunda bomba, que eles sempre negaram. Para mim, pessoalmente, como profissional, as consequências não foram boas. Minha área de cobertura era segurança. E eu fui impedido de cobrir qualquer solenidade, qualquer coisa que acontecesse dentro da jurisdição do 1o Exército, hoje o Comando Militar do Leste. Só soube quando levantei o meu habeas data.

O Job Lorena, encarregado daquele IPM, e o Francisco de Paula Borges Fortes, diretor do DOPS, hoje DPPS, entre outros, foram agraciados com a Medalha do Pacificador. O Prêmio Esso acabou sendo a minha desgraça no jornalismo. O JB ganhou o Golfinho de Ouro, outro prêmio para

jornalistas antes e o Walter Fontoura, na época diretor do jornal, me chamou e disse ‘nós ganhamos’ e me deu o dinheiro do prêmio. Nem sei bem qual era a moeda, mas uns trezentos mil daquela moeda. Eu peguei e dividi, fiquei com 140 mil para mim, dei 140 mil para o Vidal (Vidal da Trindade, fotógrafo) e os 20 mil restantes para o motorista. Quando veio o Prêmio Esso, que foi para a equipe que participou da cobertura, o Hedyl (Hedyl do Valle Jr., editor), sem saber o que fazer, veio me consultar e eu fui contra o prêmio ficar apenas para o Fritz (Fritz Utzeri, repórter especial) e o Heraldo (Heraldo Dias, repórter especial). Eles abriram mão de participar da divisão do dinheiro, uns US\$ 2.600,00. Mais tarde, quando o Heraldo assumiu a chefia de reportagem, me demitiu.

Eu achei que valeu a pena minha participação na cobertura do caso, apesar de tudo. Mas foi bom mudar para advocacia porque o nosso mercado foi se tornando cada vez mais frágil. Acho que valeu a pena também reabrir o IPM porque aquilo estava engasgado na garganta de todas as pessoas que se viram envolvidas, principalmente aqueles profissionais prejudicados na época, que foram obrigados a assistir entrevistas, reproduzir laudos, sabendo do que realmente havia acontecido. Por exemplo, aquele perito, o Tatá (Humberto Guimarães, perito), ficou meu camarada depois e me disse: ‘eles me chamaram para depor, se forem me esculhambar, eu vou dizer tudo o que tiver que dizer’. Ele era do DOPS e me disse que tinha seis fitas gravadas. Hoje está aposentado e destruiu tudo. Mas a verdade sobreviveu”.

Ubirajara Moura Roulien

Outubro de 1999

“Na hora da confusão, a primeira coisa que fiz foi esconder o filme dentro da meia.”

Nome: Vidal da Trindade

Idade: 37 anos

Tempo de profissão: 15 anos

Função atual: fotógrafo do Jornal do Brasil

Experiência profissional: *Luta Democrática, Diário de Notícias, O Dia, Última Hora, Correio da Manhã, O Globo, Jornal do Brasil (fotógrafo).*

Do Foto Arthur na Rua da Carioca – um pequeno estúdio desses que fazem 3 x 4 para documento – até as fotos assinadas nas primeiras páginas do JB, Vidal da Trindade viveu desde as corridas da polícia que marcaram a vida de qualquer fotógrafo de jornal até as coberturas históricas, como a da visita do papa ao Brasil.

Foi um fotógrafo da perícia do Instituto Médico Legal quem arranhou o primeiro estúdio: dois anos da Luta Democrática, sem carteira assinada, e com um salário que era quase nada, até que a qualidade do trabalho levou o profissional à grande imprensa. E a qualidade do trabalho vai além da técnica perfeita. É preciso também atenção, rapidez, coragem e persistência para esse tipo de fotógrafo que não pode nunca perder o momento exato, poucas vezes conta com poses e tem sempre a obrigação de trazer a foto, custe o que custar. Às vezes custa caro e sete pontos no pé estourado por uma bomba de gás lacrimogêneo é um dos preços que Vidal lembra de ter pagado. A cobertura, ainda assim feita para o Diário de Notícias, era a do dia da morte do estudante Edson Luís, no centro do Rio de Janeiro, durante o pique do movimento estudantil de 1968.

Os melhores momentos variam. Podem ser simplesmente aqueles em que se registra o que é plasticamente bonito – um balão que sobe com 10 mil lanterninhas formando imagens no céu. Podem ser duros – um dos melhores trabalhos de Vidal da Trindade é a sequência que mostra, minuto a minuto, o jogador de futebol Perivaldo, do Botafogo, na época dando a partida em seu Volkswagen e arrastando com o cargo uma namorada que não lhe queria sair da frente. As fotos, desde a saída do automóvel até a moça depois machucada, foram publicadas há cerca de dois anos no jornal O Globo. Na cobertura do Riocentro, a tática não foi nova: “O negócio é chegar e ir fazendo, antes que alguém diga que não é permitido fotografar. Faz-se tudo, registrar-se o máximo, porque não é raro que fotos que parecem até desnecessárias a quem não é do ramo se mostrem importantes depois, como a que fizemos do perito que afirmou existirem outras bombas dentro daquele Puma.”

“Cheguei mais cedo aquele dia. Normalmente eu entro às 23h, porque cubro a madrugada. Mas acho que não eram ainda 22h30min quando passei pela redação e já fui logo ouvindo o Gazaneo gritar: ‘Vidal, pega a máquina. É uma bomba no Riocentro.’ Saí quase que imediatamente com o Bira.

Quando chegamos ao Riocentro, tudo parecia normal. Nos identificamos com o porteiro do estacionamento, que pensou que nós íamos cobrir o show. Ele não sabia de nada, mas nos indicou um lugar cheio de gente, um pouco distante, no estacionamento, quando perguntamos pela bomba.

Era mesmo o lugar onde estava o carro destruído, ainda com o corpo do sargento. Minha instrução era fotografar o máximo e mandar o filme o mais rapidamente possível para o jornal. O carro estava isolado, mas dava para fotografar. Nessa hora, os cordões de isolamento nos afastavam uns 8 ou 10 metros do

Puma. Eu não me preocupei em olhar o que estava dentro do carro, mas em documentar o estrago e o morto.

Me lembro que Phillot estava trabalhando perto de mim quando um dos peritos falou conosco. Ele disse para não nos aproximarmos muito: ‘É melhor você se afastarem porque pode ter mais uma bomba aí.’ Ficamos então a uns 12 metros do carro. Quando já tínhamos fotografado à vontade o carro, de todos os ângulos possíveis, pegando mesmos os peritos e policiais que estavam dentro do isolamento, trabalhando, apareceu um rapaz e disse: ‘Não pode fotografar nada. Vamos parar de fotografar.’ Aí um fotógrafo da Manchete bateu mais uma foto e esse rapaz se virou para aquele perito que tinha conversado conosco – aquele que depois nos identificamos como Humberto Guimarães, do DPPS – e mandou: ‘Pega o filme dele.’ O tal do Humberto pegou o filme do fotógrafo da Manchete e os outros fotógrafos procuraram sair de perto. Na confusão, me abaixei depressa e escondi meu filme na meia. Eu já tinha praticamente acabado com ele, que era mais ou menos de 28 exposições. O Phillot também saiu e entregou o filme dele para o motorista de O Globo. Paramos de fotografar por uns 5 minutos e o rapaz se afastou. Pouco depois, o perito que tinha pegado o filme do cara da Manchete chegou perto dele, começou a conversar e se afastar um pouco do resto do pessoal e devolveu o filme.

Foi chegando muita polícia civil e acho que a ordem era afastar todo mundo. Eles iam nos tirando de junto do carro e o isolamento foi aumentado, acho que mais três vezes, cada vez a gente ficando mais longe do Puma. Enquanto iam mandando a gente se afastar iam dizendo que era perigoso ficar ali, porque poderia haver mais bombas dentro do carro.

Mandei meu primeiro filme para a redação com o motorista e continuei no local. Eu ainda não sabia, mas tinha feito uma foto importante: aquela em que aparece claramente o detetive inspetor Humberto Guimarães, que tinha falado aos repórteres sobre a outra bomba. Nos dias seguintes, quando todas as informações oficiais constatavam a existência dessa segunda bomba dentro do Puma, nós nos lembramos das fotos. Pegamos todos os contatos daquela madrugada e reconhecemos o perito. E foi a partir da fotografia que nós conseguimos fazer a sua identificação.”

Vidal da Trindade trabalhou durante mais oito anos no Jornal do Brasil. Em seguida, foi para o jornal O Dia.

Depois de aposentado, trabalhou como autônomo para O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. Em 1999 era fotógrafo da Tribuna do Norte, diário de Natal, cidade onde nasceu. Está aposentado.

“A minha participação acabou sendo marcante naquele grande acontecimento. Pela rapidez com que cheguei ao local: na verdade, só eu e o Philliot (fotógrafo de O Globo) conseguimos fazer a foto do Puma com o corpo do sargento, porque logo em seguida a Polícia Federal e o Exército chegaram e foram isolando cada vez mais o carro. Foi um trabalho difícil, porque naqueles tempos brabos era tudo difícil nos locais onde estava o Exército. Mas a minha foto foi publicada porque, como contei na época, escondi o filme na meia. Os outros fotógrafos tiveram os filmes apreendidos na hora.

Essa não foi a única vez que eu tive problemas com a polícia ou os militares. Houve outras vezes até piores, porque fui preso. Uma delas foi na visita do Rei da Noruega ao Brasil. O Rei visitou o Monumento aos Pracinhas e quando ele já estava entrando no carro eu cruzei o tapete vermelho para pegar um melhor ângulo para as fotos. Levei uma gravata dos fuzileiros e fui preso. Os colegas começaram a fotografara cena da agressão contra mim e acabaram sendo presos também. Ficamos no porão do monumento até o Sindicato dos Jornalistas conseguir a nossa liberação, Isso foi em 1966. Dois anos depois, a barra ia pesar de novo, na morte do estudante Edson Luiz.

O prêmio que ganhei como profissional foi agora, mais recente, o da melhor foto do Carnatal, a festa

da minha cidade, que acabou me fazendo conhecer Nova York. Mas aquela cobertura do Riocentro foi inesquecível e eu acho muito bom o caso ser reaberto, porque é importante esclarecer como foi. Agora, com a plena democracia – quer dizer, pelo menos se pode falar – vai ser possível punir realmente quem foi o responsável por aquilo.”

Vidal da Trindade

Outubro de 1999

**“Mas isso não é um presunto.
É a foto do Aldo Moro.”**

Nome: Luiz Mário Gazaneo

Idade: 50 anos

Tempo de profissão: 27 anos

Função atual: subeditor da local do *Jornal do Brasil*

Experiência profissional: *Fundamentos*, revista cultural (editor); *Noticias de Hoje*, jornal diário (repórter, crítico de cinema, chefe da redação); *Ultima Hora*, São Paulo (repórter especial); *Novos Rumos*, semanário (chefe da redação); *Hoje*, diário (chefe da redação); Publigráf, agência de publicidade (redator); *Domingo Ilustrado*, revista (chefe da redação); *Cartaz*, revista de TV (chefe da redação); *Jornal do Brasil* (redator da editoria internacional, subeditor da internacional, subeditor da reportagem local).

Na memória há também lembrança de grandes reportagens, como a cobertura do caso do Bandido da Luz Vermelha, condenado à morte. Mas Luiz Mário Gazaneo deixou de ser repórter cedo e teve uma experiência que poucos jornalistas jovens puderam viver: sair da redação dos grandes jornais para se colocar a serviço do jornalismo político. Desde 1959, como chefe de redação do semanário Novo Rumos (órgão oficial – e, na época, legal do Partido Comunista Brasileiro), até 1964, como chefe da redação do diário Hoje (jornal também ligado à esquerda) Gazaneo ficou afastado da grande imprensa. Em 1964, acabou tendo quase que abandonar o jornalismo, indo ser redator de uma agência de publicidade. Só 10 anos depois voltou a trabalhar em um grande jornal, o Jornal do Brasil, onde está até hoje.

A larga experiência de redator, aliada à prática em jornais pequenos, combativos e geralmente pobres – onde se tem muitas vezes que fazer desde o texto de uma matéria até a revisão e o acompanhamento gráfico na oficina – transformaram o repórter em profundo conhecedor da “cozinha” do jornalismo. Mais que isso, naquele jornalista que percebe com clareza as correlações do que poderia ser apenas mais uma matéria local com o que está acontecendo no resto do país ou no cenário da política internacional. Os trabalhos de que Gazaneo se lembra como os melhores de sua carreira são as coberturas da primeira eleição na Espanha e da seleção italiana de 1979. Não foi à toa que, com a ajuda de uma frase sua – “mas é a foto do Aldo Moro” –, a fotografia do corpo do sargento dentro do Puma semidestruído acabou sendo publicada no alto da primeira página do Jornal do Brasil naquele 1º de maio de 1981.

“Eram mais ou menos 22h30min e eu estava assistindo Grêmio x São Paulo na televisão, na minha sala, quando o rapaz que trabalha no controle dos carros de reportagem me chamou para atender o telefone. Quando peguei o telefone, a voz do outro lado – uma voz firme, um pouco nervosa, mas firme, aparentemente de um jovem – começou logo dizendo: ‘Entendeu?’ A pessoa pensava que ainda estava falando com o mesmo rapaz que tinha atendido primeiro. Eu disse que não a pedi para ele repetir. Aí ele disse exatamente o seguinte: ‘Aqui é do Comando Delta. Acabou de explodir uma bomba no Riocentro para acabar com aquela manifestação subversiva. Entendeu? Pode ir que não é boato.’ Ele desligou

imediatamente e nem me deu chances de fazer qualquer pergunta.

Em geral a gente checa muito bem essas informações. Mas me deu aquele negócio, aquela intuição e eu desde o primeiro momento não duvidei. Foi a primeira vez que não tive dúvida com esse negócio de bomba. Mandei o Bira correr e ele ainda ligou para o CCOS enquanto o Vidal se arrumava e o CCOS confirmou.

Engraçado que à tarde e o Hedyll (Hedyll Valle Júnior, editor da reportagem local do Jornal do Brasil) tínhamos discutido sobre ir ou não fazer a cobertura e acabamos decidindo que era melhor não cobrir, principalmente por causa da hora, muito tarde. Agora eu acho que isso serviu de lição para toda a imprensa carioca, porque ninguém estava lá. Uma reunião com mais de 20 mil pessoas, às vésperas do 1º de maio, a gente realmente tem que mandar alguém nem que seja só para ver se aconteceu alguma coisa.

Quando o Bira saiu eu não fazia a menor ideia do que tinha acontecido. Avisei o Hedyll e o Paulo Henrique (Paulo Henrique Amorim, editor chefe do jornal). O Paulo Henrique, também ainda sem saber o que era, decidiu de cara segurar a primeira para dar uma chamada. E ficamos na dependência de alguma informação do Bira. Estávamos com um carro na rua, não me lembro cobrindo o quê, e mais o que saiu com o Bira e com o Vidal. Eu estava rádio para o Bira a toda hora e não recebia nada, mas não imaginei logo que o rádio estivesse quebrado, porque é comum o sistema não funcionar em alguns pontos da cidade, principalmente longe do centro. De repente começamos a receber telefonemas de colegas e também de dar telefonemas para outras redações, para saber mais ou menos o que estava acontecendo, porque o Bira continuava mudo e eu já estava rouco de tanto gritar no rádio.

Estávamos apenas com dois repórteres na redação, a Glória (Glória de Oliveira Castro, repórter) e o Stanislau (Stanislau de Oliveira, repórter). O Stanislau foi o primeiro que conseguiu confirmar alguma coisa. Ele falou pelo telefone com um vigilante do Riocentro que disse que tinha realmente explodido uma bomba dentro de um carro e atingido dois militares. Na mesma hora eu gritei para o Paulo Henrique: 'Tem milico.' E nós todos sentimos que a coisa podia ser mais séria do que se imaginava. Toda a cobertura ganhou outra dimensão e o Paulo Henrique decidiu que, a partir daquele momento, nós só íamos sair com informações confirmadas. Eu acho que essa decisão, o fato da gente ter combinado isso, antes até de saber o nome dos militares que estavam no Puma, dá bem a ideia de que deu um estalo em todo mundo sobre a gravidade da coisa.

Felizmente o Bira arrumou um telefone e me informou que tinha um ferido no Miguel Couto. Mandei a Glória com o Ari (Ari Gomes, fotógrafo) para lá. Nessa hora que o Bira me ligou ele me deu a noção exata de que estava controlando a situação apesar de todos os problemas com o rádio quebrado. O Bira tinha sido protagonista daquele tiroteio na Ilha e realmente eu estava tranquilo, sabia que ele podia fazer bem o negócio. Nem pensei em mandar reforço, mas não tinha mesmo muita gente disponível, porque os repórteres que estavam trabalhando tinham sido deslocados para o Miguel Couto, Instituto Médico Legal mais tarde e o outro estava grudado no telefone.

Acho que nosso esquema de cobertura funcionou bem, embora O Globo no dia seguinte tenha dado duas informações que não publicamos – o nome do sargento morto e a vinculação dos dois militares ao DOI-Codi. Não demos porque, quando o Bira me ligou pela última vez antes de decidirmos rodar o último clichê – eram mais ou menos 2 horas e nós temos um problema de produção industrial que marca o nosso dead line de fechamento da última matéria na oficina às 2h30min –, ele disse: 'Parece que o cara é um sargento e parece que o nome dele é Guilherme.' Quer dizer, nós não tínhamos certeza de que o morto era um sargento. A informação do Bira, embora verdadeira, estava condicionada e nós já tínhamos tomado a decisão de só publicar informações concretas e checadas.

Isso não significa qualquer espécie de censura, tanto que, logo no segundo clichê, nós já demos a informação de que o Puma estava cheio de explosivos, isso porque o Bira tinha recebido essa informação

de um perito e depois do Delegado Petrônio. Acho que é importante dizer duas coisas: primeiro, que os próprios repórteres que estavam trabalhando na cobertura, tanto o Bira, quanto a Glória, o Stanislau – e mais tarde todos os outros que cobriram o prosseguimento do caso –, sentiram a responsabilidade do trabalho que estavam fazendo. Nem foi preciso que discutíssemos muito com eles. Todos se preocuparam em trazer para a redação o relato mais fiel do que viram e ouviram. Não houve nenhuma matéria que tivesse uma referência que precisasse ser cortada na edição final porque o repórter tivesse extrapolado. Quer dizer, nós todos de dentro da redação ficamos impressionados com a sensibilidade dos repórteres para perceber, desde o primeiro momento, o que eles tinham na mão. A segunda coisa que eu acho importante lembrar é que se tivéssemos melhores condições de trabalho, mais recursos, mais jornalistas, poderíamos ter tido maior rapidez na transmissão e na recepção de informações naquele primeiro dia e teríamos saído com um volume maior de informações.

Assim que o Vidal voltou do Riocentro e as fotos foram reveladas nós fizemos um bolo em frente à mesa de edição. A primeira página estava lá aberta. Tinha uma foto do Figueiredo no alto. A manchete era o presidente fazendo um apelo ao povo: ‘Votem contra a Volks e não contra mim.’ Do meio para baixo da página havia ainda uma foto grande de cidade (foto de uma perseguição policial e assaltantes). O primeiro impulso do Paulo Henrique foi substituir a foto de cidade. Ele ficou chocado com a foto do cadáver do sargento. Ele disse, fazendo cara feia: ‘Mas isso é um presunto.’ O Alberto (Alberto Ferreira editor de fotografia) foi o primeiro a pular, defendendo a foto. Ele disse que era uma foto política. Aí eu também pulei e disse para o Paulo Henrique: ‘Não, Paulo, isso aí não é um presunto, não. É a foto do Aldo Moro!’ Porque me lembrei daquela foto do Moro morto, todo encolhido, que também era um presunto, mas de status político. E a foto do Puma acabou subindo para a cabeça da primeira. Manchetão.”

Luiz Mário Gazaneo foi subeditor de O Globo depois de sair do Jornal do Brasil. Trabalhou na Secretaria de Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro (gestão de Moreira Franco) e depois se dedicou à assessoria de imprensa, trabalhando no gabinete da deputada Lúcia Couto (PPS) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e a atividades políticas de seu partido. Foi membro dos diretórios nacional e regional do PPS e fez parte do grupo executivo da Agenda 21, do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Gazaneo chefiou a assessoria de imprensa do IBGE nos seus dez últimos anos de trabalho. Faleceu aos 84 anos em 2012.

“O meu sentimento é o mesmo que tive na época, o de ter prestado um serviço e, no caso do JB, ter contribuído para mostrar à opinião pública, com reportagens investigativas, quem eram os verdadeiros autores do atentado. No dia 2 de maio, a reportagem do Fritz Utzeri e do Heraldo Dias, que conseguiram descobrir o local onde estava o carro e mandaram fazer um croquis, esclareceu completamente o que tinha acontecido.

A reabertura do IPM eu acho que mais uma vez se deve à imprensa. Principalmente ao empenho de O Globo, que já publicara aquela ótima série de reportagens sobre o Araguaia. Acho que é muito importante mesmo todo mundo saber a verdade. Importante do ponto de vista da consolidação do estado democrático de direito. Foi um crime praticado depois da Anistia e ninguém, de esquerda ou de direita, estaria abrangido. A nova apuração é importante como um registro para a História. Nossa história nós temos que contar como ela foi.”

Luiz Mário Gazaneo

Outubro de 1999

“Não podíamos levar nenhum desmentido. E não nos deixamos cair em tentação.”

Nome: Hedyl Rodrigues Valle Jr.

Idade: 35 anos

Tempo de profissão: 19 anos

Função atual: editor de reportagem local do *Jornal do Brasil*

Experiência profissional: *A Noite* (estagiário da seção de polícia); *Chuvisco*, revista (repórter); *Fatos e Fotos* (repórter); *Estado de São Paulo* (repórter); *Jornal da Tarde* (repórter e pauteiro); *Realidade*, revista (repórter); *Placar* (repórter e chefe de redação); *Playboy*, revista (editor); *TV Globo* (chefe de redação do setor de esportes); *Jornal do Brasil* (assistente do chefe da redação, editor de matérias especiais, editor da reportagem local).

Hedyl Valle Jr. está entre aqueles que já “jogaram nas onze”: passou por quase todas as funções que um jornalista pode exercer e pelos mais diferentes veículos. O repórter que trabalhou em Realidade, a legendária revista da Abril – que chegou a concentrar, pouco depois de lançada, o que era considerado “o time dos cobras” em jornalismo –, passou também pela experiência da televisão. Depois de várias revistas e jornais, um ramo novo, um estilo completamente diferente de trabalho, de que ainda resta a lembrança de “operações diabólicas”, como a cobertura da Copa do Mundo de 1978, em que Hedyl coordenou uma equipe de 61 pessoas no exterior, com “toneladas” de equipamentos.

A vida profissional começou na quase inevitável seção de polícia, onde tantos jornalistas foram estagiários um dia. E é dessa época a lembrança da primeira emoção, talvez a maior: “Eu não era nem foca – lembra Hedyl –, era um superfoca, com 15 anos de idade, solto na reportagem de A Noite, cobrindo polícia. Me lembro que numa de minhas primeiras saídas fomos cobrir a morte de um menino da favela do Esqueleto. Eu era um menino também e nunca me esqueci.”

Bons trabalhos foram muitos. Um deles, uma ampla reportagem sobre os juízes de futebol – “Juiz, Herói ou Ladrão?” – feita aos 22 anos para O Estado de São Paulo, com o jornalista Vital Bataglia, mereceu o prêmio Esso de Jornalismo.

Na noite em que explodiram as bombas no Riocentro, fazia apenas dez dias que Hedyl Valle Jr. havia assumido a editoria local.

“Normalmente o jornal fecha às 23h. Essa é a hora em que fechamos a primeira página, quase sempre a última a fechar. Àquela noite, noite, quando o Gazaneo atendeu o telefonema do Comando Delta, o jornal estava fechado. Quando ele me avisou que tinha explodido uma bomba no Riocentro, me lembrei da discussão que tivéramos à tarde sobre a necessidade ou não de cobrir o show. Me lembro que pesamos duas coisas: o fato de ser uma reunião de 20 mil pessoas contra a hora, tarde pra burro. A decisão foi não mandar ninguém. Ainda não sei se foi a decisão certa, mas depois vimos que foi a que todos os jornais tomaram.

O Bira, quando saiu, já tinha confirmado no CCOS que havia alguma coisa ainda não definida no Riocentro e que equipes da polícia tinham ido para o local. Logo depois que o Bira saiu, começamos a fazer contato com outras redações. Ligamos primeiro para a Bandeirantes, que estava filmando o show, mas eles também não sabiam de nada. Ligamos para a TV Globo e outros jornais e o pessoal também

ligava para cá.

Esse contato entre as redações de diferentes jornais não é frequente. Mas acontece às vezes, nos níveis mais diversos. Tem o contato entre o pessoal da escuta (repórteres ou estagiários da seção de polícia que ficam ouvindo os contatos dos carros da polícia civil e da polícia militar com suas bases por um aparelho de rádio receptor instalado nas redações). É um contato entre o pessoal que quer confirmar uma informação, antes de sair de madrugada. E tem também o contato com editores-chefes. Geralmente acontece em situações desse tipo: quando se quer confirmar uma notícia grave e se tem poucas formas de obter a confirmação.

Nós aqui no Jornal do Brasil, além do problema comum a todos naquela noite – ter acontecido uma explosão, àquela hora, em um lugar tão distante e onde não tínhamos nenhum repórter –, ficamos com um problema adicional, porque o rádio do carro em que o Bira saiu estava quebrado. Recebemos informações de outros jornais e, mesmo com esse problema do rádio, nosso repórter nos passou todas as informações que os outros tinham. E nós publicamos o que todo mundo publicou, com algumas exceções, porque decidimos sair apenas com o que tivesse sido apurado diretamente pelos nossos repórteres, com total segurança.

Nossos repórteres eram poucos, porque estávamos funcionando naquela véspera de feriado em esquema de final de semana, o que significa, em termos da reportagem geral, ter cerca de metade da equipe trabalhando. O horário em que se deu a explosão também foi problemático, porque o JB não tem um esquema de cobertura reforçado à noite. Normalmente ficamos com um repórter, um fotógrafo e um carro à disposição. Além disso, apenas três secretários ligados diretamente à oficina. Os editores vão para casa e só são contatados, por telefone, no caso de um segundo clichê não previsto. É um esquema bastante diferente de jornais como O Globo que tem mais repórteres na editoria local do que nós. Além disso, o conjunto de empresas Globo é maior do que o conjunto de empresas Jornal do Brasil e temos menos gente mesmo.

A edição do jornal daquele 1º de maio foi sendo feita em etapas e todos os editores e subeditores ficaram até o fechamento do último clichê. Assim que tivemos a notícia da explosão, quer dizer, quando o Bira saiu para o Riocentro, decidimos parar o fechamento da primeira página e esperar para saber se tinha morrido alguém. Com as primeiras informações que tivemos do local, confirmando um morto e um ferido, colocamos 10 linhas na primeira página e rodamos o 1º clichê. No segundo clichê a matéria já passou a ter a posição de um assunto da maior gravidade, com a fotografia no alto da primeira página.

O Globo do dia 1º saiu com o nome do sargento morto, que nós não publicamos porque não tivemos uma informação 100% segura do nosso repórter. Mas essa foi uma decisão baseada em um critério rigoroso que o Paulo Henrique transmitiu tacitamente a todos nós, o critério de só e publicar informação confirmada. Foi uma decisão acertada, porque o *Jornal do Brasil*, no decorrer da cobertura, foi o único órgão de imprensa que não teve que corrigir nenhuma informação. Não sei se houve alguma orientação superior, porque eu, como editor da local, me reporto ao Paulo Henrique e ele, quando acha necessário, avisa ao Walter (Walter Fontoura, Editor) ou até ao Dr. Brito (M. F. do Nascimento Brito, vice-presidente executivo).

Pessoalmente, senti na pele que aquele era um assunto grave desde que estourou. É claro que fiquei tenso com o grau de precisão nas informações que me era exigido e que eu tinha de exigir. Mas correu tudo bem, todos seguindo a regra básica de obter e publicar o máximo de informação e apenas informação. Sabíamos que não podíamos levar nenhum desmentido, ainda que o preço fosse deixar de publicar o que os outros jornais publicariam. Mas não nos deixamos cair em tentação.”

Hedyl Valle Jr. morreu aos 48 anos, em 9 de setembro de 1993, de derrame cerebral. Era editor-

chefe do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Dia 1º: nas bancas, a primeira vitória

A edição de 1º de maio de 1981 do Jornal do Brasil teve quatro clichês. A tiragem de 188 mil exemplares foi a normal para dias de semana.

Bombas em Show de 1º de Maio Fazem um Morto era o título da matéria de 20 linhas com que o jornal noticiou, na primeira página de seu primeiro clichê, as explosões do Riocentro. Informava que haviam ocorrido duas explosões, o horário aproximado, a morte de um homem não identificado, o ferimento do capitão do Exército Wilson Luís Chaves Machado, sua idade, seu estado grave e a internação no Hospital Miguel Couto. Informava ainda ter acontecido na casa de força a segunda explosão, não existirem mais vítimas e ter o espetáculo, com 20 mil assistentes, prosseguido até o final. Dizia também que o Jornal do Brasil havia sido avisado por telefone sobre a explosão e que o Comando Delta havia assumido a responsabilidade pelo atentado.

A primeira página, neste 1º clichê, tinha como manchete (maior destaque na página) o título Figueiredo Pede Voto Contra a VW. A primeira era relativa a pronunciamento do Presidente da República desvinculando o Governo da responsabilidade pelo desemprego na Volkswagen. À direita, no alto da página, uma foto do presidente em quatro colunas.

Mereceram ainda chamadas nesta primeira página, primeiro clichê, os seguintes assuntos: greve dos médicos; greve na Fiat-RJ; conflito Chile/Argentina; promoções nas Forças Armadas; greve de fome dos prisioneiros do IRA na Irlanda; eleições na França. Uma foto em duas colunas, no meio da primeira página, funcionava como chamada para matéria sobre perseguição da polícia civil e militar a dois ladrões, que havia resultado em tiroteio e invasão de residência em Bonsucesso.

O primeiro clichê começou a rodar à 1h30min. A referência às explosões no Riocentro resumiu-se à chamada na primeira página. Foram rodados 28 mil exemplares.

À 1h55min as máquinas pararam para entrar o 2º clichê. As explosões do Riocentro tomaram lugar de maior destaque no jornal: alto da primeira página, chamada em duas colunas sob o título Bombas Matam um e Ferem Capitão no Show de 1º de Maio, com foto do corpo do sargento no Puma atingido, em quatro colunas, ao lado. Com a modificação, a matéria e a foto sobre o pronunciamento do Presidente da República “desceram” na página, ficando logo abaixo da manchete. A foto da polícia na perseguição a assaltantes em Bonsucesso foi retirada da primeira página.

A página 4 foi escolhida para publicação das informações sobre as explosões no Riocentro por dois motivos: era a única logo no início do jornal onde havia matéria passível de ser substituída e onde a notícia poderia entrar com destaque; era uma página dedicada ao tema “trabalho” (o show do Riocentro era comemorativo do 1º de maio).

A matéria sobre o Riocentro foi diagramada no alto da página 4, à direita, no espaço que no 1º clichê era ocupado pela matéria TST Contraria Fiesp e dá 100% Sobre Hora Extra. Com a alteração, essa notícia sobre julgamento de reivindicações de metalúrgicos paulistas “desceu”. Ficou no lugar da matéria Estudo Revela que Salário Mínimo do Brasil Está Entre os mais Baixos na A. Latina (sobre um levantamento do Dieese), que foi retirada do Jornal. Esta era a única matéria “fria” da página – a única que não se referia a fatos acontecidos na véspera ou acontecer no dia da edição – e que, ao mesmo tempo, ocupava espaço semelhante ao necessário para notificar as explosões. A outra matéria “fria”, sob o título Pastoral Alerta Sobre Desemprego (mensagem da Comissão Pastoral do Trabalhador), ocupava espaço insuficiente para a substituição. Na página 4, havia ainda matérias sobre as diversas manifestações de trabalhadores no 1º de maio; mensagens de ministros e partidos sobre a data: greve na Fiat; convenção do PP; enquadramento

de PMs baianos grevistas na Lei de Segurança Nacional e reajustes de benefícios da Previdência Social. Às 21h15min, o segundo clichê começou a rodar, chegando a um total de 60 mil exemplares. O terceiro clichê rodou às 2h45min, com mais 70 mil exemplares. O quarto clichê, que entrou na máquina às 3h30min, rodou mais 30 mil exemplares. Excepcionalmente, também os assinantes – que normalmente recebem exemplares do 2º clichê – receberam até o 4º clichê. A chefia de redação convocou o encarregado da circulação e ordenou o remanejamento de exemplares.

Com acréscimo progressivo de detalhes, a matéria da página 4 do Jornal do Brasil, na edição de 1º de maio, último clichê, informava: a existência de mais bombas além das que haviam explodido (“O Puma estava cheio de explosivos”, 2º, parágrafo); as unidades policiais no local; a violência da explosão segundo peritos (não identificados); estado do Puma e do corpo de morto (não identificado); movimentação dos peritos, polícia, assistentes do show e seus familiares; isolamento progressivo do carro atingido. A última informação e única com fonte identificada a entrar na edição, último parágrafo da matéria, era a seguinte: “Três testemunhas – Rosana Rodrigues Garcia, Ney Freitas de Oliveira e Fátima Kur –, que estavam próximas do local da explosão, disseram ter ouvido um barulho surdo e em seguida viram um homem sair do Puma com as mãos amparando a barriga, todo chamuscado, gritando por socorro e chamando pelo amigo. Policiais do DGIE, no local, admitiam que a bomba deve ter explodido realmente dentro do veículo.”

O Globo ganhou a corrida: seu último clichê da edição de 1º de maio de 1981 rodou uma hora antes do último clichê do Jornal do Brasil. A matéria sobre as explosões no Riocentro era maior e mais detalhada. Além do que o JB noticiou, O Globo informava: o nome e a unidade do sargento morto; a vinculação do Capitão Wilson Luís Chaves Machado ao DOI-Codi, revelada pelo Capitão Souza Lima, e a desativação no local de uma terceira bomba, encontrada no Puma, por peritos da polícia. O Globo publicou ainda uma breve biografia do capitão, baseada em dados do “Almanaque do Exército” e, na própria edição do dia 1º, já repercutia a notícia, ouvindo o presidente da OAB, José Bernardo Cabral, e o Deputado Federal Waldomiro Teixeira (PP-RJ).

O primeiro clichê de O Globo rodou (30 mil exemplares) um pouco mais cedo que o primeiro clichê do Jornal do Brasil (1h5min) e já informava que o morto era um sargento. Bomba no Riocentro Mata Sargento e Fere Capitão foi o título da matéria, à direita, no “pé” da primeira página. Em 22 linhas, as informações: explosão de bomba no Puma, no pátio do estacionamento, e de outra na casa de força; a morte do sargento; sua idade; horário aproximado das explosões; interdição policial da área e prosseguimento normal do show. Não havia referência ao telefonema recebido pelo Jornal do Brasil, do Comando Delta, assumindo a responsabilidade pelas explosões.

A primeira página, neste primeiro clichê, tinha dois destaques: Figueiredo Contra a Recessão e Cerco, Tiros e Bombas na Fuga de dois Assaltantes, ilustrada por foto em quatro colunas no alto da página. Também mereceram chamadas nas primeiras a greve de fome na Irlanda, elevação de preços dos automóveis, promoção Operário-Padrão, eleições na França (com foto), vitória do Grêmio sobre o São Paulo (com foto), atraso das obras das usinas nucleares de Angra I e III, conflito Chile/Argentina (com foto), julgamento de Ronald Watters, suspeito dos atentados a bomba à OAB e à Câmara dos Vereadores do Rio, Lei dos Estrangeiros e abertura dos postos de gasolina no feriado. Na primeira página, ainda, editorial sobre a greve dos médicos.

No segundo clichê, que rodou mais 70 mil exemplares à 1h45min, O Globo publicava, além da chamada na primeira, uma pequena matéria na página 9. No terceiro e último clichê da edição do dia 1º foram rodados, às 2h35min, 150 mil exemplares, perfazendo a tiragem normal de O Globo em dias de semana (250 mil exemplares).

Assim como no Jornal do Brasil, o assunto passou a ser o de maior destaque do jornal: alto da primeira

página à direita, substituindo a chamada e a foto sobre o cerco policial em Bonsucesso. A foto do Puma semidestruído foi destacada por uma tarja preta com título em letras brancas: Bombas Explodem no Riocentro. E a chamada para a matéria na página 9 tinha como título Sargento Morre e Capitão é Feriado. Como a chamada das explosões entrou exatamente no lugar da matéria sobre o cerco policial (que foi para o “pé” da página, sem foto), houve menor necessidade de modificações gráficas do que as feitas no Jornal do Brasil. Todas as outras chamadas e fotos da primeira página foram mantidas iguais.

Neste terceiro clichê, a matéria de O Globo publicava, além da identificação do morto como sargento, a existência de outra bomba no Puma. Na primeira página, a legenda dizia: “Na foto, quando os peritos desativavam uma segunda bomba que não explodiu.”

A matéria interna foi diagramada em três colunas, 29cm de altura, na página 9, intitulada “Grande Rio”. Ficou em espaço – alto da página, à direita – antes ocupado por matéria sobre aposentadoria na Rede Ferroviária Federal e por dois anúncios. Os anúncios “desceram”, obrigando à retirada de uma matéria sobre trânsito na Av. Brasil e de um “calhau” (anúncio do próprio jornal, no caso do “Classifone”, utilizado quando há “buraco”, espaço vazio, na página). Foi remanejada matéria sobre aumento de efetivos da PM e a matéria sobre a RFF saiu da edição. Permaneceram na página, sem alterações, as matérias TV Globo Poderá Formar Quadros Técnicos para Rádio Nacional de Angola, Postos de Gasolina Abrem Amanhã das 6 às 20h, Vacinação de Cães Recomeça Segunda e Professores Terão Desconto de Volta.

“A distância entre a sucursal e a edição, desta vez, não atrapalhou.”

Nome: Domingos Meirelles

Idade: 41 anos

Tempo de profissão: 16 anos

Função atual: repórter da sucursal do Rio de Janeiro de O Estado de São Paulo

Experiência profissional: *Ultima Hora* (estagiário, repórter); *Quatro Rodas* (repórter); *Realidade*, revista (repórter); *Jornal da Tarde* (repórter); *O Globo* (repórter); *O Estado de São Paulo* (repórter da sucursal) do Rio de Janeiro).

Domingos Meirelles, carioca do Méier, começou a trabalhar como vencedor de máquinas de escrever. Sonhava, entretanto – e ele garante que era mesmo um sonho –, em ser jornalista desde muito cedo. E a vocação estava presente já na primeira oportunidade de “expressão literária” que teve na vida. Domingos era então inspetor de vendas em uma metalúrgica e seus relatórios – detalhados, bem escritos – eram invariavelmente elogiados por seus superiores na fábrica.

*Como os relatórios não conseguiam dar vazão ao redator, Domingos procurou, em 1965, a redação da *Ultima Hora*. Tinha juntado dinheiro suficiente para fazer seis meses de estágio, ainda que o jornal não lhe pagasse nada. Foi efetivado com um mês e meio de jornal e com o segundo maior salário da redação. Prêmio por um furo, uma grande reportagem política. O título era *Castello Traiu JK* e a matéria anunciava o rompimento oficial do General Olímpico Mourão Filho com a Revolução de 1964, por causa do não cumprimento de um acordo firmado pelo Presidente Castello Branco com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Nesse acordo, o PSD se comprometia a apoiar Castello que, em troca, se comprometia a não cassar os direitos políticos do ex-presidente.*

*A melhor matéria, entretanto, veio mais tarde. Foi uma denúncia sobre corrupção envolvendo militares do Exército paraguaio em roubo de carros brasileiros e tráfico de entorpecentes. Publicada pela *Quatro Rodas* em 1969, a matéria apontou 15 carros roubados no Brasil e registrados no Paraguai em nome de oficiais do Exército daquele país.*

“Passei boa parte da noite de quinta-feira, 30 de abril, na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), participando da eleição e da contagem de votos para a renovação de 1/3 do Conselho. Cheguei em casa lá pelas duas da manhã do dia 1º. Foi quando soube que havia estourado uma bomba no Riocentro. Não dei muita importância, pensando que era mais uma bomba, mais uma das mais de 30 que já soltaram por aí. Eu já havia trabalhado na cobertura de várias delas, como a que matou Dona Lyda, na OAB, e as que explodiram na Tribuna da Imprensa e na Gráfica Americana.

*Acordei às 8h30min da manhã e, pelo *Jornal do Brasil*, vi que aquela bomba do Riocentro tinha muita coisa por trás. O noticiário era compacto, mas dava para perceber o claro envolvimento de setores das forças de segurança. Verifiquei que o noticiário era exíguo, porque tinha havido pouco tempo para a cobertura e pela conjuntura adversa encontrada pelos repórteres.*

Liguei então para o Cunhão (Antônio Cunha, chefe da reportagem geral da sucursal do Rio de O Estado de São Paulo), me oferecendo para trabalhar, embora estivesse de folga naquele feriado de sexta-feira. Na verdade, através daquela cobertura, eu poderia verificar se era verdadeira a tese de que as bombas jogadas na Tribuna da Imprensa e na Gráfica Americana foram obras de pessoas ligadas ao esquema

policial-militar ou às Forças Armadas, por um grupo contra a abertura democrática.

Claro que, naquele feriado de poucos repórteres. Cunhão recebeu minha oferta com alegria: ‘Pô, você caiu do céu. Eu estava pensando agora em chamar você. Vai lá no Riocentro e vê o que você pode apurar. Está correndo o boato de que o comandante do I Exército vai até lá.’ Peguei meu carro e me dirigi para o Riocentro que fica perto de onde moro, em Jacarepaguá. Fui pensando que aquele episódio poderia confirmar as suspeitas de que nos atestados à Tribuna e à Gráfica Americana houvera participação de militares.

O porquê das suspeitas? É fácil de explicar. O atentado da Tribuna, por exemplo, foi praticado a 150 metros da Secretaria de Segurança Pública, numa área das mais policiadas do Rio de Janeiro. A Tribuna está localizada a cerca de 200 metros da 5ª Delegacia Policial, na Av. Mem de Sá; a 300 metros do 13º Batalhão da Polícia Militar; a 400 metros da 4ª Delegacia Policial, na Praça da República; e a 800 metros do QG da Polícia Militar, na Rua Evaristo da Veiga.

Na cobertura da explosão na Gráfica Americana, observei que o atentado acontecera numa área igualmente bem policiada. E com o seguinte agravante: depois de terem colocado a bomba na porta da gráfica, eles passaram na porta do 5º Batalhão da Polícia Militar, localizado na Praça da Harmonia, e, mais adiante, passaram na porta da Superintendência da Polícia Federal, na Rua Sacadura Cabral. Passaram por fim na frente da 1ª Delegacia Policial, na Praça Mauá. Pois bem, fizeram a explosão e passaram por todos esses lugares sem serem molestados. Só com uma cobertura militar – é o que se pode imaginar – seria possível praticar atentados com tamanha segurança, tanto na Tribuna quanto na Gráfica Americana.

Eu pensava em tudo isso quando cheguei ao Riocentro. Cruzei com carros do JB e da TV Globo, com os repórteres me avisando que não havia mais sentido ficar no local, que “não tinha mais nada no local”.

De fato, eram 11 horas da manhã do dia 1º e o pátio de estacionamento onde acontecera a explosão estava deserto. Não havia mais o carro acidentado ou outra coisa qualquer que indicasse à distância o lugar exato onde a bomba tinha explodido. Como o estacionamento é muito grande, tive que dar uma geral até descobrir estilhaços, inclusive do para-brisa, pedaços de borracha das portas, restos de gordura e de carne humana, manchas de sangue, pedaços de forração do Puma. Anotei tudo no meu caderninho e fui ao serviço de segurança do Riocentro. Ali aconteceu uma coisa curiosa: como entrei muito de “sola”, falando grosso, o segurança pensou que eu fosse um dos muitos militares à paisana que estiveram de noite e durante a madrugada no local da explosão.

Estava de calça “Lee”, camisa esporte e essa minha bolsa preta a tiracolo. Como entrei perguntando pelo Tenente Cezar Walchulck, responsável pela segurança, o cara me levou logo para a sala dele. Aí eu fiz duas ou três perguntas ao tenente sobre uma coisa que havia me chamado a atenção: a ausência de policiamento da PM nas áreas da concentração, inclusive porque os peritos poderiam querer voltar ao local para reexaminar tudo.

Acontece que o tenente se confundiu, pensando que eu me referia à noite anterior. E abriu o jogo, me informando que a Polícia, apesar de requisitada, não aparecera no Riocentro para proteger a concentração de mais de 20 mil jovens.

Eu notei que estava pegando uma informação básica de toda a cobertura quando o tenente me disse mais ou menos o seguinte: ‘Pois, eles me deixaram na mão. Eu perdi 70 homens e não veio ninguém. Meu pessoal teve que se virar sozinho.’

Nesse ponto, o tenente interrompeu a fala e perguntou quem eu era. Como eu disse que era jornalista, ele disse que queria saber direitinho quem eu era. ‘Você não pode sair daqui de dentro – afirmou ele, colocando a mão no revólver pendurado na cintura. Eu quero a sua credencial.’

Aí mostrei a carteira do jornal e pedi que ele exibisse as credenciais dele. E veio a resposta: ‘Porra,

veja lá o que você vai publicar.’ E a partir desse momento, o tenente resolveu se abri. Ele disse que não sabia por que a PM não havia comparecido ao Riocentro. E até pediu desculpas por estar muito nervoso. Perguntei, então, se o pessoal dele havia efetuado alguma prisão. Ele respondeu que não: que na hora o pessoal dele identificou algumas pessoas. As informações do tenente não foram adiante, mas outros homens que estavam de serviço no Riocentro naquela noite confirmaram que, no estacionamento, diversas pessoas haviam sido identificadas como militares.

Fui, assim, surpreendido com a revelação de que a segurança do Riocentro havia mobilizado os ocupantes de vários carros que tentaram deixar o local apressadamente após a explosão e que se identificaram como “gente de casa”, exibindo carteirinhas do Ministério do Exército. Isso confirmava a suspeita de que, numa operação daquela natureza – mesmo admitindo a hipótese de que se tratava de uma missão de informações –, o Capitão Wilson e o Sargento Rosário não estavam sozinhos.

Em toda essa história da minha estada no Riocentro, só não desvendi o mistério. Num determinado momento, vi um vulto de mulher no pátio do estacionamento. Fui então à guarita e perguntei ao guarda se ela havia se identificado. Sim, dera o número de Elizabete da Silva Mota.

Aquele vulto de mulher, num local deserto, chamou a minha atenção. Peguei meu carro e fui até lá. Vi que ela chorava muito e permanecia imóvel, posição marcial, olhar distante. Chegando mais perto verifiquei que a gola do seu macacão verde estava ensopada de lágrimas. Aí travou-se um diálogo meio absurdo, muito estranho. Perguntei se ela era mulher do sargento Magno da Silva Mota (nome que ela havia fornecido na guarita) e se ela havia se ferido também. Ela disse que não podia responder. Então, perguntei a razão de sua presença ali. Ela disse que também não podia responder. Aí eu perguntei se ela era parenta ou amiga do capitão ou do sargento. Ela disse que conhecia o capitão. Nesse momento, ela olhou para mim pela primeira vez e perguntou quem eu era. Não respondi, fazendo outra pergunta: se o marido dela tinha sido vítima de algum acidente como aquele em outra operação. De novo ela perguntou quem eu era. E eu então respondi: sou jornalista. Ela não falou mais nada e foi retirada do local pelo Tenente Cezar Walchulck, que disse ter recebido ordens superiores para levá-la em casa. E pediu que eu não os seguisse. Mas não obedeci. Fui atrás deles, mas os perdi num sinal nas imediações da Praça da Taquara, em Jacarepaguá.

Fui para o jornal. O aproveitamento das minhas matérias sobre as bombas do Riocentro foi quase total. O jornal percebeu a importância da cobertura e abriu espaço para o noticiário. Dos fatos que levantei naquela sexta-feira, os mais importantes para o prosseguimento da cobertura foram a descoberta de que a PM, embora solicitada, não comparecera ao Riocentro na noite anterior e a constatação de que, no momento que se seguiu à explosão que matou o sargento, havia no estacionamento outros militares do Exército, além das duas vítimas da explosão.

A distância entre a sucursal e a edição do jornal, lá em São Paulo, desta vez não atrapalhou o meu material. Claro que o trabalho numa sucursal tem a desvantagem da inexistência de contato pessoal entre os repórteres e os responsáveis diretos pela edição do jornal. Para os que, em São Paulo, fecham o jornal diariamente, a grande quantidade de matérias vindas de todas as partes às vezes trás dificuldades de seleção. Mas na cobertura do Riocentro, os editores do ‘Estadão’ compreenderam ao mesmo tempo na sucursal que as explosões tinham profundo sentido político e eram uma inquietante manifestação contra o processo de abertura democrática desejado por toda a Nação.”

Domingos Meirelles trabalhou depois do caso durante onze anos no programa Globo Repórter e, em 1999, continuava trabalhando na Rede Globo de Televisão. É autor do livro “As Noites das Grandes Fogueiras – uma história da Coluna Prestes”, premiado pela Bienal de São Paulo com o Jabuti, como o melhor livro de reportagens de 1996. Atualmente é apresentador na Rede Record de TV.

“Na nossa história recente, o caso Riocentro foi um dos momentos mais exuberantes do jornalismo investigativo. A imprensa se supera em circunstâncias dramáticas, naquela época, ainda existia uma censura nos jornais.

Foi realmente o trabalho solitário de um e outro repórter que acabou se somando e impedindo que este caso tivesse apenas a versão oficial. Os repórteres se superaram. O sentimento de indignação foi tão grande, que permeou toda a classe jornalística e acabou provocando surpresas. Repórteres que não tinham expressão política nas se oferecendo para participar da apuração. O que houve foi um sentimento generalizado de revolta e indignação que atingiu toda a categoria profissional, desde o mais obscuro repórter até o fotógrafo mais despreocupado. Formou-se um contingente interessado fundamentalmente em apurar e publicar a verdade. Aquela língua de fogo incendiou as redações.

Quanto à versão oficial, não se podia esperar de uma ditadura com aquela feição um outro tipo de resultado. O Exército não iria assumir a culpa. Mas o que me deixou extremamente indignado foi a farsa, a desfaçatez. Uma versão que não resistia a nenhuma análise crítica.

Eu continuei de olho, durante todos estes anos. Sozinho, fiz muitas investigações, perguntas, e já sei como foi feita a bomba, onde a bomba foi montada. Vou escrever um livro sobre as minhas reportagens e vou dedicar um capítulo a este tema.

Considero fantástico ter sido reaberto o caso. É uma página que precisava ser passada a limpo e o Exército deveria aceitar esta revisão sem nenhuma resistência. Quanto à imprensa, eu lamento que hoje presenciemos a vassalagem e o servilismo, que me envergonham como jornalista. É como se eu vivesse em outro país. Os jornalistas perderam a capacidade de se indignar e a imprensa virou um grande armazém de secos e molhados, como diria o Millôr Fernandes. É uma imprensa bastante diferente daquela dos anos 80.”

Domingos Meirelles

Outubro de 1999

“Deu uma grande angústia, porque tínhamos muito pouco tempo para apurar os fatos.”

Nome: Zuenir Ventura

Idade: 50 anos

Tempo de profissão: 24 anos

Função Atual: Chefe de redação da sucursal do Rio de Janeiro de *Veja*

Experiência Profissional: *Tribuna da Imprensa* (arquivista, repórter, secretário de redação, chefe de redação); *Correio da Manhã* (redator internacional); *Diário Carioca* (diretor de redação); *Fatos e Fotos* (diretor de redação); *O Cruzeiro* (chefe de redação); *Visão* (chefe de redação); *Veja* (chefe de redação); Escola Superior de Desenho Industrial e Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ (professor).

Correspondente da Tribuna da Imprensa na França, em 1961, Zuenir Ventura diz que ainda pode sentir hoje o cheiro de pólvora e sangue dos atentados que viu cometidos naquele país pela OAS (Organização do Exército Secreto), contrária à independência da Argélia.

“Lá no Riocentro, diz, eu tive um pouco essa sensação desagradável, essa lembrança de cenas que me marcaram tanto, que posso ainda, 20 anos depois, sentir seu cheiro, um cheiro de morte.” A cena que ficou marcada é a de uma noite em que saiu correndo da Casa do Brasil, onde morava, na Cité Universitaire de Paris, para encontrar um monte de ferida, “um banho de sangue”, num local onde os direitistas da OAS haviam cometido um atentado.

“Aquela época era uma época de atentados. Às vezes estávamos num cinema e de repente vinha a ordem de evacuação. As bombas eram de plásticos, colavam-se às pessoas. Quando fui a Eviens, cobrir a assinatura do acordo que finalmente tornaria a Argélia independente, acabei cobrindo também o assassinato do prefeito da cidade: uma manhã, ele abriu a janela dos fundos de sua casa e foi dilacerado por uma bomba, um pacote pequeno, que tinha sido colocado ali.”

Antes de voltar ao Brasil Zuenir ainda cobriria, em 1961, o histórico encontro entre Kruschev e John Kennedy, em Viena. Aqui, ele sempre foi um jornalista mais ligado à edição, dentro das redações, do que à reportagem. Mas, nas boas lembranças, dois trabalhos de repórter: a entrevista que lhe concedeu, em 1980, o poeta Carlos Drummond de Andrade, normalmente avesso a falar de si próprio a jornalistas, e a que, em 1979, fez com o Capitão Sérgio, trazendo de novo à tona o Caso Para-sar, 10 anos depois.

Zuenir teve a ideia de levantar o caso ainda antes da decretação da anistia, depois que o General Peri Bevilacqua manifestou-se favorável à reintegração do capitão, punido com afastamento quando se recusou a pôr em prática um atentado, planejado pelo Brigadeiro Burnier, que depois seria atribuído aos comunistas.

“O capitão não foi reintegrado – lembra Zuenir – e provavelmente não vai ser. Mas o levantamento teve o mérito de levar o assunto ao conhecimento das gerações mais jovens.”

“A Veja tem dois fechamentos, um na quinta-feira e outro na sexta. Tínhamos acabado de fechar a parte de quinta e íamos sair para jantar – Ancelmo, Xexéo, Terezinha (repórteres) e eu – quando ouvimos pela televisão a primeira notícia sobre a explosão. Liguei para o fotógrafo e fomos todos imediatamente para o Riocentro.

Chegamos lá por volta da meia-noite, esperando encontrar uma grande confusão, algo assim como uma

catástrofe, com trânsito congestionado, tumulto, muitas mortes. Mas o local estava tranquilo. Parecia que havia dois ambientes: de um lado, o show comendo solto e distante; do outro lado, uma concentração de gente em torno do carro danificado.

Havia um cordão de isolamento com a PM em volta e ficamos conversando com um soldado, perguntando se podíamos chegar mais perto e ele dizendo que não dava. Ele apenas descreveu o cadáver do sargento – ‘o cara está todo arreventado’ – e mostrou uma cena horrível – ‘olha lá o cachorro lambendo os dedos dele’ Ficamos rondando o local, sem, conseguir nos aproximar, e houve um momento em que um jovem truculento com uma metralhadora na mão nos disse: ‘Se tirarem fotografias eu tiro o filme de vocês.’

Continuamos em volta, falando com os colegas, e a primeira pessoa que nos informou que os caras eram militares foi o Bita do JB. Antes de saber que eram militares, eu tinha até comentado com o Ancelmo: ‘Vai ver que foram dois garotos que não tinham nada a ver com política e saíram arreventados.’ Mesmo com a informação de que eram militares, não levantei logo a possibilidade das bombas estarem com eles. Até que um colega, não me lembro bem qual, comentou: ‘Porra, Zuenir, e agora?’ E eu perguntei: ‘E agora o quê?’ E ele falou: ‘Um capitão e um sargento.’ Aí me veio pela primeira vez, de repente, a ideia de que eles poderiam estar carregando as bombas. Depois todo mundo que estava presente começou a ligar os fatos, mesmo porque os primeiros indícios levaram a uma série de suspeitas.

Saí com o Ancelmo, e fomos para o Miguel Couto tentar ver o capitão. Xexéo e Terezinha ficaram no Riocentro até de manhã. No hospital, só uma menina do JB conseguiu chegar até o 2º andar, dizendo que havia atropelado alguém. O rosto do pessoal da imprensa estava ali embaixo, na portaria do hospital, quando o telefone tocou. Era uma pessoa querendo falar com alguém da família do capitão. Eu atendi o telefone e perguntei: ‘Com quem você quer falar? Quer saber notícias do capitão?’ E um homem do outro lado respondeu: ‘Não quero falar com uma pessoa da família.’ Eu pedi o nome dele para poder chamar alguém e ele me deu: Aloysio Botelho Chaves Maia, ou Maia Chaves, não lembro bem.

Fui até o segundo andar. Lá havia um grupo – duas senhoras e dois ou três homens – e eu disse a eles que lá embaixo havia um telefonema para alguém da família do capitão. Aí veio a mãe dele. Comecei a conversar com ela, perguntei como ele estava e ela respondeu: ‘Não sei, eles (os médicos) não dizem nada.’ Eu perguntei: ‘Mas como é que isso foi acontecer?’ Então veio quase correndo um jovem de óculos, que disse para a mãe do capitão: ‘Pode deixar que eu desço. Lá embaixo tem muito jornalista.’ No elevador ele me disse que era primo do capitão, só isso. Aí ficou claro que alguém sabia que a família do Capitão Wilson devia evitar a imprensa.

Fiquei no hospital até 4 horas da manhã. Depois não havia mais informações a colher. Me deu uma grande angústia, porque tínhamos muito pouco tempo para apurar os fatos, já que era preciso montar toda a reportagem, rever os dados, colher novas informações em menos de 24 horas, porque a revista fecharia tudo naquela sexta-feira, irremediavelmente. Foi muito trabalho exigiu muito de nós, mas valeu.

A imprensa desempenhou um papel muito importante no Caso Riocentro. Deu uma grande prova de maturidade. Foi a imprensa que investigou realmente o atentado, prestando um grande serviço à opinião pública.

Claro que houve erros, como nos concentramos demasiado na apuração da existência de outras bombas no carro. Como se não bastasse a explosão da primeira! Mas houve um esforço para evitar preconceitos e prevenções e acho até que dissemos muito menos do que acreditávamos por falta de maiores provas, embora tivesse ficado claro que houve um acidente de trabalho.

Como não houve censura, qualquer informação foi muito bem pesada por toda a imprensa. É como alguém que ganha autonomia e sabe que tem que administrá-la bem. O cuidado aumentou, para que não fosse cometido nenhum deslize, nenhuma leviandade.”

Zuenir Ventura saiu da *Veja* para a revista *Isto É*. Trabalhou em seguida no *Jornal do Brasil*, reformando a *Revista de Domingo*, editando o *Caderno B* e criando o *Caderno Ideias*. É autor dos livros “1968, o ano que não terminou” (Nova Fronteira), “Cidade Partida” (Cia das Letras), “Inveja – Mal Secreto” e “Crônicas de um fim de século” (Objetiva). É colunista de *O Globo*.

“A nossa importância no acontecimento foi termos sido o que devemos ser sempre: testemunhas de nosso tempo. Não sei se naquela madrugada tive consciência de que estava de alguma maneira vivendo um momento histórico. Talvez não, mas alguma coisa me dizia, meio por intuição, meio por feeling, que aquele fracasso, tão carregado de simbologia, tão cheio de significações, que trazia em si a própria punição, matando um criminoso e ferindo o outro, era o fracasso do mal, era um estertor, um estrebuchar do terrorismo, um sinal de que o crime, pelo menos aquele crime, não compensava.

Quanto à reabertura do caso, o que mais importa a meu ver, não é nem mesmo a reparação, muito menos a possível vingança ou mesmo a Justiça, tão tardia, mas o exemplo, a lição. Num país em que se confundem anistia e amnésia, perdão e esquecimento, coisas tão diferentes, é bom saber que a gente está apreendendo a não esquecer. Perdoar sim, esquecer nunca mais.

Ao longo destes 18 anos, o mais importante talvez foi ter virado repórter, invertendo, como disse um colega, a pirâmide: comecei editor e, velho, virei repórter. Como repórter, fiz a série ‘O Acre de Chico Mendes’, em 89, que me deu o Prêmio Esso de Reportagem e o Prêmio Wladimir Herzog. Em todas as funções, mesmo nas crônicas, não deixo nunca de ser repórter, que é um pouco daquilo que estávamos fazendo lá naquela madrugada: o corpo a corpo com o acontecimento, o mergulho na sujeira da realidade, a emoção do instante. Talvez por isso, mesmo tendo escrito pouco sobre a Bomba do Riocentro – orientei e reescrevi mais do que escrevi –, o acontecimento foi tão marcante na minha vida, como profissional e cidadão.”

Zuenir Ventura
Outubro de 1999

Parte II

Suíte: o dia a dia

Tudo que for apurado será divulgado

- Alô, 16ª
- O Delegado Petrônio, por favor.
- Ele não está.
- Por favor, quem está falando aqui é o Wilson Sayão.

Estou no telefone 254-0401. Você peça ao Petrônio para me ligar assim que ele chegar. Obrigado.

Menos de 15 minutos depois, o Delegado Petrônio Romano Henrique, titular da 16ª Delegacia Policial, Barra da Tijuca, respondia ao recado. Só que quem o atendeu no 254- 0401, naquela noite de sexta-feira, 1º de maio, não foi Wilson Sayão, assessor de imprensa do Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Foi o repórter Ubirajara Moura Roulien, na redação do Jornal do Brasil. O mesmo que havia conversado com o Delegado Petrônio, por volta das 3 horas da madrugada do dia 30 de abril, ainda no estacionamento do Riocentro, dele ouvindo explicações sobre a existência de mais uma bomba dentro do Puma avariado e de sua desativação pelo DGIE.

Às cinco e meia da manhã do dia 1º de maio, vindo direto do Riocentro para a redação, Ubirajara havia escrito uma ampla matéria, com tudo que havia apurado no local da explosão. Era uma matéria a ser publicada na edição de sábado. Bira preferiu escrevê-la logo, porque, naquela sexta-feira, estaria de plantão: começava a trabalhar à meia-noite, hora em que o jornal de sábado já estaria fechado. Era melhor redigir o que tinha àquela hora, mesmo cansado da noite em claro do que ter que voltar ao jornal antes de seu horário para entregar a matéria a tempo.

Mas Bira acabou tendo que chegar mais cedo: por volta das 19 horas foi chamado em casa para ir à redação, tentar, entre as fotos tiradas no local, identificar o perito que lhe havia assegurado existir no Puma mais uma bomba além da que havia explodido. E ele reconheceu, em uma das fotos, o homem de cabelos grisalhos, prancheta na mão, com que havia conversado na madrugada anterior (dias mais tarde, este homem seria reconhecido pelos jornalistas como Humberto Guimarães – o Tatá – detetive-inspetor do DPPS).

A matéria escrita às cinco e meia estava sendo editada. O editor local (Hedyl Valle Jr.) pediu que Bira telefonasse ao Delegado Petrônio para confirmar a informação de uma segunda bomba no carro.

“Queríamos saber se o delegado confirmava suas informações da véspera. Para nós estava em jogo a credibilidade do jornal. Não foi, de jeito nenhum, uma desconfiança do repórter. Ao contrário. Havia pelo menos uma entrevista de autoridade – a do secretário de Segurança do Estado, General Muniz – negando a existência de mais uma bomba no Puma. Nós tínhamos publicado a informação na véspera, baseados no testemunho do nosso repórter. Queríamos poder botar a cara de um sujeito e por isso procuramos reconhecer o perito nas fotos. E queríamos saber o que estava se passando com as outras pessoas que falaram sobre a bomba na hora. Aí procuramos o delegado. Se fosse desconfiança do repórter, teria mandado outra pessoa telefonar e não o próprio Bira.”

(Hedyl Valle Jr.)

- Alô.
- Alô, Sayão?
- Alô, Dr. Petrônio. Quem está falando é o Ubirajara Moura, do Jornal do Brasil.
- Mas Ubirajara, o que é isso? Você não precisava dizer que era o Sayão para falar comigo.
- Dr. Petrônio, eu estou querendo que o senhor me dê mais alguns detalhes sobre aquela outra bomba que

o senhor disse que estava no Puma e foi arrecadada pelo DGIE.

– Peraí. Eu não disse que tinha sido arrecadada uma bomba. Eu disse que tinha ouvido dizer que tinha sido arrecadada uma bomba.

– Mas, Dr. Petrônio, um policial da sua delegacia, que estava no seu carro, abriu a janela para falar comigo e confirmou, na sua frente, o que o senhor tinha acabado de me dizer.

– Eu não me lembro.

“Jornal tem esses negócios. Eu já estava sabendo que ele ia negar. Policial geralmente tem um medo louco de perder a sua delegacia. Mas era minha obrigação tentar. E eu ia usar de todos os meios possíveis para falar com o Petrônio àquela noite.”

(Ubirajara Moura Roulien)

A matéria de Ubirajara teve por título *Delegado e Perito Confirmam Outra Bomba no Puma* e foi a maior sobre o assunto na edição de sábado, 2 de maio. Todas as informações apuradas pelo repórter constaram do texto final editado sem cortes. A contradição do Delegado Petrônio estava presente. No alto da página 8, a matéria começa assim: “Foram duas as bombas que explodiram quinta-feira à noite no Riocentro – uma dentro do Puma OT 0297, na pista 5 do estacionamento, e outra perto da casa de força. A explosão da bomba no carro causou a morte do Sargento do Exército Guilherme Wilson Luís Rosário e ferimentos graves no capitão do Exército Wilson Luís Chaves Machado, de 33 anos. Uma terceira bomba, que não explodiu, foi recolhida pela polícia no automóvel destruído, segundo informação de um técnico em explosivos do DPPS, um homem de estatura mediana (cerca de 1,70m), cabelos grisalhos, moreno, usando óculos, que tinha uma prancheta na mão e parecia chefiar o grupo de policiais. O delegado da 16ª Delegacia, Petrônio Romano Henrique, informara na madrugada de ontem que havia sido recolhida uma bomba no Puma. Explicou não ter visto a bomba, mas afirmou que o artefato havia sido levado pelo DGIE. À noite, porém, ele desmentiu esta informação. Depois de desativada, essa última boba foi levada, num carro do Departamento Geral de Investigações Especiais, para a divisão de Explosivos da Delegacia de Polícia Política e Social e dali para o Instituto da Criminalística Carlos Éboli.”

Este é um exemplo de como se comportaram os jornais e os jornalistas depois da “grande corrida” da noite de 30 de abril, dia a dia, no acompanhamento do desenrolar do Caso Riocentro. Das direções partiu a ordem: só publicar informações apuradas com segurança pelos repórteres e publicar todas as informações apuradas.

O relato dos que haviam passado a madrugada no Riocentro estava escrito, naquela sexta-feira, antes que os outros repórteres voltassem às redações com as matérias “obrigatórias” do dia: a cobertura do enterro do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, informações sobre o estado de saúde do Capitão Wilson Luís Chaves Machado e as repercussões junto a autoridades políticas e militares.

O confronto de todo o material trouxe contradições flagrantes, de que a existência ou não de mais explosivos no Puma é apenas uma parte. Os jornais, tanto *O Globo* quanto o *Jornal do Brasil*, publicaram, integralmente, informações colhidas em reportagens e declarações. Foram retiradas, em ambos os jornais, as matérias feitas pelos repórteres que estiveram no local das explosões: o que havia sido publicado na edição de sexta-feira, 1º de maio, foi ratificado em maior espaço e com mais detalhes.

“O peso que a imprensa teve e está tendo neste caso é muito grande, por dois motivos. Em primeiro lugar, temos que levar em conta as circunstâncias em que o fato se deu, as próprias condições de trabalho. Quer dizer, a coisa ter se dado em cima de um fim de semana prolongado, onde todas as coisas quase que deixam de acontecer, porque nada funciona, também pesou. Se a imprensa não tivesse dado a cobertura que deu, do modo que deu – e o que é mais importante –, sem, em nenhum momento, ter se desviado para um outro lado, acho que as coisas todas seriam diferentes. Talvez a apuração do fato fosse mais

complicada se as explosões tivessem acontecido numa segunda-feira, quando a vida toda volta ao normal. Em segundo lugar, temos que lembrar que o trabalho dos repórteres foi um negócio fundamental nessa cobertura. Teve gente que trabalhou mais de 12 horas as seguidas e depois ainda ficava esperando até saiu da redação com o jornal pronto o na mão. E o que mais me impressionou, além da disposição, foi a sensibilidade de todos para a responsabilidade do trabalho que estavam fazendo. Toda a imprensa se comportou à altura de suas responsabilidades, mas aquela edição de sábado do Jornal do Brasil é um exemplo de jornalismo.”

(Luiz Mário Gazaneo)

Realmente, embora a edição de sábado, 2 de maio de 1981, de O Globo contivesse basicamente as mesmas informações que a do Jornal do Brasil, foi o leitor do JB que pôde melhor perceber que era um acontecimento gravíssimo as explosões no Riocentro. A declaração exclusiva do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e sua transformação em manchete do jornal (Abi-Ackel Diz que Bomba Explodiu no Governo, publicada no alto da primeira página) foi um valor de peso. Mas a decisão de dedicar toda a primeira página do jornal ao assunto também era um indício do grau de sua importância e tinha um significado exato: nada mais, de tão importante, estava acontecendo no país ou no mundo que merecesse dividir com as repercussões das explosões o espaço de maior impacto do jornal.

“O Abi-Ackel falou em Belo Horizonte, deu uma entrevista coletiva, sexta-feira à tarde, e fez antes, em Brasília, algumas declarações em *off* (declaração prestada sob compromisso de não identificação, pelo jornal, do declarante). Era o ministro da Justiça dizendo: ‘A bomba explodiu no Planalto.’ Não era uma informação *off*, que o jornal pode ou não publicar, dependendo de quem é a fonte. Era a avaliação de um ministro sobre um assunto grave. E nós achamos que não podíamos publicar uma coisa desse tipo em *off*. Só restavam duas saídas: não publicar a declaração ou desrespeitar o *off*. O Globo preferiu não dar nada.”

(Milton Coelho da Graça)

Na primeira página de *O Globo*, edição de sábado, 2 de maio de 1981, as explosões no Riocentro ocupavam toda a metade superior. No alto da página, duas fotos (enterro do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, e General Waldyr Muniz, secretário de Segurança do Estado do Rio) e a manchete General Marcondes Promete Divulgar Tudo que for Apurado – I Exército Investiga Bombas no Riocentro. Logo abaixo, duas chamadas menores: Abi-Ackel: abertura Política Nada Sofrerá e Muniz: Militares Apuravam Denúncia. Havia mais oito chamadas na primeira página e um editorial: A Tragédia Irlandesa. Em *O Globo*, a entrevista com o ministro da Justiça, com retranca de Belo Horizonte, foi publicada na página 6. Em pequeno entretítulo (Abertura Continua), declarações dele em Brasília sobre a continuidade do processo de abertura democrática do país. No Jornal do Brasil, com retranca de Brasília, as declarações do ministro ganharam o alto da página 9: Abi-Ackel Diz que Bomba Explodiu Dentro do Governo era o título para a matéria: ‘Esta bomba explodiu dentro do Governo’ – afirmou o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, depois de repudiar as explosões ocorridas no Riocentro. “Se os autores conseguiram tisonar com um acontecimento lutuoso uma festa universal como o Dia do Trabalho, seus efeitos foram nulos no que diz respeito ao processo de abertura democrática.”

“Tínhamos duas matérias do Abi-Ackel nessa edição. O que ele disse entre aspas estava na matéria do alto da página, ao lado da foto dele. Recebemos a matéria on da sucursal de Brasília e o Abi-Ackel não desmentiu nada. Agora, o que ele falou em *off* ficou em *off*.”

(Hedyl Valle Jr.)

Logo abaixo da entrevista, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria em *off*, também com retranca de Brasília. A fonte revelava as reações às explosões por parte do Alto-Comando Militar. Sob o título *No Comando, Constrangida Surpresa*, a matéria dizia: “O Alto-Comando Militar recebeu com ‘constrangida surpresa’ as informações bastante minuciosas e precisas sobre o atentado a bomba da noite de quinta-feira no Rio. Uma fonte do Palácio do Planalto, que por deveres da função manteve contatos com diversas pessoas durante todo o dia, depôs sobre a perplexidade dos comandos militares diante do que se afigura uma evidencia: as bombas do terrorismo, ao menos neste episódio, estavam sendo colocadas por um capitão e um sargento do serviço de informações do Exército.

Esta sempre foi uma hipótese considerada inviável. Nas especulações de alto-nível, os militares admitiam que na periferia do sistema alguns inconformados, ligados a organizações clandestinas, participassem de ações violentas. Mas, para repetir a frase ouvida de um ministro, ‘a bomba estourou debaixo da nossa cama’. O pasmo, portanto, se justifica com a revelação de que o terrorismo de direita conquistaria militantes nos núcleos do sistema, na própria organização militar e nos seus departamentos mais submetidos à vigilância e controle.”

A matéria relacionava alguns benefícios que, de acordo com os militares ouvidos pela fonte do Palácio do Planalto, poderiam ser recolhidos do episódio: “O maior deles é que se poderá puxar o fio da meada.” Outro seria um intervalo de tranquilidade, “pois pilhado em flagrante, o núcleo será implacavelmente punido e desativado”. Depois de afirmar que “talvez a necessidade de aguardar as aparências retarde uma medida que, hoje, parecia muito provável e mesmo inevitável: a desativação dos CODIs, a médio prazo”, a matéria concluía: “A bomba abalou o Governo estragando com o feriado. E terá consequências. O Governo não vai fingir que não foi atingido. Mas agirá com a plena noção da responsabilidade e da delicadeza de um fato capaz de abalar os seus fundamentos e seu projeto político.”

Afora essa diferença entre as matérias políticas, o noticiário interno dos dois jornais era bem semelhante. Além das repercussões junto a parlamentares, à Igreja e a ministros militares (Exército e Aeronáutica), publicaram amplas entrevistas do Comandante do I Exército, General Gentil Marcondes Filho, e do secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, General Waldyr Muniz. As entrevistas, nos dois jornais, foram em estilo “pergunta- resposta” – usado sempre que os jornais querem reproduzir com um máximo de objetividade e um mínimo de encontro as matérias apuradas na antevéspera pelos repórteres.

Em *O Globo*, as informações apuradas na noite do dia 30 de abril de 1981 ocuparam quase toda a página, 7 onde havia ainda uma pesquisa: *As Outras Bombas, Desde a Anistia*, relatando todos os atentados ocorridos no país desde setembro de 1979. A matéria principal da página tinha o título *Polícia Apreende duas Bombas-Relógio no Puma* e começava assim: “O Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) apreendeu dentro do Puma duas bombas-relógio, de médio teor explosivo, mas com grande poder ofensivo, e uma delas chegou a ser desativada por peritos do próprio local da explosão.” A matéria relatava com detalhes o estado do carro atingido, a ação da polícia e da perícia no local; e informava que a placa do carro era fria: “Na traseira do Puma havia indício claros de que o lacre da plaqueta fora violado. Esse indício foi confirmado no Hospital Miguel Couto pelo Capitão Souza Lima, amigo do oficial ferido. Ao chegar ao hospital, acompanhado da mãe e de uma irmã do colega, o Capitão Souza Lima, julgando estar falando com um policial – na verdade era um repórter –, respondeu, quando lhe foi perguntado se o carro era do oficial ferido na explosão:

– Não era, não. Existem muitos carros com placa fria lá no DOI.”

Ao lado, na página 6, a íntegra das entrevistas. O General Gentil Marcondes Filho falou duas vezes à imprensa: no Hospital Miguel Couto, onde foi visitar o Capitão Wilson, e no cemitério de Irajá, pouco antes do sepultamento do Sargento Guilherme. Na primeira entrevista, o Comandante do I Exército respondeu às seguintes perguntas (contradizendo informações publicadas na mesma edição dos jornais):

- O Capitão Wilson Machado estava a serviço do I Exército? E o que ele estava fazendo lá, exatamente, quando explodiu a bomba?
 - Sim. Ele estava a serviço do I Exército. Mais precisamente a serviço do Serviço de Informações.
 - Ele pertence aos quadros do DOI-Codi?
 - Talvez. Possivelmente, mas com certeza dentro do Serviço de Informações.
 - E a bomba explodiu dentro do carro dele?
 - Foi um atentado lamentável, não é? Não sei se intencional ou circunstancial. Mas o fato é que explodiu.
 - Ele não estaria com o explosivo dentro do carro? Havia um envolvimento dele e do sargento no ato em si?
 - Isso é muito prematuro e eu não posso afirmar.
 - Mas o senhor descartaria essa hipótese?
 - A gente não descarta hipótese nenhuma até confirmar uma coisa ou outra. Mas acho uma hipótese muito vaga.
 - Mas foram encontradas duas outras bombas dentro do carro.
 - Não. Só foi encontrada uma bomba no carro. A que explodiu.
- No cemitério, o General Gentil reiterou suas respostas a perguntas semelhantes e respondeu ainda à seguinte:
- O senhor repudia todas as acusações que dizem que pessoas do Exército poderiam estar envolvidas nesse tipo de coisa?
 - É óbvio, é óbvio. Ninguém vai se matar por... (não completou e sorriu). Ninguém vai se levar ao suicídio num caso desse, não é? Pessoas que normalmente conhecem explosivos.
- (O Globo, página 6, edição de sábado 2/5/81.)**

As mesmas entrevistas foram publicadas no *Jornal do Brasil*, edição do mesmo dia, página 7. Nos dois jornais, também a entrevista do secretário de Segurança do Rio, General Waldyr Muniz. Ele negou a existência de outras bombas no Puma, fornecendo uma explicação bastante detalhada sobre o que teria acontecido no Riocentro:

“O secretário de Segurança, General Waldyr Muniz, informou no início da noite de ontem que ‘os dois militares do Exército estavam a serviço do Riocentro quando uma bomba explodiu dentro do Puma do Capitão Wilson Luís Chaves Machado’. Segundo o secretário, eles correram para o local, juntamente com agentes de outros órgãos de informações, depois que uma pessoa, que se identificou como integrante do Comando Delta, telefonou para o próprio Riocentro e anunciou que uma bomba explodiria durante o show.” Este telefonema teria ocorrido uma hora antes da explosão:

“A única coisa certa que sabemos – explicou – é que o capitão estava dando marcha a ré em seu carro, para deixar o estacionamento, quando o sargento que estava a seu lado viu um objeto e falou: ‘Capitão, tem um petardo aqui.’ O sargento, então, pegou o objeto, que explodiu.”

As perguntas e respostas sobre como o General Muniz tomara conhecimento exato do ocorrido foram as seguintes:

- O senhor relembrou o diálogo entre o capitão e o sargento pouco antes da explosão. O capitão já foi ouvido?
- Coitado do capitão, não pode nem falar.
- Como se sabe deste diálogo?
- Pessoas por perto ouviram e foi investigado.

(O Globo, página 6, edição de sábado 2/5/81.)

A entrevista foi publicada na edição do mesmo dia do Jornal do Brasil, página 9.

O jornal reproduziu na íntegra a pergunta e a resposta do General Muniz sobre o andamento das investigações.

– Secretário, sabe-se há testemunhas e que elas já prestaram depoimentos. O senhor tem alguma informação a dar?

– Nós estamos nas investigações. Seria até uma incoerência avançar para os senhores, num momento desses em que repudiamos a violência, num dos mais vis atentados, quando se procurava dar a maior segurança a cerca de 20 mil jovens que assistiam a um show. Após um telefonema de um Comando Delta uma hora antes, para lá acorreram os órgãos de segurança e lamentavelmente mais uma vez a irracionalidade surpreende um inocente que, quando dava a marcha a ré, já o seu acompanhante vira um petardo que explodiu, matando um e ferindo gravemente outro.

Em O Globo, página 7, a matéria Riocentro: não Houve Ameaça informava que a mesa telefônica do local havia sido desligada: “O Riocentro desmentiu que tivesse recebido qualquer telefonema anunciando a explosão das bombas. Um funcionário disse a O Globo que a mesa telefônica foi desligada às 9 horas e as comunicações telefônicas passaram a ser diretas para a recepção:

– As pessoas que trabalham na recepção não receberam qualquer tipo de ameaça.”

As contradições eram muitas. E foi dado aos leitores o direito de delas tomar conhecimento. “O maior impacto é o da mentira. O que for apurado será divulgado; temos interesse nisso”, era a declaração do Comandante do I Exército, reproduzida na primeira página de O Globo e do Jornal do Brasil. A imprensa adotou exatamente esta linha de orientação: tudo que foi apurado, foi divulgado.

Um exemplo é a matéria DGIE Nega Ter Recolhido Outra Bomba no Carro: “O diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais, Delegado Newton Costa, desmentiu ontem a existência de outras bombas, que não explodiram, no Puma OT 0297, que teriam sido recolhidas ao departamento.

– O DIGIE não recolheu material nenhum e se há alguma coisa arrecada está na perícia. Também estiveram no local peritos do Exército e da Polícia Federal e, quando o DGIE chegou ao Riocentro, a Polícia Federal já tinha assumido as investigações. Pelo que sei, o dispositivo da bomba não era de tempo (bomba-relógio) e sim de espoleta ou de sensibilidade à luz – disse o diretor do DGIE.”

(Jornal do Brasil, página 9, edição de sábado dia 2/5/81.)

Na mesma edição, o jornal publica matéria com a afirmação do Delegado Petrônio Romano Henrique, da 16ª Delegacia Policial, de que o DGIE recolhera uma bomba, desativada no Riocentro.

Sem escamotear a diversidade das informações e sem decretar a exclusão de versão nenhuma, os jornais publicaram tudo. Foi o Jornal do Brasil, entretanto, quem, dispondo dos mesmos dados, forneceu com melhor clareza ao leitor um “raciocínio” sobre as informações.

Um desenho na primeira página – e desenhos são poucas vezes usados nos primeiros cadernos dos jornais e raríssimos nas primeiras páginas – sintetizou o sucesso do JB em sua proposição. Ele mostrava duas figuras de homem, sentadas em bancos semelhantes aos de um Puma. De um objeto quadrado – a bomba – no colo da figura à direita saíam raios que atingiam partes do corpo dos bonecos. Ao lado do desenho, o texto: “A bomba explodiu nas mãos do Sargento Guilherme Pereira do Rosário. Ele a mantinha na altura do abdômen, dilacerado pelo impacto, que causou lesão às suas pernas, braços e mãos – ossos foram atirados longe. À esquerda do sargento, o Capitão Wilson Luís Chaves Machado dirigia o carro, com as pernas protegidas pelo túnel da caixa de marchas e o console do câmbio. Seu abdômen, sem proteção, foi gravemente atingido, o que não ocorreu com o tórax, protegido pelo braço direito (deste, toda a musculatura foi destruída), que empunhava o volante ou o câmbio; seu rosto foi atingido no lado direito.”

“Vim mais cedo para o jornal, junto com o Paulo Henrique Amorim, que mora perto de mim. No caminho, demos uma passada no Miguel Couto para ver como iam as coisas. Aí, nossos repórteres que estavam lá descreveram, de acordo com informações dos médicos, o estado do capitão. Viemos conversando no caminho do Miguel Couto para o jornal sobre a parte atingida do corpo de cada um, sargento e capitão. Aí tivemos a ideia de fazer um desenho. A especulação, no bom sentido, em cima de dados concretos, também é correta em jornal. Fizemos o desenho com base em indicações seguras. Não houve nenhum juízo de valor envolvido nisso.”

(Hedyl Valle Jr.)

Na página 8, Um Carro, dois Homens e duas Bombas era o título de um quadro em que o JB expunha com clareza o raciocínio sobre o que poderia ter acontecido àquela noite. Constava de uma matéria e várias fotos com legendas. A maioria, sobre o estado do carro, ressaltando elementos que indicavam ser possível determinar tanto a sua posição quanto a de seus ocupantes no momento da explosão. Mostravam ainda que houvera pelo menos uma negligência. Uma das legendas dizia: “Embora a perícia do automóvel tenha sido feita pelo Exército e Polícia Civil, uma série de objetos e papéis ainda podiam ser vistos – ou recolhidos como lembrança por qualquer curioso – num terreno baldio, na tarde de ontem, em frente à 16ª DP, na Barra da Tijuca. A perícia não recolheu, por exemplo, o talão de estacionamento no Riocentro, de número 64.270 – seguramente uma vista valiosa para determinar a hora em que o Puma entrou no local.” E citava, entre os objetos encontrados no carro, fitas magnéticas para gravação, um rolo de fita adesiva (tipo crepom) totalmente usado, caixas de fósforos de restaurante e motéis e vários outros. Outra legenda, no mesmo quadro, indicava “de prancheta na mão direita, à esquerda da foto, o perito que informou existir uma terceira bomba na parte de trás do Puma”.

A matéria principal do quadro, além de repetir os elementos com que o jornal contou para fazer o desenho da primeira página, relacionava algumas hipóteses:

“Em nota oficial, o I Exército considera a possibilidade de os militares terem sofrido um atentado. Policiais do DGIE recolheram no Puma uma segunda bomba intacta. É fora de dúvida de que havia duas bombas dentro do carro, na hora da explosão. Não há referências à posição da segunda bomba que, possivelmente, estaria na traseira (se estivesse na frente, ela explodiria por concussão). Esta situação é que cria algumas hipóteses, que ainda não podem ser inteiramente abandonadas.

Primeira hipótese: alguém lançou duas bombas no interior do carro. Isto é particularmente difícil por uma série de razões. A principal delas: havia justamente duas bombas no carro; com o lançamento da primeira, os militares – treinados, pois são da área de informação – teriam reagido. Também seria difícil atirar alguma coisa dentro de um Puma, dadas as pequenas dimensões das janelas. Qualquer outra consideração sempre esbarra na falta de uma explicação razoável para a presença da segunda bomba, principalmente se ela estava na traseira.

Segunda hipótese: as bombas já estavam, por alguma razão, dentro do carro. É a mais provável e as investigações é que irão determinar as razões que levaram dois militares, especialmente treinados, a ficar num carro com duas bombas – ou dois volumes suspeitos – e numa área de grande movimentação de pessoas. O cuidado dos militares deveria ser redobrado, uma vez que estavam em missão.

Terceira hipótese: as bombas foram achadas e eles as estavam removendo. A hipótese é quase absurda – implicaria em acreditar que eles não estavam observando as regras de segurança pessoal e, mais do que isso, colocando em risco outras vidas. O procedimento correto seria chamar especialistas em explosivos para retirar as bombas desarmá-las. Além de tudo, não se removem bombas, antes de sua desativação total – essa é uma regra de largo conhecimento, que dificilmente eles violariam.”

No dia seguinte, publicada na primeira página do Jornal do Brasil, com destaque, uma nota oficial do

Comandante do I Exército condenava “conclusões apressadas”. O General Gentil Marcondes Filho, em seis itens, informava: 1º) a bomba fora “acionada por engenho de percussão ou similar”; 2º) “dados iniciais, colhidos no local, revelam serem improcedentes as notícias de que o carro sabotado teria outros artefatos no seu interior”; 3º) “o fato de os laudos técnicos ainda não terem sido divulgados desaconselha quaisquer conclusões apressadas”; 4º) “não houve gestões do Comando do I Exército no sentido de remover do Hospital Miguel Couto para o Hospital Central do Exército” o capitão; 5º) os militares “agiam no estrito cumprimento de missões normais de rotina, determinadas pelo I Exército”; e 6º) “o descrédito dos órgãos de segurança, de tão relevantes serviços prestados à tranquilidade pública, sempre foi meta buscada por elementos ou organizações subversivas”.

Em *O Globo*, que publicou a nota na página 21, além das informações gerais do dia sobre o assunto – novas repercussões junto a políticos e militares, informações sobre a saúde do capitão o andamento dos laudos periciais –, uma foto do perito Humberto Guimarães, detetive-inspetor do DPPS, ainda não identificado, ilustrava matéria contando como o jornal obtivera com ele a informação sobre mais explosivos no Puma. O Globo publicou também entrevista com o presidente da Riotur, empresa a que pertence o Riocentro. O título era Kelly Diz Desconhecer Telefonema e a matéria dizia: “O presidente da Riotur, João Roberto Kelly, disse ontem desconhecer a existência de telefonema que teria sido dado ao Riocentro por um grupo terrorista chamado Comando Delta, anunciando a explosão de bombas durante o show pelo Dia do Trabalho, quinta-feira. Foi o tal telefonema, segundo o secretário de Segurança, que teria levado ao Riocentro o capitão e o sargento do Exército em cujo carro explodiu a bomba.”

O Jornal do Brasil também tinha uma matéria a mais além das informações básicas e das repercussões. Era o relato detalhado de uma tentativa de entrevista com a viúva do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, que se recusara a responder as perguntas do repórter do JB ao telefone a negara ter dado a entrevista, publicada em *O Estado de São Paulo*, que o *Jornal do Brasil* reproduziu. Nesta matéria do “Estadão”, D. Suely se disse revoltada com o Jornal do Brasil. Sua indignação não se voltava contra nenhuma das inúmeras reportagens ou entrevistas publicadas, mas contra o artigo de um comentarista político, parte daquilo que se pode chamar de “opinião” em um jornal e que, geralmente, é menos lido do que as notícias do dia a dia.

Opinião: a personalidade do jornal

“Alguma surpresa? Nenhuma. Salvo a hipótese fantástica de uma diabólica transa de coincidência, aconteceu precisamente o que todos ansiosamente esperavam.” O trecho – destacado em O Estado de São Paulo como mencionado pela viúva do sargento Guilherme Pereira do Rosário para explicar sua indignação – é parte do artigo A Bomba Explodiu no Planalto. De autoria de Villas-Bôas Corrêa e publicado na coluna Coisas da Política, na edição de sábado, 2 de maio de 1981, do Jornal do Brasil, o artigo lamentava o “acidente de serviço” e relacionava as duas bombas que explodiram no Riocentro aos atentados contra a OAB, ABI e Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

“Eu nem de longe imaginava que, com aquele artigo, estava compondo o meu Chão de Estrelas. A história é singela, sem mistério. Sou o titular da coluna Coisas da Política aos sábados, função que separo bem da editoria de política, que coordeno. Quando assino matérias nas páginas 3 e 4 (Política e Governo), elas são mais informativas e de análise interpretativa, com linguagem contida e solene. Já a coluna, naquele dia, é minha, escrevo e assino com minha exclusiva responsabilidade pessoal.

Na sexta-feira, já ao acordar eu tinha na cabeça o tema da coluna. Seria ‘Votem contra a Volks, não contra mim’, pois acho que, pela primeira vez, o Presidente Figueiredo tocara na tecla nacionalista, aliás para dar ao seu partido uma bandeira para as eleições de 82.

Li o jornal superficialmente e fui à praia. Ao voltar e ler o jornal atentamente é que a evidência das coisas entrou pela minha vista e percebi que não se tratava apenas de mais uma bomba.

Já no jornal, liguei para a sucursal em Brasília e sondei a reação política. Conferi informações com o pessoal da reportagem geral e fiz o artigo que o Dácio Malta e o Rogério Coelho Netto (repórteres da editoria política) leram e acharam bom. Entreguei-o e esqueci. No sábado, dia 2, fui para Friburgo, onde tive a primeira noção da repercussão, porque três amigos que não tinham meu telefone de lá – recém-instalado – pediram o número aqui do JB e telefonaram para comentar o artigo.

Eu concordo com a teoria de que o líder não é aquele que orienta, mas o que exprime, não é o que puxa, mas é empurrado. Aconteceu que eu exprimi naquele momento uma convicção coletiva, meio engasgada em gargantas que não têm como gritar.

Por vias transversas, soube da profunda irritação de certas áreas quanto ao artigo, considerando que eu me precipitaria ao dar como exata uma versão. Mas não me arrependi nem acho que me precipitei e até hoje não há o que retificar.

A verdade é que sem liberdade de imprensa não teria havido bomba, mas um papo no Riocentro. O que você não conhece, não existe. Não teriam também existido as notas apressadas do I Exército. Por outro lado, no atual quadro brasileiro, o político tem muito pouca informação. Mas, nesse episódio, os restos de uma classe política estraçalhada foram capazes de um ato de pressão, dando a Figueiredo o respaldo político da opinião nacional.

Estou convencido de que, daqui em diante, em qualquer hipótese, o presidente, o ministro do Exército e o Comando do 1º Exército vão fechar as portas e fazer uma arrumação interna. Acho que estes dois serão reformulados, pois que a natureza sigilosa das tarefas que executam e a facilidade das verbas secretas vão resultando num afrouxamento do comando hierárquico, havendo um relaxamento no controle por parte dos comandantes superiores.

Três ponderações devem ser feitas. A partir do artigo do dia 2 sustentou-se que a expectativa de

juízo imparcial teria que partir da exata qualificação do sargento e do capitão. Jamais poderiam ser identificados como vítimas, até prova em contrário, como quis o General Gentil ou General Muniz e seu enredo novelístico. Também não se poderia cair no oposto considerar a ambos culpados. São superiores, com fortes evidências.

Em segundo lugar, as suspicácias civis se multiplicaram com o seguinte raciocínio: se as autoridades militares no comando do IPM tivessem convicção de que o capitão e o sargento eram vítimas haveria enorme mobilização para identificar os culpados. Não se tem notícia até agora de nenhuma investigação, como se os encarregados do IPM estivessem seguros, certos – mais do que traduzo no meu artigo ou que exprime a opinião nacional. Por que a preocupação suspeita do sigilo?

Em terceiro lugar, nota-se que aqui e ali têm sido feitas tentativas muito suspeitas de plantar versões na imprensa. O deputado Edson Guimarães (PDS-RJ) – coronel reformado e ligado à comunidade de segurança – inventou que o capitão tinha sido ouvido no Hospital Miguel Couto, revelando que o sargento, antes de pegar a bomba dissera “tem uma coisa esquisita aqui”. Isso indica que há muita gente querendo construir um enredo falso e que a opinião pública deve manter-se alerta, seguindo o velho ditado que manda confiar desconfiando.”

(Luiz Antônio Villas-Bôas Corrêa, editor de política do *Jornal do Brasil*)

Villas-Bôas Corrêa é um dos maiores jornalistas políticos brasileiros de todos os tempos. Completou, em outubro de 1998, 50 anos de atividade jornalística ininterrupta, sempre na área política, iniciada em 1948 no jornal A Notícia. Trabalhou na Rádio Nacional e em diversas emissoras de TV. Durante 23 anos trabalhou na sucursal do Rio de Janeiro de O Estado de São Paulo, primeiro como chefe da seção política e, mais tarde, como diretor da sucursal. Foi um dos fundadores de O Dia onde trabalhou até aposentar-se em 1988. Retornou ao Jornal do Brasil, em 1989, como editor de política. Comentarista político da TV Manchete desde 1991, Villas-Bôas, em 1999, assinava dois artigos semanais, matérias e entrevistas no Jornal do Brasil. Em seu livro “Casos da Fazenda do Retiro”, relata suas lembranças da juventude e, em “A História de Meio Século de Jornalismo Público”, narra as lembranças de repórter político.

“As águas de 18 anos de farsa, de mistificação e de desculpas esfarrapadas não limpam as manchas do atentado do Riocentro. O tempo amorteceu lembranças, mas não conseguiu rolar a pedra do esquecimento sobre o episódio que partiu ao meio o governo do presidente João Batista Figueiredo sem travar a marcha batida da abertura.

De lá para cá muitas páginas engrossaram o livro da história. O presidente que pediu para ser esquecido é uma referência que as reviravoltas do destino castigaram com severidade.

Outros dramas traumatizaram o país, na série sem fim de inacreditáveis inesperados. Da eleição pelo Colégio Eleitoral, de penosa memória, do presidente Tancredo Neves à agonia da operação adiada e das sete intervenções na balbúrdia da perplexidade do povo até a morte em 21 de abril de 85, quatro anos e oito dias depois da bomba. Governo do vice José Sarney que virou presidente, subiu a escada da popularidade com o piano Cruzado, sucesso que durou dez meses; da Constituição-cidadã de 86, fracasso remendado por emendas. O grande blefe do fenômeno eleitoral Collor de Mello, que acabou em escândalo, impeachment; mais um vice, Itamar Franco, alçado à presidência.

E o resto é o hoje: a era do presidente Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo da estabilidade econômica que o elegeu e reelegeu para a novidade da reeleição, encaixada na marra, sem as cautelas éticas da desincompatibilização.

Em quase duas décadas, o enredo do Riocentro foi sendo desmontado peça por peça. A cada

investigação, a cada depoimento, a cada inquirição de testemunha, a grande patranha desmoralizou-se aos últimos níveis de degradação. Ninguém quer segurar as alças do esquite do defunto. A lapidação juntou militares e civis. Todos atiram pedras no renegado.

O presidente Ernesto Geisel, que garantira a escolha do inesquecível João para seu sucessor, não tem dúvidas quanto ao Riocentro: ‘Houve um recuo ali. A área militar ainda resolveu (essa área intransigente), mostrar a sua presença com aquela tentativa de atentado do Riocentro’. E, no arremate: ‘O Figueiredo ficou em certa dificuldade. De certa forma, ele transigiu. Não fez a apuração que era realmente fundamental’.

Com a finura habitual, em depoimento a Ronaldo Costa Couto, registrado na página 183 do livro de leitura indispensável ‘Memória do Regime Militar’, o presidente João Figueiredo dá a sua versão: ‘Tenho a impressão que aquilo foi besteira daqueles dois caras. Quiseram dar um susto na gurizada e se deram mal’. E, saindo da reta, com algum atraso: ‘Mas eu não entrei nos pormenores, porque eu não tomei parte na apuração do fato’. Mãos lavadas, enxuga as munhecas fardadas: ‘Agora, para mim, aqui dentro, foi coisa dos dois. Do sargento e do capitão. Não tinha nada com o SNI. Era tudo lá do Ministério do Exército’. Quer dizer, do DOI-Codi.

A viúva do sargento Guilherme bate às portas da Justiça para reclamar indenização e atrasados pela morte do marido, como herói, cumprindo missão a serviço da Pátria.

Fisicamente recuperado, com as cicatrizes que ajudam a refrescar a memória, o capitão Wilson Machado, galgou o posto de tenente-coronel e a acaba de ser condecorado como indiciado no Inquérito Militar, instaurado pelas evidências de novas provas para livrar o Exército da cobrança da opinião pública,

Um bom desfecho para a longa encenação. Isto é, depende do fim do último ato. Então, será possível cerrar as cortinas e apagar as luzes. Sem esquecer a lição que ainda pode ser útil no futuro. Nunca se sabe.”

Villas-Bôas Corrêa

Outubro de 1999

Villas-Bôas Corrêa, um dos mais respeitados comentaristas políticos do jornalismo brasileiro, não foi o único a analisar o episódio Riocentro naquele sábado. O próprio Jornal do Brasil, no mesmo dia, manifesta já sua primeira opinião com o editorial Esclarecimento Urgente.

“Quando as bombas estouraram no Riocentro, todo o país – Governo e população – estava se preparando para um longo feriado. Isso deve ser lembrado para explicar muitas coisas que aconteceram depois que a notícia das bombas chegou às redações e ao público – primeiro pelas televisões, depois pelos jornais.

Só fui saber das explosões em casa, pela minha mulher. Por causa do adiantado da hora, os jornais deram uma cobertura mais circunstancial. Através das notícias do dia seguinte e mesmo pelo noticiário do dia transmitido pelas televisões já se podia entender que aquele episódio teria profundas influências na vida do país.

Esse foi o entendimento do Dr. Nascimento Brito. Na sexta-feira mesmo (1º de maio), ele telefonou de Angra dos Reis passando uma orientação: que se fizesse um editorial cauteloso, pedindo que o Governo fosse até o fim das investigações. Esclarecimento Urgente foi o título do editorial do dia seguinte, sábado, publicado na página 10, no espaço normalmente reservado à opinião pública do jornal.”

(Wilson Figueiredo, coordenador da equipe de editorialistas do Jornal do Brasil)

Wilson Figueiredo, que a exemplo de uma significativa parcela dos intelectuais de sua geração – a

geração de Fernando Sabino e Oto Lara Rezende – tomou o caminho do Rio de Janeiro quando trabalhar nos jornais de Belo Horizonte já não satisfazia, integra a equipe de editorialistas do JB desde 1962. Embora não seja hábito do jornal informar a autoria dos seus editoriais, sabe-se que foi ele o redator de *Autoridade*, publicado na primeira página da edição de 5 de maio. Editorial na primeira, na lembrança de Wilson Figueiredo, só no episódio da deposição do ex-presidente João Goulart, quando a opinião dividiu com as manchetes o lugar de maior destaque não só no *Jornal do Brasil*, como no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã*.

As primeiras frases de *Autoridade* justificavam a repetição da façanha: “É de real gravidade o momento brasileiro. Desde as vésperas do AI-5 a nação não vive momento tão alarmante. Em 1968 vigorava uma Constituição, mas faltou competência política. Em 1981 o regime está em transição e há o temor de persistência dos atos de terror.” Ao mesmo tempo em que prestava apoio – “Fiquei certo presidente de que a sociedade, inquieta e temerosa, está com ele na apuração dos fatos e no seu compromisso de fazer deste país uma democracia” – o editorial cobrava do Presidente da República uma ação imediata – “A nação está à espera da definitiva demonstração do Presidente da República de que não admite sequer a demora ou a falta de resultados na apuração de fatos com uma gravidade desafiadora.”

“O problema foi crescendo, os militares davam declarações, notava-se que faltava uma definição por parte do Governo. Uma indefinição perfeitamente compreensível porque, afinal de contas, estávamos em pleno feriado prolongado e isso eu acredito que foi determinante para o desenvolvimento dos fatos. Não tenho dúvida de que, se não fosse o feriado, teria havido uma reação do Governo e o desdobramento, tenho certeza, teria sido outro.

Mas não. Das explosões até a primeira reunião de cúpula do Governo, passaram-se mais três dias, pois só na segunda-feira o Presidente Figueiredo se encontrou com seus principais colaboradores, na reunião das 9, no Palácio do Planalto.

Para o *Jornal do Brasil*, embora os editorialistas e editores tenham tido uma segunda-feira dentro da rotina, o dia foi, como não podia deixar de ser, bastante agitado. No domingo, o Dr. Brito voltou de Angra dos Reis e já nesta segunda participou, com o sempre faz, da reunião de eleitores e editorialistas, às 16 horas.

Na reunião estavam os editorialistas – além de mim, Heráclito Salles e Luís Paulo Hora –, o editor Walter Fontoura e o chefe de redação Paulo Henrique Amorim. É lógico que a explosão do Puma no Riocentro foi o assunto principal, como era em todo o país. Até esse dia, havia um confronto direito entre a versão apresentada pelos militares e a versão que era de todos, diante de fatos óbvios. Por isso, nessa reunião, o *Jornal do Brasil* entendeu que não cabia mistificação: tinha que ser como foi e decidiu-se fazer uma edição à altura. No início, a ideia era publicar o editorial na página 10, como sai normalmente, mas, à noite, resolveu-se levá-lo para a primeira página.

O autor do editorial *Autoridade* não existe, é a própria empresa, porque esse é o entendimento que se tem: a opinião é sempre do jornal, da empresa. Nunca de quem escreveu. A partir do momento em que o editorialista recebe a tarefa de fazer um editorial, a opinião divergente que ele possa ter sobre o assunto que vai comentar não é relevante. Trata-se de colocar no papel uma opinião que não é a dele; é a opinião que o jornal tem sobre determinado assunto.”

(Wilson Figueiredo)

Wilson Figueiredo foi o criador e titular da coluna Informe JB. Em 1999 era vice-presidente do conselho editorial do Jornal do Brasil. Atualmente atua em uma grande empresa de assessoria de imprensa.

“Depois de 18 anos apresentada na moldura da versão oficial, a bomba do Riocentro entrou para o rol dos fatos históricos. A conclusão do inquérito não convenceu a sociedade à época e nem com o passar do tempo. Prevaleceu por força das circunstâncias. Era a palavra do Exército e não havia condição de contrastá-la.

O efeito político da reabertura do caso ficou restrito a uma parcela da sociedade até hoje insatisfeita com a maneira pela qual foi conduzida a apuração das responsabilidades no episódio e que se frustrou nas mãos de seus executantes. A opinião pública, desde o primeiro momento, rejeitou as explicações militares e, com o tempo, a própria solução política marginalizou o interesse sobre o assunto.

Mesmo assim, a completa apuração de responsabilidades tem importância política e lança alguma luz retrospectiva sobre uma etapa que merece ser deixada sem áreas de sombra para o futuro. A anistia apaga culpas mas não ofusca a História. Em relação ao Estado Novo, por exemplo, ficou faltando, lamentavelmente, o levantamento minucioso e objetivo da repressão, que a participação do Brasil na Segunda Guerra abrandou por equívoco. E o Congresso, a partir da constituinte de 48, deixou para trás a tarefa de apurar responsabilidades políticas. A ditadura (1937-1945) acabou sendo vista sem rigor histórico por falta de julgamento político. Em nome da democracia, muita gente comprometida com os meios e os fins parafascistas do Estado Novo transitou para o lado da democracia sem prestar contas.

Em tempo, a reabertura do caso do Riocentro agrega julgamento político a um fato histórico (porque encerrado do ponto de vista legal), e pode servir de lição para detentores do poder. Enquanto estão por aí os personagens, em bom número, é possível chegar mais perto da verdade objetiva.”

Wilson Figueiredo

Outubro de 1999

*O Globo demorou bem mais do que o *Jornal do Brasil* para se posicionar. No dia 2 de maio, na primeira página – onde o jornal costuma publicar sua opinião – o editorial era A Tragédia Irlandesa. Domingo e segunda-feira não foram publicados editoriais, como acontece quase sempre em O Globo. Dia 5 de maio, A Escalada dos Juros acabou sendo publicado, deixando a necessidade de dar-se um crédito de confiança ao Governo na apuração do caso. No dia seguinte, O Dever de Todos manifestava essa confiança e, ao mesmo tempo, cobrava resultados (“ao sigilo do inquérito, entretanto, terá que corresponder a mais ampla divulgação do seu resultado”).*

O Globo publicou mais quatro outros editoriais durante o mês de maio e, dia 22, voltava a externar o crédito ao Governo em Imperativo de confiança: “Toda nação está em compasso de espera, querendo a verdade” e “O acidente do Riocentro é inabalável”.

*O *Jornal do Brasil* fez mais editoriais e foi mais incisivo em sua cobrança não só de esclarecimentos sobre o que acontecera, como da manutenção do processo de abertura democrática.*

*Enquanto em Ultimato, por exemplo, O Globo criticava a reação dos partidos políticos diante da nota de resposta do Presidente da República ao apoio que lhe prestaram, dia 12 de maio, o *Jornal do Brasil*, em Advertência Inesperada, criticava a própria atitude do Presidente Figueiredo.*

O último parágrafo do editorial de O Globo era: “Indiferente ao idôneo da Oposição, o Presidente da República por certo aguarda apenas, para agir, as conclusões do inquérito que não têm por que ser apressadas, mas tão somente verdadeiras.” E o editorial do JB, sobre o mesmo assunto, bem mais agudo dizia: “Se o objetivo dos terroristas do Riocentro, era forçar a demonstração de que os fatos da abertura não afetaram o predomínio militar sobre o regime do Brasil, foram eles plenamente bem-sucedidos.”

O editorial criticava ainda “o constrangimento com que o General João Figueiredo passou a desempenhar

o importante papel de condutor do processo de democratização” e terminava por concluir: “Pelo menos por enquanto não tenhamos ilusão com o sentido da abertura. A democracia ainda não foi restaurada.” Nem só sisudos e solenes editoriais, entretanto, marcam a personalidade de um jornal. O desenho de humor, a charge política, içados a local de destaque na seriíssima página de opinião e do expediente, foram transformados pelo Jornal do Brasil em outra forma de transmitir sua opinião sobre o que acontece no dia a dia.

Naquele sábado, 2 de maio coube a Chico Caruso – Francisco Paulo Hespanha Caruso, diploma de arquiteto na gaveta e metade de seus 31 anos dedicados à charge, principalmente política, em jornais do Rio e São Paulo – preencher o quadrinho da página 10.

“Soube das bombas pela televisão e desde o primeiro momento deu para sentir que essas explosões teriam uma repercussão tão grande quanto a morte do Vladimir Herzog (jornalista Vladimir Herzog, morto em São Paulo, na carceragem do DOI-Codi, em outubro de 1975).

Naquela quinta-feira, 30 de abril, tinha sido a vez de Ziraldo fazer a charge e, por isso, na sexta-feira, fui eu para o Jornal do Brasil à tarde, como normalmente, faço quando é minha vez de fazer a charge política do dia seguinte. Fui como sempre para a editoria nacional. Lá tenho a minha mesa e um pouco de recolhimento para bolar o desenho. Era lógico que a charge tinha que ser sobre as bombas no Riocentro e paramim ficou claro que tinha que ser em cima da esfinge, que eu vinha usando desde as bombas da OAB.

Essa esfinge nasceu justamente com uma bamba, a que matou Dona Lyda (Dona Lyda Monteiro, secretária do presidente, à época, da ordem dos Advogados do Brasil, Seabra Fagundes, morta em 1980). Foi uma morte que chocou todo mundo, mas mim em particular, porque na véspera da explosão eu estivera na OAB para falar com o advogado que hoje é seu presidente, Bernardo Vasconcelos. Eu vi Dona Lyda lá e ela me lembrava minha mãe e uma tia, que trabalham em escritório, em repartição, exatamente como ela. Aí eu criei a esfinge.

Inicialmente, as charges não se referiram especificamente à morte de Dona Lyda. A esfinge ficava lá, cobrando. Mas as pessoas me perguntavam muito, já estavam até me parando na rua para saber sobre a esfinge e então eu aproveitei a ida do Presidente Figueiredo ao Chile e diz aquela charge dele com o Pinochet (no desenho, dos dois presidentes sentados lado a lado, Pinochet pergunta a Figueiredo: Acá entre nosotros, quién mató a D. Lyda?).

Naquela sexta-feira, 1º de maio, o Jornal do Brasil sofreu uma mudança muito grande. De repente, deixou de ter aquele ar de hospital, frio, tudo separado. A gente sentia o jornal extremamente movimentado, os repórteres, saindo toda hora para a rua, pareciam heróis indo para uma batalha. Eu ia vendo e sentindo esse clima novo enquanto lia os jornais do Rio e São Paulo, como faço normalmente antes de desenhar a charge. Depois, escolho o assunto, faço alguns esboços, desenho.

Neste dia, não tive dúvida: a charge tinha que ter esfinge e Riocentro. Até chegar à ideia final (o desenho do Puma atingido entre o Presidente Figueiredo e a esfinge, que lhe pergunta: ‘Vai decifrar, ou quer que embrulhe?’) escrevi outras frases. Uma delas, membro, era mais ou menos assim: ‘Decifra-me ou te devoro, digo mais: ou vai ou racha, agora ou nunca.’ Mas me decidi pelo que foi publicado.”

(Chico Caruso, chargista do *Jornal do Brasil*)

Chico Caruso extrapolou os limites da charge e se tornou um humorista multimídia, cantando em shows composições feitas em parceria com outros chargistas, como seu irmão Paulo Caruso e Luiz Fernando Veríssimo, e gravando CDs. Em 1999 já era chargista de *O Globo*.

“Quando vi na TV, entendi logo o que tinha acontecido. Mas ao chegar à redação, vendo a grande

movimentação dos repórteres, fotógrafos, editores, percebi que estávamos vivendo um daqueles grandes momentos jornalísticos, em que a profissão funciona.

Não sei se é bom reabrir o caso, porque é dessas coisas que ficam mal paradas. Melhor deixar pra lá. Foi o final de uma época. Que setores condenar? Se condenar, tem que condenar toda aquela gente. A história se faz um pouco assim, sobre os vencidos. Entre os militares havia gente boa, como o Bierrenbach (Almirante, ministro da Marinha). Eles é que merecem fazer a história”.

Chico Caruso

Outubro de 1999

O furo: a notícia em primeira mão

Um furo é bom, dois nem se fala. E o primeiro furo sensacional da cobertura do Caso Riocentro ocupava todo o alto da primeira página de O Globo, dia 6 de maio de 1981. Fotos do Capitão Wilson no Hospital: letras brancas em tarja preta sobre a imagem de um homem de olhos fechados, peito nu, deitado numa cama de hospital, indicavam o feito quase impossível que a legenda esclarecia – O Globo fotografou o Capitão Wilson Luís no Hospital Miguel Couto. Seu estado ainda inspira cuidados. Ao lado, outra foto e a legenda: O Capitão Wilson Luís, sendo atendido no centro cirúrgico do Miguel Couto. Mais três fotografias estavam na página 6.

Mas como é que eles fizeram isso? A pergunta era o assunto do dia nas redações e muito possivelmente na cabeça de cada leitor que, mesmo sem conhecer tão de perto quanto os jornalistas, podia imaginar, àquela altura, o forte esquema de segurança que, por sobre os cuidados já redobrados e naturais em um Centro de Tratamento Intensivo, cercava o capitão no Miguel Couto.

A imaginação flui: o quadro é o do fotógrafo que, depois de conseguir sorrateiramente arrebatado um daqueles conjuntinhos verde-claro completo – da bata à máscara e ao gorrinho –, inteiramente vestido de médico e com uma discretíssima Nikon a tiracolo, passa por toda a segurança, entra como quem não quer nada no CTI e faz lá as fotografias do capitão de frente, de lado, de perfil, de costas, certamente assobiando baixinho para disfarçar os clicks. Não dá. E não deu mesmo, porque embora se jure de pé junto no Globo que quem fez as fotos foi um fotógrafo, não foi.

Foi um médico.

Vários médicos fotografaram o Capitão Wilson naquela tarde de 5 de maio, quarta-feira. É como os médicos do CTI fotografarem doentes, para um registro científico da evolução dos casos. Apenas um, entretanto, aquiesceu ao assédio do repórter – e há aí dois méritos do repórter: saber que tinham sido feitas as fotos e sua capacidade de convencimento para obter a informação. E um do médico: acreditar que informação não faz mal a ninguém. O filme foi revelado pouco depois na sede do jornal O Globo. O médico foi punido.

“Não foram não”, disse o médico (o médico Moisés Haiat, funcionário do Hospital Miguel Couto, plantonista do CTI, em entrevista a O Globo, edição de 10 de maio, respondendo que as fotografias do capitão não haviam sido feitas com flash). Elas foram tiradas com filme de 400 asas. A iluminação do centro cirúrgico, onde foram feitas as fotos, é muito boa e nem precisa disso. Nós já sabemos que quem tirou as fotos foi um médico residente, um estagiário, e que deverá ser punido pelo hospital e pelo Conselho de Medicina.

Depende, claro, do repórter e resulta ou de muito trabalho a experiência, ou de rapidez, e um pouco de sorte, quase sempre de tudo isso misturado. Mas o furo depende também de que existam essas fontes de alma tão jornalística quanto o médico-fotógrafo do Miguel Couto.

Na página 7 da mesma edição do dia 6 de maio, que estampava as fotos do capitão no hospital, um segundo furo de O Globo: Neta de Tancredo levou o Capitão Wilson ao Hospital. A matéria dizia: “Foi a neta do senador Tancredo Neves (PP-MG) e filha do deputado federal Aécio Cunha (PDS-MG), Andréa, de 22 anos, quem socorreu o Capitão Wilson Machado e o levou em seu carro, um Passat branco, ao Hospital Lourenço Jorge. Andréa chegava ao Riocentro com o namorado Sérgio Valle, 27 anos, quando ouviu a explosão e viu o capitão ferido, sentado numa cadeira. Diante da falta de iniciativa das pessoas que o cercavam – não havia ambulância para socorrê-lo – Andréa decidiu: – Eu o levo no meu carro.”

O estar sempre ligado, atento ao mínimo indício de que há notícia no ar e a consciência de que a notícia não é mais importante que tudo – duas normas que todo o profissional realmente bom sempre respeita –, ao mesmo tempo, contam a história desse furo.

“Era aniversário do meu filho – terça-feira, 5 de maio – e nós estávamos tomando uma cervejinha de comemoração, por volta do meio-dia, quando entra no restaurante, por acaso, um colega do Jornal do Brasil. Ele brincou comigo: ‘Olha aí, já encontramos o homem que conduziu o capitão ao hospital, essa vocês vão levar.’ O Globo tinha entrevistado a Andréa na véspera. Soubemos que era ela quentinha levado o capitão porque estava todo mundo ligado no caso, uma repórter nossa ouviu uma parenta dela dizer que conhecia a moça que tinha socorrido o capitão, arranjou o endereço e falou com ela na segunda-feira. Só que a Andréa pediu muito para a matéria não ser publicada, então nós realmente seguramos. Mas quando esse colega falou que o JB já tinha a matéria, eu telefonei na mesma hora para o Evandro (Evandro Carlos de Andrade, diretor de jornalismo de O Globo) e avisei. A mesma repórter foi direto para a casa de Andréa, explicou que outro jornal já tinha a matéria, que nós queríamos honrar nosso compromisso com ela, mas estávamos num impasse e a moça se convenceu. Fizemos as fotos e publicamos tudo na quarta-feira.”

(Iran Frejat, editor local de *O Globo*)

Iran Frejat morreu aos 59 anos, em 20 de abril de 1994, vítima de cirrose hepática. Era então editor da editoria Rio de *O Globo*.

“Fui para casa naquela terça-feira à noite convencido de que ia levar esse furo. Teve ainda a publicação das fotos, nas o que me deprimiu como chefe foi a matéria com a Andréa e o Sérgio Valle, porque tecnicamente era o furo que nós não podíamos tomar.”

(Luiz Mário Gazaneo, subeditor local do *Jornal do Brasil*)

A depressão se justifica. O repórter Carlos Peixoto do JB tivera o furo na mão: na segunda-feira conseguira encontrar Sérgio Valle e pegar toda a história.

“O jornal tinha destacado uma porção de repórteres para o caso naquela segunda-feira. Fui ao Hospital Lourenço Jorge, para onde primeiro foi levado o capitão, para tentar pegar o boletim de registro médico e o boletim de ocorrência policial, que já tinham caráter sigiloso. Tinha um PM de plantão e eu consegui convencê-lo a me mostrar o registro policial, depois de ter tentado com os médicos, sem conseguir nada. Esse PM era um crioulo de uns 50 anos e eu fui em cima porque notei que ele estava incorporado àquele clima de modorra do Lourenço Jorge. Entramos na sala da administração e ele me mostrou o registro policial. Tinha o nome, o endereço e o telefone do Sérgio como condutor da vítima. Fui direto para casa dele. Não tinha ninguém. Esperei duas horas até que uma vizinha me informou que ele só chegava à noite. Eram mais ou menos 4 horas da tarde e eu fui para o jornal de mão abanando, mas decidido a falar com o cara ainda naquele dia. Liguei para ele exatamente às 20 horas. Ele atendeu, eu disse que era do JB, que queria levar um papo com ele e ele topou.

Quando cheguei, a Andréa também estava lá, muito nervosa e sem querer falar nada. Foi aí que aceitei um compromisso: eles me contavam a história toda, mas eu não podia publicar nada até que eles me autorizassem.

Eles me contaram tudo, mas a Andréa não falou que era neta do Senador Tancredo Neves. Me falaram que estavam chegando ao Riocentro quando ouviram a explosão e nem imaginaram que era bomba. Que viram o capitão segurando a barriga e todo chamuscado; que ele fez sinal para um táxi e o táxi não parou, que o médico do Riocentro disse que não podia sair de lá; que o capitão estava desesperado, gemendo

muito e perguntando pelo amigo, pedindo que levasse ele para um hospital, que eles ficaram com pena dele; que uns bombeiros foram junto no carro; que o capitão mesmo ensinou o caminho para o Hospital Lourenço Jorge e que ele não respondeu nada quando um dos bombeiros perguntou o que tinha acontecido.

Quando eles acabaram de contar a história, a Andréa estava mais nervosa ainda e implorou para eu não publicar nada. Eles não queriam tomar a iniciativa de fazer declarações à imprensa antes de serem chamados para depor, porque eles imaginavam que iam ser chamados pelos responsáveis do IPM. Eu estava tranquilizando os dois e a gente já ia saindo quando o fotógrafo que estava comigo bateu uma foto de cada um. Eles ficaram superirritados e me lembro da gente saindo e o Sérgio dizendo: ‘Mas isso não se faz.’

Quando cheguei à redação, contei para o Hedy e para o Paulo Henrique a circunstância em que tínhamos conseguido a matéria. O Paulo Henrique me perguntou a história era suficientemente importante para alterar o rumo dos acontecimentos, e obviamente não era. E eu defendi que o jornal não desse a matéria. Não sei se esse critério de urbanidade, de humanidade, vale para jornalismo, mas para mim, naquela hora, valeu.

No dia seguinte, o Sérgio ligou para o jornal de noite. Ele queria falar comigo, me avisar que podia dar a matéria, porque eles tinham falado com O Globo e revolvido deixar a matéria sair. Mas eu já tinha ido embora do jornal e ele não aceitava falar com mais ninguém. Sei que o Gazaneo ficou maluco, mandou um carro sair pelo baixo Leblon me procurando, telefonou para todo mundo que me conhecia, porque eu tinha me casado há poucos dias e ninguém sabia o meu novo endereço. Fiquei muito puto com esse furo. É muito chato ser furado, ainda mais tendo toda a história na mão.”

(Carlos Peixoto, repórter do *Jornal do Brasil*)

Carlos Peixoto saiu do Jornal do Brasil e foi para a Rede Globo, primeiro como repórter e depois como editor de vários telejornais e programas jornalísticos, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em 1999 era um dos editores do programa Fantástico. Hoje atua na área de turismo entre Rio de Janeiro, Ilhabela e Santos.

“Ter participado daquela cobertura foi muito bom, foi um momento importante para a imprensa e de grande crescimento profissional. Eu destaco a relação que existia entre os colegas dentro do Jornal do Brasil e a condução da equipe pelos chefes na época – Paulo Henrique Amorim e o saudoso Hedy do Valle Jr. Além disso, a experiência de repórteres como Fritz Utzeri e Heraldo Dias.

Eu penso que valeu a pena reabrir o caso porque a história não pode ficar incompleta. A gente precisa procurar a verdade até o fim. Para esta reabertura do caso eu considero que foi fundamental o trabalho dos meninos do Globo. É extremamente positivo ver uma geração dando prosseguimento ao trabalho da outra.”

Carlos Peixoto

Outubro de 1999

O Jornal do Brasil publicou a entrevista com Andréa Cunha e Sérgio Valle um dia depois de O Globo, na edição de quinta-feira, 7 de maio.

“O assinante do JB saiu perdendo, mas este comportamento foi correto. Concordei com o repórter que iríamos cometer uma violência publicando a matéria. Uma coisa é investigar, outra é fazer na marra, obrigar as pessoas. O fato de estar investigando não nos dá o papel de polícia e, mesmo num caso assim,

em se quer recolher o máximo de informações e as fontes são poucas, temos que tratar de pessoas como no dia a dia, respeitando sua privacidade, suas opções. O contrário não é o estilo do *Jornal do Brasil* e nem é o meu estilo.”

(Hedyl Valle Jr., editor local do *Jornal do Brasil*)

A história dos furos não acaba aí. Houve pelo menos um momento em que, assim como aconteceu com a entrevista de Andréa e Sérgio – ainda que por motivos inteiramente diversos –, foi colocada em questão a publicação das fotos do Capitão Wilson.

Sob pressão: os jornalistas contra a parede

Eram mais ou menos 9 horas da noite de terça-feira, 5 de maio, quando o coronel Job Lorena de Sant'Anna – chefe da 5ª edição do I Exército que, dali a 10 dias, seria encarregado de conduzir o IPM sobre as explosões no Riocentro – chegou à redação de O Globo à paisana.

De alguma maneira, o I Exército tomara conhecimento de que haviam sido feitas fotografias do Capitão Wilson no Hospital Miguel Couto e de que elas estavam um poder do jornal. Não era difícil saber. Não só porque o Capitão Wilson contava com numerosa segurança dentro do hospital, certamente a par das fotografias, ainda que as julgassem de finalidade exclusivamente científica. Também porque, por volta das 19h30min. O Globo, através de sua agência de notícias, ofereceu a compra da foto a todos os seus clientes (principalmente jornais e revistas de outras capitais e do interior).

Na redação, o coronel Job Lorena dirigiu-se em primeiro lugar ao chefe de reportagem, Ely Moreira, e, em seguida, ao editor-chefe do jornal, Milton Coelho da Graça. Disse que soubera que o jornal tinha fotos do capitão, tiradas no hospital, e pediu para vê-las. Mostradas as fotos, o coronel solicitou ao editor que não as publicasse, alegando que sua divulgação ia causar uma grande complicação, muitas pessoas iriam sofrer, muitas seriam demitidas de suas funções.

A suspensão da publicação nem chegou a ser cogitada. A ampla divulgação das fotografias através da agência Globo já haviam-na tornado inócua: a imagem do capitão, se não através de O Globo, chegaria aos leitores através de inúmeros outros veículos. E mais, dali a pouco tempo, uma das fotos estaria sendo vista por milhões de telespectadores do Jornal Nacional, segunda edição, que também as comprara de O Globo. Além de tudo isso, suspensão da publicação das fotos era uma decisão que o editor-chefe não poderia tomar sozinho, já que a direção do jornal – superior a ele hierarquicamente – havia, à tarde, determinado a edição.

“O Coronel Job Lorena foi muito delicado e muito gentil. Me pediu para ver as fotos e eu as mostrei, informando-lhe que sua distribuição através da agência Globo e também para a televisão já havia sido feita. Informei ainda ao coronel que, se mesmo assim lhe interessasse a suspensão das fotos, teria que falar com meus superiores. Eu estava cumprindo ordens como ele. Não sei se o coronel procurou, àquela noite, alguém da direção do jornal. Eu não recebi nenhuma nova orientação e mantive a decisão tornada à tarde pela direção. No dia seguinte, conforme o Coronel Job havia solicitado, lhe foram entregues cópias das fotografias publicadas no jornal.”

(Milton Coelho da Graça, editor-chefe de O Globo)

Eram cerca de 24 horas quando o Coronel Job Lorena deixou a redação do jornal. Naquele momento, não podia ter ideia de que tanto impacto quanto as fotografias do capitão no hospital causaria a manchete da mesma edição do dia 6 de maio de 1981: Laudo Confirma duas Bombas no Puma.

Em duas colunas no meio da primeira página, a matéria dizia: “O laudo pericial sobre as explosões ocorridas no Riocentro confirma que foram encontradas, e desativadas por peritos, mais duas bombas dentro do Puma dirigido pelo Capitão Wilson Machado – informaram a O Globo duas fontes dignas de crédito, uma delas política. Esse laudo e o do exame cadavérico do Sargento Guilherme Pereira do Rosário não foram entregues ontem ao Presidente Figueiredo, mas, por decisão sua, encaminhados diretamente ao Comando do I Exército, como peças essenciais do IPM que apura o episódio”.

Fontes off nunca são reveladas. Os jornalistas as defendem e, assim, as mantêm. Mesmo nas redações, que, quase infalivelmente, acabaram descobrindo a identidade dos declarantes, é comum os repórteres não confirmarem os nomes do que, em confiança, lhes deram informações. Por esse processo, sabe-se o inconfirmável: que das “duas fontes dignas de crédito”, “uma delas política”, da matéria referia-se ao senador Tancredo Neves (PP-MG).

O Globo tinha a informação através de fonte da Polícia Federal, desde segunda-feira, 4 de maio, dia em que os jornais anunciavam a conclusão do laudo. Polícia Entrega ao I Exército Laudo da Bomba era título de chamada na primeira página da edição do Jornal do Brasil. E, no corpo da manchete de O Globo do mesmo dia, também a informação: “No Rio, o secretário de Segurança entregará hoje ao comandante do I Exército, Gentil Marcondes Filho, os laudos dos peritos do Instituto Carlos Éboli que examinaram o Riocentro.”

O jornal segurou a informação até que, terça-feira, um repórter, em Brasília, conseguiu confirmá-la com o senador mineiro. Diante disso, dissiparam-se as dúvidas e a direção do jornal achou que as duas fontes asseguravam a veracidade da notícia.

Quarta-feira, jornal na banca, por volta de 11 horas os jornalistas credenciados no I Exército – e àquela altura o plantão deles era ininterrupto – se surpreenderam com a visita ao Comando de uma pessoa inesperada: o diretor-redator-chefe de O Globo, Roberto Marinho.

No dia seguinte, a Folha de São Paulo foi um dos poucos jornais – no Rio, nem O Globo nem o Jornal do Brasil publicaram a matéria – a notícia Diretor de O Globo vai ao I Exército: “O Diretor-redator-chefe do jornal O Globo, Roberto Marinho, esteve na manhã de ontem no Palácio Duque de Caxias, permanecendo durante 40 minutos no 9º andar do prédio, onde funciona o Comando do I Exército. Ele saiu às 12h25min e cinco minutos antes do General Gentil Marcondes Filho, comandante do I Exército. Como acontece todas as quartas-feiras, o expediente militar foi encerrado às 12 horas. O motivo da ida do jornalista militar foi encerrado às 12 horas. O motivo da ida do jornalista ao I Exército não foi explicado.”

Neste mesmo dia, 7 de maio, O Globo publicava no alto da primeira página, à esquerda, um quadro de duas colunas. Sob o título Fonte do I Exército: no Puma só Havia a Bomba que Explodiu, a pequena nota: “Fontes ligadas ao I Exército asseguraram ontem a O Globo que o laudo sobre as bombas do Riocentro declara haver apenas duas: a que explodiu na casa de força e a que explodiu no carro.”

Era um desmentido. De fontes off contra fontes off. E diferente de uma correção, de que na própria edição de 7 de maio há um exemplo claro. Na página 6, em um quadro sob o título justamente de Correção, O Globo informava: “Por equívoco, O Globo atribuiu ontem ao Coronel Job Lorena de Sant’Anna, chefe da 5ª Seção do Exército, que elogiava ratificação feita de público pela TV Globo, a declaração de que “não é comum os órgãos de segurança penitenciarem-se pelos erros cometidos”.

O que o coronel efetivamente disse a este jornal ao elogiar o procedimento da TV Globo – que, esclarecendo confusão anterior, informou que exibira imagens não de bombas encontradas no Puma do Capitão Wilson Machado mas simplesmente bombas de gás lacrimogêneo que se encontravam regularmente na cintura de um PM – foi: “Esta é a grande novidade. E é uma grande novidade porque não é comum aos órgãos de comunicação se penitenciarem pelos erros cometidos.”

“Erros não devem acontecer, mas acontecem. Foi um erro da redação e não é impossível que um redator erre, principalmente em dias em que há grande número de matéria. Não costumamos usar a expressão órgãos de comunicação e estávamos redigindo muitas matérias em que aparecia a expressão órgãos de segurança. O redator se confundiu. Publicamos a correção no dia seguinte. Todas as vezes que o jornal comete um erro, tem a obrigação de publicar sua correção.”

(Milton Coelho da Graça, editor-chefe de O Globo)

As diferenças são sutis, mas existem. O que aconteceu com a televisão, por exemplo. A verificação atenta da retificação feita mostra que a TV não desdisse informações anteriores, embora tenha realmente esclarecido uma confusão.

No dia 5 de maio, jornal O Globo publicava um pequeno quadro no “pé” da página 8 – Esclarecimento Sobre as Bombas: “A Rede Globo de Televisão esclareceu ontem à noite, pelo Jornal Nacional, que as bombas que apareceram num de seus noticiários, sexta-feira da semana passada, são de gás lacrimogêneo, usadas normalmente por tropas de choque da Polícia Militar.” Assim como o desmentido em off da primeira página do jornal sobre o laudo e as bombas, no esclarecimento, a televisão também não fez uma correção direta quanto à afirmação anterior de que foram encontradas duas bombas no Puma, além da que explodiu. Assim como o desmentido em off do jornal, o esclarecimento da televisão foi procedido de uma visita à redação do Coronel Job Lorena de Sant’Anna.

Dia 5 de maio, O Estado de São Paulo foi dos poucos a informar no último parágrafo de uma matéria grande intitulada Bombas: Governo Exime I Exército: “A presença do chefe da 5ª Seção do I Exército, Coronel Job Lorena de Sant’Anna, ontem pela manhã na sede da Rede Globo de Televisão levou a emissora a apresentar um desmentido ao noticiário por ela exibido nos últimos dias, onde apareceram cenas do Riocentro logo após a explosão das bombas, oferecendo nova interpretação sobre as imagens apresentadas anteriormente. O militar assistiu várias vezes ao videotape em que apareceram cenas do Puma, dos agentes do Exército, do DGI e dos peritos do Instituto de Criminalística deslocados para o local. A TV Globo entregou duas cópias do material gravado ao I Exército e enfatizou que as bombas filmadas são de gás lacrimogêneo.”

Na grande imprensa, o interesse direto e público de autoridades em material de redação resumiu-se a estes episódios. A imprensa alternativa, entretanto, teve sérios problemas: invasão, pela polícia, de suas redações e apreensão das edições dos jornais. Dia 13 de maio, O Globo e o Jornal do Brasil noticiavam a apreensão, pelo DOPS paulista, do nº 84 do jornal Hora do Povo, cuja manchete era: Ultraje à Nação e ao Exército: General Enterra Terrorista com Honras Militares. No dia seguinte era publicada nos grandes jornais a informação de que o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, encaminhara ao Procurador-geral da República pedido de processo contra Horas do Povo e Movimento, também apreendido. Dia 16 de maio, era noticiada a extensão do pedido de processo também à Tribuna da Luta Operária, cuja edição de manchete, Figueiredo Engoliu a Bomba, também fora tirada de circulação. Dia 28 de maio, O Globo noticiou nova apreensão do mesmo jornal.

Não era inédita a apreensão de jornais da chamada imprensa alternativa. Em outras vezes, antes, o processo se repetiu em operações invariavelmente arbitrárias porque – ainda que baseadas no parágrafo 8 do artigo 153 da Constituição Federal e no artigo 634 da lei nº 5.250, conhecida como Lei de Imprensa – costumam ser feitas sem mandado judicial e sem identificação dos policiais.

Também não era inédita, mas talvez tenha causado maior surpresa, porque bem mais rara, a prisão de dois jornalistas da grande imprensa, em serviço.

Com uma pequena nota na página 3 da edição de segunda-feira, 11 de maio, o Jornal do Brasil noticiou a prisão de dois repórteres seus: Carlos Peixoto, da editorial local, e José Augusto Alves, da Rádio JB. A notícia foi publicada em segundo clichê e, portanto, não constava dos exemplares de assinantes nem de alguns exemplares de banca. O Globo publicou a matéria – Dois Repórteres são Detidos – também em 2º clichê.

O relato detalhado de Carlos Peixoto revela como, por trás de singelas 20 linhas de uma página de jornal, estão história – dramáticas ou cômicas? – sobre acontecimentos muitas vezes absurdos ou anacrônicos como esse: uma prisão ilegal, sem mandado e sem flagrante, efetuada por um major do

Exército que, além de não se identificar, estava disfarçado de funcionário do Hospital Miguel Couto. “Era domingo. Eu estava no Miguel Couto de plantão desde as 16 horas. Mais ou menos às 9 horas da noite fomos, eu e o Zé (José Augusto Alves, da Rádio JB), tomar um café na cantina. Eu tinha acabado de conhecer o Zé e só mais tarde fui saber que ele tinha apenas 3 dias de Rádio JB.

É importante para todo o resto da história dizer que eu estava dando plantões seguidos no Miguel Couto. E que, na véspera, tinha conseguido, eu e outros jornalistas, fazer aquela matéria que deu primeira no JB de domingo, com o boletim de entrada do Capitão Wilson no Miguel Couto. Aquele em que o capitão alegou ‘explosão do motor do automóvel’ como causa dos seus ferimentos. Nós conseguimos pegar o documento através de um funcionário do hospital, que pintou na sala de imprensa. Pegamos o boletim, levamos para o banheiro do hospital, colamos com durex nos ladrilhos e assim ele foi fotografado. Na edição de domingo estava lá, na primeira.

Bem, nesse mesmo domingo, mais ou menos às 9 da noite, eu e o Zé fomos até a cantina. É uma cantina com aqueles banquinhos meia-bunda. Nós estamos e começamos a conversar sobre o caso. Logo depois, chegaram duas médicas. Sei que eram médicas porque estavam com estetoscópios e era justamente pelos estetoscópios que nós conseguimos diferenciar médicos e enfermeiros. Elas sentaram e começaram a falar. Uma delas falou um pouco mais alto e vi que o assunto também era Riocentro. Aí começamos, eu e o Zé, a conversar com elas meio de longe, afastados por uns três daqueles banquinhos. Todos nos jornalistas que ficávamos lá no Miguel Couto procurávamos falar o máximo com os médicos, para ver se pintava alguma informação.

Me lembro que na conversa com essas médicas fiz uma observação sobre a bomba que tinha explodido na casa do Cerqueira (Deputado Federal Marcelo Cerqueira, PMDB-RJ), dizendo que ele tinha apontado o DOI, embora o Comando Delta tivesse assumido a responsabilidade. E falei que o Comando Delta tinha ligado para o JB pouco antes de a bomba explodir. Me lembro também que eu disse exatamente: ‘Quero saber o que eles vão dizer agora.’ E o papo continuou. As médicas perguntaram de que jornal eu era e eu disse. Perguntaram se era eu que tinha feito a matéria da véspera e eu confirmei.

Me lembro também, com certeza, que primeiro a gente estava sozinho na cantina, com as médicas e mais uma ou outra pessoa. Depois, a cantina foi enchendo de gente vestida de médico, de servente, de funcionário do hospital, tudo homem. Vi um cara meio estranho, que parou para tomar café e ficou olhando para a gente. Estava de roupa esporte, com crachá de funcionário do Miguel Couto, mas tinha cara de cana.

Pedi a conta: Cr\$ 14,00. Aí saímos e o Zé Augusto. Quando estávamos acabando de sair da cantina, nos dirigindo para o prédio principal do hospital, dois caras – ambos provavelmente nordestinos, por causa do sotaque um com uns 30 outro com uns 40 anos – falaram com a gente: ‘Companheiros, vocês estão apresentando versões aí.’ E eu perguntei: ‘Versões de quê?’ Um disse: ‘Das bombas’ e foi se aproximando. Fiquei gelado. Esse, que era o mais novo, disse assim: ‘Você está preso.’ O mais velho – que depois eu soube que era o Major Adelmo, quando o outro se identificou ao delegado da 14ª DP – me pegou pelo braço. Pedi que ele se identificasse e ele apertou o meu braço e disse: ‘Se identificar porra nenhuma’ e fez menção de me dar um soco no estômago. Aí chegaram mais dois caras dos que estavam lá na cantina, com roupa esporte, com crachá de funcionário ou visitante. Nos pegaram pelo braço e nos levaram em direção a dois PMs que ficaram guardando a gente na escadaria de acesso entre emergência e o CTI. Eu ainda perguntei para esses caras de roupa esporte qual era a acusação contra nós, porque estávamos sendo presos, e eles não responderam. Se afastaram. Aí eu perguntei a um dos PMs: ‘Quem são esses caras.’ E ele respondeu: ‘É pessoal do I Exército, que faz a segurança do capitão.’

A maior parte das pessoas que estava na cantina fora para a sala de administração do Miguel Couto, que nós podíamos ver da escada. E nós ali parados. Me lembro que o PM estava irritado. Ele falou: ‘Esses

caras são uns merdas’, mas me disse que tinha que prestar obediência, porque a PM era subordinada ao Exército. Nessa hora, o Zé Augusto ainda me diz que tinha só 3 dias de rádio e estava sem nenhum documento de identificação. Foi quando passaram as duas médicas com quem a gente estava conversando na cantina. Pedi a elas para avisar ao pessoal da sala de imprensa que a gente estava preso. Mais tarde, soube que a sala de imprensa estava trancada, mas que elas avisaram o chefe delas no hospital e ele ligou pelo telefone interno para o pessoal da imprensa e comunicou a nossa prisão.

De repente, nós escutamos um carro dando marcha a ré. Era um fusca vermelho que chegou até a porta onde a gente estava. Fiquei apavorado quando vi aquele carro particular e ainda insisti para eles não levarem o Zé, dizendo que ele só tinha escutado a conversa, não tinha falado nada. Mas eles colocaram a gente no carro assim mesmo. Um daqueles caras de roupa esporte foi dirigindo. Foi mais um PM – o nome dele é Jorge – no carro e nós dois no banco de trás. Ninguém viu a gente sair, porque o fusca saiu por uma lateral do hospital. Nos levaram para a 14ª, na Afrânio (14ª Delegacia Policial, na Av. Afrânio de Mello Franco, Leblon).

Quando chegamos, o Delegado Washington Machado, que depois eu soube que não era o titular, estava dormindo. Ele acordou e veio falar com a gente e com o cara de roupa esporte que nos levou. Ele disse para esse cara: ‘Não tenho nada a ver com isso. Isso é com o DPPS.’ Eu pedi a esse delegado para ligar para o jornal e falei com o Chico Vargas (Francisco Vargas, secretário da redação do Jornal do Brasil). Eu disse: ‘Chico, tou em cana, vou para o DPPS.’ E ele de lá: ‘tudo bem, fica tranquilo que a gente vai agitar aí o pessoal’. E ele me recomendou que eu não falasse nada.

O delegado, que estava ouvindo virou para mim e fez um reparo à ligação. Ele me disse: ‘Você não está preso, está detido.’ E eu perguntei se podia ir do outro lado da rua comprar uma pipoca. Ele disse que não e eu então falei que aquele reparo dele era uma fórmula jurídica, porque, para mim, eu estava preso mesmo. E eu disse para ele que só ia sair dali em carro oficial. Ele me garantiu que ficássemos tranquilos porque íamos sair de camburão e com a honra de ir sentados no banco da frente.

Nessa hora, o PM já estava reclamando à beça, porque o horário de trabalho terminava às 22h e ele estava a fim de ir embora. O agente mostrou a carteira dele para o delegado e disse assim: ‘Qualquer coisa, é só vocês ligarem para o Major Adelmo.’ Foi quando começaram a chegar os coleguinhas. Os primeiros a chegar foram o Beraba, repórter de O Globo, e o Alci, fotógrafo. Chegou também a TV Globo. E, em seguida, o Paulo Henrique Amorim. Com ele vieram os advogados do Jornal do Brasil: Dr. Celso Bruno, advogado trabalhista, e o filho dele, Cláudio Bruno, que trabalha no Gabinete Militar do Governo do Estado do Rio. Mais tarde chegou também o Dr. Ladeira, advogado criminalista, chamado pelo JB. Chegaram à delegacia também o Caó (Carlos Alberto de Oliveira, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro) e dois advogados do sindicato. Chegaram o Celso Itiberê (redator-chefe da Rádio Jornal do Brasil) e o Carlos Lemos (Superintendente do Sistema de Rádio JB). E foram chegando muitos amigos jornalistas.

Eram mais ou menos 23h ou 23h30min. E o Paulo Henrique perguntou ao delegado qual era a acusação contra nós. Aí o delegado disse que seríamos removidos para o DPPS. Mais tarde, o delegado disse ao Paulo Henrique que o Delegado Borges Fortes não tinha sido localizado. Mas o que o pessoal soube foi que o Borges Fortes ou alguém do DPPS disse que não queriam esse abacaxi lá – e o abacaxi era eu. Eu também soube que o Major Adelmo disse ao pessoal lá no Miguel Couto que eu tinha ofendido as Forças Armadas. Mas o delegado disse ao Paulo Henrique que o Major Adelmo queria que eu prestasse depoimento e que meu depoimento fosse enviado ao I Exército porque eu teria informações que poderiam elucidar o Caso Riocentro.

Eu acabei prestando depoimento lá na 14ª mesmo, para o Delegado Washington, acompanhado dos advogados do sindicato e do jornal. O delegado me perguntou: ‘O que houve?’, e eu contei. Aí ele

perguntou se eu tinha alguma informação que pudesse esclarecer as explosões. Eu disse que o que eu sabia do caso era o que tinha apurado no meu trabalho e o que eu tinha já havia sido publicado. Disse que não tinha nada que eu pudesse elucidar e se soubesse mais alguma coisa já teria publicado também. Fui liberado por volta de 1 hora. Peguei meu carro em frente ao Hospital Miguel Couto, preocupado em ouvir alguma explosão, né, depois de tudo aquilo. Mas correu tudo bem e fui dormir. Os meus chefes no jornal me deram todo o apoio e o pessoal da redação me goza até hoje, porque, afinal, tantos dias depois das explosões, até agora eu fui o único “suspeito” preso e interrogado.”

(Carlos Peixoto, repórter do *Jornal do Brasil*)

Resistência: fatos contra versões

Nas notas e informes reservados à oficialidade das Forças Armadas brasileiras, a classificação das fontes de informação é feita da seguinte maneira: a) absolutamente verdadeira; b) normalmente verdadeira; c) razoavelmente verdadeira; d) raramente verdadeira; e) provavelmente falsa; e f) a idoneidade não pode ser avaliada.

O grau de probabilidade do conteúdo das notas e informes também é classificado: 1) comprovadamente verdadeiro; 2) verdadeiro; 3) provavelmente verdadeiro; 4) às vezes verdadeiro; 5) veracidade nula.

Em cada redação, embora talvez com outra nomenclatura, cada fonte e cada informação, durante toda a cobertura do Caso Riocentro, também foram avaliadas e classificadas quanto à sua veracidade, antes de serem publicadas as matérias. Na verdade, apenas de serem diversos os métodos de apuração, uma forma de trabalho muito semelhante à dos órgãos de informação – não desprezar nenhuma informação, avaliar com rigidez sua fonte e seu conteúdo, relacionar cada novo dado às informações já obtidas, acumular o máximo de detalhes sobre cada fato ou personagem – foi a que também garantiu a presença constante do assunto, cada vez mais esclarecido, nas páginas dos jornais.

Por outro lado, e ironicamente, seria talvez muito mais difícil o sucesso da imprensa na cobertura desse caso não fosse o longo período em que, sob o autoritarismo, ela viveu censurada. É que toda a técnica de apuração e, em muitos casos, as mesmas fontes com que os jornalistas contaram para fazer centenas de matérias que, censuradas, permanecem inéditas nas pastas dos departamentos de pesquisa dos jornais, desta vez valeram: o que foi considerado “a-1” chegou até o leitor.

Mais que métodos e técnicas, entretanto, um novo momento político estava por trás da decisão de cada jornal de manter um comportamento investigativo. Foi o primeiro grande teste, depois de iniciado o processo de abertura democrática no país, para a liberdade de imprensa e, até, por sobre acusações formais e oficiais, a prova foi vencida.

Passados os primeiros dias de cobertura, em que quase exaustivamente todas as possíveis testemunhas daquela noite haviam sido procuradas com insistência diária, começaram a se sentir mais claramente as pressões sobre as fontes e o aumento do silêncio como resposta. Dia 6 de maio, em um pequeno quadro na página 6, O Globo informava “O diretor do Departamento de Polícia Federal, Coronel Moacir Coelho, recusou-se ontem a manter contato com a imprensa, enquanto esteve no Rio. Todas as perguntas sobre o laudo pericial das explosões no Riocentro eram desviadas pela Assessoria de Imprensa, com a observação de que a sede do DPF fica em Brasília. O superintendente da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, Roberto Porto, também preferiu não conversar com os jornalistas a respeito das explosões.” Em outra nota, logo abaixo: “O chefe da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança, Wilson Sayão, informou ontem que o General Waldyr Muniz não mais falará a respeito das bombas que explodiram quinta-feira no Riocentro, pois o caso está entregue ao I Exército.”

Na 16ª Delegacia Policial o Delegado Petrônio Romano Henrique não recebia repórteres.

Pelo menos um de seus funcionários, depois de haver dado algumas informações a O Globo, fora chamado à Secretaria de Segurança, onde depôs durante 4 horas. O perito Humberto Guimarães – o homem de cabelos grisalhos e prancheta na mão que informou a vários jornalistas da existência de mais explosivos no Puma além da bomba que explodiu – não foi mais encontrado. O Tenente Cezar Walchulck, chefe da segurança do Riocentro, depôs durante 8 horas no I Exército e, a partir de então, não mais falou à imprensa.

Em pequenas notas como as de O Globo do dia 6 de maio essas informações podiam ser lidas durante os

dias seguintes nos jornais. Apesar de tudo, o Caso Riocentro não morreu mesmo durante os dias em que as manchetes eram a vitória do Partido Socialista nas eleições, presidenciais francesas e o atentado à bala que vitimou, na Itália, o Papa João Paulo II.

No domingo, 10 de maio, O Globo e o Jornal do Brasil haviam publicado em suas primeiras páginas a reprodução fotográfica do boletim de entrada do Capitão Wilson no Hospital Miguel Couto. A linha destinada a “causa eficiente da lesão (alegrada)” estava preenchida: “alega explosão motor automóvel”. Segunda-feira, 11, na primeira página, ao lado da fotografia de François Mitterrand, eleito na véspera presidente da França, o Jornal do Brasil repercutia a divulgação do boletim. Na chamada Abi-Ackel diz Ser Impossível Apurar Atentado às Pressas, logo após a declaração do ministro da Justiça – “não é possível apressar, confundir ou eleger culpados” – o diretor do Miguel Couto, médico Nova Monteiro, comentava: “Qualquer versão apresentada por qualquer paciente aqui no hospital é aceita pelos médicos.”

No dia 12, a remoção do Capitão Wilson, do Miguel Couto para o Hospital Central do Exército, feita com grande aparato de segurança, era assunto de primeira página nos dois jornais.

A remoção do capitão – e a partir dali a imprensa foi informada de que notícias sobre seu estado de saúde seriam divulgadas em boletins do HCE diretamente pelo I Exército –, aliada ao sumiço ou ao silêncio de todos os que haviam estado no Riocentro, parecia quase que um ponto final. Ziraldo, na página 10 do JB, se preocupou. Sua charge, neste mesmo dia 12 de maio, mostrava dois leitores de jornal. Um deles segurava um exemplar com manchetes sobre a eleição de François Mitterrand e perguntava ao vizinho: “Você viu, rapaz, a vitória dos socialistas na França?” O boneco ao lado, que lia um jornal cuja manchete era A Bomba do Riocentro, respondia zangado: “Não muda de assunto!!!”

Foi o Presidente Figueiredo quem garantiu a manutenção do assunto na primeira página no dia seguinte. Nota de Figueiredo Frustra a Oposição era a chamada no alto da primeira do JB e O Globo também noticiava com destaque a resposta do Presidente da República ao apoio recebido de todos os partidos políticos e a insatisfação da Oposição com a nota.

O atentado ao papa mobilizava quase que completamente os jornais do dia 14 de maio.

E durante os dias 15 e 16, O Globo e o Jornal do Brasil resumiram seu noticiário sobre o Riocentro à divulgação dos boletins de saúde do Capitão Wilson, emitidos pelo HCE.

Mas a reportagem não parou. Ao contrário, até simples boatos eram investigados ainda naqueles dias, como desde o início da cobertura. Alguns chegaram a virar notícia. Dia 7 de maio os jornais desmentiam o “não mentido” que havia mobilizado redações inteiras e sucursais durante todo o dia anterior. O porta-voz do gabinete do ministro do Exército, General Octávio Luiz de Rezende, diante da insistência com que circulavam informações sobre a exoneração do comandante do I Exército, mandou dizer aos jornalistas: “1º) o General Gentil Marcondes Filho não saiu do I Exército; 3º) pede-se a colaboração dos credenciados para não difundir boatos que só prejudicaram o Brasil.” À noite, era a vez do assessor de comunicação social da Secretaria de Segurança, Wilson Sayão, desmentir, que o secretário, General Waldyr Muniz, ou o comandante-geral da PM, Coronel Nilton Cerqueira, estivessem demissionários.

Que alguém, em algum lugar, em alguma hora, disse, disse. Mas boato não tem autor. E a investigação dos repórteres não se resumia a eles e nem sempre virava matéria. Porque tudo que poderia ter classificação próxima do “f-5” (fonte de idoneidade não passível de avaliação e conteúdo de veracidade nula) não foi publicado. Frequentemente virou relatório, resumo de muitos dias de trabalho sem um resultado prático.

“A mesma pessoa que ligou para o Jornal do Brasil no sábado, dia 9 de maio, se dizendo policial da 16ª DP e denunciando a existência de um livro negro, que teria sido encontrado perto do Puma do Capitão Wilson e que estaria em poder do Delegado Petrônio Romano, ligou sexta-feira para O Globo e deu exatamente a mesma informação. Queria negociar o livro e chegou a marcar um encontro com um

repórter, nos mesmos moldes que feria depois com o Jornal do Brasil deixar o caso estacionado na frente da 16ª DP que ele largaria dentro um envelope pardo, com duas folhas do tal livro xerocadas.

Os repórteres estiveram no local marcado com o cidadão que se dizia policial e ficaram ali um tempo enorme. Não apareceu ninguém. Um repórter ligou para a delegacia e perguntou sobre o livro preto e os policiais negaram. Ligou, então, para o Coronel Job, da 5ª Seção do I Exército, a quem contou sobre a história do livro. O militar disse ignorar o assunto, mas que iria apurar.

Efetivamente, no dia seguinte, segunda-feira, 11 de maio, às 15h, chegava à 16ª DP o Coronel Hilton Portela, comandante da Polícia do Exército. Estava no Opala preto; placa oficial XV 9585, dirigido por um motorista civil. Reuniu-se durante 35 minutos com o Delegado Petrônio, a portas fechadas. Nada transpirou do encontro. Nesta terça-feira, dia 12, um repórter procurou o delegado e lhe disse tudo que estava acontecendo, desde os telefonemas até as informações de que o delegado teria sido preso pelo I Exército e demitido pelo secretário de Segurança. Petrônio riu e disse achar graça de tudo.

Na delegacia, um detetive disse que “uma farsa estava sendo montada sobre a explosão da bomba”. E mais: que o registro da ocorrência foi ditado pelo Delegado Petrônio, de acordo com orientação do General Muniz e este acordo com orientação do Exército. O ambiente entre os policiais era de revolta contra o fato.

Nenhum dos policiais se dispôs a dar nenhuma entrevista. Disseram mesmo que negariam qualquer declaração. Um inspetor da delegacia, cujo nome aparecia em matéria de O Globo, foi chamado ao gabinete do General Muniz onde ficou por quase cinco horas prestado esclarecimentos e foi obrigado a escrever um relatório de quatro laudas, negando ser o autor da entrevista.

O policial que fez o registro da ocorrência negou que ele tivesse sido orientado pelo delegado e disse que não podia dar nenhuma informação sobre o que ele viu no local: “Ganho Cr\$ 68 mil e se perder o emprego não acho outro com o mesmo salário. A situação aí fora tá braba, irmão, e não dá para a gente fazer um acordo”.

(Parte de um relatório interno de repórter à chefia de reportagem.)

O que é inconfirmável não vale; o que ninguém pode provar fica na gaveta. A situação estava braba, mesmo, para todo mundo e até o Presidente da República concordara. Foi no dia 4 de maio. O título da matéria no JB era exatamente Presidente Acha que “a Barra Está Pesada” e contava um diálogo entre o presidente e a filha de seu ajudante de ordens, Major Dias Dourado, durante uma exposição no Jockey Club de Brasília: “Ele perguntou à garota se a barra estava leve, e ela respondeu afirmativamente.” De longe, ouvindo o diálogo, um jornalista interveio, perguntando em voz alta:

- Nós podemos escrever isso, presidente?
- Se eu disse vocês podem escrever.
- Mas o Sr. considera que a barra está leve?
- Não. Para mim está pesada.

Mas o que se confirma, vale, o que se prova, vira matéria. E, depois das pequenas notinhas nos dias 15 e 16 de maio, o Caso Riocentro voltou a ter destaque. Domingo, 17 de maio, em uma ampla retrospectiva de todo o caso revelaram-se novos detalhes. O título era Demora na Apuração do Atentado Pode Confundir Opinião Pública e a matéria estava assinada: Fritz Utzeri e Heraldo Dias.

São dois dos mais antigos e melhores repórteres do Jornal do Brasil.

Heraldo Dias, 36 anos, 15 de profissão. Foca por curiosidade, jornalista por amor à profissão que a família mineira achava pouca séria, incapaz de substituir o futuro de advogado, largado em meio, Heraldo se especializou na área de transportes, mas sempre foi repórter de geral. É do setor uma de suas melhores matérias: a tentativa de percorrer a Transamazônica, dois anos e meio depois de inaugurada,

com os meios de transporte disponíveis; foi um trabalho inesquecível. O relato da experiência provou que a estrada era absolutamente inviável, o retrato de um erro político muito grande.

Fritz Utzeri, 36 anos, 13 de JB, gostava mais de imprensa universitária do que da Medicina. No Jornal do Brasil, onde foi aprovado no curso de jornalismo em que era professor Fernando Gabeira, cobriu saúde muito tempo. Saco – saúde e comportamento – era a editoria que publicava, enquanto quase todas as outras estavam sob censura, inúmeras denúncias sobre condições de saúde da população. Uma delas, pesquisa de semanas na comparação de bulas de remédios americanos e brasileiros, chegou a criar novas normas regulamentadoras. A epidemia de meningite trouxe a censura também ao Saco e Fritz viajou, cobrindo a queda de Isabelita Perón e a morte de Pedro Joaquim Chamorro, estopim de guerra civil na Nicarágua.

Mas o grande trabalho, para os dois, foi em dupla: há dois anos e meio, o JB publicava quase que um caderno especial inteiro com uma incrível reportagem. Seis anos depois, a matéria contava, como se tivesse acontecido na véspera, a história do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido desde 1971 e oficialmente dado como sequestrado. A experiência do trabalho a dois novamente valeu.

“É muito importante o trabalho em dupla por uma série de razões. Às vezes você é forçado a um contato com uma pessoa onde não pode tomar notas e nem gravar. Dois repórteres conseguem, melhor do que um, reproduzir muito bem o que foi dito e a própria fonte, aberta ou não, vai ter sempre a certeza que falou com duas pessoas e que será mais difícil negar as informações. Em dupla, a gente também pode ampliar a linha de investigações, em direções diferentes e com o mesmo objetivo. Uma crítica o trabalho do outro, exige dados concretos, e assim se dá mais organização e coerência à reportagem. Agora, num trabalho de dupla tem que haver a absoluta confiança de um repórter no outro e não pode haver estrelismo no meio.

Acho que foi importante termos trabalhado em dupla na cobertura do Riocentro, mas acho também que o fundamental para o esclarecimento das explosões foi o que aconteceu na sexta-feira e no sábado seguintes, quando todas as pessoas ainda estavam sob o efeito direto dos acontecimentos e tão assustadas que não se negavam a comentá-los, abertamente, sabendo que estavam falando para jornalistas. Creio que o erro de avaliação de alguns que foram testemunhas do que houve, em não perceber a importância daquilo de que tinham sido testemunhas, explica porque os jornais de sábado estavam tão carregados de informações sobre o fato. Na verdade, depois de sábado, não faltava praticamente nada a contar sobre o que aconteceu. A partir do enterro do sargento, entretanto, parece que as coisas foram ficando mais claras para as pessoas. Com isso e mais o destaque que o assunto ganhou nos jornais veio o medo. Mais do que medo, pânico realmente das pessoas. Quem tinha visto alguma coisa não queria confirmar, todos se escondiam sob a afirmação – ‘está sob investigação do I Exército’ – e o silêncio era a ordem.

Evidentemente que as pessoas não conversavam mais com jornalistas. Mas as pessoas que foram testemunhas de tudo aquilo são como as outras: conversam, têm parentes, têm amigos. Aí começa o nosso trabalho que é o de conhecer as pessoas certas para conversar. Eu e o Fritz trabalhamos juntos nesta linha, de procurar o parente do parente, o amigo do amigo de cada testemunha, que era a única linha capaz de nos fazer continuar contando aquela história. Para nós, o mais importante, além da resposta à cobrança do nosso trabalho pelo jornal, era contar aquela história com toda honestidade, sem nenhuma predisposição de botar a culpa em A ou B, mas contar o que aconteceu.

Começamos a fazer contatos com as pessoas que pudessem nos contar qualquer coisa sobre o Riocentro. A técnica de trabalho é a que a gente usa desde uns três anos atrás quando fomos fazer a investigação do caso Rubens Paiva. A técnica é a seguinte: qualquer informação, seja ela qual for, independente da fonte, é anotada. Fazemos um relatório diário do que cada um fez, onde foi, com quem falou, evidentemente resguardando nomes quando é o caso. E não temos a preocupação de fazer uma matéria diária. O objetivo

é ir reunindo informações e, num dado momento, quando a coisa cresce, sentamos e examinamos tudo para ver se há algo de concreto. A partir daí podemos apresentar ao jornal uma reportagem concreta, com fatos que se possa bancar sem risco do próprio jornal e, principalmente, sem risco para nós mesmos. Fizemos uma pasta organizada com todos os recortes de jornal sobre o caso e fomos entremeando informações, revendo o que aconteceu, buscando mais detalhes de cada fato. Qualquer dúvida, procurávamos um especialista.

Com essa pasta, revendo todas as matérias e relacionando-as com novas informações, é que fomos levantando algumas coisas. Por exemplo, por uma razão qualquer que a gente não tem certeza a segurança do Riocentro, para um espetáculo como aquele com milhares de pessoas, estava muito reduzida. Outra coisa que me impressionou foi aquele batalhão da PM de Jacarepaguá ter conseguido mobilizar uma enorme quantidade de homens àquela hora. A procura e a dificuldade em encontrar respostas para estas e outras perguntas é o que está naquela nossa matéria de domingo.”

(Heraldo Dias, repórter do *Jornal do Brasil*)

Heraldo Dias de Oliveira foi chefe de reportagem no Jornal do Brasil e em O Globo. Depois, trabalhou na assessoria de imprensa do Governo do Estado do Rio de Janeiro (gestão Moreira Franco). Estava fundando uma empresa de assessoria de imprensa quando morreu em uma festa, dançando com a mulher, Sônia, no dia 6 de fevereiro de 1993, de infarto.

Na página 8 do Jornal do Brasil, a matéria de domingo, 17 de maio, começava assim: “Passados 16 dias da explosão no interior de um Puma, dentro do pátio de estacionamento do Riocentro – com a morte do Sargento Guilherme Rosário e ferimentos graves no Capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Exército –, está caracterizado um processo de desinformação, aparentemente destinado a confundir a opinião pública. Todas as pessoas que, direta ou indiretamente, sabem de alguma coisa a respeito do que ocorreu naquela noite, na Barra da Tijuca, preferem o silêncio, na espera de uma versão oficial.”

E, logo em seguida, a lembrança da primeira grande contradição: “Nem mesmo a existência de uma segunda bomba no interior do carro, fundamental para o perfeito esclarecimento do propósito dos militares naquele local, foi definitivamente descartada – e

há testemunhas de que existiu.” Sobre a principal dessas testemunhas – o perito que, na noite de 30 de abril, confirmara a diversos jornalistas a desativação de uma bomba no local – informava: “Desde o dia 1º de maio, não foi permitido qualquer contato do policial com a imprensa e, segundo seus superiores, ele ainda não depôs no IPM. O delegado titular do DPPS, Borges Fortes, se mostrou mesmo surpreso entre a possibilidade, levantada por um jornalista, de que o detetive fosse chamado a depor, uma vez que entende ser de exclusiva responsabilidade do jornalista a divulgação da notícia. Humberto Guimarães continua trabalhando normalmente, mas não há possibilidade de uma entrevista, formalmente proibida pelo secretário de Segurança.”

Na detalhada retrospectiva de toda a cobertura, a matéria do JB relacionava outros pontos a esclarecer: o afastamento do Tenente Cezar Walchulck, duas horas antes do show, de suas funções de chefe de segurança do Riocentro; e o não envio, pela Polícia Militar, do reforço de policiamento, pedido por Walchulck em ofício.

Muito antes, o próprio Jornal do Brasil (5 de maio, Comandante Desconhece Questão do Policiamento, e 6 de maio, Riocentro Pediu e PM não Enviou Policiamento Especial no Dia 30) e O Globo (7 de maio, Comandante da PM Desconhece o Pedido de Policiamento) haviam levantado a questão. A primeira entrevista do JB era do comandante Ille Marlen, do 18º Batalhão, Jacarepaguá, que cobre a área. Ele declarou que não tinha condições de dar qualquer informação sobre o esquema de policiamento porque

havia assumido à unidade às 15 horas do dia das explosões. A segunda entrevista era do diretor-técnico do Riocentro, Nílton Nepomuceno, confirmando o pedido do Riocentro em ofício. Em O Globo, a entrevista era do comandante-geral da PM, Coronel Nilton Cerqueira. Ele afirmava não ter recebido nenhum ofício e acentuava não haver necessidade de reforço do policiamento. Tantos dias depois, a questão continuava confusa.

“Há um testemunho importante sobre a movimentação de carros, logo em seguida à explosão do Puma. Um funcionário do Riocentro, do qual se conhece apenas o apelido, Passa Fome, procurou a segurança para relatar a saída, em velocidade, da área, de um Passat branco. Ele cruzou com o carro próximo a uma das cabinas de acesso ao estacionamento; os ocupantes do Passat reduziram a marcha e gritaram para o Passa Fome (segundo o testemunho de um dos membros da segurança do Riocentro): – Vocês ainda não viram nada. Pior é a que vai explodir lá dentro.

Esse carro, cuja placa o funcionário não anotou, passava pelo local após a explosão do Puma, antes, portanto, da bomba lançada contra a casa de força também explodir. Este episódio, devido a uma coincidência, pode interessar às investigações: o Sargento Guilherme Rosário, segundo amigos e vizinhos, tinha um Passat branco, carro que não foi visto no dia seguinte ao atentado.”

Este era outro trecho da matéria de domingo, 17 de maio, do Jornal do Brasil, ilustrada por uma foto do Tenente Walchulck. Em uma reunião da qual ele participara, três dias depois das explosões, foi recolhida grande parte das informações que constavam do texto final daquela reportagem.

“No primeiro dia de cobertura, no enterro do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, já era possível sentir as dificuldades que os jornalistas teriam para seguir contando aquela história. Eu fui, naquela tarde do dia 1º de maio, para a casa do sargento na Estrada da Água Branca, em Irajá. A porta do apartamento estava aberta e eu fui entrando. Havia um choro dos diabos, muita gente, e eu no meio da sala. Logo depois que cheguei, me abordaram, perguntando se eu era colega do sargento. Eu disse que era e continuei lá, mas me esqueci de um detalhe: o fotógrafo que tinha ido comigo. Quando ele se aproximou de mim com aquela baita Nikon ficou evidente a minha posição de não colega do sargento. Aí foi um negócio, todo mundo gritando ‘fora daqui, urubu’. Descemos e algumas das pessoas que estavam lá – uns caras mais ou menos altos, mais ou menos parrudos, que eram os colegas do sargento – desceram também a fecharam até a portaria do prédio. Ainda tentei falar com eles de uma maneira amigável, disse que o que eu queria eram informações sobre como o sargento era como pessoa. Mas nada, nada, nada. As únicas informações que consegui foram as crianças que me deram, porque nem os vizinhos e nem os donos das lojas ali por perto queriam falar nada.

No cemitério foi ainda mais complicado. Estava aquele clima pesado. Me lembro que havia uns caminhões parados todos sujos de barro e, num momento de paranoia, nós começamos a achar que aquilo tinha um significado maior. Fui falar com um tenente e ele me explicou que os caminhões tinham levado soldados para prestar honra fúnebre. Logo depois, chegou um cara à paisana e disse ao tenente: ‘Entrevista só para milico e credenciado.’ Perguntei quem ele era: era o coronel comandante daquela unidade. Me explicou que os caminhões estavam sujos de barro porque tinham voltado de treinamentos em Gericinó e me disse: ‘Não me pergunte mais nada, que a dúvida que vocês têm eu também tenho.’ E lembrou do que eu já sabia: que vinha todo o pessoal do I Exército e que era com eles que eu devia falar. Falei, falamos todos os jornalistas com o comandante do I Exército. Mas quando saí de lá, eu sabia que, para conseguir mais informações sobre a noite de 30 de abril, teria que procurar as minhas próprias fontes.

Na segunda-feira, 4 de maio, com uma velha fonte minha, um militar, fui à casa do Tenente Cezar Walchulck, seu amigo, em Jacarepaguá. O Walchulck estava absolutamente tenso e foi com esse militar que me levou até lá e comigo para Niterói, à casa do Dickson (coronel da reserva paraquedista Dickson

Grael). O Dickson tinha sido demitido da diretoria do Riocentro pouco antes, em uma reunião extraordinária, a que não compareceu. Na casa dele havia mais um outro oficial e ninguém, além da minha fonte, sabia que eu era jornalista.

O Walchuck estava apavorado. Estava também furioso por ter sido retirado do comando da segurança do Riocentro poucas horas antes das bombas explodirem.

O Dickson começou a fazer um questionário para o Walchulck, para ver se ele ficava mais calmo e contava o que tinha acontecido. Aí uma porção de coisas ficou clara: o Walchulck tinha recebido a informação de que existia uma bomba no carro pessoalmente pelo Tatá e depois pelo inspetor Gilberto, da 16ª DP. Havia ainda uma testemunha que é aquele tal de Passo Fome, funcionário do Riocentro, que viu passar um Passat. E havia ainda a possibilidade de se saber o horário em que o Puma chegou ao Riocentro pelo canhoto do estacionamento.

Na reunião, o Walchulck lembrou também a questão do policiamento. Ele disse que não tinha havido nenhuma ameaça de nada este ano. Mas, como no ano anterior tinha havido uma ameaça por telefone e tinha estourado uma bomba em uma das agências de caderneta de poupança que vendia ingressos para o show, o Walchulck, depois de conversar com o Dickson, resolveu mostrar o mesmo esquema do ano anterior, com policiamento ostensivo do batalhão de Jacarepaguá e mais o pessoal do Riocentro, que é composto por ex-militares, pessoas de confiança do Walchuck.

Quem já teve a oportunidade de conhecer de perto, sabe que entre os militares tem muito disso, grupos, panelinhas, que não se dissolvem, mesmo na reserva, e o Walchulck é do grupo do Dickson, que por sua vez é um dos oficiais que participou da campanha de articulação da candidatura do General Euler Bentes Monteiro à Presidência da República.

Bem, depois de falar com o Dickson às vésperas do show de 1º de maio, o Walchulck pediu por telefone e reiterou por ofício o seu pedido de que o batalhão de Jacarepaguá mandasse soldados da PM para dar cobertura ao show. Nas duas horas antes do show, o Walchulck conta que ainda telefonou para lá, mas não obteve resposta (o batalhão estava trocando de comando naquele dia).

Quando explodiu a bomba, ele ligou pessoalmente para o Cerqueira e aí começou a chover PM na área. A minha presença nessa reunião explica em grande parte as informações que usamos naquela matéria de domingo 17 de maio e em outras anteriormente.

Evidentemente que tivemos muitas outras fontes. Todos os jornais, desde antes do AI-5, criaram formas de obter informações. Na época da censura, os jornais tinham como prática fazer todas as matérias, mesmo as que sabiam que não iam sair. Foi uma posição correta dos jornais e cada um deles formou a sua pasta, com as matérias censuradas, que ficaram como uma memória do jornal. Essa prática gerou fontes e técnicas, que agora passaram a valer. Antigamente, uma ordem bastava para que uma matéria não saísse; agora, com a abertura, sai muito do que é apurado.

Isso não significa que a gente não selecione. Na verdade, acho que temos a mesma postura que os órgãos de informações: não se despreza nada, vai se relacionando nomes com locais e situações, vai se acumulando dados até se ter algo de concreto. Nós também temos graus para nossas informações. Por exemplo, as informações que eu peguei na reunião na casa do Dickson eu não tenho nenhuma dúvida de que eram verdadeiras, por causa da emoção das pessoas que estavam falando e porque eles não sabiam que eu era jornalista. Agora, no caso do afastamento do Walchulck duas horas antes do show e por ordem da Angela Capobianco (diretora do Riocentro), eu registro a informação, mas ela tem um valor restrito para mim, porque eu sei que existe uma animosidade muito grande entre a dona Angela e o Dickson. Então eu anoto, mas antes de imaginar que tudo aquilo foi uma trama diabólica eu tenho o cuidado de lembrar que existe esta animosidade e que o Walchulck também pode ter sido afastado simplesmente porque, como não houve ameaça nenhuma, eles acharam que era melhor que ele cuidasse

do dinheiro do show e do estacionamento. Agora, a informação está guardada. Se um dia ela se relacionar com outras que comprovem alguma coisa, aí será diferente.”

(Fritz Utzeri, repórter do Jornal do Brasil)

Fritz Utzeri permaneceu mais 8 anos no Jornal do Brasil. Foi correspondente em Nova York, entre 1982 e 1985, e em Paris, de 1985 a 1989. De volta ao Brasil, foi ainda editor nacional do jornal. Depois, trabalhou na Rede Globo, como editor de ciência e tecnologia. Na televisão, participou da produção de um programa Globo Repórter que rememorou o caso: “Riocentro, 15 anos depois”. Trabalhou também como Diretor de Relações Corporativas da empresa Alcatel e como Superintendente de Comunicações da Fundação Roberto Marinho. Foi editor de artigos do jornal O Globo e, em 1999, estava de volta ao Jornal do Brasil como articulista e editorialista. Fritz morreu em fevereiro de 2013, depois de três anos de luta contra um tipo de câncer raro.

“Hoje acho graça de ver nos jornais que reportagens atuais possam ter revelado alguma novidade que teria desencadeado o novo IPM porque a verdade toda foi contada naquela época, dois dias depois da explosão.

Eu e o Heraldo (Heraldo Dias, repórter do Jornal do Brasil) estávamos de plantão. Nosso colega, Fleury (Sérgio Fleury Filho, repórter do Jornal do Brasil), estava de folga e foi à praia. Viu, em frente à delegacia do bairro, o Puma do capitão e telefonou para nos avisar. Fomos lá e fotografamos o carro de todos os ângulos possíveis. A partir destas fotos e com a análise de um perito exclusivo, orientamos para a edição do dia seguinte a confecção de um desenho que mostrava detalhadamente que seria impossível a bomba ter explodido entre a porta e o banco do Puma. Ali ficou claro que a bomba explodiu no colo do sargento.

Aqueles foram os melhores anos da minha vida profissional. Eu e o Heraldo fizemos muitas matérias investigativas, sobre casos como o desaparecimento do Rubens Paiva. A ossada do Rubens Paiva nunca foi encontrada. Acharmos que foi enterrada no cemitério da Cacuia, na Ilha, e foi transferida para lá do Recreio dos Bandeirantes e do Alto da Boa Vista. O problema é que jogavam cal virgem nos corpos e os ossos decompunham assim que expostos ao ar.

Conhecemos de perto o ‘porão’ (nome dado aos bastidores da tortura), felizmente como jornalistas e não como vítimas.

A história da bomba no Riocentro não tem que recontar, porque já está contada. Mas a reabertura do caso é muito importante para a revelação de quem foram os mandantes do atentado e de quais eram os seus objetivos. Durante anos tudo ficou limitado a dois nomes, embora a gente tenha sempre sabido que o Exército não ia tomar toda essa culpa por causa de um capitão e de um sargento. O que importa não é a condenação porque, no crime que na verdade não houve, os punidos foram os autores. A revelação é importante porque anistia é uma coisa e distorção é outra. Na época, os dois jornais que melhor detalharam o caso foram o Jornal do Brasil e o ‘Estadão’, mas qual é a parcela da população que tinha acesso a estes jornais? A Rede Globo deu apenas no Fantástico, quando ainda não se sabia a extensão de tudo. Logo depois, os militares confiscaram os vídeos e, para a televisão – até porque é uma concessão do Governo – restou apenas a versão oficial do regime. Mas a história tem que ir para os livros contando o que realmente aconteceu.”

Fritz Utzeri

Outubro de 1999

O cuidado, todo o cuidado de não imaginar e checar e recheckar informações antes de publicá-las, não

bastou. Exatamente e apenas uma semana depois do dia 17 de maio, uma outra matéria de domingo trazia o Riocentro de volta à primeira página.

“1. ASSUNTO: ATENTADO TERRORISTA NO RIOCENTRO

2. ORIGEM: I EX/2ª SEÇÃO

3. AVALIAÇÃO: A-2

4. DIFUSÃO: X

5. DIFUSÃO ANTERIOR: X

6. ANEXO: X

7. REFERÊNCIA: X”

O cabeçalho identificava o Informe nº 233-20/81/PM-2 que o Jornal do Brasil divulgava, com exclusividade, no dia 24 de maio de 1981. Informe da PM Sobre Bomba Acusa Imprensa era o título da chamada: “Através de um informe reservado, dirigido ‘ao público interno’, a Polícia Militar faz comentários sobre o atentado no Riocentro e acusa ‘a imprensa infiltrada da área’ de há muito vir trabalhando no sentido de formar uma opinião pública desfavorável às ações das Forças Armadas, em relação à defesa interna.”

O documento, reproduzido no dia seguinte em O Globo, informava que o I Exército havia uma Ordem de Missão deslocando para o Pavilhão do Riocentro uma equipe do DOI/IEX, supervisionada pelo Capitão Wilson Luís Chaves Machado, e afirmava: “A imprensa, aproveitando a oportunidade, passou a explorar o fato de formar sensacionalistas, acusados e condenados sem qualquer prova ou fundamento e sem nenhuma chance de defesa, dentro da técnica de ‘orquestração’, nos periódicos da área, com reflexos em todo o país.”

No mesmo dia em que foi publicado o informe, o comandante da PM, Coronel Nilton Cerqueira, declarava aos jornais: “Não imputo à imprensa, mas às patrulhas ideológicas existentes nos órgãos de comunicação, essa tentativa de indispor a opinião pública com as autoridades de segurança.”

Três dias mais tarde, o I Exército divulgava nota com acusações mais abrangentes: “Elementos de esquerda infiltrados na imprensa e outros, por eles influenciados, inconformados diante das medidas vigentes de salvaguarda e sigilo, vêm se utilizando de todos os meios, forjando fatos e situações, sem o mínimo de fundamento. Desse modo, apresentam as mais variadas deduções das menores atividades de rotina, com a finalidade de influenciar a opinião pública, segundo versões por eles arquitetadas.”

“Em que o noticiário dos jornais e demais veículos de comunicação é tendencioso? Que tendência pode ocultar-se atrás do desejo de esclarecimento disputado livremente no noticiário dos jornais?” As perguntas, no editorial do Jornal do Brasil de 26 de maio, refletiam a surpresa com que foi recebido o Informe. Mas a indignação que imediatamente ele causou também estava refletida. O JB falava em nome da Nação – “a Nação brasileira tem o direito de ser considerada como um todo e não se enquadra em artifícios que separem perigosamente os brasileiros em duas categorias de público (interno e externo)” – e era veemente: “As nações que se deixaram conduzir ao fascismo legaram à humanidade uma lição contundente sobre os perigos do divisionismo. O que se vê é o prenúncio insensato de desviar-se o Brasil da sua possibilidade democrática para a aventura totalitária, que é inviável sem dividir os cidadãos perante a Constituição.”

Sinais de Perigo (título do editorial) foram reconhecidos não só pela imprensa. Na verdade, páginas inteiras dos jornais dos dias seguintes estampavam a reação de praticamente todas as instituições e personalidades democráticas da sociedade civil. Dia 27 de maio, o Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa aprovava nota assinada pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho afirmando que “o noticiário dos jornais se caracterizou pela divulgação de fatos, e não de versões em

torno do episódio da explosão de bombas no Riocentro, cumprindo, nessa divulgação, o mais sagrado de seus deveres, que é o dever de informar”. A ABI – que havia sido palco da primeira manifestação da sociedade civil contra o atentado (logo no dia 1º de maio, quando lá se reuniram representantes dos diretórios regionais dos partidos políticos e associações diversas) e tivera seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, ao lado de Bernardo Cabral, da OAB, como diretor da reunião de todos os partidos políticos, em Brasília, no dia 7 de maio – reiterava seu apoio à imprensa e seu repúdio ao terrorismo.

Também divulgaram nota conjunta, contra “a evidente intenção de atribuir à imprensa responsabilidade pelo estado de perplexidade e insegurança em que se encontra a Nação”, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, a seção paulista da ABI, a comissão de Justiça e Paz e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão de São Paulo. Dezenas de deputados de todos os partidos de oposição fizeram pronunciamentos. O presidente da OAB, Bernardo Cabral, e o jurista Heleno Fragoso também criticaram a condenação à imprensa. A reação e a repercussão foram tão grandes que até Pelé, tão avesso a comentários políticos, depois de discursar em inglês na 72ª Convenção Internacional do Rotary Club, alguns dias mais tarde, afirmava à imprensa: “O povo quer a abertura política e nem o terrorismo irá atrapalhá-la.”

Mas se as reações existiram e se a repercussão foi grande, elas não impediram o prosseguimento das acusações: dia 27 de maio, uma pequena nota no Jornal do Brasil informava: Adesg Acha Imprensa de Má-fé. “O presidente da Adesg, procurador Álvaro Teixeira de Assumpção, divulgou carta-circular enviada a 3 mil diplomandos da Escola Superior de Guerra, na qual acusa a imprensa e alguns políticos, cujos nomes não revelou, de se aproveitarem de má-fé no atentado do Riocentro.”

Não impediram também novas bombas. As primeiras páginas dos jornais deste mesmo 27 de maio noticiavam a suspensão da sessão do Senado da véspera depois de vários comunicados de um homem que se dizia do Comando Delta anunciarem que uma bomba ia explodir no plenário. A bomba era falsa, um brinquedo de plástico. O JB registrava: “O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel mostrou a ‘bomba’ à imprensa e ironizou: ‘Eis o perigo explosivo’.” Na mesma edição, em editoriais e artigos, os comentaristas políticos viam insegurança, tensão e seriedade na “brincadeira”. E na mesma chamada de primeira página que noticiava a falsa bomba do Senado, o Jornal do Brasil que informava que o Governador do Espírito Santos, Eurico Rezende, qualificara de “crime de caráter altamente terrorista” um outro atentado a bomba, contra o jornal A Tribuna, na capital daquele estado.

Pouco mais havia a apurar sobre o Riocentro. Dia 30, os jornais publicavam entrevista do procurador da Justiça Militar que acompanhava o IPM, Gilson Ribeiro Gonçalves, informando que pediria prorrogação de 20 dias para as investigações. E uma “alta fonte militar” dizia ao Jornal do Brasil o que virou título de chamada na primeira página: Capitão Wilson Depõe e se Declara Vítima.

O “público externo” tinha acompanhado, dia a dia, aquela história e recebia já indicações de qual seria o seu final. Apesar de tudo, apenas três dias mais tarde e devido a problemas entre o “público interno”, o assunto voltava a ter destaque.

“Cabe à 8ª Região Militar explicar o motivo de minha substituição, pois o 2º BIS (Batalhão de Infantaria da Selva) está diretamente subordinado àquele comando. Sinto-me na obrigação de declarar que não é soltando bombas que vamos construir uma democracia e combater o comunismo. E nem o Exército pode acobertar esses atos criminosos que atentam contra a instituição e a pátria, quaisquer que sejam os seus autores. Eu não alimento dúvidas de que as duas explosões do Riocentro foram da responsabilidade de integrantes de um órgão de informação do Exército e de que esta conclusão, bem como outras de igual importância, já são do conhecimento das autoridades competentes, que estão na obrigação de revelar a verdade e de tomar as providências indispensáveis e urgentes que toda a nação brasileira anseia.”

A declaração, escrita de próprio punho, foi entregue pelo Tenente-Coronel Nivaldo Mello de Oliveira

Dias, após sua destituição do comando do 2º Batalhão de Infantaria da Selva, a uma emissora de televisão de Belém. No dia 3 de junho, o Jornal do Brasil e O Globo publicavam matérias sobre o assunto. Além da carta, as seguintes informações: “O ato surpreendeu toda a tropa, convocada às pressas para a formatura de transmissão do Comando ao subcomandante, Tenente-Coronel Monte, que se recusou a assumi-lo. Só o fez por insistência do próprio Nivaldo. Toda a oficialidade, porém, numa demonstração de solidariedade ao ex-comandante, não olhou à direita, onde estava o general (General Valtencir dos Santos Costa), na hora do desfile da tropa” (Jornal do Brasil). E mais: “Fontes do Exército informaram no fim da noite que o tenente-coronel não será punido, mas será transferido para Cuiabá” (O Globo). No dia 5 de maio, a informação de O Globo era desmentida: os jornais noticiavam que o tenente-coronel fora punido com prisão de 20 dias, que já cumpria no quartel da 8ª Região Militar. No mesmo dia, publicava-se a notícia da prisão também do Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, por dois dias, por ter concedido entrevistas às revistas *Isto É* e *Veja*, que não foram publicadas.

A Coluna do Castello: os bastidores do poder

“A leitura de sua coluna, você sabe, é um compromisso diário de todos os homens que pensam, decidem e agem neste país. E a cada dia colhemos ali opiniões, tendências e fatos que seguramente influirão nos destinos de todos nós.”

Não é exagerado o elogio com que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, abria a carta publicada na Coluna do Castello de 2 de maio. Nela, o empresário registrava sua surpresa por ter o comentarista político visto “indícios de condicionamento da abertura” na visita à Fiesp de um grupo de oficiais das Forças Armadas, à frente o Ministro Chefe do EMFA, General José Ferraz da Rocha, justamente durante os dias em que, na fumaça das explosões do Riocentro, se identificava entre o meio militar sinais de inconformidade com o processo de abertura política.

A formação de grupos de mobilização industrial Exército-empresa – motivo da visita dos oficiais – havia sido criticada na coluna do dia 15 de maio: “Este pacto, como se sabe, deu tranquilidade de 1964 a 1974 à operação dita revolucionária, assegurando-se a ordem para a prosperidade das empresas. A diversificação começou a correr em função da irrupção de dificuldades financeiras e de crise econômica na qual ainda estamos mergulhados. O Sr. Luís Eulálio Vidigal era até aqui um líder empresarial comprometido com a abertura. Já agora passou a ser um aliado do Estado Maior das Forças Armadas para o exame conjunto de projetos de desenvolvimento e estudo da hipótese de transformação do parque fabril de São Paulo para eventuais necessidades bélicas.”

Mas não era esse o assunto principal da Coluna do Castello daquele dia. A Abertura Hoje Como Ontem afirmava: “O episódio do Riocentro foi bastante para demonstrar que o General Figueiredo está tão enquadrado pelos comandos militares quanto seus antecessores.” É que, na verdade, o tema da formação dos grupos industriais Exército- empresa foi apenas um dos muitos que, depois de destacados em manchetes ou despercebidos em pequenas notinhas, foram devidamente relacionados não só com o episódio do Riocentro, mas com a história recente do país.

Mais do que informações exclusivas – e com frequência ele as tem –, não é exagerado afirmar que o que se obteve lendo o Castello, diariamente quase, durante aquele mês de maio, foi a consciência do que as bombas do Riocentro iam fazendo com os principais personagens do poder civil e militar do país, com o enredo do processo de abertura democrática.

Dia 3 de maio e antes que praticamente toda a “imprensa alternativa” encontrasse no fato alvo justo para todas as piadas e cartoons, foi Carlos Castello Branco quem, ainda que com bom humor – “Estranho dom de adivinhação tem o General Muniz” era a primeira frase de sua primeira coluna sobre o Riocentro –, em primeiro lugar e melhor apontou no episódio os elementos de um estremecimento daqueles personagens e daquele enredo.

Depois de ressaltar a intensa convivência do secretário de Segurança do Rio de Janeiro com o ministério, Castello relacionou a declaração de Abi-Ackel – “a bomba explodiu no Governo” – a uma passagem histórica: “As palavras do ministro da Justiça trazem o eco de uma conferência de Getúlio Vargas, no dia seguinte ao atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, confidência depois divulgada, de que a bala atirada contra seu adversário ricocheteara e lhe batera no peito.” O comentarista via “felizmente diversas” as situações de 1954 e daqueles dias de maio. Mas advertia: “O Governo está ferido pelos estilhaços das bombas” e “é evidente que o General Secretário, quando falou aos jornais, não sabia de nada. Se ele soubesse de tudo, isso seria muito grave”. No correr dos dias, Castello iria

revelar com mais detalhes o quanto as explosões haviam ricocheteado na figura do Presidente da República e a extensão de seu isolamento no meio militar.

Apenas 5 dias depois das explosões, Castello era novamente talvez o primeiro a afirmar “sem desrespeito ao General-Comandante do I Exército” que não havia “muitas esperanças de que o inquérito policial militar termine por transmitir à opinião pública informações completas sobre a operação no Riocentro”.

Na coluna seguinte (6 de maio) ele comentava o discurso em que o Senador Nilo Coelho havia condenado veementemente as “notas e declarações apressadas” do comandante do I Exército e do secretário de Segurança do Rio e afirmava que o comandante do I Exército – “ele homenageou o sargento morto, absolvendo-o previamente” – já teria tido “tempo bastante para refletir nas suas responsabilidades e aprofundar as investigações”. É que, antecipando o que o presidente diria em discurso um dia depois, Castello achava que “o Palácio do Planalto e a opinião pública não aceitariam investigações políticas”. A observação – ele revelou – era comum “a quantos se reuniam no Rio em torno do ex-presidente Médici, que comemorava com a mulher suas bodas de ouro, cercado por centenas de amigos e tendo a seu lado o ex-presidente Ernesto Geisel e o Presidente Figueiredo”.

No dia 7 de maio, os jornais publicavam o discurso em que, respondendo à solidariedade recebida de entidades empresariais, Figueiredo dizia: “Alguns elementos teimam em não aceitar a pacificação, Teimam em copiar exemplos extrafronteiras. Teimam, porque teima, porque outros argumentos não têm para apresentar, para impingir à nação a ideia de que são capazes de deter o Governo na determinação de normalizar politicamente o país.”

Carlos Castello Branco poderia ter adivinhado o clima que, naquele momento, envolvia o Palácio do Planalto mesmo que não houvesse rumores na comemoração das bodas de ouro do ex-presidente Médici. Jornalista há 43 anos, cobrindo política há 33 e comemorando 20 anos da sua coluna – que, além do Jornal do Brasil, é publicada em dezenas de outros jornais –, ele é o mais antigo profissional credenciado no Congresso e certamente o que mais dispõe de prestígio e fontes, não só políticas.

“Comecei na cobertura política em 1949, pelos contatos mineiros, porque sou mineiro, e me tornei amigo do pessoal do PSD e da UDN, os principais partidos da época em que a Câmara e o Senado eram os centros políticos. Os deputados e senadores tinham grande grau de participação. Os governadores e ministros saíam do Congresso e para lá voltaram depois de findos seus mandatos e gestões. Isso tornava o Congresso a fonte fundamental dos acontecimentos políticos, o que foi verdade durante todo o regime de 46. Os repórteres políticos eram poucos – uns dez mais ou menos – e éramos frequentemente chamados para reuniões informais com o próprio Presidente da República.

Depois de 1964, o poder começou a se transferir gradualmente do Congresso para o Executivo e para os quartéis. Em 1968, com o AI-15, a transferência foi completa, embora o Congresso ainda continuasse a ser um instrumento político importante. Mas veio o recesso parlamentar e continuamos a escrever com muita dificuldade. Até que Costa e Silva adoecesse, ainda havia o vice-presidente Pedro Aleixo, que elaborava uma emenda constitucional para acabar com o AI-15 e era nossa fonte. Mas o presidente adoeceu e Aleixo foi impedido de assumir. Deixei de frequentar o Congresso e passei a fazer contatos dentro daquelas áreas para onde se deslocou o poder político: militares e Executivos. Eu era bem recebido por vários ministros, como o Leitão de Abreu, que comandava a política, e Delfim Neto. Além disso havia fontes militares e todos nos davam indicações das tendências políticas. A unidade militar é uma coisa muito precária. Há correntes mais e menos discretas, mais e menos conformadas e é importante ao comentarista político localizar esses vazamentos. É importante lembrar também que a experiência, o conhecimento contam: em 68 eu já tinha 20 anos de cobertura política.

Em Brasília, naquela época, havia ainda uma facilidade adicional: era uma cidade pequena em que a

gente estava sempre se esbarrando em reuniões sociais, almoços e acabava encontrando pessoas importantes ou até mesmo tendo a oportunidade de uma conversa pessoal com um ministro.

Um pouco mais tarde, a oposição passou a ter certa força, alguma significação no processo político e aí também formamos fontes, fizemos contatos, porque é imprescindível ao repórter político, ao comentarista, a diversificação das fontes de informação. Nestes 20 anos de coluna, tirando os domingos e feriados, devo ter escrito umas 250 por ano, o que significa um total de mais de 5 mil. Só foi possível por esse trabalho de aproximação e afastamento das fontes certas nos momentos certos. E também porque o *Jornal do Brasil* me assegurou sempre a máxima autonomia e prestigiou a resistência nos piores períodos. E olha que eu já fui preso pelo menos umas três vezes.

As colunas de maior repercussão são as dos períodos de crise. São as que têm por base grandes informações, porque, quando há problemas críticos, a coluna é lida por um maior número de pessoas. Foi assim, por exemplo, durante praticamente todo o Governo João Goulart, uma crise de três anos, e foi assim agora com o episódio do Riocentro. Houve, em primeiro lugar, uma cobertura excelente desde os primeiros dias, um trabalho jornalístico de primeira grandeza em que destaque os repórteres do JB, que foram muito bons. A partir do volume de informação recolhido e publicado, criou-se na opinião pública uma consciência do que tinha havido, através de indícios muito fortes. Ao mesmo tempo, havia, também desde cedo, a expectativa de que o Exército não quisesse ou não tivesse condições de revelar até o fundo o que acontecera. O meu trabalho se baseou em obter informações supletivas que analisassem o que havia sido apurado pela reportagem, para tornar mais ostensivas e mais ditas as evidências a partir da apuração dos fatos.

A repercussão da coluna foi muito grande. Recebi cartas, muitos telefonemas, telegramas entusiasmados, que não é aconselhável se publicar, porque são elogios. Recebi também, é claro, muitas reclamações, a maioria em cartas anônimas. Isso sempre acontece quando a matéria-prima é o fato. E fatos são sempre publicados. Análises e repercussões dependem de quem é a fonte e da maneira que a fonte coloca a informação. Escrevo com segurança sobre as duas coisas – fonte e conteúdo – e isso assegura antecipações acertadas.

Antes de o Presidente Figueiredo vir ao Rio, por exemplo, quando da festa das bodas de ouro do ex-presidente Médici, ele teve uma reunião com o General Otávio Aguiar Medeiros, chefe do SNI, e com o General Danilo Venturini, chefe da Casa Militar. O Medeiros representava a opinião da comunidade de informações e o Venturini, a do Exército. Nesse encontro, ficou decidido que o caso deveria ser entregue ao I Exército e que não se ia puxar o fio da meada. Se o assunto fosse investigado em profundidade poderia envolver oficiais de maior nível, muitos na reserva, mas até coronéis em serviço ativo. A apuração seria restrita ao fato em si. Quando o Presidente Figueiredo desceu na base aérea, encontrou o General Gentil Marcondes lhe esperando e comunicou-lhe a decisão de entregar o caso ao I Exército. A conversa foi fria e rápida, porque o presidente não queria falar muito na presença do Governador do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, que também o esperava na base. No dia seguinte, eu soube que o Sarney andava à cata de informações sobre como seguiria o episódio Riocentro. Ele encontrou-se com um general, que lhe disse: leia a Coluna do Castello que ele está antecipando tudo o que vai acontecer. O que eu dizia era que dificilmente o Inquérito Policial Militar chegaria a apontar toda a extensão do episódio. Era dia 5 de maio.

Ainda nesse período, houve uma outra coluna que irritou muito os personagens envolvidos, mas era rigorosamente autêntica e baseada em uma carta que o Guilherme Figueiredo leu para um amigo comum.”
(Carlos Castello Branco, colunista do *Jornal do Brasil*)

Carlos Castello Branco morreu aos 76 anos, em 1º de junho de 1993, de infarto. Foi um dos mais

brilhantes, bem-informados e prestigiados colunistas políticos da história do Brasil, tendo exercido a profissão ao longo do governo de 13 Presidentes da República e da vigência de três Constituições.

Os personagens irritados eram, além de Guilherme Figueiredo, seus irmãos João, Diogo e Euclides, respectivamente, Presidente da República, comandante da Escola de Comando e Estado Maior e comandante da Vila Militar. Dia 23 de maio, a coluna A família Figueiredo começava assim: “Noticiou-se que o Presidente da República teria sido notificado por seus dois irmãos generais de que, na hipótese de conflito entre o Palácio do Planalto e o Exército, eles ficariam com o Exército.” Nela, Castello conta ainda algumas rugas internas, antigas, íntimas, embora envolvendo assunto e cargos públicos: “O General Euclides, quando coronel, serviu no Palácio do Planalto e seu irmão João era o Chefe do Gabinete Militar. Um dia, Euclides pediu ao então Coronel Octávio Costa, diretor da AERP, que admitisse no seu serviço como estagiário um filho dele que fazia curso de comunicação. Costa atendeu imediatamente ao pedido, mas quando o General Chefe da Casa Militar soube do que se passara determinou ao Coronel que excluísse o sobrinho da lista de estagiários de relações públicas.”

Poucos dias mais tarde, Castello publicava a versão do agora General Octávio Costa. Não chegava a ser um desmentido; retificava cargos e cursos do contratado/demitido. Não importava. O que importava era que, pela coluna, Castello estava cumprindo a proposição de tornar mais ostensivas, mais ditas, algumas tendências. E essa não era pouco importante: era a tendência ao isolamento tão profundo do general presidente em seu meio militar.

Muito antes do dia 23, esse fora o tema de várias das colunas em que Castello comentou o Riocentro. Depois da do dia 5 de maio, recomendada por um general como leitura didática ao Senador Sarney, uma série seguia os passos da que no dia seguinte, corrigindo o Senador Nilo Coelho, via no presidente o homem-chave, e não no Capitão Wilson, para esclarecer as explosões. A confiança – “o presidente tem experiência e discernimento para ler e entender o que lhe for entregue”, 8 de maio – e a expectativa – “o que ninguém quer é um presidente atingido por bombas ou manietado na sua tentativa de expor a verdade à nação” – 9 de maio – duram pouco. Se desde o princípio notava-se que Castello refletia em seus escritos, de um lado, a consciência de que o IPM dificilmente seria “extremamente” revelador e, de outro, a ansiedade com que o conjunto da classe política e parcela do meio militar – as fontes confessas do comentarista – aguardavam uma atitude do presidente, dia 10 de maio reduzia-se em muito a angústia dessa espera. Castello anunciava O Reverso de Brasília : “O reverso da reunião de Brasília (reunião entre representantes de todos os partidos políticos para prestar apoio ao presidente na apuração das explosões) poderá ser uma reunião sagrada dos remanescentes bolsões, ‘sinceros mas radicais’, de que falava o General Ernesto Geisel e que, em certos momentos, sentiram sobre os ombros a mão pesada do ex-presidente. O General Figueiredo fala grosso mas suas mãos ainda não baixou sobre qualquer opositor da política da abertura e não será neste momento, depois que ele uniu a Nação, que irá cometer novas imprudências. Até novembro, o Chefe do Governo estará vinculado a constrangimentos na convivência com os companheiros que o ajudaram na carreira ou que o auxiliaram a chegar à Presidência da República. Até aquela data, basta que ele permaneça fiel ao seu juramento e espere que a irreversibilidade dos acontecimentos fortaleça sua posição e o passar do tempo elimine as pressões morais.”

No dia 13 de maio, Castello sentenciava ainda mais claramente qual seria o resultado da dicotomia em que se encontrava o Presidente da República: Não se puxará o fio da meada. E, de acordo com explicações que recebera de fontes militares, dizia que a decisão do Governo seria a de preservar seu prestígio tendo em vista a “opinião interna”. A “opinião externa” seria outro problema “a ser tratado no correr dos tempos”.

O condicionamento do processo de abertura política à concordância das Forças Armadas era ainda tema das colunas de 14 e 16 de maio. A coluna do dia 17 analisava a decisão do presidente em não conceder entrevistas à imprensa durante sua viagem à Alemanha. Ao mesmo tempo em que lembrava que “não é estilo do General João Figueiredo calar a boca”, Castello discordava de opinião recente do General Ferreira Marques, que estava assumindo a chefia do Estado Maior do Exército e concluía: “O presidente não está em condições de levar a abertura democrática às últimas consequências.”

Mais do que o desagrado, o impasse que a situação impingia ao país também esteve presente. “Em 1968 tudo era claro. Agora tudo é obscuro, inclusive a margem de riscos que é imprevisível.” Eram as primeiras frases da coluna do dia 20 de maio. O tema era a substituição do encarregado do IPM sobre as explosões no Riocentro: “O Coronel Prado Ribeiro, apresentado como um profissional competente, desvinculado de questões políticas, afastou-se da chefia do IPM por motivos de saúde que serão apurados.” O Exército toma a iniciativa de deixar dúvidas sobre as razões do afastamento do coronel. A partir daí todas as especulações são legítimas. Senão vejamos. 1) O coronel pode realmente ter tido problemas de saúde que o impediam de desincumbir-se da missão. 2) O coronel pode ter alegado o mesmo motivo para não chefiar o IPM por não querer realizá-lo, em solidariedade para com companheiros. 3) O coronel pode ter sido induzido a afastar-se por estar indo além da medida dentro da qual devem situar-se os fatos. Qual a versão verdadeira, jamais a saberemos enquanto vivermos sob este regime. O coronel foi substituído por outro oficial de igual patente, atualmente na chefia de relações públicas, a quem se atribui ter orientado o desmentido da TV Globo sobre a existência da misteriosa segunda bomba.

Dias mais tarde, os jornais noticiavam que o Coronel Prado ficaria internado durante 30 dias no Hospital Central do Exército. Ainda na coluna do dia 20, Castello havia afirmado: “Assim como a segunda bomba, a expectativa da verdade desapareceu no horizonte.”

Outras expectativas – e até mesmo a da renúncia do Presidente da República – permaneciam no ar. No dia 28 de maio, Castello lembrava, depois de mencionar a troca de confidências entre o Presidente Viola e o Presidente Figueiredo, nas reuniões que tiveram em Passo de Los Libres e Uruguaiana (poucos dias antes), relacionadas com as “dificuldades internas que ambos atravessam para conduzir seus respectivos países a uma abertura política”, um diálogo ocorrido há quase 20 anos. Era o diálogo entre os ex-presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros: “A certa altura o primeiro disse para o segundo que tinha a impressão de que ambos os Governos, o da Argentina e o do Brasil, eram instáveis, acrescentando que dificilmente chegariam ambos ao fim do ano. Em agosto, Quadros renunciou e alguns meses depois Frondizi foi deposto.”

Embora informasse existir uma versão de que o Presidente Figueiredo teria aludido já à hipótese de “deixar tudo isso e chamar o Pires para governar”, Castello dizia que, de acordo com a expectativa ministerial, o desfecho não seria de recuo: “O presidente está com a voz embargada pela emoção. Daí o seu silêncio, não, não a sua conformidade.”

A conformidade aí não se referia à apuração do episódio Riocentro. Com o desaparecimento da verdade no horizonte, o presidente estava já conformado. O que estava em jogo era a continuidade ou não do processo de abertura política. Dia 29 de maio, Castello traçava o quadro: “Ainda as bombas do Riocentro. Qual o outro tema? A nação está intranquila, o Congresso e os partidos estão isolados e o Palácio do Planalto fechou-se em copas. É claro que o Governo continua a operar administrativamente como sempre o fez nesses longos anos de predomínio militar, mas opera como uma entidade ensimesmada e distante, tomando decisões que, mostrando o atraso do programa de abertura, não refletem senão opções do pequeno grupo que tomou a si governar o Brasil.”

Castello assegurava que o presidente não havia desistido do projeto, mas questionava já sua qualidade:

“O que se discute é até que ponto o projeto permitirá a límpida apuração da vontade popular, pois os indícios são de adoção de salvaguardas para assegurar o predomínio do partido governista, evitar a entrega de alguns estados à oposição e manter a maioria do Congresso, indispensável para frustrar uma nova etapa da liberalização que seria a convocação de eleição direta para Presidente da República em 1984.” As bombas do Riocentro haviam antecipado o confronto entre grupos radicais e o Governo em relação ao projeto, era o que em síntese a coluna comentava.

Apenas dois dias depois, o comentarista político previa que o resultado desse confronto não seria traumatizante, mas não seria também desejado um passo à frente em direção à democracia mais concreta: “Para preservar a unidade, o Marechal Castello Branco assinou o Ato 2 e concordou em passar o Governo ao Marechal Costa e Silva que, por sua vez com o mesmo objetivo, teve de assinar o Ato 5. O General Geisel reacomodou a unidade a seu próprio modo, eliminando as dissidências ocasionais. O General Figueiredo, diante de um fato que inicialmente parecia dramático, sem abandonar seu projeto de abertura, tomou como base dele a solidariedade e o apoio das Forças Armadas e foi por isso que o vice-presidente Aureliano Chaves formulou com felicidade a ideia de que a abertura passa pela unidade militar. Sem o consenso dos generais, nada feito. Os generais consentem, mas no episódio havia ou há decisões a preservar, como, por exemplo, a de que, em função da anistia e da liberdade de imprensa, nenhum militar se sentará no banco dos réus.”

Se era por um lado tranquilizador, o desfecho – e Castello assegurava que o presidente não recorreria a medida de exceção – era também revelador da fraqueza do conjunto da sociedade civil ante a entidade abstrata mas não poderosa da unidade militar: “O poder de reação civil, quando os comandos se entendem, é extremamente limitado, tanto mais quanto há no horizonte a esperança de eleições e de melhoria do pacto político. Os políticos vivem de esperanças e a convocação das eleições atende ao principal.” A coluna terminava afirmando que o Governo ganhara a batalha e que as regras do jogo não seriam antecipadas e nem modificadas, “mesmo que novas bombas explodam em locais em que se reúnem liberais ou esquerdistas de variados matizes”.

A primeira frase do comentarista neste dia era “vai-se relaxando a curiosidade pelo que se passará no país depois do episódio do Riocentro”. E o título da coluna, O Riocentro Fora de Pauta.

Caso secreto: uma história apurada e publicada

A bomba que explodiu no colo do Sargento Guilherme Pereira do Rosário estava numa bolsa de couro sintético, dessas normalmente utilizadas a tiracolo, e acondicionada numa lata de óleo de automóvel. A bomba era de TNT (trinitrotolueno); o mecanismo detonador, um relógio que acionava o circuito elétrico. A explosão não ocorreu nem no chão do carro nem entre a porta e o banco, como demonstram o estado do corpo do sargento e os ferimentos do capitão. É praticamente impossível que a bomba estivesse sendo desarmada pelos militares por não haver espaço, segurança, iluminação e aparelhagem específica para a operação.

A ordem para que fosse suspenso o reforço policial pedido pela direção do Riocentro para o show de 1º de maio partiu do comandante-geral da Polícia Militar, Coronel Nilton Cerqueira. De Brasília, na tarde do dia 30 de abril, ele telefonou ao chefe do Estado Maior da Polícia Militar, Coronel Fernando Antônio Plott, determinando que não fosse enviado o choque pedido pelo Riocentro. O Coronel Plott, num bilhete manuscrito, comunicou a decisão ao Major Ayrton Sotto-Maior Quaresma, integrante do Estado Maior, que anotou a ordem no livro de registros e transmitiu-a ao oficial de plantão no 18º Batalhão, Tenente Cirillo. O Tenente Cirillo igualmente anotou a ordem no livro de registros. Naquele momento, o 18º Batalhão ainda estava sem comandante, pois o Coronel Sebastião Faria de Paulo havia sido punido e o novo comandante, Ille Marlen, ainda não havia assumido.

Quem leu os dois “furos” em O Estado de São Paulo – A Bomba Estava Numa Bolsa de Couro, página 24, edição de 31 de maio, e Comandante Cancelou o Policiamento, página 22, edição domingo seguinte, 7 de junho de 1981 – poderia dizer que, dependendo de informação, o IPM sobre as explosões no Riocentro estaria concluído. As duas matérias praticamente em tudo, nos menores detalhes.

Um repórter tresnoitado – “nesses 37 dias dormi no máximo umas 4 horas por noite” – recolhera todas aquelas informações.

“A gente só consegue investigar as coisas porque há pessoas que anonimamente nos dão informações. Anonimamente porque vivemos no país do off, filho da Censura e do medo que, dizendo a verdade, as pessoas têm de perder seus cargos, sua posição. Lamento não pode dizer o nome delas porque são mais importantes do que eu. Se não fossem elas, eu não seria repórter. Todas essas pessoas são anticomunistas, militares e policiais, mas são também antifascistas e não aceitam bombas, venham de onde vierem. Algumas eu já conhecia, da época em que cobri, diariamente, a campanha do General Euler Bentes à Presidência da República. Outras, não. Eu conhecia das minhas coberturas como repórter de polícia, ao longo dos meus nove anos de profissão. Outras, ainda, eu conheci agora, com a recomendação de antigas fontes.

Durante toda a cobertura, eu tomei dois cuidados. O primeiro era checar exaustivamente tudo que apurava e essa era uma exigência também do Rui (Rui Portilho, subsecretário da sucursal do Rio de Janeiro de O Estado de São Paulo). A informação de que a bomba estava numa bolsa, por exemplo, eu tive 11 dias antes de publicá-la e fiquei todo esse tempo checando, confirmando, até ter a certeza mais absoluta possível. Outro cuidado é o seguinte: quando você trabalha com off, principalmente na área militar e na política, você corre o risco de ser usado. Cabe ao repórter analisar a importância do que lhe é dito e também as razões por que é dito. Se eu sentir que uma informação me foi passada por interesses pessoais do grupo que congrega aquela fonte, simplesmente não escrevo. Agora, as inimizades políticas servem muito bem nessa hora. Por causa delas, também, as informações surgem. Aí você checa bem checado e, se for verdadeira, publica. A disposição das fontes e também essa oposição, essa briga às

vezes entre as fontes e o Poder, foi o que tornou possível, ao lado do trabalho dos jornalistas, e sobrevivência desse caso 40 dias nas páginas, num país onde a maior das catástrofes, pelo menos jornalisticamente, não dura mais de três dias.

Não sou daqueles que acha que o jornalista deve ser detetive. Não podemos confundir a nossa função com a da polícia. Mas um jornalista tem obrigação de investigar qualquer fato, ainda mais quando tentam impor versões. Acho que a imprensa cumpriu seu papel. Um caso pode ter muitas versões, mas verdade só existe uma.”

(Antero Luiz, repórter da sucursal Rio de Janeiro de O Estado de São Paulo)

Antero Luiz saiu de O Estado de São Paulo demitido em um programa de contenção de despesas, pouco depois de receber o Prêmio Esso de Reportagem. Contratado como repórter pelo Jornal do Brasil, foi o responsável – junto com o repórter Heraldo Dias – por outra cobertura que ficou famosa, a do caso Proconsult, que contava a tentativa de fraude na eleição de Brizola ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou também como Assessor de Comunicação Social da Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro (gestão Marcelo Alencar). Em seguida, como subeditor de O Globo. Em 1999, já havia se tornado advogado, profissão que exerce no Rio de Janeiro.

*“Eu sempre quis ser advogado e, quando a ditadura começou a acabar, o jornalismo ficou menos atraente – vi que ia começar a ter que cobrir buraco na esquina. Mas a gente sempre vai gostar de ser repórter. Uma das matérias de que mais gostei, fiz já formado em advocacia, por volta de 1993, para o jornal da OAB, sobre o advogado Tancredo Neves. Fui a São João Del Rey, pesquisei e escrevi com muito prazer. De lá pra cá, de vez em quando alguém me procura para falar sobre o Riocentro, sobre como eu e o Maurício Menezes (na época também repórter de **O Estado de São Paulo**) levamos a porta do Puma para casa e depois entregamos para o Roberto Villarinho, perito e então diretor da polícia técnica do Rio, para verificarmos os resíduos da bomba. Na verdade, me perguntam mais sobre isso do que sobre o Prêmio Esso.*

*Um dado interessante, do ponto de vista da profissão, que aconteceu durante a cobertura e que demonstra bem em que circunstâncias políticas nós trabalhávamos, foi a formação de uma espécie de pool. Alguns repórteres, entre eles o Heraldo Dias, o Fritz Utzeri e o Antônio Carlos Fon, além de mim, firmaram um pacto que servia, ao mesmo tempo, como uma forma de autoproteção e, principalmente, ao nosso objetivo maior que era publicar o máximo de verdade possível. A coisa funcionava da seguinte maneira: se eu não conseguir publicar a informação, por qualquer tipo de censura ou falta de oportunidade ou interesse do veículo em que eu trabalho, eu passo para o meu colega. Para usar até um termo de que os militares gostam, nós tínhamos uma missão, que era muito maior do que a vaidade pessoal. Quem me deu a pista sobre o telefonema suspendendo o policiamento no dia das explosões foi o Haroldo Machado, que era da **Isto É** e também prestava serviços para a **Rede Globo**. Outro exemplo dessa união dos jornalistas, desse desprendimento em relação a disputas pessoais, de que eu me lembro com muito carinho, foi o modo como toda a redação do Estadão me indicou para receber sozinho o Prêmio Esso que na verdade não era só meu, tinha a participação de Tarcísio Salta, Domingos Meirelles, Cláudio Lacerda, Rui Portilho, João Zacarias, Antônio Cunha, Ana Lagoa, Johnson – não me lembro do sobrenome, dos nomes de todos na redação – mas, enfim, a cobertura era o resultado de uma enorme participação solidária e missionária de todos os jornalistas de uma sucursal, com exceção de dois ou três que, infelizmente, não tinham os mesmos interesses. Na época, nós publicamos tudo. Não estou desmerecendo o trabalho atual dos colegas de **O Globo**, mas a*

*verdade foi apurada e publicada em 1981. O que importa é que o jornalismo ajude a desvendar os casos obscuros, como o próprio **O Globo** fez recentemente com a série sobre a história dos guerrilheiros no Araguaia. Nisso, as matérias atuais sobre o Riocentro podem ajudar.*

Quanto à reabertura jurídica do caso, é claro que sou a favor, mas este inquérito está me parecendo pior do que o outro. O que interessa não é mais a punição porque, afinal, estamos diante de uma longa fila de homens mortos. O que interessa é que a conclusão possa mostrar que os responsáveis pelo Riocentro infringiram a coisa mais sagrada para as Forças Armadas que é o respeito à hierarquia e à disciplina. Dentro dos DOI-Codis e dos outros órgãos do aparelho repressor, existiam esses caras que queriam manter o poder baseados em uma abstração que era a caça aos comunistas. Eles acabaram criando uma grande mácula, principalmente para o Exército. A força cio novo inquérito deveria ser a de separar disso o conjunto das Forças Armadas que não sabia o que acontecia nos porões que eles mesmos criaram. Além, é claro, de servir como um alerta para as novas gerações. Não tenho motivos para duvidar da honestidade do general Conforto, mas tenho medo que ele acabe produzindo uma investigação confortável. Reiterando o que eu disse no meu depoimento para o livro naquela época, a verdade tem que se sobrepor às versões.”

Antero Luiz

Outubro de 1999

Versões houve, desde o 1º dia de maio, desde a primeira e extensa entrevista do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, General Waldyr Muniz. Verdade houve também, procurada desde o primeiro dia, em cada momento da cobertura da imprensa, única fonte de informações detalhadas, já que todas as autoridades, em qualquer área, restringiam-se a afirmar que aguardavam o final do Inquérito Policial Militar para se pronunciar oficialmente. Hipóteses foram levantadas praticamente por todos os jornais e revistas. A revista Isso É, nº 299, edição de 15 de maio, já havia dito que a bomba era relógio e sua carga explosiva de trotil. A partir dessa informação, num pequeno box, na página 21, um caso antigo pormenorizava uma possibilidade: “A bomba é montada com um relógio parado por falta de corda. Ela é provida de um detonador elétrico, cujo circuito é fechado por um dos ponteiros do relógio. Quando a bomba vai ser colocada, o terrorista dá corda e o ponteiro começa a mover-se em direção ao ponto que provocará a explosão. Nesse momento, qualquer erro é fatal: o homem sentado ao lado do motorista tinha a bomba sobre o colo e se preparava para ativá-la, dando corda ao relógio.

Seu erro – esta é a hipótese considerada mais provável – foi ter esquecido de cortar as unhas naquela semana. Ao pegar o pino para dar corda no relógio, sua unha escorregou e levantou o pino. Por isso, ao girá-lo, ele não estava dando corda ao relógio, mas adiantando o seu ponteiro. Na penumbra do automóvel, não deu para perceber isso, e o ponteiro chegou ao ponto do disparo.

O homem que manipulava a bomba morreu instantaneamente, as pernas, as mãos e o ventre estilhaçados pela explosão. Seu companheiro, o motorista, com ferimentos no braço direito e no ventre, ainda conseguiu abrir a porta do automóvel – que circulava com chapas falsas – e descer pedindo por socorro. Aconteceu em setembro de 1969, na Rua da Consolação, em São Paulo. O carro era um Volkswagen e os dois homens – Ishiro Nagami e Sérgio Correa de Sá – foram identificados pelo DOI-Codi como terroristas da Ação Libertadora Nacional. Ambos morreram.”

Antônio Carlos Fon, jornalista há 15 anos, é o dono da boa memória. O box, mais um exemplo da cautela em só afirmar, categoricamente, o que fosse possível provar.

“Assim que tivemos conhecimento da bomba – recebemos a informação em São Paulo por volta das 22h30min daquela quinta-feira, 30 de abril –, me chamaram para cobrir o caso. É que eu, de certa forma, sou considerado especialista neste tipo de matéria. No Jornal da Tarde, cobri todo o processo de

formação do Esquadrão da Morte em São Paulo e toda a guerrilha urbana, desde seu surgimento até ser desbaratada. Fiz, também, muitas matérias na Veja sobre tortura, que acabaram sendo transformadas em livro (Tortura, as História da Repressão Política no Brasil) que me valeu um processo do ministro do Exército em 1979. E, no ano seguinte, eu iria descobrir em Goiás os cadáveres de um rapaz e de uma moça assassinados pela repressão e enterrados no meio do mato. Foi então por causa dessa experiência que entrei no Caso Riocentro. Fui para o Rio na segunda-feira, 4 de maio, e logo em meus primeiros dias de cobertura, conversando com um perito, soube que a bomba que havia explodido no Puma era uma bomba-relógio. Como eu já tinha algum conhecimento de bomba,, eu sabia que não se joga bomba com mecanismo de tempo, quer dizer, não se atira uma bomba-relógio como se fosse uma granada. Ela é colocada, para dar tempo ao terrorista de fugir antes da explosão. A partir desse dado, então, ficou para mim a indicação de que a bomba estava sendo carregada pelo sargento. Agora, como é que ela explodiu? Eu sabia que se tivesse havido um acidente não seria pelo fato do sargento não ter percebido que estava próximo da explosão, já que os próprios ponteiros do relógio indicam o seu momento exato. Foi com essa pergunta – como a bomba explodiu? – que me lembrei da explosão do Volks em São Paulo, em setembro de 1969.

Eu cobri aquele caso, mas não sabia exatamente como a bomba havia explodido. Sabia apenas que era uma bomba-relógio também e que acontecera um acidente. Procurei me informar, fui conversar com os mesmos peritos que haviam acompanhado aquele caso, mais de dez anos atrás. Falei também com alguns sobreviventes da guerrilha e perguntei o que havia acontecido. Eles – os peritos e os sobreviventes – me disseram aquilo que está na matéria: que a bomba-relógio tinha explodido muito provavelmente quando se ia montar o mecanismo de tempo. Conversei com os peritos de São Paulo, que eram da política, e depois, no Rio, com peritos militares, e eles acreditavam que isso, esse mesmo tipo de falha, teria ocorrido também com o Sargento Rosário. Mesmo assim, era uma coisa que eu não tinha como afirmar. Então contei só a história de São Paulo, mas acho que fica mais ou menos claro na matéria que foi o que, também muito provavelmente, aconteceu lá no Puma.”

(Antônio Carlos Fon, repórter da revista Isto É)

Antônio Carlos Fon, depois da Isto É, trabalhou na revista Quatro Rodas. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do estado de São Paulo. Trabalhou também na Editora Abril e no jornal Correio Braziliense. Hoje aposentado, faz trabalhos jornalísticos como autônomo e através de sua empresa de assessoria de imprensa a Santa Fon e Associados. Escreve livros, sendo o mais recente “Massacre” (edição do Conselho Indigenista Missionário publicada pela Loyola), em que atuou como *ghost writer* do autor, padre Silvano Sabatini. Quando não estava envolvido na pesquisa e no relato de histórias emocionantes como a deste livro – que conta uma história do tempo da ditadura, em que uma nação inteira foi dizimada no Brasil com uso até de armas químicas –, Fon cuidava do Scuba, seu bar à beira-mar em Peruíbe, litoral sul de São Paulo. Como ele mesmo dizia, ali, no “boteco”, estava realizando um sonho que acomete a maioria dos jornalistas, principalmente na hora do fechamento...

Como profissional, tenho uma lembrança engraçada: perdi o prêmio Esso para um colega do ‘Estadão’. Nós dois pegamos o laudo microscópico do sargento no mesmo dia e na mesma hora. Eu trabalhava em revista semanal e eu tentei ludibriá-lo dizendo ‘não somos concorrentes, sou revista semanal; publicamos juntos no sábado’, quer dizer, tentei fazer um acordo. Isso foi numa terça-feira. Ele, muito malandro, muito repórter, muito jornalista – acho essa história sensacional – segurou e não publicou nem quarta nem quinta. Publicou na sexta – e ganhou o prêmio. Tenho a maior admiração

por esse cara (Antero Luiz, repórter de O Estado de São Paulo), o maior respeito profissional por ele, porque eu estava tentando enganá-lo e ele me passou a perna...

Como cidadão o que mais me espanta é ter levado 18 anos para acontecer essa reabertura do caso. Eu estava na plateia quando o Cel. Job Lorena de Sant'Anna fez a sua entrevista coletiva para apresentação da conclusão do IPM. Todo mundo ria às gargalhadas, porque ele falava e dizia o contrário do laudo e do que a fotografia mostrava. A famosa genitália do sargento completamente dilacerada e ele dizia: 'se a bomba tivesse explodido no colo, a genitália estaria dilacerada'. E mostrava com a varinha a genitália dilacerada. Também tem que ser ressaltado que o caso foi reaberto de novo por causa da imprensa. Foi O Globo que provocou a reabertura.

Como profissional e como cidadão me sinto melhor com a reabertura da investigação. A gente ria, é verdade, mas foi uma frustração muito grande. Não foi só quem ganhou prêmio, foi a imprensa toda. Todo mundo fez um trabalho tão fantástico, teve uma participação tão digna e tão eficiente que, apesar das gargalhadas, a gente saiu muito frustrado. Foi muito cinismo. A reabertura hoje me deixa muito satisfeito. É, depois de 18 anos, ver que teu trabalho – não o trabalho pessoal, mas o trabalho dos jornalistas – valeu para alguma coisa. A imprensa fez um trabalho fantástico que o cinismo do Job – e do Exército de uma forma geral – não permitiu que fosse devidamente apreciado pelo país.”

Antônio Carlos Fon

Outubro de 1999

Depois de mais de um mês de várias outras matérias como estas do “Estadão” e da Isto É, havia indicações suficientes para se apontar, com razoável margem de acerto, o que havia acontecido naquela noite de 30 de abril no Riocentro. As três hipóteses levantadas com tanta clareza de raciocínio já na edição de sábado, 2 de maio, do Jornal do Brasil, tinham sido esmiuçadas. Mas antes que qualquer editorial, artigo ou reportagem se manifestasse, o Deputado Federal Erasmo Dias foi conclusivo. Erasmo Admite Hipótese de Bomba no Riocentro ter Explodido ao ser Montada era o título da matéria que relatava, no Jornal do Brasil de quarta-feira, 3 de junho, a sua entrevista: “O Deputado Federal Erasmo Dias (PDS-SP), coronel reformado e ex-secretário de Segurança de São Paulo, afirmou que a hipótese mais provável no Caso Riocentro é que o Capitão Wilson Luís Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário “estivessem montando a bomba dentro do Puma e, por um descuido, ela tenha explodido, ou seja, eles acabaram se vitimando a si próprios”. A hipótese menos provável, para o parlamentar paulista, é que alguém, que não os dois militares, tenha colocado a bomba dentro do Puma: “Para isso seria preciso uma ardileza extrema, uma capacidade de ação excepcional, numa operação muito bem montada, de difícil execução.”

Erasmo Dias afirmou que o IPM não acobertará fatos e que a eventual constatação de que os dois militares são réus não gerará uma crise militar: “As Forças Armadas querem a verdade e não a esconderão da nação”, acrescentou. O ex-secretário de Segurança, que veio de Porto Alegre para uma palestra na Assembleia Legislativa sobre criminalidade, deu a entrevista no Aeroporto Salgado Filho. No dia seguinte, pela primeira vez na história dessa cobertura, um jornal disse com todas as letras que o Caso Riocentro estava encerrado.

IPM Conclui: Capitão da Bomba é Inocente. A manchete ocupava todo o alto da primeira página da Última Hora. A chamada dizia: “O colunista Adirson de Barros revela que o IPM que apura a explosão de bombas no Riocentro já conclui pela inocência do Capitão Wilson Machado, ferido na ocasião. Portavoz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, desmentiu que as conclusões do inquérito devam ser sigilosas.” A coluna de Adirson de Barros afirmava: “1) Altas fontes militares informaram a esta coluna que os responsáveis pelo IPM do I Exército já concluíram pela inocência do Capitão Wilson Machado e de seu

companheiro de missão, o sargento, do ato terrorista do Riocentro. 2) Os fatos revelados pelo Capitão Machado nos seus depoimentos foram totalmente confirmados nas sindicâncias realizadas pelo I Exército e as informações por ele prestadas no IPM foram amplamente investigadas, não havendo, assim, nenhum elemento de convicção que possa imputar ao capitão e ao sargento morto a responsabilidade pelas explosões no Riocentro. Ao contrário: os fatos apurados levam à certeza de que o capitão e o sargento foram vítimas da violência. 3) No momento e tendo em vista a conclusão de que o capitão e o sargento foram vítimas do atentado terrorista, o IPM aprofunda suas investigações a outras áreas e percorre novas pistas que poderão conduzir aos responsáveis pelas explosões. Mas até agora não há sinais de identificação dos culpados. 4) Ante as imensas dificuldades para a apuração do atentado do Riocentro, as autoridades responsáveis vão solicitar a prorrogação do prazo do IPM. 5) As mesmas fontes asseguram que o Tenente-Coronel Nivaldo Oliveira Dias, politicamente ligado ao grupo que promoveu a candidatura do General Euler Bentes à sucessão presidencial, está sendo usado por grupos de oposição para tumultuar o país com objetivos já identificados. O Tenente-Coronel Nivaldo, considerado nas áreas militares uma pessoa inteligente e profissionalmente capacitada, é, contudo, politicamente confuso e tido como um criador de casos. Sua nota à imprensa, concluindo pela responsabilidade do capitão e do sargento pelo atentado terrorista, é, segundo fontes militares, um atestado de seu desprezo político e de seu envolvimento por grupos de oposição ao regime. 6) Confirmando informação publicada há tempo nesta coluna: os órgãos de informações e segurança estão fortemente infiltrados de elementos comunistas e este fato talvez explique o atentado terrorista do Riocentro.”

Adirson de Barros pode se vangloriar de ser um colunista muito bem informado. Dia 30 de junho, quase 60 jornalistas – convocados pelo I Exército para uma estranha entrevista coletiva onde eram formalmente proibidas as perguntas – conheceram as conclusões do Inquérito Policial Militar sobre as explosões no Riocentro, relatadas pessoalmente por seu encarregado, o coronel Job Lorena de Sant’Anna. Tudo que havia sido visto, fotografado, apurado, ouvido, escrito, televisionado e irradiado naqueles dois meses estava errado. Adirson de Barros, não. Maior mérito em antecipações, só o do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, General Waldyr Muniz, que, já no dia 1º de maio, anunciava em detalhes o que o IPM concluiria.

O Coronel Job de Sant’Anna falou durante pouco menos de uma hora e meia aos jornalistas credenciados no I Exército. Numa sala às escuras – para que melhor fossem vistos os slides que ia projetando à medida em que explicava o que acontecera oficialmente naquela noite de 30 de abril – ele desmentiu oito versões, detalhou o conteúdo do relatório do IPM, inocentou de qualquer responsabilidade pelas explosões o Capitão Wilson Luís Chaves Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário, levantou suspeitas de que os militares tenham sido vítimas de grupos de esquerda, mas conclui sua exposição informando que o IPM estava encerrado sem que fosse possível identificar qualquer culpado.

“Versões desmentidas: As investigações permitiram que fossem destruídas certas versões fantasiosas. A primeira delas: o sargento levava a bomba no colo. Se assim fora, o capitão que viajava ao seu lado teria recebido ferimentos mortais. Não foi o que aconteceu. Pelo contrário: o posicionamento deve ter sido esse (aponta para o desenho projetado), uma vez a localização dos ferimentos na barriga à direita; quatro no braço esquerdo; um no dorso da mão direita; um no mínimo da mão direita e poucas escoriações no ombro direito do capitão indicam bem que o corpo do sargento bloqueou a maior parte dos estilhaços que, de outra maneira, teriam atingido mortalmente o capitão.

... A segunda prova, também de natureza técnica: a genitália do sargento, se a bomba tivesse explodido no seu colo, teria sido destruída. Entretanto, o exame médico legal constatou que o pênis do sargento estava preservado, o que não seria possível se a bomba tivesse explodido no colo dele.

... Segunda versão: o sargento regulava a bomba colocada sobre sua perna ou joelho quando

acidentalmente ela explodiu. Não é verdade. Prova: se tal tivesse ocorrido, estaria o sargento com o rosto voltado para baixo, olhando a regulagem e assim, tendo havido uma explosão tão próxima, teria tido o rosto dilacerado.

... A perícia indica por outro lado que, quando a bomba explodiu, estava envolta em jornal, plástico e dentro de uma bolsa, o que não sugere regulagens posteriores ao acondicionamento. Quando da explosão, o carro estava em movimento, saindo de uma vaga. Não seria crível admitir que regulagens fossem feitas dentro de um carro em movimento.

Terceira versão: o sargento segurava a bomba nas mãos. Esta terceira versão é combatida pelos mesmos argumentos da que dizia que o sargento carregava a bomba no colo. E mais: a prova de que o sargento não empolgava o volume que continha a bomba é a de que o polegar da mão direita ficou preservado.

... Quarta versão: havia duas, três ou mais bombas dentro do carro. Não é verdade. Provas: foi apurado que durante os primeiros momentos, logo após o evento, houve atrito entre os poucos policiais que tentavam garantir o isolamento do local e jornalistas e fotógrafos mais ousados, com ameaças de lado a lado. Temos também testemunhas insuspeitas, inclusive a jovem que transportou o capitão ferido ao hospital. Testemunhas essas que declaram que alguns elementos da Secretaria de Segurança, tentando afastar os primeiros curiosos que chegavam, gritavam que havia risco de outras explosões. Isso possivelmente deu margem à versão das duas, três ou várias bombas. Mas a verdade é que só havia uma bomba dentro do carro: foi a que explodiu. E isso é o constante do laudo do local de explosão, feito pelo Departamento Geral de Investigações Especiais.

Mais uma versão desenvolvida: o carro não era do capitão. As investigações provaram, como estava dito nas notas oficiais, que o carro Puma é de propriedade do Capitão Wilson. Mediante solicitação do encarregado do inquérito, o diretor-geral do Detran informou que o carro OT 4116, Puma, ano 77 – não é tão novo assim chassis com esse número, é registrado em nome de Wilson Chaves Macedo, perdão, Chaves Machado...

... Cabe esclarecer, senhores, observando a placa OT 0297, percebe-se que é diferente da consignada nos registros oficiais do Detran. A explicação é simples: as placas amarelas usadas pelo I Exército, algumas são sigilosas e são bem controladas. A verdade é que o I Exército, o comando do I Exército, saberá a qualquer momento onde está esta ou aquela placa sigilosa. E mais, o importante é frisar que não há nenhuma irregularidade no fato de agentes de informações utilizarem chapas, frisamos, reservadas, sigilosas, para o desempenho de missões.

Mais uma versão desenvolvida: militares à paisana não poderiam estar de serviço. Em si mesma essa versão se desmancha. Não poderemos admitir que agentes de informações, agentes que cumprem serviço reservado, se apresentem fardados. Os militares – insistimos – estavam cumprindo missão recebida que consistia em observar a influência de elementos da esquerda radical em programação feita para atrair jovens.

... Sétima versão veiculada: a Polícia Militar se negou a policiar o Riocentro. Não é verdade. O Comando Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, muito antes de 30 de abril, já adotara a decisão de não mais oferecer policiamento para espetáculos com ingressos pagos em recintos fechados.

... Mais uma versão veiculada. Fotos mostram a alça da bolsa em que o sargento certamente conduziria uma bomba. As investigações puderam verificar que o sargento não portava bolsa de nenhum tipo e nenhum volume. O que as fotos mostram vêm a ser as juntas de borracha que fazem a guarnição dos óculos ou das janelas do Puma.

... Estamos autorizados a dizer que o relatório do Inquérito Policial Militar consta de 30 folhas e é ele o resumo de um trabalho contínuo de 60 dias corridos. Trabalho que produziu cinco volumes, com cerca de 700 folhas. O IPM está assim constituído (slide com mostra de números do relatório: 17 perícias, 28

depoimentos informativos, 94 ofícios, cinco plantas e croquis, 120 fotografias juntadas aos autos, 110 fotografias em anexo, 700 folhas – em quatro volumes e 10 anexos com cassetes, vídeo, fragmentos e fotos).

Baseados nesta extensa prova documental e testemunhal obtiveram-se os seguintes resultados: primeiro o que já era sabido: os militares estavam de serviço; segundo: não há, salvo melhor juízo, como inculpar os militares ocupantes do carro sinistrado; há vários grupos radicais interessados em fazer uso do terrorismo procurando mesmo enfrentar ou comprometer órgãos de segurança; e quarto e último: os dois militares foram vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada dentro do carro do capitão.

Esses resultados, em seus quatro aspectos, conduzem às conclusões correspondentes e mais à quinta de que houve crime militar cuja autoria não foi determinada.

Apreciações finais para que se bem explique aos senhores esses resultados.

Primeiramente: a mecânica da explosão. O engenho que explodiu no interior do carro era uma bomba caseira de dimensões aproximadamente definidas pela perícia, contando com dispositivo de acionamento mecânico-pirotécnico e com outro mecanismo, este de relojoaria.

... Como depósito de explosivo foi utilizada, em sua quinta parte, uma lata de óleo Havoline, de dois litros e meio, envolvida em jornal, depois em plástico, tudo dentro de uma bolsa de cor marrom-avermelhada.

Esse simulacro aqui apresentado (foto) dá uma ideia avantajada, isto é, de dimensões superiores ao que deveria ter sido a bomba na realidade. Explicamos por quê: aqui é praticamente a metade da lata de Havoline e um quinto é menos do que a quarta parte.

... À vista dos indícios já detectados por órgãos militares de contrainformação, examinou-se a possibilidade de o Capitão Wilson Luís Chaves Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário terem sido alvos de um atentado. Essa possibilidade confirmou-se diante do exame pericial dos fragmentos encontrados no local da explosão. Já nos referimos a ele. É o dispositivo de acionamento mecânico-pirotécnico.

Mediante diligência mandada realizar no Puma GTE idêntico ao sinistrado, verificou-se a cabal possibilidade de um volume equivalente ao presumível da bomba ser acomodado na parte interna inferior à direita, entre o reforço do banco e a porta, sem estorvar a entrada do passageiro, nem estorvar o fechamento da porta.

... Admite-se que a colocação da bomba no carro Puma tenha sido uma ação talvez para atingir agentes de informações que, tentando observar, estavam sendo seguidos. Talvez ainda para comprometer os próprios órgãos de segurança.

A armadilha – esse é o nome técnico –, a armadilha, dizíamos, deve ter sido preparada de modo que o acionamento da explosão fosse provocado, como de fato deve ter sido, pela própria vítima, através de algum movimento imprevisível após ter-se acomodado no carro, ou de outro modo sê-lo-ia pelo mecanismo de relojoaria.

... Outra hipótese qualquer de posição frontal da bomba sobre o colo, no meio da coxa, no joelho, entre os pés, teria destruído igualmente os membros inferiores do sargento e completamente sua genitália, teria rompido o seu tórax; insistimos, se a bomba tivesse explodido na frente do sargento, o capitão também teria morrido.

... É possível, portanto, mediante todas essas provas periciais, concluir que os dois militares foram vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada no carro do capitão.

... Foram recolhidos documentos probatórios de que movimentos de esquerda possuem elementos que operam à semelhança dos serviços de segurança. Datados de 14 de março de 1979, os autos de autuação e apreensão, expedidos pela Superintendência Regional do Rio de Janeiro, do Departamento de Polícia

Federal, arrolam, entre outros materiais arrecadados num aparelho do MR-8 em Copacabana, dois exemplares de um documento intitulado Anteprojeto para uma Política de Inteligência, onde apresenta o organograma da estrutura do chamado MR-8, apresentando ainda um serviço de inteligência de sua organização.

Ainda no documento citado consta o seguinte trecho: “Colaboradores e agentes inimigos têm sido e continuarão a ser detectados enquanto tais pelo movimento revolucionário e operário.” Levantamento fotográfico de órgãos de segurança do Rio de Janeiro, levantamento esse que veio a ser publicado, mostra que o volume de vistas sobre as referidas instalações permite inclusive o acompanhamento de movimento do pessoal e veículo. Elementos que transitem no pátio deste quartel, até os de dentro de viaturas, podem ser acompanhados, podem ser identificados, mediante o levemente fotográfico.

Ainda mais: houve um panfleto distribuído logo após a ocorrência, panfleto este atribuído a um comando Delta. Com o dístico Pátria e Liberdade, o panfleto reivindicava a autoria do crime que tinha sido perpetrado. Mais tarde, porém, foi negado mediante outro panfleto distribuído, este não espalhado, mas distribuído pelo Correio até mesmo a oficiais do Exército. Negava o publicado anteriormente e intitulava-se Mensagem à Nação Brasileira. Ambos os panfletos constituem o que se chama em técnica de propaganda uma verdadeira propaganda cinza, pois tentam confundir o público-alvo, sem definir a sua origem.

... Levam-nos esses argumentos à seguinte conclusão: agentes do Exército estão sendo alvo de acompanhamento de grupos radicais.

As investigações levaram ao levantamento de que uma organização, Vanguarda Popular Revolucionária, ao mesmo tempo, foi responsável pelas pichações de diversas placas de indicação rodoviária, nas imediações do Riocentro. Identificou-se o mesmo estilo e inscrições políticas após comparações feitas com registros arquivados em órgãos de imprensa.

... Não foram encontrados outros indícios de autoria que pudessem implicar a chamada VPR, mas é certo que ela continua ativa...

... Apócrifa que seja a Mensagem à Nação Brasileira há pouco referida, não se pode deixar de considerar que um tal comando Delta, pretendo autor da mensagem, reivindicou a autoria de três explosões aqui no Rio, que ocorreram no mês de janeiro de 1981. Esses fatos levantam suspeitas contra possíveis grupos da direita radical, mas não foram suficientes para levar a indícios de sua autoria.

Baseados assim em extensas provas documentais e testemunhais e em resultados de perícias e investigações, conclui-se que não há como inculpar os militares ocupantes do carro sinistrado pela ocorrência. Há grupos radicais interessados em comprometer ou atingir agentes ou órgãos militares de segurança. E os militares, ao que tudo indica, teriam sido vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada no carro do capitão. Tudo isso tem como resultante que na ocorrência havida no Riocentro houve um crime de competência da Justiça Militar e que, a despeito dos esforços desenvolvidos, não foi possível caracterizar a autoria do ilícito.”

(Principais trechos das declarações à imprensa do Coronel Job Lorena de Sant’Anna, publicadas nos jornais do dia 1º de julho de 1981.)

A charge de Ziraldo – um imenso e simples OH! – na página 10 do Jornal do Brasil de 1º de julho resume a reação aos resultados do IPM. Nos dias seguintes, os jornais – nem todos, certamente – rememoraram, em pormenores, muitos pontos não bem esclarecidos no inquérito. E, em apenas dois dias, a credibilidade das investigações estava irremediavelmente abalada. As contestações foram numerosas, as perguntas sem resposta, também. Mas dois exemplos foram os melhores.

O Estado de São Paulo, no dia 2 de julho, ilustrava com uma reprodução de páginas do auto de exame

cadavérico do Sargento Guilherme Pereira do Rosário uma matéria intitulada Laudo Contradiz Afirmação do coronel: “O laudo do exame cadavérico do Sargento Guilherme Pereira do Rosário contradiz a versão do Coronel Job Lorena de Sant’Anna de que ‘o pênis do sargento estava preservado. Os legistas Elias de Freitas e João Macuco Janini afirmam no documento que a genitália está dilacerada. Com sua versão, o coronel Job de Sant’Anna informava que a bomba não estava no colo do sargento, mas sim entre o banco e a porta do Puma. O rosto do militar também foi bastante atingido, de acordo com o laudo, contrariando também o que diz o IPM.”

No mesmo dia, o Jornal do Brasil ilustrava com sete fotos a matéria Teste Mostra que Seria Difícil não Ver Bomba no Puma. Usando um Puma do mesmo ano e modelo do de propriedade do Capitão Wilson, o Jornal do Brasil mostrou que numa primeira hipótese a bomba não cabia entre o banco e a porta do carro e que, numa segunda hipótese, reduzindo-se em muito o tamanho do artefato, a bomba caberia no local apontado pelo IPM mas seria perfeitamente visível por quem abrisse a porta do veículo ou se sentasse no banco à direita do motorista.

Os jornais reafirmaram mais uma vez o comportamento investigativo que mantiveram desde o início da cobertura do Caso Riocentro. Na verdade, por esse comportamento investigativo da imprensa, os resultados do inquérito estavam desmentidos antes mesmo que fossem divulgados.

A essa parte da história – a que conta o exercício do direito de fazer saber, de um lado, e de saber, do outro – já não é preciso acrescentar nada. Mas a história não acabou. E agora? É a pergunta que ficou ainda depois dos resultados e das dúvidas sobre os resultados do IPM. Porque e agora não é só e agora verdade ou mentira, culpado, inocente. Nem é só e agora abertura, retrocesso, repressão, casuísmo, eleições. E agora, é também, principalmente, e agora nós que soubemos, que pudemos saber mais um pouco.

O que se sabe, existe. O que existiu e se soube fica mais perto, mais parte da vida de cada um. E porque soubemos tanto, estamos perto; parte. E agora já será menos possível não termos nada a ver com isso.

1999

Recordar e viver – refletir

Nós, de novo. Foi a comissão de direitos Humanos da Câmara dos Deputados que pediu e acabou conseguindo a reabertura do caso Riocentro. Mas foi a imprensa, a partir da série de reportagens que O Globo publicou desde abril de 1999 – ao dar destaque ao caso e acrescentar às notícias atuais dados que mostravam a quem não sabia ou não lembrava a importância do fato na nossa história política recente – que ajudou a consolidar a possibilidade do acerto desta talvez última conta da sociedade com o regime militar que se impôs ao Brasil desde março de 1964. Um regime de força de mais de 15 anos, se considerarmos a Lei da Anistia, em 1979, como um marco do fim da ditadura. Exatamente 21, se considerar-se a posse do civil José Sarney como seu término. Ou mais de 25, para quem acredita que a democracia plena só foi conquistada com as primeiras eleições diretas para Presidente da República, em novembro de 1989.

Em 1981, eu era repórter da Gazeta Mercantil e, profissionalmente, lidava exclusivamente com temas econômicos. Soube do Riocentro pela imprensa e tive a mesma sensação de meus colegas que foram fazer a cobertura no dia 30 de abril: os militares contrários à redemocratização iam explodir uma bomba em um evento organizado por instituições e artistas de oposição ao governo, cometeram um erro e a bomba explodiu no carro deles.

Pensar isso era uma coisa. Publicar nos jornais as evidências de que a verdade era essa era uma coisa muito diferente. Inédita mesmo, em uma época tão paradoxal que, apesar de tudo ser publicado com todas as letras, o IPM, inquérito policial militar, acabaria concluindo que os culpados eram as vítimas...

Decidi escrever o livro antes do final do IPM, sob o impacto da emoção de perceber o que primeiro foi tomando conta de nós jornalistas e, a cada dia em que se estampavam mais e mais notícias nas primeiras páginas, também de todos os brasileiros com acesso à imprensa: a informação era uma arma importante, tão importante que podia enfrentar mais que o terrorismo – podia vencer a tentativa da linha dura (os militares de extrema direita) de derrotar as conquistas de uma luta pela democracia que nunca deixou de ser travada.

Os originais do livro, em folhas de papel datilografadas em uma máquina de escrever portátil mecânica, são prova do tamanho da força desta arma: os dados nem cogitavam em ser arquivados e transmitidos na forma de bytes, a primeira notícia da explosão veio pelo telefone – que não sonhava em ser sem fio quanto mais celular ou digital – e nos jornais varavam-se madrugadas para calcular o tamanho de cada título e diagramar, desenhando à mão com régua e lápis, as matérias pelas páginas. Parto mais difícil e lento, mas o fruto forte estava lá: informação. E transmitir e receber informação, quando se vive sob o peso de um regime político em que a liberdade pode estar por um triz, é fundamental.

O livro mostra detalhadamente como foi utilizada esta arma informação, através dos depoimentos dos jornalistas que viveram o caso – do repórter ao editor chefe, do fotógrafo ao chargista, do chefe de sucursal ao colunista político. Ele está aqui, exatamente como foi escrito. Mas não basta recordar. Foram necessários 18 anos para que o que a imprensa contou chegasse à Justiça e a verdade sabida se tornasse verdade oficial. Sobre esta necessidade e sobre todo este tempo vale a pena refletir.

Refletiram comigo alguns dos colegas que, com seu empenho em apurar e publicar a verdade – em uma época em que para isso eram muitas vezes necessárias certas “táticas de guerrilha” – certamente ajudaram a vivermos hoje em uma democracia institucionalizada. Dos 22 profissionais de imprensa que me relataram sua experiência na cobertura da explosão e de seus desdobramentos em 1981, quatro morreram, três mudaram de profissão tornando-se advogados, um está desempregado, os outros, alguns

mesmo já aposentados, continuam trabalhando em jornalismo. O caso Riocentro – que serviu como motivo para a condecoração com a medalha do Pacificador de vários dos militares envolvidos na farsa do IPM e para o enterro com honras militares do sargento Guilherme Pereira do Rosário, morto com a bomba no colo – não teve impacto direto sobre as carreiras destes profissionais. Apesar de ter rendido um Prêmio Esso ao Jornal do Brasil e outro a O Estado de São Paulo, ninguém foi promovido por isso. Mas foi o episódio que deixou as marcas talvez mais profundas nos profissionais e nos cidadãos. A trajetória destes jornalistas em seguida àquela cobertura histórica e seus depoimentos atuais sucedem nesta reedição o relato que me fizeram na época.

A breve revisão da nossa história política recente, dos avanços tecnológicos e das grandes mudanças de rumo no comportamento social e na cultura, feita com base na pesquisa desenvolvida pela economista Ana Malin e nos dados apurados pela jornalista Selma Grunfeld, e revisada com a mistura (sempre imbatível) de competência e carinho com que me presenteou a cientista política Lucia Hippólito, gerou o capítulo Dezoito anos. Sem pretensão alguma de analisar ou mesmo relatar todos os mais importantes acontecimentos nacionais e internacionais, ele quer apenas contribuir para situar no tempo o momento das bombas no Riocentro.

As respostas ao questionário submetido aos alunos da Universidade Gama Filho e aos internautas através do portal do ZAZ na Internet foram a base do capítulo O que aconteceu desde que você nasceu. É um corte simplificado sobre a percepção que os jovens têm daquela época, em que estavam começando a viver, acompanhado de um convite à reflexão sobre quanto o regime político pode afetar a vida pessoal de cada um, inclusive a de um capitão e a de um sargento. E do relato da história de um médico idealista que quase teve sua vida destruída pelo caso Riocentro. Um relato que quer ser também uma homenagem ao espírito jornalístico que independe da profissão quando se considera o informar e ser informado parte integrante e indispensável dos direitos humanos.

Boa viagem no tempo e boa reflexão.

Belisa Ribeiro

Novembro de 1999

O que aconteceu desde que você nasceu?

Foi em meio à viagem no tempo a que esta reedição me levou – surpresa de me falhar a memória sobre tantos os absurdos que foram se incorporando ao nosso cotidiano durante a ditadura, emocionada com o buscar e reencontrar os colegas de dia a dia da profissão 18 anos depois – que decidi fazer a pesquisa: um questionário destinado aos jovens com perguntas sobre o momento político, social, cultural e tecnológico que vivíamos à época das explosões do Riocentro.

Eu mesma, que já era jornalista experiente naquele tempo, não me lembrava muito bem como um dia tivéramos municípios “de segurança nacional” que, por essa razão (entendida apenas pelos militares que assim os decretaram), não poderiam ter eleições diretas para prefeito. Dei uma risada que foi se transformando em uma amargura, misturada com a lembrança da raiva que sentíamos do regime, quando me deparei com a palavra casuísmo, ao mesmo tempo em que me dava conta de que para meus filhos – e certamente para mais de uma geração – distensão, hoje, quer dizer apenas um problema muscular.

O que será que os que nasceram na época daquelas explosões sinistras – para usar uma palavra que virou gíria deles e que se adapta aqui no novo e no sentido literal – sabem do que passou nosso país? Sabem que chegamos a ter pena de morte para crimes políticos? Que morreram tantos de uma idade perto da sua, barbaramente? Sabem quanto a falta de liberdade do cidadão pode ferir a alma do indivíduo?

Não sabem.

Os olhinhos azuis da menina que quer ser jornalista olharam bem dentro dos meus para me dizer com um sorriso transparente que não importa mesmo se há ditadura ou democracia – “da pra ser feliz, depende só de mim”. Ela também estava muito espantada de tomar conhecimento pela primeira vez, através do cabeçalho do questionário que iria responder, de que o sargento e o capitão foram finalmente reconhecidos como culpados: “eu pensava que eles tinham sido vítimas de um atentado de quem era contra a ditadura”. Estávamos no campus de uma das maiores universidades do país e ela acabara de me entrevistar para a TV de circuito interno sobre a pesquisa, com os alunos respondendo em alguns terminais ao questionário on line na Internet. Outra moça, com o todo branco denunciando sua opção pela medicina, escolhera a resposta Getúlio Vargas na pergunta sobre quem era o presidente do Brasil em 1981.

Confusos e, ao mesmo tempo, muito interessados em participar, eles não poderiam lembrar. Mas deveriam ter aprendido. Uma educação política teria deixado Vargas no 1954 do suicídio, tão distante do golpe militar. Uma memória adquirida teria ajudado nossa pretendente à profissão do informar a não se arriscar a, amanhã – quem sabe, Deus nos livre –, participar de uma rediviva passeata dos 100 mil, apoiando um outro regime de força contra a democracia política e as liberdades individuais.

No resultado final da pesquisa (ver tabela de resultados e análise), a maioria acertou bem mais que errou nas questões informativas. Na hora da opinião, foi alta a percentagem (18%) dos jovens que demonstraram que acreditam que é possível ser feliz individualmente independente do regime político, optando pela resposta de que viver em uma democracia ou em uma ditadura não interfere em nada na nossa vida pessoal.

Um patinho muito feio

Interferiu na vida do Patinho, que era meio de campo e gostava de futebol e até de totó. Interferiu tanto que o Patinho virou Diabo Verde e, depois, o Dr. Marcos, que podia explodir bombas em bancas de jornais ou levar uma bomba para explodir em um show com uma assistência de quase 20 mil jovens.

Patinho, Diabo Verde e Dr. Marcos são a mesma pessoa, a pessoa do tenente-coronel Wilson Machado, o então capitão Wilson das bombas do Riocentro.

Entre um apelido e outro estão a Revolução de 64, a criação dos órgãos de repressão política que podiam torturar e matar, toda a suspensão do estado de direito e do respeito ao cidadão. O menino Wilson Machado entrou para o Colégio Militar e teve que ser interno durante um ano em Belo Horizonte porque não era filho de militares. Já havia sido transferido para o externato no Rio de Janeiro quando o golpe militar derrubou o presidente João Goulart. Sua turma, que se formaria em 1967, estava acabando o antigo curso ginásial e passando para o antigo segundo grau, todos por volta dos 15 anos.

Como era o Patinho? Entre mais de 20 colegas daquela turma, ninguém quis falar muito. A maioria, mesmo não tendo seguido a carreira militar, manteve um comportamento digno de preso de guerra e me respondia apenas um “não lembro”, seguido da informação de seu número e sua arma de escolha. Somando as pouquíssimas informações que escaparam de um corporativismo arraigado, restou o seguinte relato:

“O Patinho já era um cara meio mau. Quer dizer, a turma do segundo ano dava trote nos caras que passavam para o primeiro ano do segundo grau, os “bichos”, mas ele continuou dando trotes até quase se formar. Acho que já era um sinal de que ele ia gostar de um certo tipo de poder autoritário. A verdade é que foi a Revolução que mudou tudo no Colégio Militar. Até 64, a gente encarava o colégio como colégio, com aquelas responsabilidades a mais de farda, exercícios militares, mas nada que fizesse nos sentirmos diferentes dos outros. De repente, veio o golpe e ficamos dois meses e meio sem aula. Os professores se imbuíram do espírito da Revolução. A gente, meio perplexo, via aquele velhinho que dava aula de ciências saindo de jipe e capacete, o professor de matemática vestido com uniforme de campanha. E aí começou um outro clima, com toda uma ênfase na ideologia de direita, de enfiar na nossa cabeça que comunista comia criancinha, de incutir uma diferenciação entre nós e os comuns mortais baseada no “Eu sou do Exército”. A maioria não ligava, estava mais interessada em Beatles e Rolling Stones e em meninas, é claro. E eu acredito até que isso explique porque tantos, de mais de 400 daquela turma, acabaram não seguindo a carreira que ali ficou totalmente identificada com uma coisa arrogante, autoritária. Quem seguiu, é porque gostou.”

Wilson Machado tinha 33 anos no dia em que explodiu a bomba no Riocentro. Durante estes 18 anos, ele manteve a mesma versão de seu depoimento no primeiro Inquérito Policial Militar, prestado no dia 30 de maio de 1981, no CTI do Hospital Central do Exército: que ele e o sargento estacionaram o Puma e saíram do carro. O sargento para procurar um grupo de outros agentes com quem havia combinado de se encontrar e ele, para urinar. Na volta ao carro, por ter notado um grupo de rapazes que “parecia ser de maconheiros e, bem capaz, portanto, de roubar o toca-fitas do Puma” (palavras do capitão no depoimento), ele decidiu estacionar em outro local. Ao entrar no carro e engatar a ré, a bomba explodiu.

“Tenho uma filha, não posso morrer”, era o que o capitão Wilson dizia enquanto era levado ao hospital. O medo da morte não terminou quando já cicatrizavam os ferimentos causados pela bomba do Riocentro. Um ex-agente do DOI-Codi¹ que virou taxista contou, anos depois das explosões, para o jornalista Maurício Menezes que, quando ficou de plantão no Hospital Central do Exército, na porta do quarto do

capitão, percebeu que esse medo não era apenas dele, que dizia sempre temer ser assassinado – os “chefes” também tinham medo que “apagassem” o capitão.

Por que esse homem, que já não se sentia seguro nem no hospital do Exército e cercado de agentes do seu DOI, carregou durante todos estes anos, sozinho e mudo, aquela bomba? Certamente pesou a formação que, além de vestir de uniforme de campanha o professor de matemática do seu colégio, na época do golpe militar de 64, tornava comum o chegar ao trabalho (no DOI-Codi*) e receber sem pedir duas placas frias (falsas) para o próprio carro; e conhecer os colegas de trabalho por codinomes, para se esquecer o mais rápido possível do nome verdadeiro – afinal a ideologia pregava que se estava em uma guerra, a guerra contra os comunistas, em que valia tudo e por esse tudo era melhor jamais poder responsabilizar nominalmente alguém. Do outro lado da guerra, nos partidos e movimentos clandestinos da esquerda, também se trocava de nome. Por medo de morrer.

O sargento Guilherme Pereira do Rosário não estava com medo de morrer quando foi para o Riocentro. Ligou às 17h30m para casa, avisou à mulher, Suely, que não ia jantar e se certificou de que ela havia comprado a carne para o churrasco do feriado do dia seguinte. Perito em explosivos, fizera todos os cursos de especialização da Brigada de Paraquedistas e recebera um elogio publicado no Boletim Reservado do Exército por “lealdade, honestidade, definição de atitude, sentimento de cumprimento do dever”. O boletim não conta qual foi o dever cumprido, mas é certo que, pelo menos em uma missão, o sargento se feriu. Ele amava a carreira militar. Sua viúva, no depoimento ao primeiro Inquérito Policial Militar, deixou registrado que ele via com orgulho a possibilidade de ingresso na carreira militar de seus dois filhos. Um deles, Guilherme Pereira do Rosário Jr., acompanhou a mãe, no depoimento agora ao novo IPM, como advogado. Desta vez, Suely, que está movendo uma ação contra o Exército, pedindo promoção do marido Post Mortem e indenização por danos morais, preferiu ressaltar as dificuldades que teve para criar os filhos “sem ajuda de nenhuma autoridade militar e vendo o nome do marido ser enxovalhado pela imprensa”.

De acordo com o novo IPM, o sargento e o capitão são culpados. Mais, menos ou em grau igual ao dos que nos quartéis lhes ensinaram a antiga lição de viver pela pátria e morrer sem razão, como dizia a música de Geraldo Vandré, preso pelo regime militar? Mesmo naquela época, houve militares que se revoltaram com a farsa do IPM, protestaram e foram presos por isso.

A pergunta que fica no ar é: por que uns sim e outros não? Quanto o regime é o culpado, quanto podemos e devemos escolher? A resposta, por sobre o livre arbítrio, com certeza tem a ver com informação e formação.

*DOI-Codi (Departamento de Operações Internas – Comando Operacional de Defesa Interna) centralizou a repressão política; chefiado por um oficial do Exército, tinha entre seus membros oficiais de outras armas e policiais civis.

Um clique corajoso

A história de vida que se segue – com o exercício do livre arbítrio respaldado por uma educação e exemplos práticos de valores democráticos – ajuda muito a pensar em uma resposta. Seu protagonista é de uma geração abaixo da do capitão e do sargento. A mesma geração da maioria dos jornalistas que desvendaram o caso das bombas no Riocentro. Uma geração que vivia a infância na época do golpe, passou a adolescência em meio aos chamados “anos de chumbo” – a pior fase do regime militar – e chegou à juventude quando a luta pela democracia começava a ser vitoriosa.

Fernando Olinto tinha 26 anos quando, médico residente de cirurgia geral do hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro, recebeu o capitão Wilson Machado, consciente apesar dos gravíssimos ferimentos

provocados pela explosão da bomba no Riocentro.

Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1980, Fernando viveu o renascimento do movimento estudantil, trabalhando na reconstrução do Diretório Central Mário Praia, orgulhoso ao ver, perto da data da formatura, as paredes do Centro Acadêmico – nuas em 1975, quando iniciou seu curso – cheias de cartazes de atividades culturais e políticas dos estudantes, já então totalmente envolvidos no processo de redemocratização do país.

Fernando só não foi ao show do Riocentro porque estava de plantão. No primeiro show, no ano anterior, foi e nunca mais esqueceu da emoção de acompanhar com milhares de outros jovens Chico Buarque cantando a então novíssima e sempre emblemática “Apesar de você”. E apesar dos resquícios ainda da ditadura, Fernando pode contribuir para o nascimento daquele outro dia de que fala a música.

“No dia seguinte do plantão, que era o feriado de 1º de maio, fui direto para a praia. Encontrei meu pai (o advogado Tristão Fernandes) que estava com um amigo dele, um coronel do Exército. No hospital, principalmente quando chega um ferido com aquela gravidade, a gente olha para a ferida, para o sangue, e só pensa em salvar a pessoa. Ainda me lembro que depois do atendimento soube que o motivo na ficha de entrada era “explosão do motor do automóvel”. Foi o coronel amigo do meu pai que, lendo os jornais que já informavam que o ferido era militar, disse: “ele é do DOI”. Eu nunca tinha ouvido falar em DOI, só sabia o que era DOPS.

*Voltei para a residência e já encontrei o hospital tomado por militares, até dentro do CTI. E, na porta, um monte de jornalistas. De vez em quando, eu conversava com os jornalistas no bar. Em poucos dias, os jornais apurando tudo, todo mundo já sabia que o sargento e o capitão eram do DOI e mais, todo mundo já sabia muito bem o que era DOI. No dia 5 de maio, eu estava conversando com o Marcelo Beraba, repórter do jornal **O Globo**, que eu conheci ali, nunca tinha visto antes. Ele era candidato a presidente do sindicato dos jornalistas, conhecia o pessoal do sindicato dos médicos. Estava com o fotógrafo Paulo Moreira, também do Globo e eles me pediram para tentar fazer a foto. Peguei a Nikon do Paulo Moreira e fui para a sala de cirurgia onde ia ser feita uma limpeza cirúrgica nos ferimentos do capitão. Fotografamos, eu e outros médicos, o capitão ali e também, quando ele já estava de volta no CTI, eu e outro residente. Falamos para os médicos que era com fins científicos, para apresentarmos o caso depois. No CTI, o capitão percebeu quando estourou o flash e olhou pra mim. Eu disse apenas ‘olá’. Estava convicto de que ele era um criminoso e de que eu tinha o dever de ajudar a revelar a verdade. Entreguei a máquina com o filme para o Paulo Moreira e o Beraba e uma hora depois a foto já estava aparecendo na televisão, no plantão do Jornal Nacional da TV Globo. No dia seguinte, estava na primeira página do Globo.”*

Cinco anos depois, a foto ainda estava na vida de Fernando. Acusado – por alguém que os seus juízes não identificaram – ele respondeu a um inquérito sumaríssimo instaurado no próprio hospital Miguel Couto e foi rapidamente condenado a uma suspensão de 29 dias na residência e em seguida transferido do hospital. Foi “exilado” no pequeno hospital Paulino Werneck, na Ilha do Governador. Mas foi perseguido durante muito mais tempo, impedido de receber o certificado de sua residência médica, o que lhe fechou as portas de tantos empregos que começou a pensar em sair do país. Seu pai, que fora presidente da Federação dos Bancários do Paraná, preso em 64 e respondera a um Inquérito Policial Militar que durou até 1971, entrou com uma ação na Justiça contra a Prefeitura. Fernando tinha medo: deixou até de andar de moto por um tempo, pensando que poderia ser atropelado e morto pela linha dura. E o caso foi parar em Cuba, através de uma carta de Luiz Carlos Prestes, o supremo chefe do Partido Comunista Brasileiro, ao Comandante Fidel Castro.

O certificado acabou saindo em 1987. Fernando acabou ganhando um prêmio Nobel. Depois de fazer dois cursos de extensão na Europa, com poucas possibilidades de trabalho por causa da falta do

certificado e preocupado em somar à sua especialidade em cirurgia algum tipo de trabalho social, Fernando, que trabalhava na emergência do hospital Getúlio Vargas, começou a trabalhar em projetos de saúde popular e participou da montagem do centro de saúde da favela da Mangueira, no Rio de Janeiro. Um projeto sem vínculos com o governo, que prosperou, serviu de exemplo para outros centros em áreas carentes e recebeu a visita de muitas Organizações Não Governamentais. Uma destas ONGs, da Holanda, convidou Fernando a fazer parte do grupo Médicos Sem Fronteiras. Convite aceito, primeiro médico brasileiro na organização, lá foi ele. Primeiro, combater a malária entre os índios ianomâmis na selva amazônica; depois, montar um posto médico em um barracão de madeira em plena área da guerrilha hindu contra o governo budista do Sri Lanka; em seguida, em uma viagem que misturou barco, trem, avião e peregrinação por três países, foi para Ruanda, no meio de uma guerra entre as etnias hútus e tútsis que matou 800 mil pessoas e deixou 2,5 milhões de desabrigados em um país de 7 milhões de habitantes. Fernando esteve também na Bósnia, no front de Sarajevo, e na Somália, em seu período de treinamento nos Médicos Sem Fronteiras, instituição fundada há 25 anos na França, que hoje conta com mais de 2 mil médicos em 100 países, sempre em trabalhos de socorro a vítimas de guerras ou desastres naturais. Em outubro de 1999, o MSF recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

“A trajetória de vida do meu pai já havia me ensinado quanto um regime político pode influenciar nossa vida pessoal, o nosso dia a dia. A reabertura do caso Riocentro serve para reafirmarmos os valores da democracia e para que a juventude de hoje saiba disso – como uma ditadura pode tornar infeliz o cidadão e o indivíduo. E tome consciência de quanto é importante se importar, participar. Nas vésperas do ano 2000, eu me lembro do médico francês de 62 anos que foi me substituir no meio da guerrilha, acompanho o processo contra o general Pinochet, preso em Londres, e o andamento das denúncias contra os verdadeiros culpados por aquelas bombas no Riocentro. E ainda vejo o MSF ganhar o prêmio Nobel da Paz. Aí sei que estamos caminhando para um mundo melhor.”

Fernando Olinto Henrique Fernandes

Outubro de 1999

Rio, 29 de Novembro de 1988.

Ao Comandante Fidel Castro Rus.

Querido Companheiro e Amigo.

Tomo a liberdade de escrever-lhe estas linhas para fazer um pedido de socorro para um amigo / que está sendo perseguido pela Cúpula militar e encontra-se em perigo de perder a própria vida.

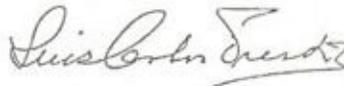
Esse amigo, na sua qualidade de médico e cirurgião é acusado de haver fotografado, no Hospital em que trabalhava, o oficial do Exército que participou da tentativa de atentado, a explosivos, / contra uma reunião de cerca de dez mil jovens, aqui no Rio de Janeiro, na noite de 30 de Abril de 1981 (acontecimento conhecido como o do / "Rio-Centro", e que não teve êxito, porque explodiram inesperadamente os artefactos, no próprio veículo em que viajavam, ferindo o referido oficial do Exército e matando o sargento que o acompanhava).

Em consequência, o referido médico, que se chama Fernando Olinto Henrique Fernandes, vem sendo perseguido e injustamente processado judicialmente. E tudo indica que as autoridades militares pretendem "liquidá-lo" na prisão. Infelizmente, apesar da nova Constituição, recentemente promulgada, é dessa catadura ainda a democracia em nosso País. O que é também comprovado com os acontecimentos relacionados com a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, onde o Exército interveiu com tanques canhões e / três mil soldados, que assassinaram três ou quatro operários grevistas.

Em consequência, o referido médico vive hoje forçado e só vê salvação se conseguir sair do Brasil. Desajaria ele poder residir em Cuba. Tem condições para poder viajar para Cuba por própria / conta, mas necessita de autorização do Governo Cubano para iniciar / a viagem.

Envio junto a esta o CURRÍCULO VITAE do solicitante.

Gratíssimo, abraço-o afetuosamente,



LUIZ CARLOS PRESTES

Uma pesquisa desconcertante

A pesquisa foi feita entre os dias 4 e 10 de novembro de 1999. No primeiro dia, quatro terminais de computador foram colocados à disposição dos universitários no campus da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. Nos demais, o questionário ficou à disposição dos internautas no portal do ZAZ, provedor que estava recebendo naquele mês mais de 500 mil visitas por dia.

Uma análise dos números demonstra que o assunto Riocentro tem pouco apelo para os mais jovens: das mais de mil pessoas que responderam à pesquisa, apenas 22% tinham menos de 21 anos.

Os mais jovens acertaram mais do que o grupo geral quando se tratava de tecnologia – nenhum deles esqueceu que já existia o Atari, o primeiro joguinho eletrônico.

Nas mudanças no comportamento social e na cultura, ficaram acima da média, sabendo muito bem que o mundo em que nasceram já estava longe do “Paz e Amor” defendido pelos hippies da época de seus pais.

Na economia, ficaram um pouco abaixo da média confundindo o início com o fim do chamado “milagre brasileiro”. Mas, na política, erraram bastante: foram praticamente iguais as opções pela resposta correta em relação ao voto direto (não era permitido votar para prefeitos, por exemplo) e pela errada, que

afirmava já ser possível votar para todos os cargos eletivos, à exceção de Presidente da República. O desconhecimento sobre quem era o presidente na época também foi alto: um quinto dos entrevistados errou e mais da metade dos que erraram pensa que em 1981 éramos governados por Getúlio Vargas. O AI5 é bem conhecido – apenas 5% dos mais jovens acreditam que ele era uma lei votada pelo Congresso que instituía a pena de morte para sequestradores; o mesmo percentual que pensa que senador biônico era um senador “sarado”, “marombeiro”, adepto do suplemento alimentar Biotônico Fontoura.

O desconhecimento sobre as manipulações do processo eleitoral à época do regime militar e mesmo da luta pela redemocratização fica também evidente na alta percentagem de erro nas respostas sobre o Colégio Eleitoral – 20% optaram pela resposta de que era uma escola criada pelos militares para candidatos a cargos eletivos – e sobre a música de Aldir Blanc e João Bosco que se transformou em um verdadeiro hino da anistia: 17,9% dos jovens pensam que as Marias e Clarisses a que se refere à música eram atrizes da Rede Globo e formavam um triângulo amoroso com o irmão do Henfil.

O questionário, como foi apresentado na Internet, está abaixo, com as respostas corretas em negrito. Os números mostram a percentagem de pessoas que escolheram cada opção, com a coluna “Geral” mostrando o conjunto de respostas de pessoas de qualquer faixa etária.

Veja a pesquisa nas próximas páginas.

No próximo capítulo, mais informações sobre esta época, a época da bomba no Riocentro.

Resultados finais

Geral	Menores de 21 anos	Perguntas
Percentual de respostas à pergunta		Algumas respostas podem somar mais de 100% por existir mais de uma opção correta
1. Até 1981 ainda não existiam:		
1,3	4,8	• Videoclipe
5,1	4,8	• Fax
0,8	0	• Atari, o primeiro joguinho eletrônico
1,3	2,4	• Walkman
1,1	0	• Máquina de escrever eletrônica
2,7	2,4	
88,3	85,1	• Videocassete
		• Telefone celular
2. Na informática, a tecnologia da época tornava possível:		
		• O lançamento do primeiro PC, precursor de todos os microcomputadores, com 64 megabytes

12,9
3,7
84,2

22,5
2,5
75,5

de memória e velocidade de 4,77 megahertz

- O lançamento do primeiro notebook com modem de 14.400 BPS
- O uso de computadores apenas em grandes corporações ou governos. Em casa, na maioria das empresas e na imprensa, utilizavam-se máquinas de escrever e arquivos do papel

3. O comportamento social mostrava que:

41,1
8,8
51,2

53,6
4,9
41,5

- **A Aids é uma doença desconhecida e a maioria absoluta dos brasileiros não usa preservativos**
- O mundo vive um retorno ao movimento hippy, com os jovens se voltando para o Coletivismo, a vida no campo e o ideal de Paz e Amor
- **O mundo vive o surgimento dos yuppies (Young Urban Professionals), jovens voltados para o individualismo, que têm como valor máximo o**

status profissional e financeiro

4. No cenário econômico nacional:

15,3

17,1

• O país vive uma fase de crescimento, com expansão do nível de emprego e inflação baixa, no auge do chamado “milagre brasileiro”, tornando-se a 8ª economia do mundo

84,7

82,9

• **O país vive uma fase de recessão, endividamento externo crescente e inflação alta -39.000% na soma de toda a década de 80. É o fim do chamado “milagre brasileiro”**

5. No cenário político nacional:

9,6
25,8
64,6

7,3
43,9
48,8

• O país vive a pior fase do regime militar, com a esquerda radical preparando a luta armada e o governo matando e torturando presos políticos
• Já é possível o voto direto para todos os cargos eletivos, menos para Presidente da República
• **O país vive uma fase de redemocratização,**

mas o governo militar não permite o voto direto para prefeitos de capitais, de estâncias hidrominerais e áreas consideradas de segurança nacional e para Presidente da República

6. O presidente do Brasil em 1981 era:

2,6	12,5	• Getúlio Vargas
92,6	80	• João Baptista Figueiredo
2,0	5	• Juscelino Kubitschek
3,5	2,5	• Carlos Castello Branco

7. AI5 era:

0	0	• Um novo complexo vitamínico que surge com a onda de culto ao corpo desencadeada no início dos anos 80
2,3	5	• Uma lei votada pelo Congresso que institui a pena de morte para sequestradores
97,7	95	• Uma espécie de decreto baixado pelos militares que fecha o Congresso, estabelece a censura prévia à televisão e ao

rádio e cria os crimes de segurança nacional

8. Senador biônico era:

2,5

5

• Um Senador “sarado”, “marombeiro”, preocupado com a saúde, adepto do suplemento alimentar Biotônico Fontoura

43,6
53,9

45
50

• Um Senador escolhido entre os militares
• Um Senador eleito de forma indireta pelas assembleias estaduais

9. Colégio eleitoral era:

3,6
7,3
89,1

0
20
80

Uma escola criada pelos sindicatos para ensinar a população de baixa renda a votar
• Uma escola criada pelos militares para candidatos a cargos eletivos
• Um grupo formado por membros da Câmara, do Senado e de assembleias estaduais que escolhia o Presidente da República

10. Meu Brasil

Que sonha com a volta do irmão do

Henfil
 Com tanta gente que partiu num
 rabo de foguete
 Chora a nossa pátria mãe gentil
 Choram marias e clarisses no solo
 do Brasil

O trecho acima, da música “O
 Bêbado e o Equilibrista”, de Aldir
 Blanc e João Bosco, se refere:

		• A duas viúvas de
94,6 5,4	82,1 17,9	presos políticos que morreram vítimas de tortura na prisão da ditadura militar brasileira e à expectativa da volta dos exilados políticos com a anistia • A um triângulo amoroso formado pelo irmão do cartunista Henfil com duas atrizes de novela da Rede Globo de Televisão

11. O fato de se viver em uma
 ditadura ou em uma democracia:

9,2 90,8	18,1 81,9	• Não interfere em nada na vida pessoal de cada um – é possível ser feliz individualmente independente do regime político • Interfere muito na vida pessoal de cada um – não é possível ser feliz individualmente sem liberdade
-------------	--------------	--

		social e política plena
--	--	------------------------------------

Um clique corajoso

A história de vida que se segue – com o exercício do livre arbítrio respaldado por uma educação e exemplos práticos de valores democráticos – ajuda muito a pensar em uma resposta. Seu protagonista é de uma geração abaixo da do capitão e do sargento. A mesma geração da maioria dos jornalistas que desvendaram o caso das bombas no Riocentro. Uma geração que vivia a infância na época do golpe, passou a adolescência em meio aos chamados “anos de chumbo” – a pior fase do regime militar – e chegou à juventude quando a luta pela democracia começava a ser vitoriosa.

Fernando Olinto tinha 26 anos quando, médico residente de cirurgia geral do hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro, recebeu o capitão Wilson Machado, consciente apesar dos gravíssimos ferimentos provocados pela explosão da bomba no Riocentro.

Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1980, Fernando viveu o renascimento do movimento estudantil, trabalhando na reconstrução do Diretório Central Mário Praia, orgulhoso ao ver, perto da data da formatura, as paredes do Centro Acadêmico – nuas em 1975, quando iniciou seu curso – cheias de cartazes de atividades culturais e políticas dos estudantes, já então totalmente envolvidos no processo de redemocratização do país.

Fernando só não foi ao show do Riocentro porque estava de plantão. No primeiro show, no ano anterior, foi e nunca mais esqueceu da emoção de acompanhar com milhares de outros jovens Chico Buarque cantando a então novíssima e sempre emblemática “Apesar de você”. E apesar dos resquícios ainda da ditadura, Fernando pode contribuir para o nascimento daquele outro dia de que fala a música.

“No dia seguinte do plantão, que era o feriado de 1º de maio, fui direto para a praia. Encontrei meu pai (o advogado Tristão Fernandes) que estava com um amigo dele, um coronel do Exército. No hospital, principalmente quando chega um ferido com aquela gravidade, a gente olha para a ferida, para o sangue, e só pensa em salvar a pessoa. Ainda me lembro que depois do atendimento soube que o motivo na ficha de entrada era “explosão do motor do automóvel”. Foi o coronel amigo do meu pai que, lendo os jornais que já informavam que o ferido era militar, disse: “ele é do DOI”. Eu nunca tinha ouvido falar em DOI, só sabia o que era DOPS.

*Voltei para a residência e já encontrei o hospital tomado por militares, até dentro do CTI. E, na porta, um monte de jornalistas. De vez em quando, eu conversava com os jornalistas no bar. Em poucos dias, os jornais apurando tudo, todo mundo já sabia que o sargento e o capitão eram do DOI e mais, todo mundo já sabia muito bem o que era DOI. No dia 5 de maio, eu estava conversando com o Marcelo Beraba, repórter do jornal **O Globo**, que eu conheci ali, nunca tinha visto antes. Ele era candidato a presidente do sindicato dos jornalistas, conhecia o pessoal do sindicato dos médicos. Estava com o fotógrafo Paulo Moreira, também do Globo e eles me pediram para tentar fazer a foto. Peguei a Nikon do Paulo Moreira e fui para a sala de cirurgia onde ia ser feita uma limpeza cirúrgica nos ferimentos do capitão. Fotografamos, eu e outros médicos, o capitão ali e também, quando ele já estava de volta no CTI, eu e outro residente. Falamos para os médicos que era com fins científicos, para apresentarmos o caso depois. No CTI, o capitão percebeu quando estourou o flash e olhou pra mim. Eu disse apenas ‘olá’. Estava convicto de que ele era um criminoso e de que eu tinha o dever de ajudar a revelar a verdade. Entreguei a máquina com o filme para o Paulo Moreira e o Beraba e uma hora depois a foto já estava aparecendo na televisão, no plantão do Jornal Nacional da TV Globo. No dia*

seguinte, estava na primeira página do Globo.”

Cinco anos depois, a foto ainda estava na vida de Fernando. Acusado – por alguém que os seus juizes não identificaram – ele respondeu a um inquérito sumaríssimo instaurado no próprio hospital Miguel Couto e foi rapidamente condenado a uma suspensão de 29 dias na residência e em seguida transferido do hospital. Foi “exilado” no pequeno hospital Paulino Werneck, na Ilha do Governador. Mas foi perseguido durante muito mais tempo, impedido de receber o certificado de sua residência médica, o que lhe fechou as portas de tantos empregos que começou a pensar em sair do país. Seu pai, que fora presidente da Federação dos Bancários do Paraná, preso em 64 e respondera a um Inquérito Policial Militar que durou até 1971, entrou com uma ação na Justiça contra a Prefeitura. Fernando tinha medo: deixou até de andar de moto por um tempo, pensando que poderia ser atropelado e morto pela linha dura. E o caso foi parar em Cuba, através de uma carta de Luiz Carlos Prestes, o supremo chefe do Partido Comunista Brasileiro, ao Comandante Fidel Castro.

O certificado acabou saindo em 1987. Fernando acabou ganhando um prêmio Nobel. Depois de fazer dois cursos de extensão na Europa, com poucas possibilidades de trabalho por causa da falta do certificado e preocupado em somar à sua especialidade em cirurgia algum tipo de trabalho social, Fernando, que trabalhava na emergência do hospital Getúlio Vargas, começou a trabalhar em projetos de saúde popular e participou da montagem do centro de saúde da favela da Mangueira, no Rio de Janeiro. Um projeto sem vínculos com o governo, que prosperou, serviu de exemplo para outros centros em áreas carentes e recebeu a visita de muitas Organizações Não Governamentais. Uma destas ONGs, da Holanda, convidou Fernando a fazer parte do grupo Médicos Sem Fronteiras. Convite aceito, primeiro médico brasileiro na organização, lá foi ele. Primeiro, combater a malária entre os índios ianomâmis na selva amazônica; depois, montar um posto médico em um barracão de madeira em plena área da guerrilha hindu contra o governo budista do Sri Lanka; em seguida, em uma viagem que misturou barco, trem, avião e peregrinação por três países, foi para Ruanda, no meio de uma guerra entre as etnias hútus e tútsis que matou 800 mil pessoas e deixou 2,5 milhões de desabrigados em um país de 7 milhões de habitantes.

Fernando esteve também na Bósnia, no front de Sarajevo, e na Somália, em seu período de treinamento nos Médicos Sem Fronteiras, instituição fundada há 25 anos na França, que hoje conta com mais de 2 mil médicos em 100 países, sempre em trabalhos de socorro a vítimas de guerras ou desastres naturais. Em outubro de 1999, o MSF recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

“A trajetória de vida do meu pai já havia me ensinado quanto um regime político pode influenciar nossa vida pessoal, o nosso dia a dia. A reabertura do caso Riocentro serve para reafirmarmos os valores da democracia e para que a juventude de hoje saiba disso – como uma ditadura pode tornar infeliz o cidadão e o indivíduo. E tome consciência de quanto é importante se importar, participar. Nas vésperas do ano 2000, eu me lembro do médico francês de 62 anos que foi me substituir no meio da guerrilha, acompanho o processo contra o general Pinochet, preso em Londres, e o andamento das denúncias contra os verdadeiros culpados por aquelas bombas no Riocentro. E ainda vejo o MSF ganhar o prêmio Nobel da Paz. Aí sei que estamos caminhando para um mundo melhor.”

Fernando Olinto Henrique Fernandes

Outubro de 1999

Rio, 29 de Novembro de 1988.

Ao Comandante Fidel Castro Rus.

Querido Companheiro e Amigo.

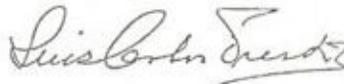
Tomo a liberdade de escrever-lhe estas linhas para fazer um pedido de socorro para um amigo / que está sendo perseguido pela Cúpula militar e encontra-se em perigo de perder a própria vida.

Esse amigo, na sua qualidade de médico e cirurgião é acusado de haver fotografado, no Hospital em que trabalhava, o oficial do Exército que participou da tentativa de atentado, a explosivos, / contra uma reunião de cerca de dez mil jovens, aqui no Rio de Janeiro, na noite de 30 de Abril de 1981 (acontecimento conhecido como o do / "Rio-Centro", e que não teve êxito, porque explodiram inesperadamente os artefactos, no próprio veículo em que viajavam, ferindo o referido oficial do Exército e matando o sargento que o acompanhava).

Em consequência, o referido médico, que se chama Fernando Olinto Henrique Fernandes, vem sendo perseguido e injustamente processado judicialmente. E tudo indica que as autoridades militares pretendem "liquidá-lo" na prisão. Infelizmente, apesar da nova Constituição, recentemente promulgada, é dessa catadura ainda a democracia em nosso País. O que é também comprovado com os acontecimentos relacionados com a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, onde o Exército interveiu com tanques canhões e / três mil soldados, que assassinaram três ou quatro operários grevistas.

Em consequência, o referido médico vive hoje forçado e só vê salvação se conseguir sair do Brasil. Desejaria ele poder residir em Cuba. Tem condições para poder viajar para Cuba por própria / conta, mas necessita de autorização do Governo Cubano para iniciar / a viagem.

Envio junto a esta o CURRICULUM VITAE do solicitante.
Gratíssimo, abraço-o afetuosamente,



LUIZ CARLOS PRESTES

Uma pesquisa desconcertante

A pesquisa foi feita entre os dias 4 e 10 de novembro de 1999. No primeiro dia, quatro terminais de computador foram colocados à disposição dos universitários no campus da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. Nos demais, o questionário ficou à disposição dos internautas no portal do ZAZ, provedor que estava recebendo naquele mês mais de 500 mil visitas por dia.

Uma análise dos números demonstra que o assunto Riocentro tem pouco apelo para os mais jovens: das mais de mil pessoas que responderam à pesquisa, apenas 22% tinham menos de 21 anos.

Os mais jovens acertaram mais do que o grupo geral quando se tratava de tecnologia – nenhum deles esqueceu que já existia o Atari, o primeiro joguinho eletrônico.

Nas mudanças no comportamento social e na cultura, ficaram acima da média, sabendo muito bem que o mundo em que nasceram já estava longe do “Paz e Amor” defendido pelos hippies da época de seus pais. Na economia, ficaram um pouco abaixo da média confundindo o início com o fim do chamado “milagre brasileiro”. Mas, na política, erraram bastante: foram praticamente iguais as opções pela resposta correta em relação ao voto direto (não era permitido votar para prefeitos, por exemplo) e pela errada, que afirmava já ser possível votar para todos os cargos eletivos, à exceção de Presidente da República. O desconhecimento sobre quem era o presidente na época também foi alto: um quinto dos entrevistados errou e mais da metade dos que erraram pensa que em 1981 éramos governados por Getúlio Vargas. O AI5 é bem conhecido – apenas 5% dos mais jovens acreditam que ele era uma lei votada pelo Congresso que instituía a pena de morte para sequestradores; o mesmo percentual que pensa que senador biônico era um senador “sarado”, “marombeiro”, adepto do suplemento alimentar Biotônico Fontoura.

O desconhecimento sobre as manipulações do processo eleitoral à época do regime militar e mesmo da luta pela redemocratização fica também evidente na alta percentagem de erro nas respostas sobre o Colégio Eleitoral – 20% optaram pela resposta de que era uma escola criada pelos militares para candidatos a cargos eletivos – e sobre a música de Aldir Blanc e João Bosco que se transformou em um verdadeiro hino da anistia: 17,9% dos jovens pensam que as Marias e Clarisses a que se refere à música eram atrizes da Rede Globo e formavam um triângulo amoroso com o irmão do Henfil.

O questionário, como foi apresentado na Internet, está abaixo, com as respostas corretas em negrito. Os números mostram a percentagem de pessoas que escolheram cada opção, com a coluna “Geral” mostrando o conjunto de respostas de pessoas de qualquer faixa etária.

Veja a pesquisa nas próximas páginas.

No próximo capítulo, mais informações sobre esta época, a época da bomba no Riocentro.

Resultados finais

Geral	Menores de 21 anos	Perguntas
Percentual de respostas à pergunta		Algumas respostas podem somar mais de 100% por existir mais de uma opção correta
1. Até 1981 ainda não existiam:		

1,3	4,8	• Videoclipe
5,1	4,8	• Fax
0,8	0	• Atari, o primeiro joguinho eletrônico
1,3	2,4	• Walkman
1,1	0	• Máquina de escrever eletrônica
2,7	2,4	• Videocassete
88,3	85,1	• Telefone celular

2. Na informática, a tecnologia da época tornava possível:

12,9	22,5	•O lançamento do primeiro PC, precursor de todos os microcomputadores, com 64 megabytes de memória e velocidade de 4,77 megahertz
3,7	2,5	•O lançamento do primeiro notebook com modem de 14.400 BPS
84,2	75,5	• O uso de computadores apenas em grandes corporações ou governos. Em casa, na maioria das empresas e na imprensa, utilizavam-se máquinas de escrever e arquivos do papel

3. O comportamento social mostrava que:

		• A Aids é uma doença desconhecida e a maioria absoluta dos brasileiros não usa preservativos
--	--	---

41,1 8,8 51,2	53,6 4,9 41,5	<ul style="list-style-type: none"> • O mundo vive um retorno ao movimento hippye, com os jovens se voltando para o Coletivismo, a vida no campo e o ideal de Paz e Amor • O mundo vive o surgimento dos yuppies (Young Urban Professionals), jovens voltados para o individualismo, que têm como valor máximo o status profissional e financeiro
---------------------	---------------------	---

4. No cenário econômico nacional:

15,3	17,1	<ul style="list-style-type: none"> • O país vive uma fase de crescimento, com expansão do nível de emprego e inflação baixa, no auge do chamado “milagre brasileiro”, tornando-se a 8ª economia do mundo
------	------	---

84,7	82,9	<ul style="list-style-type: none"> • O país vive uma fase de recessão, endividamento externo crescente e inflação alta -39.000% na soma de toda a década de 80. É o fim do chamado “milagre brasileiro”
------	------	---

5. No cenário político nacional:

--	--	--

9,6
25,8
64,6

7,3
43,9
48,8

• O país vive a pior fase do regime militar, com a esquerda radical preparando a luta armada e o governo matando e torturando presos políticos

• Já é possível o voto direto para todos os cargos eletivos, menos para Presidente da República

• **O país vive uma fase de redemocratização, mas o governo militar não permite o voto direto para prefeitos de capitais, de estâncias hidrominerais e áreas consideradas de segurança nacional e para Presidente da República**

6. O presidente do Brasil em 1981 era:

2,6
92,6
2,0
3,5

12,5
80
5
2,5

• Getúlio Vargas

• **João Baptista Figueiredo**

• Juscelino Kubitschek

• Carlos Castello Branco

7. AI5 era:

• Um novo complexo

0 2,3 97,7	0 5 95	<p>vitamínico que surge com a onda de culto ao corpo desencadeada no início dos anos 80</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma lei votada pelo Congresso que institui a pena de morte para sequestradores • Uma espécie de decreto baixado pelos militares que fecha o Congresso, estabelece a censura prévia à televisão e ao rádio e cria os crimes de segurança nacional
------------------	--------------	--

8. Senador biônico era:

2,5	5	<ul style="list-style-type: none"> • Um Senador “sarado”, “marombeiro”, preocupado com a saúde, adepto do suplemento alimentar Biotônico Fontoura
-----	---	--

43,6 53,9	45 50	<ul style="list-style-type: none"> • Um Senador escolhido entre os militares • Um Senador eleito de forma indireta pelas assembleias estaduais
--------------	----------	---

9. Colégio eleitoral era:

		Uma escola criada pelos sindicatos para ensinar a população de baixa
--	--	--

3,6
7,3
89,1

0
20
80

renda a votar

- Uma escola criada pelos militares para candidatos a cargos eletivos
- Um grupo formado por membros da Câmara, do Senado e de assembleias estaduais que escolhia o Presidente da República

10. Meu Brasil

Que sonha com a volta do irmão do Henfil

Com tanta gente que partiu num rabo de foguete

Chora a nossa pátria mãe gentil

Choram marias e clarisses no solo do Brasil

O trecho acima, da música “O Bêbado e o Equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco, se refere:

94,6
5,4

82,1
17,9

- A duas viúvas de presos políticos que morreram vítimas de tortura na prisão da ditadura militar brasileira e à expectativa da volta dos exilados políticos com a anistia
- A um triângulo amoroso formado pelo irmão do cartunista Henfil com duas atrizes de novela da Rede

11. O fato de se viver em uma ditadura ou em uma democracia:

9,2
90,8

18,1
81,9

• Não interfere em nada na vida pessoal de cada um – é possível ser feliz individualmente independente do regime político

• **Interfere muito na vida pessoal de cada um – não é possível ser feliz individualmente sem liberdade social e política plena**

Dezoito anos

A idade da maturidade é o que nos separa daquele ano, 1981. E que ano! Pelo mundo afora, o ano foi de guerras de muitos mortos, de atentados com dois tiros que poderiam ter mudado a história, de reviravoltas políticas e sociais. Foi o ano da irrupção do fundamentalismo muçulmano e do nascimento do microcomputador, da música virando imagem com a estreia do videoclipe do “casamento do século”. Olhando para trás, podemos perceber naquela época um indício do que hoje chamamos globalização – o mundo caminhando, através de sucessivos e espantosos avanços da tecnologia, para um aumento vertiginoso da velocidade da informação e vendo se afirmarem cada vez mais os valores do mundo ocidental, entre eles o capitalismo, o individualismo e o consumismo. Vivendo, também, a valorização da liberdade e da democracia.

Na Polônia, a demonstração de opção pelo socialismo independente do controle do bloco soviético com o sindicato “Solidariedade”, do carismático líder Lech Walesa, conquistando mais de 10 milhões de afiliados – dura durante quase todo o ano até que, em dezembro, o general Jaruzelski expulsasse Walesa, acabasse com o sindicato e decretasse estado de sítio no país. Mas é esse o ponto de partida para toda a reformulação que o leste Europeu viveria ao longo dos anos seguintes e que culminaria em um dos episódios mais simbólicos do nosso século: a queda do muro de Berlim.

Na Europa, é a social democracia que ganha maior espaço, com a eleição na França do presidente François Mitterand somando-se a dos companheiros de ideologia liberal e democrática Felipe Gonzalez, da Espanha, e Mário Soares, de Portugal.

Nos Estados Unidos, Ronald Reagan – que sofre um atentado a tiro neste ano – esta resgatando o orgulho de uma América que vai se esquecendo da guerra do Vietnã, se tornando cada vez mais bem-sucedida economicamente e impondo seu neoliberalismo ao mundo.

Os valores democráticos e liberais estão chegando até mesmo ao tradicionalmente autoritário mundo muçulmano. Por ter defendido estes valores, é assassinado por fundamentalistas radicais Anwar Sadat, presidente do Egito e primeiro líder árabe a reconhecer Israel. O Papa João Paulo II, que viaja o mundo pregando conciliação, também sofre um atentado, praticado por um turco.

A guerra Irã-Iraque (que duraria oito anos, com mais de um milhão de mortos) já fazia seu primeiro aniversário e é mais um exemplo de como o planeta vai se tornando “menor”. Em 1981, o Irã liberta 52 reféns norte-americanos que haviam ficado 444 dias em condições humilhantes no cativeiro, em decorrência do apoio dos Estados Unidos ao Iraque – a crise internacional gerada demonstrando como os conflitos seriam cada vez mais “globais” no futuro próximo, extrapolando os limites regionais e interferindo cada vez mais na economia e na política mundiais.

Até a China começa a se curvar a essa nova maneira de pensar, produzir e consumir tão diferente da oriental e da comunista. E inicia sua abertura para o ocidente, incorporando os primeiros conceitos capitalistas e aceitando investimentos estrangeiros. Em 1981, o presidente Den Xiaoping abre o processo contra a viúva de Mao Tsé Tung, o ideólogo e líder da revolução que tirou a China direto do feudalismo para o comunismo.

O mundo está mudando tão rapidamente que a tradicional nobreza inglesa transforma o casamento de seu herdeiro em show business internacional: sem de longe imaginar que, na próxima década, se tornaria o viúvo mais famoso do mundo, o príncipe Charles une-se a Diana, a Lady Di, em uma cerimônia transmitida a milhões, via satélite, pela TV, com direito a venda de todo tipo de souvenirs.

Também pela televisão, o mundo assiste ao lançamento do primeiro ônibus espacial, a nave Columbia. Até 1981, os astronautas voltavam do espaço em cápsulas sustentadas por paraquedas.

E – foi em 1981 – aparece o antecessor de todos os micros, com o anúncio, pela IBM, em Nova York, do lançamento do PC 5150, com hoje ridículos 64 quilobytes de memória e velocidade de 4,77 megahertz. Mas o computador ainda era tão novidade que só no ano seguinte conquistou a capa da revista Time, que estampou o título “A Máquina do Ano”, substituindo as tradicionais, dedicadas ao Homem ou à Mulher do Ano. Seria equipamento raro no mundo e raríssimo no Brasil até meados da década que é também a época em que a Microsoft viria a lançar o programa Windows e a primeira versão do Word.

Internet no Brasil, só na próxima década e mesmo assim apenas entre as Instituições de pesquisa, com a Embratel com o monopólio de acesso. Somente textos eram transmitidos. A rede, da maneira como conhecemos hoje, com a capacidade de transmitir som e imagem, iria demorar um pouquinho mais até o lançamento da World Wide Web, por um laboratório europeu.

Em 1981, o Brasil e o mundo desconheciam até o fax, que surgiu apenas em 1986, e o hoje ultrapassado vídeo laser, lançado no final da década. Mas já se começava a ouvir falar no walkman, criado por Akio Morita, presidente da Sony, e no primeiro joguinho eletrônico, o Atari.

Sucesso em lançamento tecnológico naquele ano aqui era o vídeo cassete que, contrabandeado primeiro para exibir filmes pornográficos em motéis, começou a chegar aos lares de classe média alta, capazes de pagar até quase US\$ 2.000,00 pelo mais novo aparelho eletrodoméstico.

Foi também em 81 que surgiram na telinha do brasileiro duas novas emissoras de TV – SBT e Manchete. No ano seguinte, Reino Unido, Alemanha e França anunciam planos para Implantar a TV a cabo, que só chegaria dez anos depois ao Brasil, em seguida ao primeiro sistema de telefonia móvel celular no país.

Mas em 1981 já se tornava possível "ver" a música, pelo menos nos Estados Unidos: estreia a MTV e com ela não apenas o videoclipe, mas toda uma nova maneira de exibir o cantar também em shows, com Madonna e Michael Jackson como precursores do dar forma plástica ao som.

Por aqui, a cantora americana Joan Baez e impedida pelo governo brasileiro de cantar no teatro da Universidade Católica de São Paulo suas músicas de protesto, consideradas subversivas mesmo em inglês. E, enquanto ouvíamos nas paradas de sucesso do rádio Rita Lee cantando "quero mais saúde, me cansei de escutar opiniões de como ter um mundo melhor", morre Glauber Rocha que, através do seu Cinema Novo, insistia em fazer valer suas opiniões, com uma ideia na cabeça e uma câmera na mão.

No mesmo 1981, o cinema brasileiro brilha: "Eu Te Amo", de Arnaldo Jabor, fatura a maior bilheteria com 3.500.000 espectadores; "Eles Não Usam Black Tie", de Leon Hirszman, ganha o Leão de Ouro em Veneza e "Pixote, A lei do mais fraco", de Hector Babenco, conquista o público na Europa e é premiado na Espanha, França e Suíça. Sua protagonista, Marília Pera, é eleita melhor atriz pela Sociedade Nacional de Críticos de Cinema dos EUA e ganha o prêmio Moliere, por sua atuação na peça "No Natal a gente vem te buscar".

Na literatura, Fernando Gabeira comemora recordes de vendagem no Brasil, com "O que é isso companheiro" e "Crepúsculo de um macho", ambos com mais de 100 mil exemplares, e lança seu terceiro livro.

Brilhamos também nos esportes: o Flamengo Futebol e Regatas, do Rio de Janeiro, recupera o título de campeão mundial de interclubes para o Brasil, vencendo o Liverpool no Japão por 3x0. O título vinha sendo perseguido por 18 anos e consagra o jogador Zico no outro lado do mundo. Lá também, Pedro Paulo Carneiro, o Pepê, vence o primeiro campeonato de voo livre do mundo, organizado pelos japoneses. Nelson Piquet conquista, pela Brabham, o campeonato mundial de Fórmula 1. Ayrton Senna ingressa, na Inglaterra, na Fórmula 3000 e é campeão. E o tenista Carlos Alberto Kirmayr vence o campeão de Wimbledon, John McEnroe, e entra no ranking dos 40 melhores tenistas do mundo. Todas

estas vitórias não foram capazes de compensar a dor de ver nosso recordista mundial em salto tríplice nos jogos do México, João do Pulo, ter que amputar uma perna, após ficar entre a vida e a morte, vítima de um acidente de carro na via Anhanguera, São Paulo, aos 27 anos.

Tudo em 1981, ano que viu ainda o Brasil, principalmente as brasileiras, transformar morte em luta. No rastro de uma onda de agressões passionais violentas, o cantor de boleros Lindomar Castilho assassina a própria mulher em uma Boate de São Paulo e as feministas desencadeiam a campanha "Quem Ama não Mata", que acabou contribuindo para a condenação de Raul Fernando, o Doca Street, por cinco votos a dois, no Tribunal do Júri de Cabo Frio, Rio de Janeiro, por matar, com quatro tiros na cabeça, a mulher, Ângela Diniz.

Na contramão do feminismo, estoura Maria das Graças Meneghel, que já era Xuxa mas não pensava ainda em baixinhos. Ela brilha em mais de 40 capas de revista, é anunciada como a eleita daquele que, um ano antes, fora eleito o Atleta do Século, e não parece se importar com o título com que foi brindada ao aparecer nua, na revista Status, pela primeira e única vez, também em 1981: "O melhor gol de Pelé". Aos 18 anos, ainda não era a Rainha, apenas Pantera do Carnaval.

No carnaval, nu ainda não havia, embora tenha sido inaugurado dentro da década por Joãozinho Trinta, frontal e em plena Marquês de Sapucaí, no desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Masa liberalidade sexual já era marcante no Brasil neste início de década. Enquanto, nos Estados Unidos, havia sido proibido um comercial de revista com Brooke Shields toda vestida, mas insinuando estar sem calcinha com a frase "você sabe o que existe entre mim e o jeans Calvin Kline?: nada", aqui no Brasil já estava em preparação a primeira festa popular e pública especialmente organizada para homossexuais: foi no carnaval de 1981 que estreou, no Canecão, uma das mais conhecidas casas de espetáculo do Rio, o Gala Gay, incorporado ao calendário oficial.

Na época ainda não se tinha pesadelo com AIDS, a doença identificada pela primeira vez neste ano. Mas a festa do sexo livre duraria pouco: em 1983 morria, vítima da doença, o primeiro brasileiro conhecido, o costureiro Markito. Uma sucessão de outras mortes de homossexuais e a surpresa, em 85, de Rock Hudson, um dos maiores galãs norte-americanos, morrer com a AIDS revelando sua opção sexual, provocaram um verdadeiro pânico generalizado, o medo desinformado do contágio gerando muita discriminação dos soropositivos. Mais tarde, o alastramento da doença, contaminando mulheres e crianças, mostraria que ela não era um "mal gay".

Apesar de campanhas oficiais e voluntárias de esclarecimento à população (nem sempre tão esclarecedoras), o Brasil já era, em 1986, o quarto país com maior incidência da doença, segundo a OMS, Organização Mundial da Saúde. E não escapou de algumas mudanças de comportamento decorrentes, em parte, do surgimento da maior praga da modernidade. Embora estivesse surgindo uma nova modalidade de família – a de pais separados com filhos, que se casavam de novo e mantinham um bom relacionamento com os ex-cônjuges, levando as crianças a dizerem ter "dois pais" e "duas mães" –, a amizade colorida (gíria de época que nasceu para designar o namoro com sexo mas sem compromisso) e o casamento aberto (relações extraconjugais aceitas de comum acordo) foram perdendo terreno para uma volta à valorização do casamento tradicional.

As explosões de conservadorismo têm um bom exemplo em um abaixo-assinado de 100.000 mulheres protestando contra o excesso de liberalidade sexual que provoca advertência do ministro da Justiça, Abi-Ackel, à Rede Globo por "Abuso de licenciosidade" que poderia ser um simples topless, de costas!

Nada a estranhar em uma época em que existia um Conselho Superior de Censura que, neste mesmo ano de 81, abriu a "concessão" de criar salas especiais para exibição de filmes com cenas de violência ou de sexo nas cidades com mais de um milhão de habitantes.

O sonho hippy de um mundo livre parece que tinha acabado mesmo no ano anterior, com o assassinato,

por um fã anônimo, do Beatle John Lennon, em Nova York. Aqui e ali viam-se punks, com os cabelos rosa ou verde e os Skin Head, carecas totalmente ou com estranhíssimos tufo em topete, os brincos substituindo os cabelos compridos do passado. Mas os filhos dos hippies eram, na maioria, yuppies, o slogan "Paz e Amor" substituído pelo que a própria origem da nova denominação sugere. Os Young Urban Professionals (jovens profissionais urbanos) não queriam saber de vida comunitária e muito menos no campo.

Eles cresceram aprendendo que o maior valor era mesmo o dinheiro, de preferência muito e muito cedo na vida, cultuam o individualismo, aceitam regras cruéis de competição e adotam uma nova droga.

O início dos anos 80 foi marcado pelo culto ao corpo, uma verdadeira mania por vitaminas, a preocupação com o estar perto e proteger a natureza, a busca de uma alimentação saudável – que incluía o muitas vezes nada saudável sanduíche "natural" e o iogurte, ambos novidade absoluta. Foi também quando surgiu o alerta para os perigos de ser fumante passivo e foram criadas as primeiras áreas restritas para os adeptos do simples cigarro. Mas, apesar de toda essa ligação na saúde, a nova droga era barra-pesada.

A maconha e o LSD, com seus efeitos calmantes, alucinógenos, dão lugar à cocaína, com sua ilusão de raciocínio de brilho rápido, ritmo incansável, poder. A droga abre mares nunca antes navegados, sendo aceita socialmente em parcelas cada vez maiores da classe média alta e do mundo dos executivos. Cheirava-se abertamente nas festas e quase abertamente nos banheiros dos bares e das boates. Gente da alta sociedade e também da classe média comprava cocaína em pontos já fora dos bairros marginais das grandes cidades. Em 1982, a cocaína mataria de overdose uma das maiores cantoras brasileiras, Elis Regina, que nunca fora underground.

O limite entre o certo e o errado, o legal e o ilegal, o ético e o indefensável se estreita. Em março de 1981, Ronald Biggs, que já vivia confortavelmente há algum tempo por aqui, é sequestrado pela polícia inglesa e levado para Barbados para responder pelo roubo de um trem, em 1963, em Londres. Pouquíssimo tempo depois é recambiado por ter um filho brasileiro com uma bela mulata. Todo mundo acha graça.

No mesmo 1981, o ex-policia Mariel Mariscot é assassinado em frente à fortaleza do banqueiro de bicho Raul capitão, para quem trabalhava. Policiais corruptos ligados ao jogo do bicho são suspeitos. O Rio de Janeiro tem mais de 20 chefões notórios, que desfrutam de liberdade e intimidade com vários escalões do poder institucional. Nem todo mundo acha graça.

Estava ficando difícil saber quem era o bandido. Até mesmo se pensamos em qual era, afinal, a base política e econômica desta sociedade brasileira de 1981.

Economia – O falso milagre de um bolo jamais dividido

Desde o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 – chamado primeiro pelos golpistas e depois generalizadamente conhecido como a Revolução –, os militares, principalmente os do Exército, exerceram um poder marcado pelo autoritarismo, pela censura, pela tortura e pela manipulação do processo político eleitoral. Mas, depois de um período de ajuste de cerca de três anos a contar do início do regime militar, a economia passou a ir muito bem, experimentando uma extraordinária expansão das atividades e vendo desenvolver-se novos setores geradores de renda e emprego como o das telecomunicações, o da geração e distribuição de energia, o de transportes e o de bens de consumo duráveis e de capital. Foi o chamado "milagre brasileiro", que teve seu auge no início da década de 70. Com a ajuda de uma conjuntura internacional bastante favorável e a partir da política econômica pragmática e desenvolvimentista dos militares, o PIB, Produto Interno Bruto, do país dá um verdadeiro salto, saindo da 43ª posição no Ocidente, em 1964, para a 8ª posição em 1980. Um verdadeiro feito, reconhecido por um estudo mundial da OCDE, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os 24 países mais ricos do mundo, que apontou a economia brasileira como a que mais cresceu no mundo ocidental entre 1900 e 1980.

Na época das explosões no Riocentro, esse quadro já havia mudado muito. Uma nova crise do petróleo – a primeira havia sido em 1973 –, provocada por um súbito aumento de preços decidido pela OPEP, Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo, em 1979, atingira em cheio o Brasil, 3º maior importador do mundo. E as taxas de juros internacionais elevadas já haviam contribuído para transformar nosso país no também 3º maior devedor do mundo. Apesar disso, os militares insistem em seu ideal de "Brasil Grande", tentando manter o crescimento acelerado. Com projetos como o da usina de Angra I, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, que começou a produção de calor de origem nuclear para geração de energia elétrica em março de 82, depois de demorar 11 anos para ser construída a um custo de US\$ 1,8 bilhão, e nunca chegar a operar integralmente.

Foram muitas e graves as consequências desta opção pelo desenvolvimentismo que fez ficar apenas cinco meses no cargo Mário Henrique Simonsen, o primeiro ministro da Fazenda do governo do general João Baptista Figueiredo. Sua intenção de "apertar o cinto", para adequar a economia brasileira à crise mundial, foi rapidamente vencida pelo projeto expansionista baseado em mais endividamento de Delfim Netto, em favor de quem Simonsen renuncia.

O crescimento a todo preço provocou endividamento crescente: em 1981, o Brasil precisa de 6 bilhões de dólares para pagar os serviços da dívida. Provocou também aumento da inflação, que já é de 95% em 81 e chegaria a 39.000% na década que viu os CR\$ 1.000.000,00 de 1980 virarem NCZ\$ 1,00 em 89, a moeda tendo passado de cruzeiro para cruzeiro novo, perdido depois o novo, virado cruzado e finalmente cruzado novo. E recessão: em 1981, o PIB diminui 4,3%. A Volkswagen reduz sua produção diária, demite 3.750 funcionários, paralisa sua produção para o mercado interno e dá férias coletivas a 11.800 empregados; A Fiat dispensa 1.398; a Bosch do Brasil, 1.770; a Mercedes-Benz, mais de 5.000; O Presidente do Sindipeças revela que, entre janeiro e agosto de 81, as indústrias demitiram 55.000 trabalhadores.

Os números do grande crescimento econômico desde o golpe militar de 64 não entraram no bolso do

brasileiro que decidiu não esperar dar certo a tese de que era preciso "primeiro fazer crescer o bolo, para depois dividir", frase de Delfim Netto que acabou ficando célebre como definição resumida da ideia de distribuição de renda do poder militar.

Os trabalhadores, por sobre toda a repressão, vinham se organizando em sindicatos, principalmente no ABC paulista (região das cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, onde se localiza a maioria da indústria automobilística). No final da década anterior, o país vivera uma explosão de greves – 429 em 1979 – e este número foi caindo à medida que conquistavam-se algumas vitórias contra o arrocho salarial. Em 1981, pela primeira vez desde que os militares tomaram o poder, o Sindicato dos Metalúrgicos São Bernardo do Campo, São Paulo, faz um acordo direto com os empresários sem a intervenção do Ministério do Trabalho. Mesmo assim foram 34 greves, a redução em relação aos anos anteriores é decorrente da aprovação pelo Congresso, em junho de 80, de uma política salarial com reajustes semestrais, para fazer frente a uma inflação que corroía os salários. Mas a nova lei não impedia que um trabalhador chegasse a perder 1/3 do seu poder de compra durante os seis meses em que ficava sem reajustes salariais. E nem todos tinham a correção inflacionária total: a lei determinava que quem ganhasse entre um e três salários mínimos receberia a correção inflacionária e mais 10%; entre três e dez salários, o mesmo índice da inflação; para os que ganhavam entre dez e 15 salários mínimos, a correção era de 80%; para os da faixa entre 16 e 20, 50%; e acima de 20 salários mínimos, nenhum reajuste estabelecido. Nesta época, ganhou grande destaque no noticiário econômico o Dieese, Departamento Intersindical de Estudos Econômicos Sociais e Estatísticos, ao qual recorriam tanto as categorias profissionais quanto os jornalistas especializados para entender e calcular as enormes perdas salariais.

A mobilização dos trabalhadores do então mais moderno setor da economia brasileira (a indústria automobilística e seus fornecedores) foi combatida duramente pelo regime. O maior líder do movimento sindical é Luiz Inácio da Silva, o Lula, que, com seu carisma e capacidade de liderança, começava a construir o caminho que o levaria a inédita condição de operário candidato à Presidência da República poucos anos depois. Em 1980, logo depois de ser preso com vários companheiros por ter liderado uma greve de 41 dias no ABC, Lula é eleito presidente do novo Partido dos Trabalhadores. Em fevereiro de 1981, ele e os sindicalistas são condenados. Em um novo júri, Lula recebe a pena de três anos e meio de prisão, mas depois é absolvido pelo Superior Tribunal Militar. Em abril do mesmo ano, um general proíbe a legalização da UNE, União Nacional dos Estudantes, que nunca deixou de ser um dos maiores pontos de resistência à ditadura.

Por que um general era o ministro da Educação e por que era o STM o foro de julgamento de sindicalistas? Porque os militares almejavam controlar tudo. Até a produção direta de bens e serviços, através das companhias estatais. Nos primeiros cinco anos após o golpe de 1964 foram criadas 46, mais do que jamais houvera no país. No início da década de 80, as estatais já eram 440. Mas, com a crise econômica, esta estrutura estava começando a ruir.

O que marca a economia da época em que explodiu a bomba no Riocentro e o início do fim do sonho do milagre brasileiro. O Estado todo-poderoso engendrado pelos militares começa a falir. E o descontentamento com o cenário econômico faz com que cada vez maiores segmentos da sociedade se tornem contrários ao regime militar e a favor de mudanças na política.

Política – Uma brava resistência e a gangorra do abre e fecha

No nosso ano em questão, o Presidente da República era o general João Baptista Figueiredo, o sexto governante do país desde o golpe, se somarmos, pela ordem, o marechal Carlos Castello Branco (1964/67) e os generais Artur da Costa e Silva (1967/69), Emílio Garrastazu Médici (1969/74) e Ernesto Geisel (1974/79) e também a Junta Militar que ficou temporariamente no poder em 1969, por causa da trombose que deixou em coma e matou Costa e Silva.

Figueiredo havia assumido jurando fazer do país uma democracia, juramento selado com a célebre frase: “é para abrir mesmo, se não abrir, eu prendo e arrebento”.

E, em 1981, a abertura – como se chamava então o processo de redemocratização do país – estava mesmo em curso. Não havia mais censura à imprensa; o habeas corpus* tinha sido restabelecido; já houvera a Anistia e a maior parte dos exilados estava voltando; a atividade política, revalorizada, com o Congresso tendo recuperado prestígio e poder e a linha dura – como eram chamados os militares mais radicais – parecia sob controle. Neste ano, o Brasil teve até um presidente civil, o primeiro desde a deposição de João Goulart: o vice Aureliano Chaves ficou no poder durante 50 dias por força do infarto sofrido pelo Presidente Figueiredo.

Mas, de 1964 a 1981, muita luta, e muitas vezes luta sangrenta, havia sido travada entre a sociedade e o governo militar. E dentro do próprio governo militar havia, desde o início, uma disputa – entre os moderados e os linha-dura – pelo controle dos rumos do país.

Para entender melhor, é preciso recordar um pouco.

A maioria dos políticos, bem como grande parte da sociedade, aprovou o golpe militar. O mundo vivia o apogeu da Guerra Fria – a batalha ideológica entre o capitalismo defendido pelos Estados Unidos e o comunismo capitaneado pela então União Soviética.

No Brasil, a classe média das grandes cidades via o comunismo como um mal maior e o governo deposto de João Goulart como um risco para que o Brasil sucumbisse a esse mal. Os Estados Unidos, também. O governo norte-americano, do presidente Lindon Johnson e da guerra do Vietnã, reconheceu o novo governo brasileiro em menos de 48 horas.

Este quadro de anticomunismo referendado pelos Estados Unidos contribuiria para a formação de vários outros governos autoritários: Indonésia (1966). Grécia (1967), Peru (1968), Equador (1972), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976).

Por aqui, o autoritarismo se apresentou como sendo corretivo e temporário. Foi o Congresso que elegeu o marechal Castello Branco presidente. Ele era o principal líder da ala moderada dos militares golpistas e marca eleições presidenciais para outubro de 1965. A história foi bem diferente.

Viveríamos, ao longo do regime militar, um tempo em que era possível ser preso dentro da própria casa por ser amigo ou simplesmente conhecido de alguém suspeito de ser comunista. De pessoas desaparecendo sem deixar vestígios (algumas tiveram seus cadáveres encontrados anos e anos mais tarde, outras nem isso até hoje). Uma época em que eram tantas as manipulações nas regras eleitorais e políticas que se criou a palavra “casuísmo” – que significava mudar as regras do jogo político e eleitoral sempre que o regime achasse que ia perder. Em que censores ficavam dentro das redações dos jornais decidindo quais matérias seriam ou não publicadas e em que era absolutamente comum ter medo de dizer o que pensávamos.

Relembrando o começo de tudo, logo no início de seu mandato, o primeiro presidente militar, Carlos Castello Branco, edita o Ato Institucional número 1, que permite cassar mandatos, suspender a imunidade parlamentar, a vitalidade dos magistrados e a estabilidade dos funcionários públicos. No total do regime militar foram mais de dez atos, que instituíram arbitrariamente novas regras do jogo político e social, à revelia da Constituição.

Em outubro de 1965 houve eleições diretas, mas apenas para governador (Castello tinha aceito prorrogar seu mandato até março de 1967). Os candidatos favoráveis aos militares venceram em todos os estados, menos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, onde foram eleitos políticos ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, cassado pelos militares em 8 de junho de 1964 e aclamado nas ruas do Rio de Janeiro nesta época. Os militares linha dura ficam furiosos e, através do Ato Institucional número 2, Castello Branco acaba com os partidos políticos que existiam antes do golpe. Em seguida, seriam criados a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que reunia os governistas e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição.

A escalada do autoritarismo vai aumentando: a Universidade de Brasília, um centro de intelectuais de resistência ao regime, é fechada pela polícia, com a demissão em massa de professores, e centenas de pessoas têm seus direitos suspensos, ficando sem o direito de votar e ser votado.

Os políticos que têm seus mandatos cassados (entre eles Juscelino Kubitschek) formam a Frente Ampla, unindo-se para fazer oposição ao governo. Vem o Ato Institucional número 3, que determina que os governadores não serão mais eleitos pelo voto, mas escolhidos pelas Assembleias Legislativas estaduais. O Congresso é invadido e colocado em recesso e, nas eleições ainda diretas para cargos proporcionais, a Arena vence.

Em março de 1967, o general Costa e Silva, ministro da Guerra e líder da linha dura, toma posse como o novo presidente do Brasil.

É nesta época que parte da esquerda decide que a melhor maneira de combater o regime imposto ao país pelo golpe é pegar em armas e fazer guerrilha. Os primeiros guerrilheiros são presos em Caparaó, Minas Gerais, enquanto o PCB, Partido Comunista Brasileiro, da ala mais moderada da esquerda, lança um manifesto contra a luta armada. Os moderados do Exército perdem seu líder, com a morte de Castello Branco em um desastre de avião. E vem o ano de 1968, que ficou marcado como o das maiores batalhas entre a sociedade e o governo e criaria o ambiente para o auge das leis de exceção.

Neste ano, são muitas as manifestações públicas contra baixos salários e os estudantes organizam passeatas em que lutam com bolas de gude para derrubar os cavalos da polícia e são combatidos a cassetete e bombas de gás lacrimogêneo. Em uma destas passeatas, morre o estudante Edson Luís, no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, causando comoção nacional. Durante o congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, 1.240 estudantes são presos. O deputado Márcio Moreira Alves faz um discurso veemente contra o governo e o Congresso se recusa a dar licença para que ele seja processado pela Lei de Segurança Nacional como queriam os militares.

O contra-ataque a estes protestos crescentes vem pesado – é editado, em dezembro de 1968, o Ato Institucional número 5, o AI5, que fecha o Congresso, estabelece a censura prévia à televisão e ao rádio, suspende o instituto do habeas corpus, a mais antiga liberdade do homem contra o arbítrio do Estado, e estipula que o que o regime considerar crime de segurança seja julgado pela Justiça Militar.

É nesta época que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, entre muitos outros intelectuais brasileiros, é aposentado compulsoriamente. É também quando Costa e Silva determina a apreensão de livros e publicações consideradas “subversivas” e institui 68 municípios área de segurança nacional, onde, como nas capitais, não poderia haver eleições diretas para prefeito (porque nas capitais e nestas áreas estavam os eleitores de maior grau de instrução e acesso à informação, na maioria de oposição aos militares).

No ano seguinte, a linha dura avançaria ainda mais. O presidente Costa e Silva sofre uma trombose. Uma junta composta dos três ministros militares se recusa a dar posse ao vice-presidente, o jurista Pedro Aleixo; decreta extinto o mandato de Costa e Silva, que ainda estava em coma; toma o poder e outorga a Emenda Constitucional número 1, legalizando a legislação excepcional e transferindo para a reserva os militares que “ameaçam a coesão das forças armadas”.

Para complicar, alguns militares não se contentam em ameaçar o regime com protestos contra a linha dura e, como a esquerda mais radical, resolvem também partir para a ação armada. O Capitão Lamarca foge do quartel de Quitaúna, em São Paulo, junto com um grupo de oficiais e soldados, levando armas para tentar vencer, através da guerrilha, os militares no poder.

A repressão do regime prende e tortura. E tenta calar a sociedade: em 1969, são censuradas 50 peças teatrais e dez filmes. No Rio de Janeiro acontece o primeiro de uma série de sequestros políticos – de pessoas e de aviões – praticados por várias organizações de esquerda. Foi o do Embaixador Charles Elbrick, dos Estados Unidos, que daria origem ao livro “O que é isso companheiro?”, de Fernando Gabeira, um dos sequestradores. A junta aceita as condições para libertar o embaixador e solta 15 presos políticos que são banidos do país. Ao mesmo tempo, decreta o AI 14, que prevê pena de morte e prisão perpétua para o que o regime considerar crimes terroristas contra a segurança nacional. Mas outros sequestros viriam, como o do cônsul japonês em São Paulo, o do embaixador alemão e o do embaixador suíço, ambos no Rio.

Ainda em 1969, o Congresso é reaberto para dar posse ao novo presidente, Emílio Garrastazu Médici, que faria o governo mais repressivo e violento de todo o período militar. A luta armada é a desculpa da linha dura para justificar todas as arbitrariedades e o regime, ao final da gestão Médici, terá conseguido minar a força dos movimentos sociais e dizimar os militantes da esquerda mais radical.

Durante os anos Médici, a censura aumenta – agora existe a censura prévia também de livros e revistas. Mesmo assim, surgem os jornais de oposição, a chamada imprensa alternativa que chega a somar mais de 42 publicações e atingir tiragem semanal de 150 mil exemplares. Entre os principais estão O Pasquim (1969), Opinião (1972), a que se seguiram posteriormente ao final do governo Médici também Movimento (1975) e Em Tempo (1977). Todos são censurados, mas até revistas tradicionais, como Realidade, da editora Abril, são apreendidas em banca por conter reportagens tão simples quanto a opinião de crianças sobre o mundo adulto. E continua a repressão à luta armada, com a morte de vários militantes sendo noticiada como suicídio, atropelamento ou resultante de “conflito entre facções”. Pessoas simplesmente desaparecem.

Apesar de todo o arbítrio, favorecido pelo excelente desempenho da economia e até como consequência da euforia nacional com a conquista do tricampeonato pelo Brasil na Copa do Mundo de 70, Médici tem a aprovação de 70% nas pesquisas de opinião pública.

Nas eleições de 1973, para eleger o sucessor de Médici, o presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, alia-se ao presidente da ABI, Associação Brasileira de Imprensa, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, e se torna “anticandidato” à presidência. Anticandidato para deixar claro seu repúdio à farsa eleitoral em que iam se mudando as regras para tentar evitar que a oposição tivesse chances de ganhar. A sucessão presidencial na época era regulamentada pelo Colégio Eleitoral, que era a reunião dos Membros da Câmara e do Senado.

O Tribunal Superior nega o pedido do MDB para obter horário gratuito na TV e no rádio, com o argumento de que as eleições eram indiretas. Mesmo assim, o “doutor” Ulysses aproveita sua anticandidatura para pregar a democracia, viajando para fazer palestras e conferências por todo o país.

Em 1974, assume a presidência o general Ernesto Geisel. Ele vai governar ainda com o AI5, mas é favorável à redemocratização, em um processo que ele mesmo batiza de “abertura lenta, gradual e

segura”. Seu braço direito, no Gabinete Civil, é o general Golbery do Couto e Silva, igualmente favorável ao que na época também se chamava de “distensão política”. É durante o governo Geisel que começa a se instalar no país um ciclo em que se sucedem cada vez mais conquistas por parte da sociedade e concessões por parte do regime militar na direção da democracia plena.

As eleições de 1974 deixam claro que o povo quer mudanças com a oposição dando um verdadeiro salto nas urnas: dos 22 senadores eleitos, 16 são de oposição.

A resistência do regime militar à perda de poder se faz de duas formas bastante diferentes e em duas frentes de objetivos e métodos opostos. Os moderados no governo vão continuar armando as manipulações no sistema eleitoral. Os militares da linha dura, inconformados com os rumos da abertura, se articulam para derrotar a linha mais moderada que tem como ideólogo o general Golbery.

O quadro nacional mistura elementos dos novos tempos um pouco mais democráticos, como a eleição dos senadores de oposição, as cenas do passado recente de repressão e tortura: no mesmo 1975, o jornalista Wladimir Herzog, preso por ser militante do PCB, morre enforcado no DOI-Codi de São Paulo. As autoridades militares falam em suicídio, a sociedade reage: o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns – que se destacou como um dos maiores defensores do engajamento da Igreja Católica na luta pela democracia –, organiza um ato ecumênico na Praça da Sé que, apesar de bloqueada pela polícia, recebe 8 mil pessoas em protesto contra a morte do jornalista.

No vai e vem de abertura/repressão, em 1976, Geisel, através ainda do AI5, cassa deputados acusados de receber ajuda do Partido Comunista Brasileiro e de “ofensa ao regime” e também suspende os direitos políticos de vários funcionários do alto escalão do governo. Neste mesmo ano, novos municípios são considerados áreas de segurança nacional.

Mas é outra morte de preso político – a do operário Manuel Fiel Filho, também nas dependências do DOI-Codi – que desencadeia a primeira crise pública entre as duas facções militares. Geisel afasta o general Ednardo D’Ávila, representante da linha dura, do comando do II Exército (responsável pela área onde morreu o operário) e nomeia para seu lugar o moderado general Dilermano Gomes Monteiro.

Pela primeira vez um militar – o general Rodrigo Otávio, do Superior Tribunal Militar – se manifesta publicamente pedindo uma nova constituição e o fim dos atos de exceção.

Ainda em 1976 são realizadas eleições municipais em novembro (com as exceções das tais áreas de segurança nacional), mas nem tudo é permitido no campo partidário: em dezembro um “aparelho” (comitê político clandestino) do PC do B, Partido Comunista do Brasil, dissidência radical do PCB, Partido Comunista Brasileiro, é invadido pela política com o resultado de três mortos.

E o “abre-fecha” político continua. Novos mandatos são cassados; crescem os movimentos de massa contra a ditadura, com um número cada vez maior de instituições se somando às mais tradicionais batalhadoras pela democracia – ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). As manifestações contra o regime incluem também setores antes preocupados com suas questões mais específicas, como os operários do ABC e até mesmo os empresários que, como setor, vinham sendo favoráveis aos militares desde a Revolução. Em 1977, teve grande repercussão o discurso do presidente da Federação do Comércio de São Paulo, pedindo a redemocratização do país. Na mesma época, políticos de oposição, tendo à frente Ulysses Guimarães, do MDB, usam o horário gratuito da Justiça Eleitoral para criticar o regime militar na televisão.

Em um movimento de recuo no processo de redemocratização, Geisel lança o Pacote de Abril, suspendendo o direito de divulgação de programas partidários pelo rádio e pela TV, criando a figura do senador “biônico” (eleito indiretamente pelas assembleias juntamente com os governadores), aumentando o mandato de Presidente da República de cinco para seis anos e alterando a composição do Colégio Eleitoral que elegeria os próximos presidentes, para garantir a eleição de militares governistas: além da

Câmara e do Senado, passariam a compor o Colégio Eleitoral seis representantes de cada Assembleia Legislativa, retirados do partido majoritário que, na maior parte dos estados, era a Arena governista.

No ano seguinte, 1978, haveria eleições presidenciais. A linha dura se manifesta, com os aliados políticos e militares do ministro do Exército, Silvio Frota, lançando um manifesto de apoio à sua candidatura. Geisel exonera Frota, que, no mesmo dia, divulga carta acusando o governo de estar abandonando os objetivos da Revolução e de ser tolerante com os subversivos.

O processo de sucessão presidencial mostraria que a divisão no Exército era maior: além da linha dura e dos moderados havia agora militares se unindo à oposição ao regime.

Enquanto Geisel indica como seu sucessor o general João Baptista de Figueiredo e, como vice, Aureliano Chaves, governador de Minas pela ARENA, a oposição, com apoio até de alguns arenistas, como Magalhães Pinto, e deste setor militar liberal lança o general Euler Bentes como candidato a Presidente da República pelo MDB.

Durante os meses que antecedem a eleição, o clamor pela volta do estado de direito abrange do Superior Tribunal Militar às manifestações da classe média que grita nas ruas, ao mesmo tempo, contra o custo de vida e a ditadura. O Senador Teotônio Vilela apresenta um projeto de transição e os empresários paulistas lançam um manifesto afirmando que a iniciativa privada só seria duradoura se fossem protegidos os direitos do cidadão.

Pela primeira vez sente-se um clima de disputa real em torno da presidência do país e, em novembro, Figueiredo é eleito pelo Colégio Eleitoral com 335 votos, contra 266 para Euler. O novo presidente faz um discurso pregando a conciliação. A emenda constitucional número 11, que já havia revogado o AI5 em 1978, a proposta de conciliação das Forças Armadas e o juramento de fazer o país voltar à democracia não foram capazes, no entanto, de conter a parcela linha dura do regime que mantinha controle do aparelho de repressão e tinha como respaldo a Lei de Segurança Nacional, ainda em vigor.

O processo de redemocratização caminhava mais rapidamente: o ministro da Justiça, Petrônio Portela, e Golbery entregam ao Presidente Figueiredo o anteprojeto da anistia, que seria aprovado em 28 de agosto de 1979, fazendo com que começassem a voltar ao país os exilados e a serem apresentadas peças teatrais e canções proibidas há anos.

Também em 1979 tem fim o bipartidarismo: a ARENA vira PDS (Partido Democrático Social), o MDB e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e cria-se o PT (Partido dos Trabalhadores), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Já seria possível votar, a partir de 82, para governador e para senador em todo o país e apenas as eleições dos prefeitos das capitais e das áreas de segurança nacional são indiretas. Nem mesmo o Pacote de Novembro, que estabelece o voto vinculado (só poder votar em um mesmo partido para todos os cargos eletivos), consegue salvar o PDS e conter a escalada da oposição.

A linha dura está inconformada e é a sua Revolta contra esta escalada que literalmente explodiu no Riocentro.

Militares – A divisão dos golpistas e um tiro pela culatra

Cerca de 20 mil pessoas estavam no auditório do Riocentro, na noite do dia 30 de abril de 1981, assistindo a um show de música organizado pelo Cebrade, Centro Brasil Democrático, ligado ao Partido Comunista Brasileiro, com grandes nomes da MPB como Elba Ramalho, Chico Buarque, Gonzaguinha e Alceu Valença, para comemorar o Dia do Trabalho. Houve duas explosões: uma próximo à casa de força e outra dentro de um carro Puma. Um homem morre e o outro, gravemente ferido, é socorrido por uma estudante e levado ao hospital. Em pouco tempo, os repórteres descobrem que os dois homens eram militares do DOI-Codi. E a explosão no Riocentro se torna o episódio mais marcante da luta travada pela linha dura contra a redemocratização do Brasil, porque foi inteira e rapidamente esclarecido pela imprensa antes e à revelia do Inquérito Policial Militar, que acabou concluindo que o então capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme do Rosário haviam sido vítimas de um atentado de esquerda. O escritor Thomas E. Skidmore, em seu livro “Uma História do Brasil” (editora Paz e Terra, 1998), explica assim a divisão entre os militares que deram o golpe de 1964:

Os moderados acreditavam que seu país estava em perigo porque os brasileiros tinham sido enganados por políticos populistas e seus aliados de esquerda. Mas também acreditavam que o público brasileiro recobrará o juízo e que a democracia poderia funcionar, uma vez que os populistas “irresponsáveis” e os comunistas fossem removidos de cena.

Os militares “linha dura” tinham uma visão mais apocalíptica dos apuros políticos do país, desconfiavam de todos os políticos (. . .) e pensavam que apenas medidas autoritárias podiam proteger o Brasil contra as ameaças de esquerda. Os líderes da linha dura eram chefiados por oficiais que haviam sido os mais combativamente antigetulistas, tais como (entre os mais velhos) o marechal Odílio Denys e o general Jurandir Mamede.

Outros fatos, bem antes do Riocentro, haviam exposto esta divisão dos militares, sempre impondo derrotas à linha dura, como por exemplo o afastamento do general Ednardo D’Ávila do comando do II Exército quando da morte do operário Manuel Fiel Filho no DOI- Codi em 1976 e as prisões do general Hugo Abreu: em 1978, quando envia uma carta para vários generais, acusando o grupo ligado ao general Golbery de formar uma “oligarquia espúria”, e em 1979, quando lança o livro “O outro lado do Poder”. Antes, em 1977, a pior derrota de todas: a exoneração do ministro do Exército, Silvio Frota, um anticomunista radical que a ultradireita tentava impor como candidato à sucessão do Geisel. Foi o momento mais grave de disputa entre as duas facções que na época até se autodenominavam “geiselistas” e “frotistas”.

Mas os radicais de direita reagem e reagem mais fortemente quanto mais se sentem acuados pela redemocratização. No primeiro ano do governo Figueiredo são registrados três atos terroristas; em 1980, são 46 atribuídos aos grupos de direita. O advogado Dalmo Dallari, da Comissão de Justiça e Paz, é sequestrado e espancado; a sede do PT e do Comitê de Anistia em São Paulo é depredada; o Sindicato dos Distribuidores de Jornais e Revistas de Belo Horizonte divulga nota informando que bancas que vendem jornais de oposição ao governo, os chamados “alternativos”, estão sendo ameaçadas de ser incendiadas; o Comando de Caça aos Comunistas envia uma carta aos distribuidores de jornais de Santos ameaçando explodir as bancas que vendem os jornais alternativos. Em São Paulo, no Rio de Janeiro, e em Niterói bancas são explodidas e incendiadas. Bombas explodem também no palanque da Escola de Samba carioca Salgueiro, onde seria realizado um ato de apoio à criação do PMDB, e no auditório da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, em Brasília, impedindo o líder comunista das causas

agrárias, Gregório Bezerra, de falar.

Nos atentados mais graves, duas bombas matam e ferem. Uma, enviada à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, deixa seis feridos. Outra, enviada à OAB, mata a secretária de seu presidente, D. Lyda Monteiro da Silva.

Em 1981 continua a onda de atentados: o jornal Tribuna da Imprensa é invadido por encapuzados que colocam bombas que explodem e incendeiam as instalações. Bombas explodem ainda na gráfica do exilado Dimas Perrin e na casa do deputado Marcelo Cerqueira, no Rio de Janeiro, entre muitos outros atos terroristas, concretizados ou ameaçados.

O que muda com o Riocentro é que fica claro para a opinião pública que existe um alto grau de cumplicidade dos militares no poder com os terroristas de direita e que estes terroristas fazem parte dos órgãos de repressão criados no auge da ditadura e ainda não desativados. Fazem, portanto, parte do próprio governo.

Ronaldo Costa Couto, ex-ministro do Interior do Governo Sarney, no livro “História Indiscreta da Ditadura e da Abertura, Brasil: 1964-1985” (editora Record, 1995) apresenta um dado que demonstra bem a dimensão do chamado “setor de informação”: em 1979, 27% dos principais 360 cargos da administração federal estavam em mãos de militares; cada Ministério tinha um departamento de informação e chegavam a ser cerca de 200 oficiais em cada Ministério, em ligação direta com o SNI.

Em julho de 1981, o ministro Golbery do Couto e Silva escreveu uma carta ao Presidente Figueiredo recomendando a extinção imediata dos DOI-Codis. Logo após tomar conhecimento do resultado do IPM inocentando o capitão e o sargento pelas explosões no Riocentro, ele demonstrou seu descontentamento e sua defesa da extinção dos órgãos de repressão pelo Presidente com a frase: “tirem esses cadáveres do gramado do Palácio do Planalto”. Um mês depois, não atendido, deixaria a Casa Civil.

Somente no final do governo Figueiredo é que são desativados os DOI-Codis que, através de uma portaria do ministro do Exército, Walter Pires, têm suas atividades absorvidas pelas 2^{as} Seções do Exército e restritas ao campo militar. O CIE, Centro de Informação do Exército, só será extinto em 1985 pelo próximo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. E o SNI, Serviço Nacional de Informações, criado em 1965, só em 1990 teria suas atividades transferidas para a SAE, Secretaria de Assessoria Estratégica da Presidência da República, pelo recém-empossado presidente Fernando Collor de Mello.

É do general Newton Cruz, chefe da Agência Central do SNI na época das explosões no Riocentro, e agora indiciado no novo Inquérito Policial Militar sobre o caso, uma boa explicação sobre o comportamento dos militares que serviam nestes órgãos repressores frente à marcha acelerada da democratização. Em depoimento no livro citado de Ronaldo Costa Couto e referindo-se ao Riocentro, Newton Cruz afirma:

“por que aconteciam estas coisas? Pelo seguinte: você passa muitos anos ensinando que tem que combater, lutar contra o comunismo, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo e tal. Ensina, mete isso na cabeça de todo mundo. Faz uma lavagem cerebral. E depois você chega e diz: ‘Agora você não vai fazer mais nada disso’. O pessoal que foi treinado para fazer isso, fazia isso, e que era apoiado porque fazia isso. Esse pessoal fica... Muitas vezes lá... Esse pessoal fica fazendo o quê? Ficam jogando futebol, não sei mais o quê. Então, acaba agindo isoladamente. Em função do que faziam antes e não faziam mais.”

O quanto isoladamente agiram o então capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme do Rosário é o que deve agora medir a Justiça. O peso de sua ação, isolada ou não, fez história. O tiro pela culatra derrotou as pretensões da linha dura de lançar candidatura própria – a do general Otávio Medeiros, chefe do SNI – à sucessão de Figueiredo e expôs o presidente e o próprio Exército ao ridículo com o resultado

do IPM que protegeu terroristas. Mas acabou por consolidar a democracia: apesar de enfraquecido e com um governo que, pela nova composição do Ministério, estava mais próximo da linha dura de Médici do que da abertura de Geisel, após o caso Riocentro Figueiredo não abandonou a redemocratização que já não seria mais tão lenta nem gradual. Em 1982, o Pacote de Novembro dá maioria ao PDS, mas a oposição elege os governadores de nove estados, entre eles o ex-exilado Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

Como disse o próprio presidente Figueiredo ao comentar as explosões, *“se foi coisa do outro lado, não poderia ter sido mais inteligente. Se foi de dentro do Exército, a burrice não poderia ser maior”*.

*Garantia constitucional outorgada em favor de quem sofre ou está na iminência de sofrer coação ou violência na sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

“Ajudar, como jornalista, a revelar a verdade que todos pressentiam, é cumprir uma das missões da profissão, é ser útil à sociedade.”

Nome: Merval Pereira

Idade: 64 anos

Tempo de Profissão: 46 anos

Função Atual: Colunista de *O Globo*, editor do blogdomerval, comentarista da Globonews, é membro da Academia Brasileira de Letras.

Experiência Profissional: Merval Pereira Filho começou a carreira como estagiário de *O Globo* em 1968.e, no jornal fexerceu as funções de editor nacional, editor-chefe, diretor da sucursal de Brasília, diretor de redação e diretor executivo do Infoglobo. Foi Diretor de Jornalismo de Mídia impressa e rádio das Organizações Globo.

Em 1979 recebeu o Prêmio Esso pela série de reportagens “A segunda guerra, sucessão de Geisel”, publicada no Jornal de Brasília e escrita em parceria com o então editor do jornal André Gustavo Stumpf. A série virou livro com o mesmo nome, editado pela Brasiliense. Trabalhou também na revista *Veja*, como chefe das sucursais de Brasília e Rio e editor nacional em São Paulo. Também foi editor-executivo do Jornal do Brasil.

De 1991 a 1992, fez um curso de especialização em política internacional na Universidade Stanford, na Califórnia. Faz parte do Conselho Editorial das Organizações Globo e fez parte do primeiro Conselho Editorial do jornal *Valor Econômico*; é conselheiro do Centro de Estudos da América da Universidade Cândido Mendes.

“Eu era o responsável pela coluna política de O Globo no episódio do Riocentro e passava de terça-feira a sexta em Brasília.

No dia 5 de maio, terça-feira, embarquei para Brasília com o senador Tancredo Neves. Sentamos juntos e fomos conversando, claro, sobre o Riocentro. No meio da conversa ele me disse: ‘Homem corajoso esse Chagas. Liberou um relatório onde está confirmado que havia outra bomba dentro do Puma, além da que estourou’. Passamos a conversar sobre o que aquilo representava, os desdobramentos do caso, etc. Quando cheguei à sucursal, liguei imediatamente para o Milton Coelho da Graça, que era o editor-chefe, e relatei a conversa. Ele pediu que voltasse ao Tancredo para saber mais detalhes e disse que essa era a grande manchete do dia seguinte. Tancredo, já no seu gabinete, não quis dar mais informações – ou não tinha mais nada a acrescentar – e assim mesmo decidimos manter a manchete, já que o jornal tinha a mesma informação de outra fonte.

Hoje, 18 anos depois, sinto-me recompensado por poder, sendo Diretor de Jornalismo de O Globo, retomar o assunto para confirmar o que todos sabíamos então, mas não podíamos provar: que o inquérito do Riocentro foi uma farsa e que os agentes que ali estavam poderiam ter provocado uma tragédia de proporções nunca vistas. Este, como aquele em que dei a informação de que havia outra bomba no carro, é um momento que justifica ser jornalista. Ter vivido o episódio como repórter e agora, depois de ter cruzado toda a carreira jornalística, poder retomar o fio da meada e reabrir o caso, esclarecendo-o, através das denúncias dos repórteres de O Globo, é duplamente emocionante: como cidadão, vejo esclarecido um episódio que marcou a vida de todos nós e do país; ajudar, como jornalista, a revelar a verdade que todos pressentiam, é cumprir uma das missões da profissão, é ser

útil à sociedade.”

Merval Pereira, outubro de 1999

2014

Um garimpo histórico

A tenacidade e a sagacidade de um repórter tiraram do limbo, onde repousava há 14 anos, a notícia. E com ela a revelação histórica que nos permite compreender melhor não apenas o caráter de um de nossos ex-presidentes militares, mas o quanto era talvez mais arriscado ainda do que percebíamos na época o duro processo de transição da Ditadura para o regime democrático no Brasil.

Que o Presidente João Figueiredo sabia do atentado ao Riocentro antes de ele acontecer quem revelou não foi o repórter José Casado na espetacular matéria do dia 30 de março de 2014. Foi o General Otávio Medeiros, Chefe do Serviço Nacional de Informações! Em um depoimento no Inquérito Policial Militar de 1999, que na verdade só acabou em 2000. Mas... quem descobriu isso foi o Casado. Depois de ler um calhamaço estimado entre cinco e oito mil páginas! E trabalhar mais de um ano.

Para realizar seu trabalho, além de ler três vezes esta montanha de papéis – a íntegra deste inquérito de 1999 e do primeiro, o da farsa de 1981, mais os depoimentos tomados pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro no âmbito do terceiro inquérito, encerrado em março de 2014 – ele fez muitas entrevistas, em várias cidades, leu dezenas de livros e acabou aproveitando, nas quatro páginas de jornal publicadas, apenas 10% das 80 laudas que escreveu, que seriam suficientes quase que para editar um livro.

Um método foi constante: não há uma só frase em todo o material por trás da qual não exista o respaldo de um documento.

Casado me deu seu depoimento exatamente trinta e três anos depois do dia do atentado, na noite de 30 de abril de 2014. E, em uma incrível coincidência, começamos a conversar às 21h30m, justamente a hora em que aquele show no Riocentro começou.

Nome: José Casado

Idade: 60 anos

Tempo de Profissão: 42 anos

Função Atual: Editor de *O Globo*, onde mantém uma coluna semanal na versão impressa e colunista da revista eletrônica "O Globo a Mais", para tablets

Experiência Profissional: repórter nos jornais *O Diário* e *A Tribuna*, (ES); *O Fluminense*, *O Dia* e *O Jornal* (RJ); editor no jornal *A Gazeta* e na revista *Agora* (ES); repórter nas revistas *Construção Hoje*, *Construção São Paulo*; repórter, editor, correspondente em Buenos Aires e colunista da *Gazeta Mercantil*; repórter especial e colunista do jornal *O Estado de São Paulo*; editor de Economia do *Jornal do Brasil*; chefe da sucursal em Brasília e editor de Economia e de Política da revista *Época*; É co-autor do livro "Alô, Obama" (*O Globo*, ebooks), relato ampliado da série de reportagens publicadas em 2013 pelo jornal sobre as atividades de espionagem da agência NSA (Estados Unidos) no Brasil e na América Latina.

Nascido em Vitória, mas com jeito de mineiro, ele tem fala mansa e olhar agudo. Jeito de menino e sorriso fácil disfarçam o que o leitor mais atento e bom de cálculo já percebeu. O profissional começou muito cedo. Com 17 anos, já era repórter e, aos 20, já havia saído de sua cidade, passado por dois jornais do Rio de Janeiro e voltado, experiente e importante, para ser editor.

Casado trabalhou na Argentina durante a Guerra das Malvinas, ocasião em que aumentou seu interesse e seu conhecimento sobre os processos de democratização na América do Sul. Da luta pela democracia no

Brasil, sempre participou, tendo colaborado para jornais de resistência ao Regime Militar, como os combativos Opinião, do Rio de Janeiro, e Coojornal, de Porto Alegre.

Ele é minucioso e detalhista e vai fundo, seja na apuração de irregularidades nos planos de saúde, seja na busca de ramificações de irmandades muçulmanas em Foz do Iguaçu.

Díspares que sejam os temas, a marca de qualidade Casado e a quantidade de dados que ele consegue levantar geralmente transforma suas reportagens em séries. E, agora, nos modernos tempos, em e-books. As reportagens que fez sobre a espionagem dos EUA que tiveram como alvo pessoas e instituições no Brasil e na América Latina lhe renderam (junto com Roberto Kaz e Glenn Greenwald) um Prêmio Esso em 2013 e se transformaram em um livro Alô, Obama, editado no formato e-book (O Globo), no qual Casado assina um capítulo.

Misturando modéstia e paixão pela profissão, ele nem pensa para responder qual foi a melhor matéria da sua vida: “a melhor matéria é sempre a próxima”.

“Ano passado, no começo do ano, nos reunimos no jornal para pensar em algo sobre os cinquenta anos do golpe militar, se programaríamos um caderno ou vários e no final saí com uma ideia que não contei de fazer o perfil de um determinado personagem. Não me pergunte, por que ainda farei um dia. Como esse personagem passava pelo Riocentro, levantei os dois inquéritos, o primeiro, do Job Lorena, e o segundo, de 1999. No total, são umas oito mil páginas. E fui lendo esse volume de papel muito grande e fazendo uma série de entrevistas. Por volta de maio, junho, eu terminei a primeira leitura e não havia chegado a nenhuma conclusão sobre o meu personagem. Achei que tinha perdido tempo. Fui trabalhar em outro caso, o da espionagem americana. Em setembro peguei de novo no Riocentro, mas parei em outubro para escrever um capítulo do e-book Alô, Obama. Mas voltei outra vez para o Riocentro. Eu li cerca de quarenta livros sobre o assunto. Só o seu livro, Bomba no Riocentro, eu li duas vezes. Quando chegou no início de janeiro, percebi que eu tinha prometido escrever para a programação especial do jornal sobre os cinquenta anos do golpe e não tinha a matéria. Então, durante janeiro e fevereiro, decidi olhar tudo de novo, fazer uma releitura, mas já li selecionando e aí aconteceu o seguinte: eu percebi que não podia escrever sobre o Riocentro, porque tudo já havia sido publicado. Nisto o seu livro teve um papel decisivo. Também percebi que todo mundo tinha se concentrado no atentado, na bomba explodindo e matando o sargento e ferindo o capitão. E depois? A partir do dia seguinte ninguém prestou muita atenção. E como diria o Conselheiro Acácio, as consequências vêm depois...Então eu congelei, abstraí o atentado e fui para o a partir dali, o que aconteceu com as chefias, dentro dos quartéis, nas cadeias de comando em Brasília. O material que levantei em função daquele personagem que eu pensava em fazer no início (e ainda penso em fazer) era todo de bastidores de quartéis.

Ao montar uma cronologia, que começava com o atentado do Riocentro, em 30 de abril, e terminava com a carta de pedido de demissão do Golbery (Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Civil) ao Figueiredo (Presidente João Batista Figueiredo), em 4 de julho de 1981, eu tinha um rumo. Mas foi sozinho, na minha casa, um dia entre janeiro e fevereiro que, lendo aquela linguagem chata de relatórios, em formato de depoimentos policiais, entre milhares de papéis de inquérito, vi que tinha, lá pelo meio do IPM (Inquérito Policial Militar) de 1999, um depoimento do Medeiros dizendo que soube do atentado um mês ou 45 dias antes. Centenas e centenas de páginas depois, tinha o depoimento do Newton Cruz, dizendo que soube uma hora antes. Li duas vezes. Na terceira leitura, vi que o encarregado do IPM convocou os dois para uma acareação. Além dos depoimentos havia, na pilha final, um Termo de Acareação entre os dois generais e foi esse documento que li - e reli muito mais de duas vezes, pois custei a acreditar. É nele que há praticamente duas linhas chave com a menção ao Figueiredo e ao Venturini.

A acareação talvez tenha sido a última coisa do IPM de 1999. Foi feita no dia 27 de janeiro de 2000. Um general, encarregado do IPM, convocou dois generais, chefes do serviço secreto na época do atentado (do SNI, Serviço Nacional de Informações), para uma acareação sobre o ato terrorista cometido por dois militares da ativa e a serviço do DOI- Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), numa operação com colaboração direta da Agência Rio do SNI.

Essa acareação foi feita dentro do Quartel-General do Exército, em Brasília, com várias testemunhas, oficiais militares e um procurador da Justiça Militar. Ficou tudo registrado em uma página e meia.

O encarregado do inquérito acrescentou detalhes dessa acareação no seu relatório final. Contou como Newton Cruz explodiu com o antigo chefe, Medeiros, dizendo que era mentira que ele, Cruz, teria informado o chefe e este ao general-presidente da República, o Figueiredo, que preparava-se um atentado contra o show, com um mês de antecedência.

Pelo relato do encarregado do inquérito, Medeiros desarmou Cruz de forma aparentemente suave e até irônica, perguntando: "Mas você não lembra?" Acabaram abraçados e emocionados, nas palavras do encarregado do inquérito. E esse pedaço de papel ficou perdido na pilha de papéis do IPM de 1999, guardado nos arquivos do Superior Tribunal Militar, durante 14 anos.

Bem, quando você perde um papel com um telefone, ele vai estar realmente no último lugar, sempre, naquele último canto, na última telha do telhado, não é? ...

Se eu me emocionei, depois de ter certeza de que era aquilo mesmo? Eu pulava de alegria. Depois de um ano de idas e vindas, achando que não ia dar em nada, tinha encontrado um rumo para a matéria e documentos mostrando que, a partir da cena do crime, existia uma trilha de digitais que ia do cadáver do sargento dentro do carro explodido ao capitão ferido no hospital e, daí, ao comando do I Exército no Rio, até à chefia do SNI em Brasília e, a partir dali, chegava no general-presidente. Isso dito de forma espontânea, em juízo, atestado e assinado pelo próprio chefe do SNI, Medeiros, que era o mais íntimo amigo de Figueiredo.

Só tinha motivos para comemorar, ou melhor, escrever sorrindo. Foi o que fiz."

José Casado

2014

Não vai dar em nada? Os crimes cometidos pelos envolvidos nesses inquéritos, pessoas que agora estão sendo julgadas pela Justiça comum, não estão cobertos pela Lei de Anistia. Mas ainda posso ver a imagem do Capitão Wilson, arrogante e desafiador, em um depoimento recente, reproduzido em reportagem na TV, este ano, repetindo suas negativas de sempre.

Mas a verdade é que, lá atrás, já deu. No primeiro dia, na primeira das primeiras páginas, já tinha dado. Queremos ver a Justiça punir todos os culpados, mas, enquanto a Justiça não vinha, muito antes de inquéritos sequer serem concluídos, neste caso, a Imprensa foi sendo guerrilheira e guerreira e foi vencendo, batalha a batalha. Demonstrando covardias, impedindo retrocessos, demolindo imposturas, impondo a verdade. E, certamente, ajudando a sociedade a impedir um retrocesso político desejado pelos que estavam, como agora sabemos com certeza, mais perto do poder do que se supunha.

Como antes, tivemos no garimpo exaustivo e tão bem sucedido de Casado, novamente, a Imprensa à frente da Justiça, revelando o fim do caso antes de ser promulgada qualquer sentença.

A vitória, na prática, a vitória política, já houve. O jornalismo investigativo e a liberdade de imprensa contribuindo para que a verdade aparecesse. E, desta vez, a Justiça, ainda que tão tardiamente, será feita.

Coincidências não existem e, além de ter entrevistado o Casado no mesmo dia do show, trinta e três anos depois, acordei no dia seguinte ao meu aniversário de 60 anos com uma bela notícia presente: a juíza Ana

Paula Vieira de Carvalho, da 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro decidiu acolher a denúncia do Ministério Público Federal e mandar a julgamento o agora Coronel Wilson Luiz Chaves Machado e os generais reformados Nilton de Albuquerque Cerqueira (ex-comandante da PM) e Newton Araújo de Oliveira e Cruz (ex- chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações - SNI). Também serão julgados o general reformado Édson Sá Rocha, chefe da Seção de Operações do DOI em 1981, acusado de ter defendido explosões de bombas em outro show do Riocentro; o major reformado Divany Carvalho Barros, que admitiu em depoimento ter ido ao estacionamento recolher provas que incriminariam o então Capitão Wilson e o Sargento Rosário que morreu com a bomba no colo; e o ex-delegado Cláudio Guerra. A reportagem, em O Globo, era assinada por Chico Otávio, o mesmo repórter que, em 1999, reabriu o caso e me fez lançar a segunda edição deste livro.

A decisão da juíza – a de que o atentado no Riocentro não está coberto pela Lei de Anistia de 1979 porque foi um crime contra a Humanidade e é, por isso, imprescritível – mereceu ainda um artigo de José Casado. Com lucidez, ele não comemora, cobra. Este julgamento abre portas a outros, necessários, de crimes de igual teor que continuam impunes e deve provocar a nossa reflexão. O princípio de valor de que crimes de tortura, desaparecimento e homicídio cometidos por agentes de Estado contra pessoas como forma de perseguição política são crimes contra a Humanidade foi comparado pela juíza aos princípios que nortearam o Tribunal de Nuremberg.

Se a decisão foi histórica, vale finalizar lembrando o conselheiro Acácio, citado na entrevista que me deu o Casado. As consequências vêm depois. A nós, sociedade, cabe aprender a lição e tentar fazer com que elas não venham tão depois...